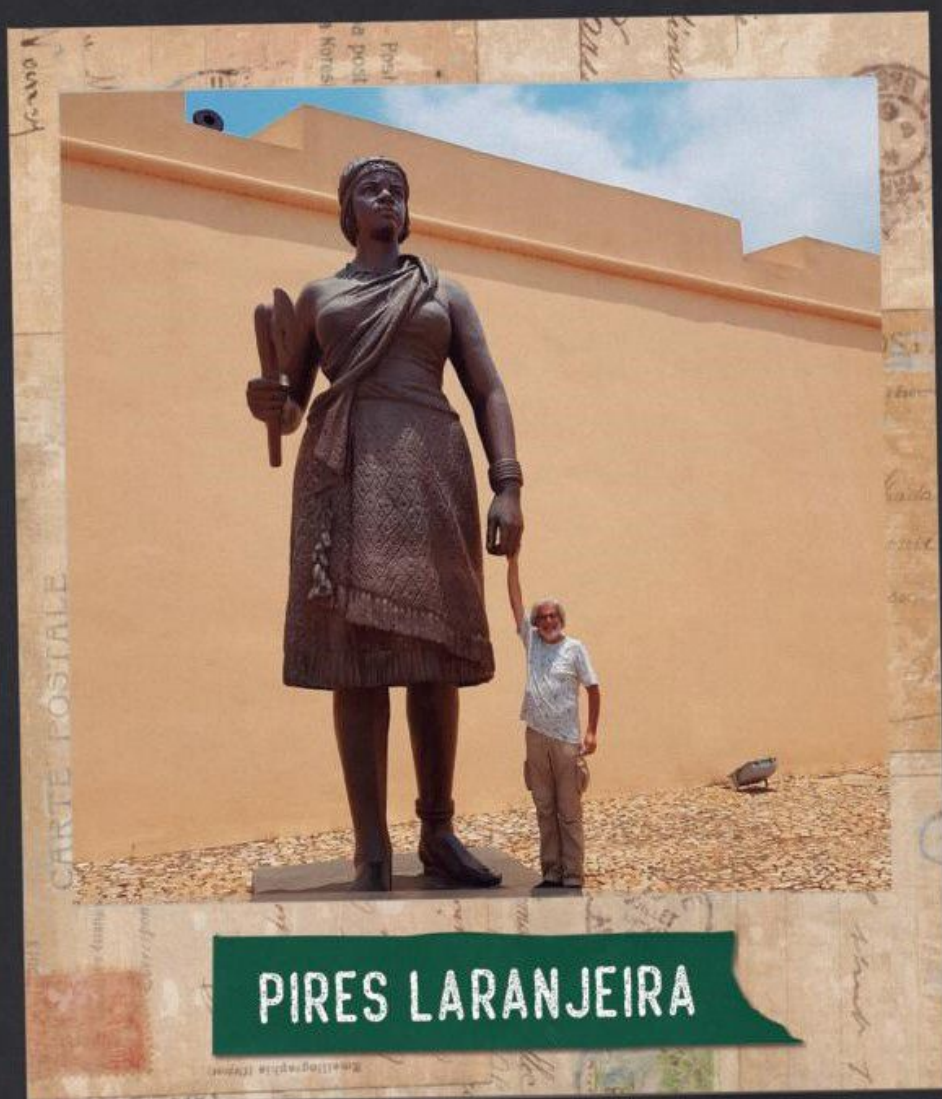


EM BUSCA DE TODAS

AS ÁFRICAS DO MUNDO

HOMENAGEM A



***EM BUSCA DE TODAS
AS ÁFRICAS DO MUNDO***

Homenagem a Pires Laranjeira

Organização de Francisco Topa e Doris Wieser



Porto

Design gráfico da capa: Bruno Bento

Depósito legal

ISBN
978-989-53997-0-3

Porto • 2023

Índice

Em busca de todo o Pires Laranjeira	9
Francisco TOPA e Doris WIESER	
O conteúdo desse continente: homenagem	15
Pires LARANJEIRA	
I. Testemunhos	
O mensageiro Pires Laranjeira	37
Elisalva Madruga DANTAS	
D. Quixote contra os moinhos do eurocentrismo ou o trabalho de divulgação de Pires Laranjeira em Portugal acerca das literaturas africanas de língua portuguesa	41
João MELO	
Um poema de múcua para o Pires Laranjeira	47
José Luís MENDONÇA	
José Luís Pires Laranjeira: um modo de estar na Universidade	51
Carlos REIS	
Um pioneiro: Pires Laranjeira	53
Oswaldo Manuel SILVESTRE	
Quando a ocasião se põe em obra: louvor & simplificação de J. L. Pires Laranjeira	59
Vergílio Alberto VIEIRA	

II. Ensaaios

- (Para além dos) ecos de Angola na Croácia: desdobramentos pedagógico-literários 65
Majda BOJIĆ
- (Re)escrever a nação nos versos: o impulso da revista *Mensagem* para a formação do cânone literário angolano 75
Silvia BRUNETTA
- Ensino e divulgação das literaturas africanas de língua portuguesa no Brasil: notas sobre um período singular 87
Maria Nazareth Soares FONSECA
- O herói épico autoexistente nas literaturas orais africanas: para uma filosofia dos nomes próprios de personagens incriados 97
Luís KANDJIMBO
- Aprender e ensinar através do manual de *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*: um testemunho do Lubango 121
Solange Evangelista M. LUIS
- Literatura angolana: a materialidade histórica da escrita da nação 129
Inocência MATA
- 70 x 2 (septuagésimo duplo de cultura e angolanidade): Pires Laranjeira e a revista *Mensagem* 151
Fabíola Guimarães Pedras MOURTHÉ
- Caminhos desbravados: o projeto “sexualidades e género nas Literaturas africanas e a língua portuguesa” 159
Andreia OLIVEIRA
- A dimensão internacional do ensino e da investigação de Pires Laranjeira: um pensamento em constante ebulição 171
Rita OLIVIERI-GODET e Pauline CHAMPAGNAT

Pires Laranjeira: O pensador no seu labirinto	183
António Jacinto PASCOAL	
<i>Literaturas africanas de expressão portuguesa: manual e exercício de história literária</i>	203
Ana T. ROCHA	
Alcance pedagógico das literaturas africanas de língua portuguesa	213
Catarina Isabel Silva RODRIGUES	
Uma leitura da crítica de Pires Laranjeira vista desde a França	225
Barbara dos SANTOS	
Ressonâncias de Agostinho Neto na poesia angolana contemporânea	235
Carmen Lucia Tindó SECCO	
O projeto da <i>Mensagem</i> de Luanda e o seu número de estreia	249
Francisco TOPA	
O vento que passa: fim das certezas herdadas	261
Jane TUTIKIAN	
As literaturas africanas de língua portuguesa na Alemanha: uma reflexão por parte de quem se seguiu a Pires Laranjeira em Coimbra	273
Doris WIESER	
Pires Laranjeira: cartografia de uma obra, mensagem de uma vida	283
Lola Geraldês XAVIER	
III. Catálogo da Exposição Bibliográfica José Luís Pires Laranjeira	305
Maria do Carmo Ferreira DIAS	

Em busca de todo o Pires Laranjeira

Em algumas universidades norte-americanas, existe a tradição de um professor que se aposenta e abandona o seu gabinete deixar um envelope fechado ao futuro ocupante do espaço, contendo uma espécie de transmissão de testemunho: habitualmente, faz-se o balanço de uma vida dedicada ao ensino e tenta-se animar e orientar o ou a colega, em princípio mais jovem. Não cremos que essa coisa bonita se faça em nenhuma universidade portuguesa: temos, em vez disso (ou tínhamos, porque a tradição portuguesa vai conhecendo cada vez mais exceções) a chamada *última lição*, honra reservada a quem se jubila aos 70 anos, e espaço que às vezes é usado para uma reflexão crítica sobre o trabalho científico e pedagógico que se desenvolveu, ao passo que noutros casos serve mesmo para se dar uma derradeira lição.

A epidemia que ainda vivemos impediu que o nosso homenageado cumprisse essa última tarefa, o que talvez não tenha sido totalmente mau, uma vez que nos permitiu fazer duas outras coisas, um pouco mais amplas e, segundo cremos, mais de acordo com a sua natureza e a sua personalidade: um colóquio e a publicação onde agora reunimos a quase totalidade dos textos ali apresentados.

O colóquio decorreu de 9 a 11 de novembro de 2021, nas Faculdades de Letras do Porto e de Coimbra. A realização em dois espaços teve menos que ver com o local de trabalho dos organizadores que com circunstâncias biográficas e afetivas de Pires Laranjeira: no Porto ou nos seus arredores, viveu parte significativa da sua vida, aí tendo também estudado (inclusive na sua Faculdade de Letras) e trabalhado; em Coimbra, ensinou durante quarenta anos, ao longo dos quais conseguiu criar e consolidar a área das literaturas e culturas africanas de língua portuguesa, formando gerações sucessivas de estudantes, portugueses e de outras nacionalidades – ao nível da licenciatura, mas também do mestrado e do doutoramento.

O título do encontro, *70x2: da 'Mensagem' de Luanda à mensagem de Pires Laranjeira*, anunciava com clareza o seu objetivo: a celebração de dois septuagenários, o da revista *Mensagem* (fundada em 1951) e o de Pires Laranjeira (nascido no ano anterior), sublinhando-se assim a ligação epistémica, ideológica e afetiva do homenageado à geração angolana da efémera publicação. É verdade, como nos foi aliás notado, que a ordem dos fatores parece estar errada: deveria ser 2x70, em lugar de 70x2. Mas, como sabemos, a ordem dos fatores não altera o produto da multiplicação. Além disso, tratava-se de reescrever uma passagem do Evangelho de Mateus, frisando bem que Pires não é Pedro.

Creemos que os objetivos do evento foram plenamente atingidos, uma vez que o colóquio conseguiu sê-lo no sentido etimológico da palavra, funcionando como um espaço de conversa e de partilha. Partilha de saberes sobre literaturas africanas, e em particular sobre literatura angolana. Mas partilha também de experiências pedagógicas de ensino da literatura e de gosto pela palavra e pela poesia. E partilha de afetos entre gente que, presencialmente ou à distância, vinha de espaços diversos de Portugal, de Angola, do Brasil – os lugares onde são mais fortes as marcas do legado de Pires Laranjeira – mas também da Croácia, da França e da Itália. A presença de um número significativo de colegas e antigos alunos e alunas entre a assistência sublinhou de modo inequívoco a necessidade desse momento, que seria complementado com duas outras homenagens: a atribuição, por parte da Fundação Dr. António Agostinho Neto, da Ordem Sagrada Esperança, com a entrega, na sessão do Porto, da medalha e diploma respetivos; a outorga, pela Embaixada de Angola em Lisboa, de uma distinção – constituída por um diploma e por uma salva de prata – como reconhecimento do trabalho de Laranjeira em prol de Angola, da sua literatura e da sua cultura.

Quanto à publicação que agora vem a lume, ela reúne a quase totalidade das comunicações apresentadas no colóquio de 2021. Abre com um texto do novel jubilado, *O conteúdo desse continente: homenagem*, em que o seu autor faz um balanço de um trabalho de meio século no campo das literaturas africanas *dos Cinco*, sem nunca cair no autoelogio ou no autocomprazimento. Pelo contrário: Pires Laranjeira aproveita a oportunidade para reverter a homenagem, recordando os seus mentores e rendendo preito aos seus companheiros de ofício, não deixando de sublinhar que a luta não está ganha e que os obstáculos não desaparecem, apenas se transformam.



Entrega da Ordem Sagrada Esperança pelo Administrador da Fundação Dr. António Agostinho Neto, no âmbito do colóquio 70x2: da 'Mensagem' de Luanda à mensagem de Pires Laranjeira.

O Embaixador de Angola em Lisboa, Dr. Carlos Alberto Fonseca, entrega a Pires Laranjeira uma distinção que reconhece o seu trabalho em prol de Angola, da sua literatura e da sua cultura. A cerimónia ocorreu a 9 de setembro de 2022, na Faculdade de Letras do Porto, no âmbito do colóquio “*Sou um dia em noite escura*”: Centenário de Agostinho Neto (1922-2022)



Segue-se um conjunto de seis testemunhos, assinados por escritores e colegas da academia, brasileiros, angolanos e portugueses, unânimes no reconhecimento do pioneirismo e da envergadura da obra ensaística e docente, e ainda na proclamação do talento poético e da dádiva superior da amizade como traços essenciais de Laranjeira.

O maior grupo de textos é constituído por ensaios, subscritos por professores de Portugal, Angola, Brasil, França, Croácia, Alemanha e Itália, uns colegas, outros antigos alunos e alunas de Pires Laranjeira, unidos na amizade e

no apreço pelo trabalho desenvolvido a favor de uma causa comum. Alguns deles abordam particularmente a obra científica do autor de *Literatura Calibanésca*, destacando o manual que elaborou para a Universidade Aberta em 1995, em colaboração com Inocência Mata e Elsa Rodrigues dos Santos: é o caso dos artigos de Ana T. Rocha e Solange Evangelista M. Luis, este último a partir de uma experiência pedagógica no Lubango. Também de prática pedagógica, desta feita no ensino secundário, nos fala Catarina Isabel Silva Rodrigues, que chama a atenção para a necessidade de revalorizar e requalificar, em Portugal, o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa. Por outro lado, as Professoras Majda Bojić, Maria Nazareth Soares Fonseca, Rita Oliveri-Godet, Pauline Champagnat, Barbara dos Santos e Doris Wieser abordam o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa nos seus respetivos países, enfatizando algumas delas a importância de Pires Laranjeira para a afirmação da área, fosse através da bibliografia que produziu, fosse por meio da sua atuação como professor, formador, orientador ou conferencista.

Outras facetas do trabalho do homenageado são contempladas nos artigos de Andreia Oliveira e Jane Tutikian: a primeira fala de um projeto científico que ele coordenou no Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, ao passo que a Professora brasileira analisa, sob a ótica da pós-utopia, o livro de poemas de Laranjeira *O vento que passa*.

Mas os textos que mais fundamentamente abordam *o mito Pires Laranjeira* e se aproximam da sua *vida verdadeira* são os de António Jacinto Pascoal e Lola Galdes Xavier. Estruturados e redigidos com fina sensibilidade, analisam com funda inteligência a totalidade da obra de Laranjeira, que consideram inseparável da respetiva vida. Uma obra que vai muito além dos estudos africanos, como escreve António Jacinto Pascoal:

A sua obra literária, quase sempre submersa pela barreira da ensaística, nas suas vertentes literária, sociológica, política, intelectual e afectiva (aqui, no mais temperamental sentido do termo), acompanhou incursões de expressão plástica (escultura, pintura e desenho). E a questão, com toda a sua brutalidade, surge: é somente um exegeta aquele cuja existência empírica afirma o seu vínculo iniciático com as artes plásticas, o jornalismo, a poesia?

Trata-se de uma obra que tem nos estudos africanos a sua causa maior, afirmada contra ventos e marés – sempre em maior número que os marinheiros, como observa o mesmo autor noutra passagem:

Trinta anos depois, a História deu razão a Laranjeira, quando, pelas fortes contingências da academia, se percebeu que, apesar do declínio do estudo das cinco literaturas africanas de língua portuguesa, foram elas, entretanto, que mantiveram cursos de mestrado evitando a sangria institucional da Universidade, concorrendo ainda para uma curiosa renovação camaleónica de alguns agentes de ensino, desesperadamente colados à tábua de salvação africana, pela qual compareceram à chamada da notoriedade, travestindo-se na vaga dos estudos pós-coloniais, e sustentaram ensaios, edições, departamentos e centros de estudo, além da cadeira de carvalho onde decididamente assentaram as nalgas, e o próprio emprego. *Nihil novi sub sole*. Pires Laranjeira assistiu a tudo isto nas barbas do bando.

Como ficou dito, o colóquio de 2021 assinalava também a passagem do 70.º aniversário da revista *Mensagem*, tema que serve de base a diversos artigos do presente volume: Fabíola Guimarães Pedras Mourthé, que considera conjuntamente a publicação luandense e a *mensagem* de Pires Laranjeira, Silvia Brunetta e Francisco Topa, ao passo que Carmen Lucia Tindó Secco se detém na análise das ressonâncias da figura mais representativa dessa geração, Agostinho Neto, na poesia angolana contemporânea.

O volume contém ainda artigos sobre outras temáticas, designadamente o de Luís Kandjimbo, sobre o herói épico autoexistente nas literaturas orais africanas, e o de Inocência Mata, a propósito da materialidade histórica da escrita da nação na literatura angolana.

O livro encerra com o *Catálogo da Exposição Bibliográfica José Luís Pires Laranjeira*, elaborado por Maria do Carmo Ferreira Dias, técnica superior da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A exposição esteve patente no Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra na semana do colóquio, em 2021.

Resta-nos esperar que esta modesta homenagem tricontinental atraia mais leitores para a obra de Pires Laranjeira e mais operários para a messe da causa das literaturas africanas. Nesta área, continua a haver muitos “caminhos que ninguém pisou”, como reza o primeiro verso do poema “Sombras”, de Agostinho Neto, o mesmo que encerra com o verso que deu título a este volume: *Em busca de todas as áfricas do mundo*.

Francisco Topa e Doris Wieser

O CONTEÚDO DESSE CONTINENTE: HOMENAGEM

The content of the continent: tribute

Pires Laranjeira

Resumo: Reflexões sobre as disciplinas/cadeiras de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, em Portugal, desde os anos 70. Principais correntes de teoria e crítica em Portugal e listagem de docentes e autores de livros, teses ou artigos que vêm contribuindo para marcar o panorama do estudo e divulgação dessas literaturas. Homenagem a todos os que têm contribuído para o ensino e investigação nesta área, sobretudo em Portugal. Alguns elementos do meu percurso e a minha homenagem aos que, de muitos modos, me auxiliaram.

Palavras-chave: Literaturas africanas; Portugal; balanço.

Abstract: Reflections on Portuguese-speaking African Literatures disciplines in Portugal since the 1970s. Major theories and critics in Portugal and relation of academics and book authors, thesis and articles that have been contributing to the study and dissemination of these literatures. Tribute to all those who have contributed to teaching and research in this area, especially in Portugal. Some elements of my journey and my tribute to those who, in many ways, helped me.

Keywords: African literatures; Portugal; overview.

Completei 50 anos de dedicação à literatura angolana (como crítico e divulgador) e 40 anos dedicado às Cinco literaturas africanas de língua portuguesa (como investigador e professor). Seguem-se algumas páginas de reflexão sobre essa maravilhosa experiência cheia de dificuldades e canseiras, superações e alegrias. Antes disso, fui escriturário judicial (durante dois anos), cumpri serviço militar (um ano em Portugal e dois em Luanda) e tornei-me jornalista (num curto período em Luanda e cerca de quatro anos no Porto). Essas vivências confluíram, como não podia deixar de ser, para o meu percurso universitário. Não é o universitário também um burocrata, um inquiridor e um

praticante de tiro ao alvo? Além do mais, percorri muitos países (sobretudo o Brasil), antes e durante esse percurso docente, e estive em Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Não há coincidências, apenas encontros e desencantos. Sou um romântico apaixonado pelas literaturas africanas, que vieram ao meu encontro. E que marcaram definitivamente a minha vida, desde Luanda.

Os estudos literários, como hoje os conhecemos, aplicados ao objeto chamado “literaturas africanas”, ou desdobrado em Cinco países, em Portugal, surgiram no contexto do pós-Revolução de 25 de Abril de 1974 e no processo das independências africanas. Instituíram-se, então, pela condição material que o Estado português forneceu para uma renovação epistémica.

As Literaturas Africanas, enquanto disciplinas, ficam a dever-se a Manuel Ferreira, que muito trabalhou para as conseguir instituir, depois da Revolução dos Cravos, na FLUL, ao contrário do que outros afirmam, como Alberto Carvalho (da FLUL), que, num texto incluído num livro, resultante de um colóquio, organizado por Francisco Topa (Porto, 2017: 33-45), atribui a criação a Jacinto do Prado Coelho e Fernando Cristóvão, por serem catedráticos, estarem vinculados à Comissão Científica de Departamento da sua Faculdade e, por conseguinte, terem a possibilidade legal de apresentarem a proposta, institucional e formalmente, porque Manuel Ferreira não podia, não sendo catedrático. Não é por acaso que o nosso colega articulista não valida que Manuel Ferreira desenvolveu esforços, agindo para essa finalidade, ao cativar vontades, incluindo a dos próprios catedráticos. E é por isso que, de modo a justificar o seu tratamento do processo, colocando todo o mérito exclusivamente nos catedráticos, explica: “me irei confinar aos factos empíricos, interpretando-os como tese relativa à instituição escolar destas literaturas (...) Por se tratar de uma proposta da responsabilidade de Professores Catedráticos, que não se poderia reger por critérios oportunistas” (idem: 33 e 35). Trata-se de um testemunho apresentado como factual e objetivo, mas que parece ter como finalidade obscurecer o papel desempenhado por Manuel Ferreira. Não toma em consideração os bastidores e baseia-se nos laudos oficiais. Mas basta ler o artigo para perceber que o próprio Alberto Carvalho concede a si próprio um

papel nessa história, que, em proporção, se agiganta em relação ao labor produzido por Manuel Ferreira. E torna-se estranho que não mencione Ana Mafalda Leite e Inocência Mata como docentes, tendo aquela começado a carreira ainda em 1978. É por estas congeminções e ocultações que continuo a defender que as Literaturas Africanas, enquanto disciplinas de ensino, em Portugal, dão tiros nos próprios pés, por uso indevido de algumas caçadeiras.



Manuel Ferreira, com Orlanda Amañlis¹

Manuel Ferreira defendia uma “Escola portuguesa” dos estudos literários africanos, que nunca existiu enquanto conjunto de indivíduos irmanados por uma estratégia comum, num ideal ou finalidade a perseguir, mas somente enquanto coincidência empírica, ou conjunto, minoritário, é certo, com experiência no tempo colonial e posicionamento anticolonial, ou não, nos territórios africanos. Essa experiência no terreno ajudou ao posicionamento anticolonial

¹ Fonte: <<https://www.barrosbritto.com/12720.html>>.

(e pós-colonial *avant-la-lettre*). Tiveram essa experiência, entre outros, Manuel Ferreira, Alfredo Margarido, Salvato Trigo, Ana Mafalda Leite ou Francisco Soares (este, no século atual). E podemos sempre acrescentar, com outro viés, os nascidos em África, que têm feito um percurso em Portugal: José Carlos Venâncio, Sheila Khan, Inocência Mata, Mário António Fernandes de Oliveira ou Ana Paula Tavares (alguns nem sempre enquadrados em lugares de docência).

Manuel Ferreira começou o seu percurso como neorrealista e militante das causas culturais africanas, desde os anos 40, em Cabo Verde, onde cofundou a revista *Certeza*, e foi um partícipe da própria literatura cabo-verdiana, reconhecido, hoje, como um dos seus escritores, numa receção acolhedora, aqui e ali com vozes excludoras. Alfredo Margarido foi igualmente um militante, nos anos 50-70, tendo mesmo sido expulso de Angola pelas autoridades coloniais. Ambos casaram com escritoras africanas, nos seus anos de formação e militância, respetivamente, com Orlanda Amarílis e Maria Manuela Margarido. Essa capacidade de *outrar-se*, de assumir um outro discurso, tornando-se um sujeito votado ao Sul, é a imagem de marca de algumas personalidades portuguesas excecionais, não só de investigadores e críticos como Manuel Ferreira e Alfredo Margarido, mas, ainda com mais intensa capacidade de transmigração, como a dos intelectuais João de Freitas (o poeta João-Maria Vilanova, de Angola), António Quadros (o poeta Mutimati Barnabé João ou Frey Ioannes Garabatus, de Moçambique) e Sebastião Alba (também de Moçambique) ou Fernando Marques (o escritor Sum Marky, de São Tomé e Príncipe), sobretudo numa época em que esse mergulho na africanidade, dessa forma, podia ser difícil, subversivo e de imprevisíveis consequências, inclusive políticas e judiciais. Manuel Ferreira estaria a pensar nisso quando falou nessa existência de uma “Escola portuguesa”, com específicas características, não cabendo nessa atitude classificatória qualquer aproximação ao luso-tropicalismo. Pelo contrário, alguma espécie de tragicidade terá atingido alguns desses protagonistas, que relevam da teoria da literatura, mas também de outras disciplinas. Penso que a capacidade de poder *outrar-se em poesia* angolana e não poder *outrar-se em pessoa* angolana terá contribuído para o suicídio, aos 70 e poucos anos de idade, desse poeta angolano (português de nascimento e condição) chamado João-Maria Vilanova.

A constituição do objeto instituído, num primeiro tempo (anos 70 e 80), como “literaturas africanas de expressão portuguesa”, passando-se, depois, a outras denominações grupais ou (mais) individualizadas, foi indissociável do enquadramento legislativo do Estado português, institucionalizando-se no ensino superior, primeiro localizadamente em Lisboa, na FLUL, e, depois, com a criação, na licenciatura de Estudos Portugueses, nas Faculdades de Letras, das chamadas “cadeiras” (disciplinas), com a designação de “Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa”, pelo decreto-lei n.º 53 de 1978, do Ministro Sottomayor Cardia. Essa constituição do objeto implicou, portanto, uma *sistematicidade* no ensino superior, ou seja, o aparecimento de *profissionais* da matéria: docentes, investigadores, críticos.

Não há crítica da literatura angolana, moçambicana, cabo-verdiana, são-tomense e guineense ou teoria das literaturas africanas, na sua generalidade, que ganhe corpo ou seja posta à prova exclusivamente na Europa, nas Américas ou noutros espaços. É condição de uma crítica das literaturas africanas, ou, melhor, de uma teorização específica de cada literatura, a existência de produção reflexiva *endógena ou afrocentrica* e, por isso, só as instâncias nacionais de legitimação a podem proporcionar, ainda que a teoria da literatura, tal como a própria literatura, tenha tendência para a deslocalização e a totalização.

Existe ainda, portanto, quanto ao conjunto da circulação em Portugal das literaturas desses países, alguma distorção de mercado (conquanto publicar o que se tem publicado seja benéfico), na receção e no funcionamento nos circuitos da cultura que é assimilada, inclusive nos do ensino superior. São distorções normais em qualquer mercado das letras, mas, para o caso africano, elas têm implicações que resvalam para resquícios de luso-tropicalismo, de colonialismo cultural e colonialidade pós-independente. A não existência de suficientes textos africanos de leitura integral no ensino básico e secundário, e mesmo de textos esparsos significativos, variados, e de autores diversificados, é a prova da distância entre o discurso oficial da chamada lusofonia e a prática do Ministério da Educação e das instituições que têm como incumbência promover a leitura.

O paradigma dos estudos pós-coloniais, usado pelos africanos, americanos (isto é, do continente americano) e europeus, e somente para referir aqueles que mais se dedicam às literaturas africanas de língua portuguesa, contribui para a crítica ao peso do passado e dos constrangimentos atuais na modelação

de uma *teoria parcial das literaturas africanas*, mas é notório que a pretensão totalizadora (tal como a da teoria crítica, dos estudos culturais ou, por exemplo, dos estudos subalternos) releva de explicações socio-históricas, políticas e ideológicas oportunas e operatórias, mas falha, muitas vezes, quando se perde de vista o teor estético, linguístico, imaginário – quer dizer: semiótico e, insistindo sempre, filológico – e, além do mais, local e regional, de uma parte importante dos textos literários e seus discursos, quando não se pode aceder a todos os *dados do problema*.

Não deveria existir a incompatibilidade entre a análise linguístico-discursiva e a interpretação (textual) extensional, mas, por vezes, quando a visão é extra-africana e extranacional, para já não dizer extrarregional, implicando variadas perspetivas críticas, sem acesso a uma parte considerável dos *dados do problema*, o que pode resultar é um discurso crítico aplicado de modo mecanicista, generalista ou inclusive em jeito de *bricolage*, desfasado da compreensão simultaneamente alargada, integrada e micrológica do objeto. Apenas quatro exemplos do que já aconteceu: classificar-se a poesia de Paula Tavares como de “diáspora”; o poeta Craveirinha como pertencendo a um “entre lugar”; a obra de Mía Couto como “mestiça”; José Eduardo Agualusa como escritor angolano, português e brasileiro. Não vale a pena referir as fontes e é de boa camaradagem afirmar que todos incorremos em falácias. De qualquer modo, a poesia de Paula Tavares independe do lugar onde a autora esteja e os sujeitos ou sujeitas poéticas escreveriam tal e qual, estivessem no Lubango ou em Lisboa ou em Nova Iorque. Porque ela foi por um caminho de afirmação de culturas étnicas ligadas à Huíla e de uma sensibilidade dita “de mulheres” ou “feminina”, todavia não constituindo isso uma explicação cabal para o seu mérito, que passa muito mais pela oficina estética e linguística. Craveirinha situa-se num “entre lugar”, como? A Mafalala de Lourenço Marques era um “entre lugar” ou os seus textos provam que os sujeitos poéticos pertenciam a duas culturas ou a três? Não. Pertencem à cultura moçambicana, que é feita de variados componentes, um autêntico mosaico, ora em recomposição, ora em fusão, ou, pelo menos, para ela desejando eventualmente avançar. Mas praticamente nenhum ser humano, em Moçambique, fica num “entre lugar”. Pensar assim é pensar segundo uma abordagem de antropologia para-colonial travestida de vanguarda. Não há poesia negra, nem mestiça, nem branca. Há autores

negros, mestiços, brancos, o que seja. Existem textos com temáticas, ideologias, semânticas e sentidos variados, que podem mudar radicalmente num mesmo autor. Mia Couto faz literatura mestiça? Afirmar isso quanto a Mia Couto, sendo branco, conhecendo muito bem o seu país e transplantando para os seus textos mil histórias ouvidas em todo o lado, numa linguagem que não é oral, nem popular, mas erudita, criativa, significa que é mestiço ou faz textos mestiços ou que o seu processo de vida ou de escrita é atingido pela mestiçagem? Impossível, porque faz literatura moçambicana, somente isso, apenas diferentemente de Eduardo White, Noémia de Sousa, Paulina Chiziane ou Ungulani Ba ka Khosa. O problema principal não reside obviamente na literatura como textualidade multifacetada, muito bem analisada desde sempre, mas nas abordagens teórico-práticas, que parecem deslindar algo oculto, todavia recaindo em conceitos *guarda-chuvas*, onde cabe, por vezes, um sentido inadequado. Voltemos ao “entre lugar”, sintagma que parece lembrar que o sujeito do texto não se situa em lado algum. Seja qual for o teórico que o defina, à partida, já perdeu na definição, por não se poder definir algo sem ser um objeto bem delimitado. Daí que a espacialidade contenda com a subjetividade e a temporalidade. Procuraram definir o “entre lugar” S. Santiago, E. Glissant, A. Moreiras, H. Bhabha, W. Mignolo, S. Gruzinski, Z. Bernd, M. Pratt, A. Pizarro, S. Pesavento (cf. Figueiredo, 2005: 125-141, onde há sugestões para leituras, mas não de teóricos africanos), mas, obviamente, poucos africanos optaram por tal gesto. Alguém sujeito a uma conotação de que não tem um lugar, uma pertença, como se não tivesse nenhuma? Por muito que se possa pensar em algo ou alguém cuja pertença, identidade ou radicação cultural (origem?) abranja mais do que uma, duas ou três componentes, proveniências ou origens, isso prejudica o estabelecimento do conceito de “entre lugar”, pela necessidade pragmática de uma topologia que sempre se associa a alguém ou algo. Finalmente, a existência de algo ou alguém “sem lugar” ou “entre (um, dois ou três) lugar(es)” não é uma excecionalidade muito especial, um indivíduo, um sujeito que está sujeito quase a uma condição de não pertença? Há escritores, artistas, pensadores, intelectuais desses? Há, mas não são grupos sociais amplos. Logo, “entre lugar” pouco significa.

A educação pelas Humanidades, pelo alargamento e aprofundamento da leitura (e sobretudo da leitura literária, que é o campo aqui em questionamento,

incluindo o sentido filológico), como aprendizagem cívica, democrática, cultural, ética e estética, só é possível, na língua portuguesa, através da sua diversidade e dos seus variados textos, onde as literaturas africanas podem desempenhar o papel insubstituível de revelar a *personalidade* política, jurídica, social e cultural, isto é, civilizacional, de povos que os portugueses subjugaram e subalternizaram.

O endogenismo de alguma teoria em relação às literaturas africanas já foi apontado, inclusive por Luís Kandjimbo, no IV Congresso dos Professores de Literaturas Africanas, realizado em Ouro Preto, em que ele deu claramente a entender que nos deparamos com uma comprovada disjunção ao nível empírico, que facilmente esquecemos ou fazemos por esquecer: existe um *nós* (os africanos) e um *vós/eles* (os outros), nesta gramática relacional da verbalização de *lugares de fala*. A expressão “lugar de fala” entrou na teoria, mas é equívoca, porque a fala apresenta-se sempre como enunciação discursiva no campo da língua, pondo em cena relações de enunciação ancoradas em pressupostos de referencialidade ou representação, não necessariamente de mimetização e presentificação. Enunciar constitui um modo de encenar uma relação semântica entre campos de indiciação objetual. Nunca é líquido que a fala represente ou se refira ao local de onde se fala, nem sequer à condição ou materialidade de quem fala ou mesmo de visão de mundo / doutrina / ideologia. O discurso surte o seu efeito quando se articula com a resposta que suscita, sendo, pois, dependente do discurso que responde, que lhe corresponde. A teoria expendida a partir de posições (filosóficas, vivenciais, espaciais) que não sejam as dos próprios sujeitos africanos, é, decerto, de grande utilidade e operacionalidade, mas não se pode esperar mais do que um diálogo entre pares (fecundo ou de surdos) através dos textos publicados e, por vezes, alguma natural rejeição, como quando se opera com imagens de Próspero e Caliban. Há sobejos exemplos de rejeição da aplicação da grelha shakespeariana (calibanésca) às literaturas africanas, eu próprio que o diga, e é por isso que o digo.

As literaturas africanas de língua portuguesa (angolana, moçambicana, cabo-verdiana, são-tomense e guineense), porque escritas nessa língua, por autores em que ela é materna ou de alfabetização, e porque geralmente não escrevem noutra (excetuam-se os que escrevem também ou somente em

línguas crioulas ou nalguma bantu, neste caso, pouquíssimos deles), procedem de um longo processo de maturação em que a escolarização foi efetuada não só na língua portuguesa, mas também, e com maior importância para o caso, na cultura portuguesa. Acrescenta-se a essa formação inicial a componente da cultura brasileira. Recorde-se que, por um lado, ela se tornou emancipada, independente, mas, por outro, também foi ferida pela colonialidade advinda do tempo colonial, manifestando-se, por exemplo, no cânone literário excluyente dos negros, mesmo quando estes produziram textos, ignorados ou rasurados pelas instituições.

Seria sempre muito limitador descrever, analisar, desvendar, interpretar ou avaliar essas literaturas com instrumentos epistémicos exclusivamente “do Sul”. No entanto, há investigadores propensos a essa tendência *endogenista*. Não constituem uma maioria, de modo nenhum, mas que existem, existem, e insistem num endogenismo africano. Pode ser uma opção, por certo, desde que não haja recusa liminar de outras perspectivas, e parece ser o caso, mas fica sempre um desconforto de quem, não sendo originário desse Sul, se sente observado como estranho. É universalmente considerado que o lugar por excelência da análise seja o do espaço referencial de cada literatura, neste caso o Sul, pelos primeiros implicados e empenhados na circulação dos textos: os do Sul. Em primeiro lugar, o Sul é uma localização geográfica ou, alargando o âmbito, geoestratégica, que se pode entender, de facto, como uma extensa região do mundo, onde tem sido construído um pensamento próprio, original, que municiou a luta contra a dominação económica, política, social e cultural do Norte e que exerceu verdadeira influência, como se sabe, sobre os intelectuais não só do Sul, como daqueles que, no Norte, de algum modo, procuram associar-se aos do Sul nas suas lutas pela contra-hegemonia.

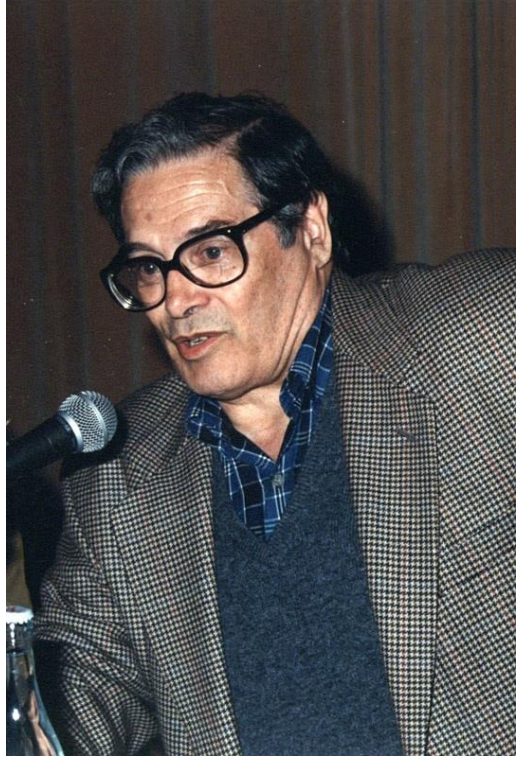
Alguns nomes são já clássicos e sintomáticos da diversidade de perspectivas científicas e ideológicas, áreas de atuação e posicionamentos metodológicos: Cheik Anta Diop, Amadou Hampâté Bâ, Paul Hountoudji, Abiola Irele, Valentin Mudimbe, Ngugi wa Thiong’o, Téphile Obenga, Molefi Asante, Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral, Carlos Lopes, Severino Ngoenha, Alioune Diop, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Achille Mbembe, Beatriz Sarlo, Walter Mignolo, José Carlos Mariátegui, José Martí, Roberto Fernandez Retamar, Hommi Bhabha, Edward Said, René Depestre, Édouard Glissant, Patrick Chamoiseau, Cornejo Polar, Abdias do Nascimento, Antonio Candido, Sil-

viano Santiago, Arjun Appadurai, Gloria Anzaldúa, Aijaz Ahmad, Gayatri Spivak (é óbvio que se podia alongar a listagem).

Compreende-se que existam intencionalidades ideológicas de lugar de enunciação e construídas com fontes locais e de proximidade, mas, como é evidente, uma visão da África a partir exclusivamente do continente fundamentalmente chamado “negro” (visão endógena), tanto como da Ásia e das Américas Central e do Sul, corre o risco de se enclausurar, não dialogando extensamente com fontes de pensamento progressista e libertador da Europa. É hoje claro que se encontra na obra de Walter Mignolo uma extensa explanação de teorizações sobre e dos subalternizados e oprimidos, que dialogam com os teóricos do ainda chamado “mundo ocidental”, como Marx, Nietzsche, Hegel, Kant, Freud, Lévinas, Heidegger, Lacan, Foucault, Derrida, Deleuze, Arendt, e com os que, como Amin Malouf ou Abdelkebir Khatibi, igualmente criticam a dupla consciência das teorias surgidas nas universidades euro-americanas e das teorias do arabismo islâmico.

Também é notório que, por exemplo, a teorização pós-colonial da subalternidade se formou e foi disseminada a partir da escola indiana do pensamento local sobre a história do próprio país, daí derivando a intervenção teórica de Gayatri Spivak. Porém (e este “porém” não é irrelevante), formulou-se com o contributo das conhecidas postulações de Antonio Gramsci elaboradas na prisão do fascismo italiano e da *Nouvelle Histoire* francesa (dos *Annales*), em que pontificaram Braudel, Bloch ou Le Goff. Isto não pode significar, em caso algum, que um pensamento do Sul deveria ser fabricado exclusivamente com elementos teóricos sulistas (reflexões desconhecedoras dos saberes do Norte), por tal ser impossível. Não se pode aceder a uma construção epistemológica moderna que seja isolada do conhecimento e do saber do mundo. Por isso, torna-se surpreendente, para não dizer (dizendo) suspeito, observar que uma argumentação baseada nos estudos pós-coloniais sobre literaturas africanas de língua portuguesa possa ignorar sistematicamente os contributos de um Alfredo Margarido ou de um Manuel Ferreira, quando, sem estarem conscientes dela, detinham posições aproximadas, coetâneas, ou, ao menos, precursoras.

Não se entende que, cada vez mais, seja uma prática ensaística usar apoios teóricos de segunda ou terceira categoria, quando existem teorizadores portugueses e outros abalizados, incluindo os africanos de língua portuguesa,



Alfredo Margarido

que avançam propostas interpretativas adequadas. Desde Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto ou Amílcar Cabral, passando por Alexandre Pinheiro Torres, Fernando J. B. Martinho, Ana Mafalda Leite, Inocência Mata, Salvato Trigo, Francisco Soares, Benjamin Abdala Junior, Maria Aparecida Santilli, Laura Padilha, até Michel Laban, Jean-Michel Massa, Gerald Moser ou Russel Hamilton (refiro estes outros nomes com a consciência de que há faltas). No campo africano, além dos já referidos, desde Luís Kandjimbo, ao estudar formas de nativismo, até Francisco Noa, ao pesquisar o relevo da literatura colonial na formação do gosto literário dos escritores moçambicanos, passando pela antropologia do imaginário ancestral de Virgílio Coelho ou pela teorização artística de Adriano Mixinge, pela revisão de alguma filosofia bantu ou da poesia de Agostinho Neto, de Pedro Francisco Miguel, praticam-se estudos culturais, da subalternidade e da pós-colonialidade sem conceitos ou imagens deles devedores, devendo referir-se ainda Nataniel Ngomane, Lourenço do Rosário ou Fátima Mendonça.

Compreende-se mal que professores em aulas ou orientadores de mestrado e doutoramento não recusem o recurso a artigos, ensaios ou livros que pouco acrescentam e, inclusive, apresentam falhas factuais. Acentuam-se os sinais de produção em cadeia, como numa série fabril, mas com falta de controle de qualidade. Trata-se de um alerta e jamais de minorizar ou derruir o sistema. E, por falar em sistema, o do ensino europeu das Humanidades e Ciências Sociais, com o Processo de Bolonha, ao reduzir as licenciaturas a três anos letivos, empobreceu a formação da juventude e das carreiras profissionais. É inadmissível que um estudante de Medicina tenha muitos anos de licenciatura e de formação até poder exercer profissionalmente e um outro, de Língua Portuguesa e Literaturas Africanas, possa ser lançado profissionalmente, com mestrado e doutoramento, em oito ou nove anos, antes dos 30 anos de idade, julgando-se habilitado em Cinco literaturas de um continente de que pouco conhecerá.

Quanto aos textos literários, deparamos com desconhecimentos dos poderes culturais instituídos, que fundamentam determinadas escolhas – que entram no cânone mediático e nos cânones escolares do Ensino Básico, Secundário e Superior –, ignorando outras possibilidades, como, por exemplo, o romance *Chico Nô* (2008), do angolano Jacinto de Lemos, com mais de 700 páginas (que incluem extenso glossário e entrevista), publicado na Praia, Cabo Verde, em edição limitada do autor, cujo enredo se desenrola nos musseques de Luanda, entre gente marginal e marginalizada, castiça, com linguagem popular e dialógica (contendo, inclusive, dezenas e dezenas de diálogos tradicionais e contando inúmeras peripécias). Nos países de língua oficial portuguesa, nunca surgiu uma editora transnacional, similar às de língua inglesa ou espanhola, que se descentralizasse pelas diversas capitais e cidades principais, da dita Lusofonia, e oferecesse edições acessíveis aos leitores. O fomento da leitura é tão importante como o incremento da boa alimentação, mas, quando chegarmos ao 50.º aniversário das democracias em português, onde estará a democracia da leitura e, no que nos diz respeito, da leitura das literaturas africanas de língua portuguesa oferecidas às crianças e jovens de todos os territórios regionais e nacionais?

Tomei conhecimento da literatura angolana – como consensualmente se poderia referir tal objeto – antes da independência, quando era difícil conhecer,

no território angolano, em regime colonial, a verdadeira e inteira literatura (representativa) de Angola. Foi no período de outubro de 1972 a outubro de 1974, em que fiz crítica literária no *Diário de Luanda* e, depois, n' *A Província de Angola*, por dádiva, respetivamente, de Manuel Rodrigues Vaz e Carlos Ervedosa, aquele tendo ficado um amigo para sempre, e este, generoso patriota que me honrou com a inclusão no *Roteiro da literatura angolana*, ambos fulcrais para o percurso que me coube trilhar. Vivi as consequências do 25 de Abril de 1974 em Luanda e continuei, até hoje, a deixar-me marcar pela política, história e cultura do continente africano, e a acompanhar, quanto pude, a evolução dos Cinco países.

Acompanhei, enquanto crítico em jornais e revistas e, depois, como professor, a rápida evolução e reforço das Cinco literaturas, tendo-me dedicado a comprar e a ler tudo o que podia alcançar (textos literários e teóricos), para não perder de vista os desenvolvimentos acelerados, até 2012, quando abandonei de livre vontade a coluna de crítica no *Jornal de Letras, Artes & Ideias* (Lisboa), e, nesse instante, deixei de adquirir compulsivamente livros, revistas e outros materiais, também de culturas e história de África, entre outras matérias.

Conheci pessoalmente dezenas de escritores, como era usual, e assisti ao surgimento dos seus textos, escrevi sobre muitos deles, para um verbete, uma crítica ou ensaio, participei em esperanças, deslumbraamentos e processos literários, mas privei com muito poucos deles, ou por razões espúrias, de normalidade, ou porque, por opção estratégica e ética, quis manter a independência, o distanciamento e por não gostar de misturar trabalho e conhaque numa “pro/fusão” de compromissos com e sem liberdade. Falhei compromissos e deixei de escrever sobre textos, autores e temas que sabia importantes para o público, mas por incapacidade de cumprir. Em certos casos, sempre que pude, procurei que outros (mestrandos e doutorandos) escrevessem sobre temas e autores a que não me podia dedicar, inclusive porque não liderei projetos financiados, por razões que não interessa desenvolver neste espaço. Mas, tendo orientado cerca de meia centena de teses de doutoramento e de dissertações de mestrado (em partes sensivelmente iguais), houve quem aceitasse sugestões para tratar de assuntos e autores que recomendei, sem nunca impor. Em alguns casos, continuo a pensar que deviam ser publicados os resultados, as teses, os artigos, em forma de livros impressos. Pode ser que ainda aconteça.

Tive muito trabalho, muito mesmo, para uma pessoa só. Alguém disse, e essa frase constitui um lapidar panegírico, sem que a pessoa se tivesse apercebido: “Nem sei como o Pires conseguiu aguentar até aos 70 anos!”. Na segunda metade da docência, três disciplinas de licenciatura, uma de mestrado e outra de doutoramento, e, mais ainda, por vezes, durante os primeiros 20 anos, com outras disciplinas não-africanas, orientações formais e informais (no gabinete e no bar da FLUC ou nos corredores, tanto ou menos do que à mesa de cafés, ao telefone ou Skype, estivesse em Portugal ou fora), artigos, capítulos, resenhas, verbetes, viagens, colóquios, congressos, aulas, pequenos cursos, visitas a escolas secundárias e mesmo básicas (na Guiné-Bissau, por exemplo, ou no Brasil), apresentação de livros, enfim, a roda-viva de viver um tempo de edificação de Cinco literaturas já com décadas, pelo menos 150 anos de *corpus* ou ainda mais longa duração. Tudo isso contribuiu, e de que maneira (que a vida é muito mais ampla do que podemos especular), para tornar a jornada uma vertigem, um vórtice de descobertas, uma viagem alucinante de (des)encantamentos, (des)ilusões, bastidores, trabalho de escuta, escrita e escravidão voluntária – simbolicamente de *Conviviorum Vivendi Voluptas*.

À ciência possível da literatura, ajuntei a militância cultural (outra forma de dizer “interação com a sociedade” ou mesmo “divulgação”) e o dever que sempre senti da divulgação dessa *matéria negra* de estética e engajamento, compromisso. Afinal, tratava-se de Cinco literaturas que renasciam com as independências políticas e assoberbavam as mentes, mas nem sempre eram bem recebidas e, por isso, se pode, com propriedade, falar de luta pela expressão e enobrecimento de vozes marginalizadas ou subestimadas, quer nas universidades portuguesas, quer noutras, e nas sociedades ditas “ocidentais” e suas instituições, meios e redes de comunicação social.

Apliquei as táticas e estratégias que considerei necessárias nesse combate cultural e científico, com rudeza e acrimónia, às vezes, como era requerido, e também por feitio e reação aos choques. Nunca a docência e a investigação devem ser, no ensino superior, um percurso de autoritarismo e exercício de poder individual, mas, na verdade, há alturas em que tal desmando nos aparece pela frente como que obrigando a uma luta corpo a corpo, um combate e, tantas vezes, uma guerra, mais do que um confronto aceitável. São as perplexidades com a documentação, os textos, com autores, teorias, confrontos com públicos,

com estudantes e, evidentemente, com as forças ostensivas instaladas nos poderes verticais alicerçados em cabimentos institucionais, arrogâncias e falsa democracia universitária. Para que um universitário dedicado à área de Africanas não se deixe subjugar, nem intimidar, por muito que outras áreas do saber queiram dificultar o que não conhecem e consideram inesperado, e não me refiro exclusivamente a Portugal, é preciso estar preparado. Nunca esqueci que a literatura, enquanto instituição, implica cultura, saber, memória e criatividade, mas também poder, ambição, transação, tradução, traição, negociação, premiação, glória e jogos de bastidores – como tudo na vida corrente. O investigador, o crítico, o docente, o professor, o divulgador, não pode, não deve ser apenas um títere ou um interesseiro egocêntrico, mas uma mente livre, independente, objetiva e solidária – dentro do possível, é claro –, conceitos esses em nítida perda, quase escatológicos.

Fico satisfeito, orgulhoso e reconhecido pelo reconhecimento do meu trabalho, que tem sido um trabalho com os outros, aqueles que queiram partilhar, colegas, estudantes, orientandos – eu, que nunca quis ser professor, que nunca frequentei qualquer curso de didática ou pedagogia –, mas afirmo, com veemência e convicção, que a listagem de companheiros/as de percurso profissional e crítico, com suas lacunas, surge aqui também como tributo, porque acho que esta *tribo*, com suas diferenças, (o)posições, contradições, erros, conquistas e afirmações quanto à receção e engrandecimento dos autores e textos dessas literaturas, merece a congratulação e o júbilo de uma caminhada que tem arrostado com muitas barreiras e dificuldades variadas. Sendo colegas e, por vezes, inevitavelmente, pontualmente, adversários de convicções, opções ou gostos, o que importa é que, sempre que escrevemos ou falamos, temos estado juntos no esforço de compreender, investigar e divulgar as Cinco literaturas africanas.

Em Portugal, os paradigmas teóricos de abordagem desse objeto que temos vindo a designar, ao longo de mais de 45 anos, de várias maneiras, o que demonstra a oscilação concetual da nomeação, ao sabor da vertigem dos vários campos teóricos e da própria teoria da literatura e do pensamento descolonizador, podem descrever-se como abrangendo, pelo menos, uma dúzia de moda-

lidades. Os principais representantes dessas modalidades teóricas são aqui referidos mais adiante devido aos textos analíticos e críticos e sua atividade profissional e respetivas repercussões em públicos variados, que os tornaram (re)conhecidos na área, independentemente de terem enveredado, em fases distintas, por novas perspetivas críticas. Tiveram alunos, orientandos de mestrado e doutoramento, publicaram livros e artigos, participaram em colóquios e apresentaram livros, estiveram em debates e fizeram conferências em Portugal e noutro países, organizaram ou colaboraram em congressos e outros encontros científicos, resgataram autores desconhecidos, esquecidos ou não publicados em livro, vasculharam arquivos e bibliotecas, chegando até a publicar alguns desses livros arrancados ao olvido, enfim, contribuíram decisivamente para que as literaturas dos Cinco se impusessem nos currículos escolares, no ensino superior, no ensino secundário e no básico, na sociedade, sendo aqui arrolados, os mais representativos, inclusive pelo critério de longa duração da sua atividade. Depois, a restante lista, mais extensa, procura contemplar, entre outros aspetos, aqueles personagens que ensinaram, publicaram livros e divulgaram as literaturas. Devem faltar nomes, mas servi-me da memória e da minha biblioteca. Não existiu qualquer intenção de riscar fosse quem fosse.

Desde o historicismo ao marxismo associado ao estruturalismo genético, até ao estruturalismo *tout court*, semiologia, etno-culturalismo, crioulisto/estilística, socio-crítica, estilística, estudos pós-coloniais/subalternidade, literatura-mundo e comparatismo, filologismo, teoria da receção, sociologia da literatura, semiótica textual, e outras tendências, serviram-se dos instrumentos que julgaram como mais adequados. Esses homens e mulheres têm contribuído para a receção, crítica e divulgação das Cinco literaturas em Portugal: Alberto Carvalho, Alfredo Margarido, Ana Mafalda Leite, Ana Maria Martinho, Fernanda Cavacas, Francisco Soares, Francisco Topa, Inocência Mata, José Carlos Venâncio, Lola Geraldes Xavier, Manuel Ferreira, Mário António Fernandes de Oliveira, Salvato Trigo.

Refiram-se também os nomes de outros professores e autores, alguns não necessariamente docentes do ensino superior ou sequer no ativo, que têm livros ou artigos constituindo contributos assinaláveis e consideráveis, além de terem defendido em Portugal as suas teses de doutoramento, de seguida publicadas noutros países: Alberto Oliveira Pinto, Ana Lúcia de Sá, Ana Margarida Fonseca, Ana T. Rocha, Antonio de Pádua de Souza e Silva, António Martins,

Armindo da Costa Gameiro, Cândido Beirante, Carla Ferreira, Catarina Rodrigues, Celina Martins, Cristina Vieira, Doris Wieser, Elena Brugioni, Elisabeth Ceita Vera Cruz, Elsa Rodrigues dos Santos, Eugénio Lisboa, Fabrice Schurmans, Inês Nascimento Rodrigues, Jessica Falconi, Joana Passos, Leonel Cosme, Margarida Calafate Ribeiro, Margarida Fernandes, Maria-Benedita Basto, Maria Cristina Pacheco, Maria de Lurdes Sampaio, Maria do Carmo Mendes, Maria do Céu Bouça Gomes, Maria Fernanda Afonso, Maria Luísa Baptista, Maria Manuela Araújo, Maria Rosa da Rocha Valente Sil Monteiro, Sheila Khan, Petar Petrov, Rui Guilherme Gabriel. Somos todos devedores de todos.

Somos os viandantes das literaturas africanas.

Ao contrário do que, por vezes, se especula, os estudos literários africanos estão em recessão em Portugal, ainda que, com a reforma de Bolonha, possam aumentar os pequenos seminários, as teses e os projetos de investigação, em aulas de cursos alargados, como em Estudos Portugueses e/ou Lusófonos, ou de laboratórios e centros de investigação. Acontece que a obrigatoriedade de produção crítica tem conduzido a uma espécie de *industrialização*, ou *comercialização*, de colóquios, mesas-redondas, teses, artigos, falas, etc. Produzir discurso pode ser positivo, se se verificar que o ruído, a repetição, não prevalecem. Esperemos que não. Tem de se confiar nas novas gerações. Mas os sinais apontam para a repetição com poucos limites.

Embora o país não seja somente Lisboa ou Porto, a tendência tem seguido na direção do afunilamento de oportunidades, de cortes no orçamento para a investigação em humanidades, de redução de estabelecimentos de ensino superior com cadeiras e atividades relacionadas com as literaturas africanas, de extinção de cadeiras de literaturas africanas (tem acontecido, por exemplo, na Universidade Católica, no seu polo de Viseu, e nas Universidades do Algarve e de Évora), inclusive com a aposentação ou retirada de atividade de muitos que não foram substituídos, sem haver renovação de pessoal docente e sobretudo geracional nas principais escolas do país. Tem de se acreditar em melhores tempos. Todavia, falando apenas em edições em papel e não na internet (é certo que podem surgir revistas *online*), o país não tem uma revista de estudos literários africanos, nem uma editora ou uma livraria especializadas na área africana em geral, nem mesmo *online*, assim prosseguindo a dependência da

publicação em revistas de outras áreas. As novas gerações deviam ter a oportunidade do contentamento e prazer estético de publicar numa revista como *África*, dirigida por Manuel Ferreira. Há sítios na internet que publicam resenhas e artigos, mas abrangem uma infinidade de áreas, desde a antropologia às artes visuais.

Trata-se de sintomas de décadas de que convirá extrair as devidas lições. Ou não.

Bibliografia

- AHMAD, Aijaz (1992). *In theory: classes, nations, literatures*. Londres / Nova Iorque: Verso.
- (1996). *The politics of literary postcoloniality*. In MONGIA, Padmini, org. *Contemporary postcolonial theory: a reader*. Londres / Nova Iorque / Sidney / Auckland: Arnold, pp. 276-293.
- (2003). *Linhagens do presente*. Rio de Janeiro: Boitempo.
- FERREIRA, Manuel (1989). *O discurso no percurso africano I*. Lisboa: Plátano.
- FIGUEIREDO, Eurídice, org. (2005). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF / EdUFF.
- GRAMSCI, Antonio (1964). *2000 pagine di Gramsci*. Milão: Il Saggiatori.
- (1973). *Cultura y literatura*. 3.^a ed. Barcelona: Península.
- LARANJEIRA, Pires, entrevistador (1973). *David Mestre: a poesia é um acto de insubordinação*. “Prisma”. 75 (ago.). Luanda: NOS, pp. 43-45.
- (2011). *Estudos Portugueses e Lusófonos: o valor matricial no país e estratégico no mundo (reflexões sobre a crise)*. “Revista de Estudos Literários”. 1. Coimbra: CLP / FLUC, pp. 331-349.
- LEITE, Ana Mafalda (2010). *Breve história, tópicos e questões sobre o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa*. “Cerrados”. 19: 30. Brasília, pp. 77-89.
- LEMOES, Jacinto de (2008). *Chico Nhô*. Praia: Edição do autor.
- MARGARIDO, Alfredo (1983). *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- MATA, Inocência (2008). *Literaturas africanas em Portugal: na senda de um imaginário migrante?*. In LARANJEIRA, Pires e XAVIER Lola Galdes, orgs. “Santa Barbara Portuguese Studies (As literaturas africanas de língua portuguesa)”. X. Santa Barbara: Univ. de Santa Barbara, pp. 27-38.

- MATESO, Locha (1986). *La littérature africaine et sa critique*. Paris: ACCT / Karthala.
- MIGNOLO, Walter D. (2011). *Historias locales / diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2008). *Um desafio a partir do Sul: uma história de literatura outra*. In RIBEIRO, M. C. e PADILHA, Laura Cavalcante, orgs. *Lendo Angola*. Porto: Afrontamento, pp. 177-191.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2002). *Entre Prospero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade*. In RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa. *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento, pp. 23-85.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2011). *Portugal. Ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2009). *Les subalternes peuvent-elles parler?* Paris: Ed. Amsterdam.
- (1999). *A critique of postcolonial reason. Toward a history of the vanishing present*. Cambridge / Londres: Harvard Univ. Press.
- THIONG'O, Ngugi wa (2001). *Décoloniser l'esprit*. Paris: La Fabrique.
- TOPA, Francisco, org. (2017). *Da preia à baixa-mar? 40 anos de literaturas africanas na FLUP*. Porto, Sombra Pela Cintura.

Dedicatória:

A Manuel Rodrigues Vaz, João Carneiro, David Mestre, Carlos Ervedosa, José Manuel da Nóbrega, Domingos Van-Dúnem, Vergílio Alberto Vieira, Luís de Miranda Rocha, Manuel Ferreira, Orlanda Amarílis, Leonel Cosme, Leston Bandeira, José Carlos Vasconcelos, Carlos Reis, Maria João Simões, Xosé Lois García, Lola Geraldés Xavier, José Ribeiro, Alfredo Margarido, Inocência Mata, Elsa Rodrigues dos Santos, Fernando Mourão, Bernard Mouralis, Claude Duchet, Tânia Roesing, Maria Aparecida Santilli, Benjamin Abdala Junior, Leão Lopes, Fátima Mendonça, Corsino Fortes, José Luís Hopffer Almada, José Luiz Tavares, Boaventura Cardoso, Rosa Cruz e Silva, José Luandino Vieira, Arnaldo Santos, Carlos Alberto Fonseca, Luandino Carvalho, Maria Eugénia Neto, Irene Neto, Elisalva Madruga, Rita Godet, Maria Nazeeth Soares Fonseca, Laura Padilha, Sílvio Renato Jorge, Jane Tutikian, Rita

Chaves, Tânia Macedo, Carmen Lucia Tindó Secco, Agnaldo Rodrigues, Mário César Lugarinho, Jorge Valentim, Maria Teresa Salgado, Manuel G. Simões, José Viale Moutinho, António Jacinto Pascoal, Íris Amâncio, Cristina Vieira, Rui Guilherme Silva, Ana T. Rocha, Solange Luís, Osvaldo Silvestre, Albano Figueiredo, José Cardoso Bernardes, Eliane Veras, Margarida Calafate Ribeiro, Phillip Rothwell, João-Maria Vilanova, Fabíola Guimarães Pedras Mourthé, Barbara dos Santos, Majda Bosic, Pádua Souza e Silva, Antónia Domingos, Andreia Oliveira Boia, Maria de Lurdes Sampaio, Francisco Topa e Doris Wieser, pela amizade, camaradagem, incentivo e apoio, aos quais este viandante das literaturas africanas presta homenagem. Agradeço a Doris Wieser as correções e sugestões finais.

I. Testemunhos

O MENSAGEIRO PIRES LARANJEIRA

Elisalva Madruga Dantas

U. Federal da Paraíba

Intelectual, por demais reconhecido no mundo das letras, principalmente, no universo das literaturas africanas de língua portuguesa, a quem se pode dar, sem titubear, por tudo que realizou e realiza em favor da divulgação, do ensino dessas literaturas, o título de Embaixador da cultura africana de língua portuguesa.

Ser embaixador é ser também um arauto, um mensageiro. Por sua vez, a palavra mensageiro, entre outros significados, nos remete também para anjo, personagem bíblico, religioso a quem se atribui sempre a função de guardar, reger e iluminar as pessoas.

Gostaria, pois, pedindo licença à academia, de iniciar minhas palavras sobre Pires Laranjeira ressaltando o anjo que ele foi na minha vida pessoal e acadêmica, a partir do momento que o conheci, no longínquo ano de 1986, quando havia ganho uma bolsa da Gulbenkian para realizar pesquisa sobre literatura angolana, sob a orientação do Prof. Dr. Salvato Trigo, por meio da indicação de um amigo comum, o poeta João Carneiro, através de quem iniciei meus conhecimentos acerca da referida literatura.

Era a primeira vez que me deslocava sozinha para uma viagem além-mar, o que me deixava, como considero normal, um tanto angustiada. Porém, a vontade de conhecer o país que tanto elo tem com o nosso, terra, literariamente, tão cantada pelos ilustres poetas Camões e Fernando Pessoa, e a de saber mais sobre a literatura angolana suplantavam a angústia e me enchiam de entusiasmo.

Foi assim que cheguei a Lisboa, para me apresentar na Gulbenkian e que depois segui para o Porto, onde deveria me encontrar com meu orientador, na Faculdade de Letras.

Antes, porém, do dia do encontro com o orientador, sentindo-me muito sozinha, sem ninguém para partilhar as sensações advindas da nova situação,

resolvi ligar para o Professor Pires Laranjeira, cujo nome estava na lista dos amigos de João Carneiro e que era casado com uma brasileira, o que naquele momento era bem significativo para mim. Gentilmente, ele me atendeu e convidou-me, naquele dia mesmo, para jantarmos juntos. Na hora marcada, pegou-me na pensão em que me encontrava e levou-me ao restaurante, onde já o esperava um casal de amigos, de quem era compadre. Fiquei encantada e muito agradecida com a sua receptividade. Na volta, ao me deixarem na pensão, ele e seu casal de amigos verificaram que o lugar onde me hospedara não me era muito conveniente. Imediatamente, convidou-me para ficar em sua casa, enquanto encontrava outro local para morar, o que aconteceu logo, graças à ajuda do casal Laranjeira.

Sua generosidade foi muito além disso. Introduziu-me em sua biblioteca, colocou à minha disposição seus livros, artigos, enfim tudo que tinha sobre as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, sobretudo a Angolana. Apresentou-me a revista *Mensagem* e os autores que nela publicaram, entre outros, Viriato da Cruz, Agostinho Neto, Mário de Andrade, cujos textos, posteriormente, analisei, sempre destacando a importância daquele momento para a literatura angolana.

Ele foi para mim um verdadeiro mensageiro do que se fazia em Angola. Foi um anjo a iluminar a minha caminhada em busca da ampliação do conhecimento sobre aquele universo literário. Com ele aprendi muitíssimo. Propiciou-me oportunidades muito importantes de comunicação com o meio intelectual português voltado ao estudo dessas literaturas. Graças a ele, fiz palestra em Coimbra, intitulada *Os percursos da literatura moçambicana: da dor à alegria*, durante a V Semana de Cultura Africana, cujo tema foi “Moçambique: Cultura e História de um País”, ocorrida entre 17 e 22 de novembro de 1986, a qual foi posteriormente publicada nas actas da referida semana; tive também a oportunidade de falar, na Sociedade Jornalística do Porto, sobre as relações entre literatura brasileira e angolana. Todas, pois, ocasiões de grande enriquecimento cultural.

Sua vasta literatura sobre a produção literária africana de língua portuguesa muito me acompanhou durante toda a minha vida de docente, seja nos trabalhos que fazia, nos textos que publicava, nas palestras realizadas, nas aulas que ministrava, nas orientações dadas aos alunos. Obras profundas em que vários temas são abordados para melhor se conhecer o percurso dessas literaturas, as

motivações que impulsionavam seus produtores, a questão do racismo tão presente nos poemas do chamado movimento da Negritude, as suas relações com outras literaturas, principalmente com a brasileira, objeto central da minha pesquisa e sobre a qual mais tarde escrevi, sob orientação do Prof. Dr. Benjamin Abala Júnior, minha tese, intitulada nas *Trilhas da descoberta. A repercussão do Modernismo brasileiro na literatura angolana* que era o meu foco de atenção.

Por essa amizade tão recheada de afetos e aprendizagem, imensa é minha GRATIDÃO a esse amigo, professor e orientador JOSÉ PIRES LARANJEIRA.

D. QUIXOTE CONTRA OS MOINHOS DO EUROCENTRISMO

Ou o trabalho de divulgação de Pires Laranjeira em Portugal
acerca das literaturas africanas de língua portuguesa

João Melo
Escritor angolano

O adjetivo “quixotesco” acabou por ganhar ao longo dos tempos, sabe-se lá porquê, uma conotação negativa e pejorativa. Talvez seja porque a Ordem odeia os sonhadores e os que se atrevem a investir contra as verdades e as certezas impostas pelas diversas instâncias que não apenas a validam, como, sobretudo, a reproduzem por todos os séculos, como é desejo de todas as ordens estabelecidas. Mas estou aqui, hoje, nesta sessão de homenagem ao Professor Pires Laranjeira e, precisamente, a propósito do seu exemplo de vida e de trabalho, para me levantar contra o suposto “destino” desse espantoso adjetivo, que, como o sabem todos, nos remete a uma das mais extraordinárias obras da literatura universal. Resgatar o sentido genuíno dessa palavra é necessário, especialmente nos tempos sombrios que vivemos, quando os algoritmos (melhor, as forças hiper-capitalistas e profascistas que os controlam) ameaçam uniformizar-nos e esmagar-nos a todos.

Sim, teimar em lutar quixotesicamente contra todos os moinhos de vento, por mais poderosos que eles sejam, não é pouca coisa. É valente. É bravo. É imprescindível. É o que tem feito o homenageado, ao longo de toda a sua vida, em prol das literaturas africanas de língua portuguesa, com destaque para a angolana, por razões particulares, de todos conhecidas. Afinal, o Professor Pires Laranjeira viveu uns anos em Angola, no início dos anos 70, quando a

literatura nacional, mas também outras manifestações artísticas, como a música ou as artes plásticas, viviam um período de especial efervescência e davam início a uma profunda renovação, sem renegarem, entretanto, as suas raízes originárias, estruturantes e definidoras.

A enorme contribuição do Professor Pires Laranjeira para os estudos das literaturas africanas de língua portuguesa, em todos os países que usam essa língua comum, mas não só, já foi destacada com precisão na sessão da manhã deste evento. Entre tantos exemplos, o seu manual *Literaturas africanas de expressão portuguesa* é justamente considerado uma obra fundante e que ainda hoje continua a ser de extrema valia para os referidos estudos. Mas é justo trazer à luz do dia, também, o trabalho de divulgação e crítica dessas literaturas feito por Pires Laranjeira na imprensa portuguesa, com destaque para o conhecido *Jornal de Letras*. É o que tentarei fazer a seguir, de modo resumido, tentando compará-lo, sobretudo, com o atual contexto mediático-cultural português, para não dizer político.

Em primeiro lugar – isso tem de ser dito –, chama a atenção o facto de nenhum veículo da chamada imprensa *mainstream* local dedicar espaços regulares à abordagem das literaturas africanas de língua portuguesa (notícias de livros e lançamentos, mesmo ocorridos em Portugal, resenhas e críticas literárias, entrevistas com os autores, etc.). Aparentemente, para tais veículos, essas literaturas resumem-se a quatro ou cinco escritores. Alguns dos outros são “acantonados” na RDP África e na RTP África, como se o gueto fosse o seu lugar. A grande maioria é simplesmente ignorada.

O espaço dado pelo *Jornal de Letras*, durante vários anos, ao Professor Pires Laranjeira é, por isso, de realçar. Possivelmente, o nosso homenageado terá decidido suspender as suas resenhas e outros trabalhos críticos nesse jornal por considerar a sua ação inutilmente quixotesca. Mas, no espírito desta breve e singela intervenção, temos todos de recordar-lhe aquilo que, no mais fundo do seu íntimo, ele sabe perfeitamente: a lição que Cervantes nos legou está longe de ser inútil.

Na verdade, o trabalho do Professor Pires Laranjeira no *Jornal de Letras* sempre esteve, de um modo geral, na contramão do pensamento mediático dominante em Portugal acerca das literaturas africanas de língua portuguesa. Fiel à sua consciência e ao seu modo de estar na vida, ele ousava investir contra aquilo a que chamava a literatura “delicodoce e ternurenta” ou os “castiços

efeitos tecno-pop” que faziam e fazem as delícias de uma certa “crítica” (ou divulgação?) jornalístico-literária. Arranjou, certamente, alguns “inimigos de estimação” por isso. Outros mantinham com ele uma relação de sobranceira condescendência, acusando-o, em segredo, de “odiar” os escritores que vendem bem, como se “vender bem”, por si só, fosse critério de qualidade literária.

O trabalho feito em Portugal por Pires Laranjeira de divulgação das literaturas africanas de língua portuguesa e a sua receção levantam algumas questões de carácter geral, quer políticas quer ideológico-culturais, que gostaria de explorar resumidamente. Vou começar por assinalar as diferenças de contexto entre o período em que ele escrevia no *Jornal de Letras* e as primeiras décadas após a independência dos cinco países africanos de língua portuguesa.

No período imediatamente pós-independências dos países em questão, a que chamarei o “tempo dos mais velhos” – Luandino, Craveirinha, Alda do Espírito Santo, Pepetela, Manuel Rui, Vasco Cabral, entre os escritores africanos, e Saramago, Urbano Tavares Rodrigues, Manuel Alegre, Manuel Ferreira, José Carlos Vasconcelos e outros escritores portugueses –, os contactos e as trocas literárias entre eles eram frequentes e efetivas, da circulação de livros aos encontros periódicos entre escritores e outros artistas. De acrescentar que o referido intercâmbio contava com o devido apoio institucional, em ambos os lados, a começar pelas organizações de escritores e não só, e tinha uma razoável repercussão na imprensa. O facto de quase todos esses escritores se conhecerem pessoalmente e terem, alguns deles, partilhado experiências de luta comuns, inclusive prisões, certamente contribuiu para isso.

A partir do fim dos anos 80 e início dos anos 90, a situação começou a mudar. A mudança geracional ocorrida, mas sobretudo as alterações políticas em todos os países de língua portuguesa foram tornando aquelas trocas mais raras e problemáticas e com menos impacto na vida cultural de todos eles, para não dizer nulo. Não será exagero realçar um facto em particular: a entrada de Portugal na União Europeia. Esse facto – vou dizê-lo – sepultou de vez a utopia da jangada de pedra de Saramago, se é que alguma vez a mesma passou pela cabeça das classes dominantes quer em Portugal quer nos restantes países da alegada comunidade a que pertencemos, na realidade tão pouco comunitária.

A partir da entrada de Portugal na União Europeia, a sociedade portuguesa, sob influência crescente do seu aparato mediático, começou a olhar cada vez com menos empatia para os países africanos. A atração por África diminuiu. O eurocentrismo tornou-se a única bússola de Portugal para olhar para as suas antigas colónias e para o resto do continente africano. Em alguns casos (Angola, nesse sentido, é um exemplo paradigmático), setores da sociedade portuguesa não hesitaram em imiscuir-se nos problemas internos das suas antigas colónias, mas isso é apenas uma contradição aparente, uma vez que essa intromissão sempre obedeceu a uma perfeita lógica eurocêntrica.

Isso tudo teve e tem repercussões nas trocas culturais em geral entre os nossos países. No caso que me interessa nesta intervenção, o interesse dos leitores portugueses pelas literaturas africanas, em particular, incluindo o dos leitores “especializados” (escritores, críticos literários, jornalistas culturais), diminuiu em relação à curiosidade que chegou a suscitar em períodos anteriores. Fatores vários contribuíram para isso, inclusive político-ideológicos (há escritores ignorados por terem tido uma atuação histórica considerada radical ou simplesmente por terem uma determinada filiação política, como o grande e único poeta épico angolano, Fernando da Costa Andrade, Ndunduma).

Nos raros casos em que esse interesse se mantém, o olhar do público português, “especializado” ou não, para as literaturas em questão e os seus autores é notoriamente contaminado pelo eurocentrismo. Assim, o reduzidíssimo número de escritores africanos conhecidos pelo público português, atualmente, é constituído por autores facilmente “enquadráveis” na sua visão eurocêntrica do mundo. No mínimo, deverão esses leitores pensar, “eles escrevem como nós”. Não, não é uma questão de cor. Basta comparar a diferente receção que têm em Portugal, neste momento, dois autores como Luandino Vieira e Mia Couto (dois africanos brancos, mas tendo o primeiro levado muito mais longe o trabalho de subversão da língua portuguesa na sua escrita), para se entender o ponto que pretendo deixar aqui para reflexão.

Não tenho dúvidas: a imprensa *mainstream* portuguesa é a principal responsável pelo desconhecimento quase total que os leitores têm das literaturas africanas de língua portuguesa e dos respetivos autores. Depois, vêm as editoras, os críticos literários (ainda existem?), os agentes e os produtores de festivais e outros eventos literários. O famigerado “mercado” é isso. Não é nenhum cazumbi.

Uma nota impõe-se, aqui, antes de terminar. O olhar eurocêntrico e preconceituoso com que o mercado literário português lida com as literaturas africanas corresponde, afinal, a um “eurocentrismo subserviente”. Quem tiver dúvidas, que faça uma comparação com a importância das literaturas de autoria africana, por exemplo, em França ou na Grã-Bretanha. Até em Espanha, aqui ao lado, o interesse por essas literaturas começa a crescer.

Aparentemente, portanto, os portugueses querem ser mais europeus do que os restantes europeus, pelo menos no plano da literatura. É caso para convocar todos os “dons quixotes” das literaturas africanas, a fim de, inspirados no exemplo do Professor Pires Laranjeira, que hoje homenageamos, lutarmos o bom combate por uma maior circulação e difusão das literaturas africanas em Portugal.

UM POEMA DE MÚCUA PARA O PIRES LARANJEIRA

José Luís Mendonça
Escritor angolano

Aparelhei pedaços de múcua no próprio casco da fruta, aberto para ali mesmo fazer boca doce no meu kamba, Man Pirex. Múcua verbal, evidentemente.

Desde que conheci pessoalmente o PL em Luanda, no Hotel Presidente, nos anos 80 do século passado, poisou nos nossos ombros o mesmo pássaro da AMIZADE.

É este pássaro comum, pássaro transparente, uma pata no meu ombro, outra pata no do PL, que canta o poema da página 13 do seu livro *Amor e Consequência*:

AMIGOS IMORTAIS

acima de todos, os que sabem quem são

amigos imortais
os que vivem mais
e ainda sobrevivem
entre os mais de nós

são aqueles que falaram
por nós e os ouvimos
quando mais ninguém
tinha algo a dizer

os que nos confundiram
com tantos outros
e depois pediram
desculpas quase formais

recebemos em silêncio
seus sinais e sabemos
que nunca mais
seremos os mesmos

sem nada mais
que nada e a leveza
absolutamente totais
tocámos a beleza juntos

de mãos dadas
sem dizer mais nada
ficámos siderados
como ateus confiantes

custa pouco muito pouco
estender a mão aberta
em conversa continuada
usando palavras deles

escutando o mar
num dia de verão
longe da praia a cavilar
é tempo de reavivar
para sempre a ligação

se não for assim
não vale a pena
passar tanto tempo
com eles em cena

Só uma amizade imortal é capaz de levar um homem aos correios para me enviar duas laranjas verbais numa única quinda. Esse e *ERÓTICA MÍNIMA*.

Quando peguei na quinda e vi os dois frutos percebi logo que o Man Pirex não brinca de poeta. A alvura e sobriedade das capas transporta a magnífica inocência de Eugénio de Andrade.

A degustação dos gomos flamejantes de *ERÓTICA MÍNIMA* fez-me salivar o esplendor do pincel de Matsuo Bashō e estar de acordo com a tese de que um livro de poesia é para beber como se bebe uma rosa: segura-se o caule, sente-se o aroma da flor e logo seguimos caminho repletos de maresia rosa.

Retirados do baú, esses haikus “à maneira”, como diz o PL na dedicatória de *ERÓTICA*. É nesta laranja que saboreio, na página 10: “o pequeno pássaro/ voa baixo e sorve a vida/ pipilantemente”. “Subindo a encosta/ saboreia-se o licor/ do fruto suspenso”.

Nosso pássaro pequeno, um pé no meu ombro, o outro no teu ombro, Man Pirex, é um beija-flor preto, martelado a verde, esse mesmo que, de vez em quando, fica suspenso na janela do meu quintal, narciso a se olhar no vidro da janela. Sai da laranja branca que me enviaste, e rega a múcua que preparo na própria casca da fruta, como se fosse um rio beije, de boca aberta, para que degusteis, com o Topa e a sua tropa, sedenta da seiva literária angolana.

É pouco o que te dou, mormão Pirex, pedaços de múcua branca e um rosa de porcelana no seu esplendor malanjino, como se fosse a tua própria poesia (i)material, a sair de dentro da minha veia:

“Ainda estamos vivos/ no bairro de onde não saímos/ o sol queima/ sem a dor da noite. Que esplendor! (...) E é isso que conta/ ou que canta”.

E antes que o mundo arda, como teme Greta Thunberg.

Luanda, 6 de Novembro de 2021

JOSÉ LUÍS PIRES LARANJEIRA: UM MODO DE ESTAR NA UNIVERSIDADE

Carlos Reis

U. Coimbra / Centro de Literatura Portuguesa

Todos o sabemos: a vida académica não é um paraíso de afetos. Além daqueles (e são certamente importantes) que nutrimos por aquilo que ensinamos e pesquisamos e que procuramos estender aos nossos alunos, os restantes afetos não abundam. Quando se chegou a uma altura da vida em que se sabe já o que nela é e foi possível e se percebe que muitas coisas estão e estarão fora do alcance do nosso conhecimento, torna-se-nos mais nítida a dificuldade de cultivar amizades firmes e certas, em meio académico. Isto para além, claro está, daquelas que, regular e convenientemente, são proclamadas em atos protocolares de circunstância.

Ao longo da minha vida universitária tive a sorte de cultivar uma daquelas amizades com José Luís Pires Laranjeira. De onde veio ela? Antes de mais, da cumplicidade e do privilégio de termos estado num tempo histórico em que assistimos a muitas mudanças, a começar pela passagem de um regime político para outro. Quero dizer, da ditadura para a democracia. E também de um século para outro. Não que tenhamos necessariamente comungado experiências (algumas, sim) ou afinado sintonias políticas. Mas ambos percebemos bem aquele privilégio, ainda que de forma tácita; e muito temos conversado sobre ele. Ou seja: sobre o privilégio de pertencermos a uma geração que, com agruras e com sacrifícios vários (não me queixo), viveu a passagem de um mundo para outro. Também na universidade.

Dentro dela, José Luís Pires Laranjeira nunca se preocupou muito com a conformidade dos ritmos e dos ritos académicos. A liberdade de ação e de

pensamento que sempre cultivou, no seu modo de estar na universidade, gerou nele comportamentos que, se bem que muitas vezes desconcertantes (também para mim, é claro), resultaram numa irreverência que hoje reconheço ser saudável – em doses homeopáticas!

Como quer que seja, foi muito daquele seu modo de ser que fez de José Luís Pires Laranjeira, à sua maneira, um mestre de sucessivas gerações de alunos a quem inculcou o gosto pelas literaturas africanas de língua portuguesa; foi nesse domínio que ele se impôs, ao longo de décadas, como um dos maiores, senão o maior especialista. Posso dar testemunho pessoal do respeito que a José Luís Pires Laranjeira é tributado por muitos colegas, em várias partes do mundo, mesmo quando dele discordam. E também quando enfrentam a sua discordância, coisa frequente, aliás, e sempre expressa de forma clara, porque Pires Laranjeira não cultivava as meias palavras.

E assim, neste breve texto de homenagem afetuosa que aqui deixo, quero apenas expressar três coisas que juntas raramente encontrei na vida: a admiração por um trajeto universitário consistente, o respeito por um singular modo de estar na universidade e a gratidão por uma amizade que sei bem ser recíproca, por parte desse homem generoso que é José Luís Pires Laranjeira.

UM PIONEIRO: PIRES LARANJEIRA*

Oswaldo Manuel Silvestre**

U. Coimbra / Centro de Literatura Portuguesa

A sala do Instituto de Estudos Brasileiros acolhe hoje esta exposição das obras publicadas por Pires Laranjeira, bem como das teses que orientou ao longo da sua carreira académica. Na minha qualidade de coordenador do IEB, sugeri empenhadamente à Professora Doris Wieser que a exposição tivesse lugar aqui. Fi-lo, para começar, por sentimento elementar de retribuição, pois quando a lecionação da literatura brasileira no nosso departamento necessitou de ajuda, o Professor Pires Laranjeira esteve na primeira linha desse serviço, de forma inteiramente voluntária. Mas fi-lo também porque os vínculos entre o Brasil e a África de língua portuguesa são um dos roteiros obrigatórios do trabalho dos especialistas nessas literaturas africanas, e Pires Laranjeira não deixou de, também ele, os assinalar e destacar no seu trabalho historiográfico ou crítico. Esta sala, digamos assim, realiza hoje, por meio desta exposição, a triangulação entre Portugal, Brasil e África em que o trabalho, e a vida pessoal, de Pires Laranjeira teve lugar na nossa universidade, uma universidade que é cada vez mais um locus privilegiado para a realização quotidiana dessa triangulação, bem como para a reflexão crítica sobre as suas dimensões múltiplas.

O primeiro livro de Pires Laranjeira, do qual trouxe hoje o meu exemplar, *Antologia da Poesia Pré-Angolana*, contém uma “Introdução” que surge datada de “Luanda, junho de 1974 / Rio Tinto, janeiro de 1975”. Estas datas resumem a situação e a circunstância de Pires Laranjeira, ou melhor, dão a ler

* Texto lido a 10 de novembro de 2021, na abertura da Exposição Bibliográfica dedicada a Pires Laranjeira, patente no Instituto de Estudos Brasileiros da FLUC.

** Diretor do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da FLUC.

a sua circunstância pioneira, já que percebemos que a receção da literatura angolana pelo autor se deu em Angola, em data anterior à revolução de 1974 e em plena guerra colonial – assim como a elaboração do livro se inscreve em plena circunstância anticolonial, já que a escrita mais tardia de Pires Laranjeira nesse livro data de alguns meses antes da independência de Angola. Editado em março de 1976, com capa do mais emblemático designer gráfico do período, João B., aliás João Botelho, o livro integra de direito e de facto a turbulência revolucionária e anticolonial pós-74 – é, aliás, o volume n.º 10 de uma coleção da Afrontamento intitulada “Libertação dos povos das colónias” –, que o autor de resto não hesita em assumir na sua Introdução, num discurso que é uma recusa intransigente do colonialismo. Mas o livro acusa também o estado pré-disciplinar de um campo à data ainda sem tradução académica e institucional, e dado tanto a injustiças quanto a mistificações, em três frases reveladoras do “Prefácio”: “Obras individuais e poetas de mérito há poucos. Antologias, em proporção, há muitas. Teóricos oportunistas e distraídos, alguns”¹. A que se acrescenta um esforço de teorização, patente na afirmação seguinte: “O entendimento da Nova Poesia Pré-Angolana tem de ser feito, como é evidente, dentro do contexto de valores e de estratégias locais e não na escala de valores distantes” (id.: 24). Esta estratégia de legitimação, muito discutível em sede teórica tanto à data como hoje, é, contudo, justificada em seguida quando o autor, citando o então inevitável Janheinz Jahn, estabelece o contraponto entre a situação europeia do poeta, na sua recusa do consenso burguês e mercantil em torno da literatura, e a situação angolana, em que justamente a missão futurante do poeta se radicava na produção de um consenso emancipatório.

Se saltarmos para um livro dos anos 90, *De Letra em Riste*, já depois da tese de mestrado sobre Francisco José Tenreiro e em pleno trabalho de doutoramento sobre a magna questão da negritude na poesia africana de língua portuguesa, essa consciência de participação de um processo histórico surge logo na frase de abertura: “Temos o privilégio de assistir à formação e desenvolvimento das literaturas africanas de língua portuguesa, em mais de um século de

¹ *Antologia da poesia pré-angolana: 1948-1974*. Pref., estudo, seleção e notas de Pires Laranjeira. Porto: Afrontamento, 1976, p. 8.

escrita e publicação”². Logo a seguir, ecoando uma manifestação da triangulação que referi a abrir, Pires Laranjeira recorre ao modelo disponível para o estudo da formação de uma literatura em português, o de Antonio Candido, afirmando: “Convém recordar, todavia, que até se tornar um sistema nacional, uma literatura passa por fases de hesitação e indefinição” (id.). Mais à frente, e nesta linha, afirmará que “Até 1942, ano em que Tenreiro publica a *Ilha de nome santo*, decorre aproximadamente um século, decisivo para a formação das literaturas africanas de língua portuguesa” (id.: 13). O termo e o tema da formação recorrem nesse texto de abertura e noutros, revelando um conhecimento aprofundado desse “século decisivo” e já matizado, em relação às exclusões taxativas do primeiro livro (um exemplo revelador é o de Cordeiro da Matta, que no livro inicial era desqualificado como “inconsequente poeta angolano”), dando a ver a constituição progressiva e difícil de um objeto de saber e de um campo disciplinar. O que não suspende nunca aquela sensação do privilégio de quem acompanha muito de perto a eclosão de toda uma fenomenologia literária, como fica patente na frase final desse primeiro texto do livro, que faz do “século decisivo” uma entidade móvel e produzida por uma permanente revisão crítica: “Não sabemos quando começou nem quando terminará o século decisivo das literaturas africanas de língua portuguesa, mas estamos a vivê-lo: que a paixão amorosa e a (pa)ciência do texto se conjuguem em verbos mais que perfeitos!” (id.: 16). O ensaio “Questões da formação das literaturas africanas”, de novo um título candidiano, termina com um parágrafo que diz isto de uma outra forma, e creio que vale a pena evocá-lo aqui: “As literaturas africanas, jovens e ousadas, trouxeram à comunidade de língua portuguesa temas e problemas inéditos, como o da guerrilha, e testemunharam a chegada à cena mundial de povos até há pouco tempo sem direito à palavra escrita. Por isso, é um prazer para uma jovem especialidade crítica partilhar essa aventura” (id.: 32).

Lamentavelmente, o tempo da juventude, da disciplina e de Pires Laranjeira, já lá vai. Uma das coisas que testemunham do fim dessa juventude e da entrada na idade adulta é, por exemplo, a publicação em 1995 do volume *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, na Universidade Aberta, uma

² *De letra em riste: identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Pires Laranjeira. Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 11.

verdadeira história das literaturas africanas de língua portuguesa, cuja autoria, carateristicamente, Pires Laranjeira partilhou com colegas da área, e que conheceu várias edições. As literaturas africanas de língua portuguesa têm hoje já uma história e uma narrativa sobre ela, os escritores africanos são regularmente distinguidos com o Prémio Camões (e, agora, também uma escritora, o que convém assinalar), a indústria académica de teses sobre essas literaturas funciona em pleno – o que, note-se, ajuda a perceber que uma das instâncias decisivas da canonização destas literaturas, ou da sua institucionalização plena na universidade, foram não apenas os professores, mas, também, os estudantes, que nestas literaturas parecem ter encontrado uma possibilidade de reconstrutualizar a sua relação com a literatura numa posição um tanto exterior à narrativa central da literatura moderna.

Por essa razão, faz todo o sentido que esta exposição inclua também as muitas teses que Pires Laranjeira orientou. O que está espalhado por esta mesa e por estes expositores é, pois, a parte manifesta, e publicada, do trabalho de um professor cuja carreira se confunde na FLUC com a disciplina a que se devotou por toda a vida. Estes são, digamos, os rastos visíveis do seu trabalho, acompanhados dos desenhos, fotos, poemas, que foram a parte recalçada pela sua dedicação à academia. Há, depois, todo o continente invisível do trabalho de Pires Laranjeira como professor: as aulas, as horas de contacto com estudantes, as conversas longas de corredor, as muitas declinações da sua paixão pela literatura e, em particular, pelas literaturas de África, o que pude testemunhar mais de uma vez, talvez por um comum interesse por esse grande continente. Pela minha parte, como colega de secção e, neste momento, diretor do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, a pergunta que me faço sempre é a de saber se uma certa relação extraterritorial de Pires Laranjeira com a instituição não se ficou a dever às dificuldades que encontrou nela em função do seu objeto de estudo, dificuldades que periodicamente tomaram a forma ou de condescendência ou de menosprezo, e às quais respondeu da maneira mais admirável: sem ressentimento. Olhando, por outro lado, para a parte menos visível do seu trabalho, como poeta ou desenhador ou fotógrafo, ocorre-me pensar mais uma vez que as nossas instituições necessitam de se repensar como lugares em que a produção de conhecimento se cruza com a reflexão pela prática, como tão nitidamente ocorre com Pires Laranjeira.

É, pois, tempo de o nosso departamento e a nossa Faculdade agradecerem ao José Luís (como sempre insisto em chamar-lhe, apesar de ele não gostar) tudo o que nos deu e que é reconhecido hoje em tantos lugares (é, de resto, muito significativo que este colóquio de homenagem seja coorganizado pela FLUC e pela FLUP). Pela minha parte, a forma que tenho de lhe agradecer é esforçar-me por, durante o meu mandato, conseguir criar alguma oferta formativa em estudos africanos na pós-graduação e lançar o embrião do que deveria vir a ser um núcleo de estudos africanos no DLLC e na FLUC, um sonho longamente acalentado por ele, inicialmente sob o belo nome de GIRAFÁ. E estou certo de que no dia em que isso acontecer, o José Luís, ou melhor, o Professor Pires Laranjeira, estará presente para assistir à primeira aula – e, quem sabe, para eventualmente dá-la.

Muito obrigado, José Luís!

**QUANDO A OCASIÃO SE PÕE EM OBRA:
LOUVOR & SIMPLIFICAÇÃO
DE J. L. PIRES LARANJEIRA***

Vergílio Alberto Vieira
Escritor português

Não sou de fazer mistérios do acaso, mas folgo de
fazer doutrina da ocasião.

Padre António Vieira
Sermão de São Roque (1644)

Se outras razões houvesse, além da que levou Hofmannsthal a concluir que: “certas questões”, consideradas *profundas* só podem desenvolver-se em nós: “(...) pelo pressentimento de que a elas se responderia por encontros, ou mesmo pela antecipação de encontros”, a trajetória docente, traduzida no Estudo das Literaturas de Expressão em Língua Portuguesa, e nas publicações que deram vulto à obra do Prof. Pires Laranjeira, há que reconhecer que justificação nenhuma seria necessária a não ser a que, parafraseando Walter Benjamin, acerca de Kafka, lhe garante o epíteto de: “visionário das africanidades”, já que a ser “das profundidades” faria colidir o estatuto de um dos pioneiros que lhe é consignado com a legitimação natural decorrente da independência das colónias, suas culturas antropológicas, quando a autonomização das suas literaturas no seio da abrangência, que a língua portuguesa lhes confere, converge para uma complementaridade, exigência de fundamento e ética da leitura (e da investigação), que as institui ao garantir identidade específica,

* Por decisão do autor, este artigo não segue o Acordo Ortográfico.

pluridimensional e forma de comunicabilidade integradora na história e referência geográfica dos países lusófonos.

Por agora, gostaria de ver chegar o jubilado académico à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde exerceu docência na área dos estudos de literaturas lusófonas, numa sumptuosa carruagem negra puxada por quatro negros cavalos, fazendo lembrar o aparato com que Nicollò Paganini, o virtuoso, contribuía para tornar ainda mais afamados os teatros londrinos, mas a antiga condição de aprendiz-sem-mestre reprovava a ideia de glória concertada com a ideia de vocação preconizada por Giorgio Agamben, que antes o daria por discípulo de Nagarjuna, o monge doutrinador da vacuidade que, segundo a tradição oriental, atravessava os desfiladeiros solitários das paisagens naturais que tanto o atraíam, montado num burro, enquanto se entregava à reflexão dos fundamentos que o levaram, um dia, a preferir o ensinamento do que começa a ser aprendizagem permanente na descoberta do que, tornado estudo, requer trabalho de sapa, em áreas de saber cada vez mais alargadas que vão da antropologia à sociologia, conhecimento sem limites, compreensão do destino humano, à luz da história dos povos e da língua que, à margem da colonização, que os dominou, os representa, em nome da cultura que lhes garante identidade própria no contexto da nações.

Quando, há quase cinco décadas, a jornada de África nos aproximou, cruzando destinos improváveis em Angola, a província ultramarina que nos havia de caber em sorte – erros nossos, má fortuna – e já, à data, a miragem literária se nos configurava como horizonte possível, tudo fazia crer que a conjunção astral nos reservava a demanda em que passaríamos de expedicionários de uma guerra (fatalmente inglória para Portugal e colónias ultramarinas) a reservistas para-literários da causa lusófona – sem termos consciência bastante de que o que escolhe está em vias de ser escolhido, o que aceita convencionar-se é parte da convenção relacional que, ora fará divergir, ora unificará realidades que a história das literaturas de/ e em língua portuguesa definirão territorialmente em distintos continentes, respeitando espaços cuja excepcionalidade transformará em regra historiográfica, diversificadora das panorâmicas nas quais as afinidades electivas complementam o vaticínio camoniano de legar ao mundo existências repartidas de carácter linguístico, e cosmopolitismo cultural.

Sem ser preciso evocar os percursos que nos elegeram como potenciais transmissores da experiência literária (poética, ensaística), paradigmática,

umas vezes, fundadora de emancipações e singularidades, outras, nas páginas de *A Província de Angola* e do *Diário de Luanda*, e do semanário *ABC*, em Angola; *Jornal de Notícias*, *Diário de Lisboa*, revista *África* e *Jornal de Letras*, em Portugal; *Suplemento Literário de Minas Gerais*, no Brasil – para apenas referir exemplos de ambivalências constitutivas da legitimação que ajudamos a expandir-se no mundo lusófono, tudo leva a crer que a carreira docente do homenageado e do suspeito louvador que, hoje, responde à chamada para testemunhar a favor do mestre incansável que não se subtraiu a esforços, no tempo dividido dos estudos lusófonos, da fase embrionária ao actual *establishment*, tudo indica não mais dar por encerrada uma valência, um reconhecimento científico, em que a condição (e recepção) *se pôs em obra*, como voltaria a dizer o autor de *Peregrinação*, nomeadamente através da Dissertação de Doutoramento a que foram dados os títulos de: *A Negritude Africana de Língua Portuguesa* (Porto: Edições Afrontamento, 1995), primeiro; de *Ensaio Afro-Literários* (Lisboa: Novo Imbondeiro, 2001), mais tarde.

Alternando o gosto pela polémica, também pela controvérsia acerca do quadro histórico-literário de que viriam a emergir as literaturas dos países de língua portuguesa (e lusofonia), com a da investigação não se coibiu J. L. Pires Laranjeira, o autor de *Letra em riste: Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe* (Porto: Edições Afrontamento, 1992), por seu lado, e segundo uma visão, concepção e perspectiva pessoais, das panorâmicas que precederam as independências, de dar curso aos progressivos processos de autonomização das ex-colónias, contribuindo, a seu modo, para contextualizar, nas diversas áreas de estudo, os acervos culturais e literários, actualmente identificados pela CPLP.

Os incentivos, nem sempre tornados objecto de esclarecida validação, e a diversidade das matérias de estudo, valorizados pela elaboração de teses de doutoramento por ele orientadas, reportam a investigação para vastos domínios que, longe de se confinar à edição de obra, estendem-se a parâmetros de divulgação contínuos, quer através de congressos, conferências, programas curriculares cuja abrangência inclui, tanto a imprensa falada, como escrita em Portugal e no estrangeiro.

Como seria justo, mas desnecessário por agora, enaltecer o contributo, a seu tempo, concedido ao autor de *Literatura Calibanesca* (Porto: Edições

Afrontamento, 1985), por parte do Prof. Manuel Ferreira de quem viria a receber fundamentais linhas de orientação, refira-se apenas em que medida o aprofundamento da teorização, análise de modelos similares aos que noutras latitudes foram fazendo escola, leitura de obra (ora constantes da história literária das antigas colónias, ora dadas à estampa a partir das nacionalidades a que o fim da ditadura e o advento da Revolução de Abril abriram portas), bem ainda o acesso a fontes de conhecimento histórico-literário, ampliadas para lá das limitações que o regime colonial lhes impunha, não tardaram a ser determinantes no quadro constitutivo que novos modos de conceptualidade passaram a eleger, consolidadores todos eles da desejável tradição da ruptura, que a dinâmica investigadora requer, enquanto segmentos concertados com a recepção das obras em devir.

Não se tratasse da *summa laranjeirológica* (Kierkegaard, citado pelo controverso Harold Bloom, diria que: “Aquele que está disposto a trabalhar é pai de si próprio.”) do inimitável professor que, como Saúl, saiu a pastorear ovelhas e foi sagrado rei, faltar-me-ia coragem (e despreconceito para não dizer descaramento), hoje, e a poucos passos da Porta Férrea que cruzei, nesse distante Outubro de 1970, para sair a terreiro e acrescentar um ponto à biobibliografia deste discípulo de Fernão Mendes Pinto que, sem medir o risco de capitular ante a fúria dos mares, tantos Cabos das Tormentas dobrou, à bolina dos ventos que fizeram da sua *Peregrinação* pessoal e docente, Cabo da Boa Esperança, deste navegador (quase) solitário que, agora, marinheiro em terra firme, virou guardador de boas memórias & de outros rebanhos astrais, descobertos (e a descobrir) em tempos de cólera.

A concluir, permitam-me confessar que, do tanto que não disse, não vem ao caso o que por dizer ficou, pois que, posso jurá-lo, sentir-me-ia impedido de fazer vibrar, não sem a emotividade da hora, as cordas do coração.

II. Ensaaios

(PARA ALÉM DOS) ECOS DE ANGOLA NA CROÁCIA: DESDOBRAMENTOS PEDAGÓGICO-LITERÁRIOS

(Beyond the) echoes of Angola in Croatia:
pedagogic-literary unfoldings

Majda Bojić

U. de Zagreb / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Resumo: O artigo tenta efetuar um levantamento histórico resumido dos principais contactos entre Angola e a Croácia no que concerne às traduções literárias e ao ensino da literatura angolana. Princípios com as traduções de obras literárias angolanas na ex-Jugoslávia – trata-se de trabalhos tão relevantes como as traduções da poesia de Agostinho Neto, Viriato da Cruz ou António Jacinto, que começaram a ser publicadas ainda nos anos 60 do século passado. De acordo com o intuito do trabalho, será ainda importante abarcar o tema do ensino da literatura angolana ao nível académico, no âmbito do curso de Língua e Literatura Portuguesas, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Zagreb. Tratando-se de uma matéria abrangente e que abre espaço para futuras pesquisas, escolhemos apresentar os dados que consideramos, de momento, serem os mais importantes.

Palavras-chave: Angola, Croácia, traduções, ensino.

Abstract: This article intends to present a brief historical survey of the main contacts between Angola and Croatia regarding literary translations and the teaching of Angolan literature. We begin with the translations of Angolan literary works in the former Yugoslavia such as translations of poetry by authors like Agostinho Neto, Viriato da Cruz or António Jacinto, which began to be published in the 60s of the last century. According to the purpose of the work it will still be important to cover the topic of teaching Angolan literature at the academic level, within the scope of the Portuguese Language and Literature course, at the Faculty of Humanities and Social Sciences of the University of Zagreb. Since we are dealing with a comprehensive subject that opens space for future research, we decided to present the data that we currently consider to be of major importance.

Keywords: Angola, Croatia, translations, teaching.

Introdução

O presente artigo intenta efetuar um levantamento histórico resumido dos principais contactos entre Angola e a Croácia, principalmente ao nível das traduções literárias e do ensino universitário. Para tal empreendimento, recuaremos bastantes anos atrás, até aos tempos da ex-Jugoslávia. Buscando as raízes, deparar-nos-emos com uma série de dados que evidenciam uma presença de contactos culturais perene e importante. Levaremos em consideração principalmente a presença da literatura angolana através das traduções, primeiro no âmbito da Jugoslávia e, depois, no moderno estado da Croácia, fundado em 1991. Na continuação desse levantamento histórico da presença literária angolana, viraremos o enfoque da nossa pesquisa para o ensino dessa literatura no curso de língua e literatura portuguesas, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Zagreb. É nesse contexto que o trabalho do Professor José Luís Pires Laranjeira dá provas da sua importância, tanto em termos do seu trabalho teórico e didático, como no sentido do apoio incondicional e incessante ao ensino das literaturas africanas de língua portuguesa em Zagreb.

Instituto de Estudos de África

O interesse cultural por Angola pode ser contemplado dentro do contexto mais amplo de atividades, que, na época da Federação Jugoslava, visavam saber mais sobre o continente africano. Em especial, importa ressaltar a fundação de instituições importantes como o *Instituto de Estudos de África* (*Institut za proučavanje Afrike*), criado em Zagreb, capital da Croácia, no ano de 1963, que, com as traduções, investigações e publicações dos seus pesquisadores, contribuiu para a disseminação de conhecimentos históricos e culturais sobre os países do continente africano. Um dos seus fundadores principais foi Petar Guberina (1913-2005), Professor eminente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Zagreb, foneticista mundialmente conhecido, criador (em colaboração com especialistas franceses de Saint Cloud) do método internacionalmente conhecido de aprendizagem de línguas estrangeiras (método audiovisual estruturo-global) e grande amigo de Aimé Césaire. Com efeito, o poeta terá escrito o seu poema de repercussões épicas – o *Cahier d'un retour au pays natal* – durante uma visita ao Professor

Guberina em Šibenik no litoral croata.¹ Escrevendo sobre as culturas e as literaturas africanas, e de acordo com Cvjetičanin (2014), Guberina apresentou fenómenos novos e até então pouco ou nada conhecidos no nosso ambiente, além de ter desempenhado um papel importante no sentido do estabelecimento de relações culturais com os países do continente africano.²

Literatura angolana através das traduções – percurso histórico

Virando agora o nosso enfoque para as traduções da literatura angolana, apresentamos aquelas que foram efetuadas primeiramente na ex-Jugoslávia e, depois, no estado moderno da Croácia, que ganhou a sua independência em 1991. O número especial da revista *Književna Smotra* (fundada por professores da Faculdade de Letras de Zagreb), publicado em 1985 e dedicado à literatura da África subsaariana, traz uma pesquisa detalhada de Aleksandar Marinković – uma lista completa de mais de 900 livros de autores africanos traduzidos e publicados, assim como artigos e livros mais relevantes sobre o tema, abrangendo o período entre 1950 e 1984. Embora consciente de que os autores africanos eram “menos conhecidos do que os seus colegas da Europa, América ou outras partes do mundo”, Marinković (1985: 115) também reconhece que o número de publicações científicas mostra o interesse significativo pelo tema por parte da crítica literária jugoslava. A lista, é preciso notar, inclui também um número considerável de traduções de obras literárias moçambicanas, cabo-verdianas, santomenses e guineenses, mas, devido ao escopo do nosso trabalho, trazemos aqui somente as traduções de autores angolanos.

Entre as primeiras traduções de literatura angolana (em forma de livro), encontram-se três coletâneas da poesia de Agostinho Neto, cuja publicação se inicia ainda nos anos 60 do século passado, bem como a tradução de obras de

¹ Foi a praia de Šibenik, chamada Martinska, que lhe lembrou a sua Ilha da Martinica e inspirou os conhecidos versos. Acrescenta-se que, conforme o pedido da *Présence africaine*, Guberina preparou a edição crítica do poema (publicada em 1956), para a qual escreveu também o prefácio (ver GUBERINA, 1985).

² De entre as publicações da época dedicadas à literatura africana, ressaltamos o número especial da revista “*Književna smotra*”, dedicado à literatura africana subsaariana, com o artigo de Guberina intitulado “Sobre a origem da «negritude»”, no qual o autor ressalta a importância do âmbito cultural em volta da “négritude” e da “*Présence Africaine*” para a criação do MPLA – “o fermento da democracia portuguesa” (GUBERINA, 1985: 86).

Luandino Vieira e de Pepetela, publicadas nos anos 80.³ Acrescentamos ainda as traduções de poemas de autores e autoras angolanos como António Jacinto, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Alda Lara, Arnaldo Santos, Arlindo Barbeitos, António Cardoso, Boaventura Cardoso, Fernando Costa Andrade, Lília de Fonseca ou Aires de Almeida Santos, publicados em jornais literários desde o ano de 1962.⁴

De Agostinho Neto, publicam-se os três livros de poemas: *Očiju bez suza*, em 1968, em Belgrado, *Tragajući za životom – Em busca da vida*, publicado em 1978, em Belgrado e republicado depois em Kruševac, e, por último, *Mi jesmo*, publicado em 1983, em Sarajevo.⁵ O livro de poemas *Očiju bez suza* (*Com os olhos secos*) foi publicado em 1968 (ano em que, aliás, Agostinho Neto visita Belgrado por duas vezes), tratando-se, por isso, de uma das primei-

³ Trata-se dos seguintes livros: *Istiniti život Dominguša Savijera* (1986), tradução do livro *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, de Luandino Vieira, e *Ngungine avanture* (*As aventuras de Ngunga*, 1982) e *Majombe* (*Mayombe*, 1985), publicados em Gornji Milanovac. Acrescentamos ainda a publicação do conto “Faustino”, de Luandino Vieira, no jornal *Telegram*, em 1965.

⁴ Os poemas foram publicados em todas as repúblicas federativas da Jugoslávia, incluindo as publicações de vários autores angolanos em revistas croatas.

⁵ As traduções das obras dos autores angolanos, sobretudo de Agostinho Neto, podem ser observadas no âmbito da cooperação político-cultural entre a Jugoslávia e Angola, especialmente marcante nos anos 60 e 70. Na base dessa cooperação estava o Movimento dos Não Alinhados (MNA), que representava, usando aqui o título do livro de Tvrtko Jakovina (2010), a “terceira via da guerra fria”, constituindo-se como uma força de apoio e cooperação entre os países, em princípio sem compromisso formal com nenhum dos países dos dois blocos opostos, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Desde a fundação do movimento, a Jugoslávia ocupava um papel de relevo, tendo hospedado, em 1961, a primeira conferência do MNA, em Belgrado, na qual participaram Mário de Andrade e Holden Roberto. O projeto duma cooperação baseada em princípios políticos comuns e o “caminho independente” proposto pela Jugoslávia atraía os dirigentes dos movimentos de libertação. No caso de Angola, tratava-se de apoio financeiro, humanitário, educativo (distribuindo bolsas de estudo aos alunos angolanos e oferecendo programas de formação para diplomatas, jornalistas, etc.), económico (no que concerne à cooperação comercial) e militar (concedido ao MPLA). A cooperação também era cultural – segundo as pesquisas detalhadas de Dimić (2017: 16), as visitas de angolanos (tanto do corpo diplomático como dos alunos) foram acompanhadas por programas culturais especiais – visitas aos museus, instituições académicas, locais emblemáticos de guerra, organizações sociais e fábricas. Acrescentam-se as apresentações de filmes jugoslavos, que glorificavam a sua revolução e as lutas contra o fascismo, assim como os sucessos do seu modelo político contemporâneo e a solidariedade com os movimentos de libertação. Os filmes jugoslavos (sincronizados) também foram enviados para Angola (ver mais em DIMIĆ, 2017).

ras traduções de Agostinho Neto publicadas em livro.⁶ Contém o prefácio de Fernando Costa Andrade expressamente escrito para o público jugoslavo. O livro *Tragajući za životom – Em busca da vida* (1978) publica poemas de *Sagrada Esperança*. Visto que o prefácio é da autoria de Marga Holness, é provável que se trate da edição de *Sagrada Esperança* de 1977 com os prefácios da mesma e de Basil Davidson.

Destacamos também o livro *Mi jesmo (Nós somos)*, uma antologia poética publicada em Sarajevo (hoje capital da Bósnia e Herzegovina), em 1983. A tradução é, mais uma vez, de Dragan Blagojević, enquanto que a escolha dos textos, assim como o prefácio, é de Nada Švob-Đokić, uma das pesquisadoras do Instituto mencionado anteriormente.

Nos anos que se seguiram à independência da Croácia, as traduções são poucas, para depois (especialmente a partir da segunda metade da década de 2010) alcançarem uma velocidade que compreende a publicação regular e bastante frequente de títulos da literatura angolana. Um dos primeiros a traduzir autores (sobretudo poetas) de literatura angolana foi Nikica Talan, professor da Cátedra de língua e literatura portuguesas, cujas traduções de literatura angolana foram publicadas em várias revistas, mas também se encontram editadas (em forma de livro) em *Crna Euridika: antologija afričkog pjesništva portugalskog jezičnog izraza (Eurídice negra: antologia de poesia africana de expressão portuguesa, 2009)*. Encontram-se aí as traduções de poesias dos seguintes autores angolanos: Agostinho Neto, Viriato da Cruz, António Jacinto, Ernesto Lara (Filho), António Cardoso, Tadeu Filipe Sicato, Mário António, Francisco Fernando da Costa Andrade, Arnaldo dos Santos, João Abel, Arlindo Barbeitos, Manuel Rui, Jofre Rocha, Ruy Duarte de Carvalho e David Mestre. A maior parte dos poemas é traduzida pela primeira vez para língua croata. Todos os poetas se encontram apresentados com uma nota bio(bibli)gráfica – o que revela uma atenção didática especial por parte do tradutor.

De entre as traduções de obras em prosa da literatura angolana, destacamos os romances de José Eduardo Agualusa: *Prodavač prošlosti (O vendedor de passados, 2008)*, *Žene mojega oca (As mulheres do meu pai, 2010)*, *Tropski barok (Barroco tropical, 2011)*, *Kreolska nacija (Nação crioula, 2013)*, *Opća*

⁶ Como lembra Francisco Topa (2020: 41), a primeira publicação em formato livro de Agostinho Neto foi *Con occhi asciutti*, livro publicado em Itália, em 1963.

teorija zaborava (*Teoria geral do esquecimento*, 2016) – traduções de Tanja Tarbuk; em seguida, a tradução de *Luuanda* (2016), de Luandino Vieira (tradução de Josip Ivanović), e ainda, as traduções de obras de Ondjaki – *Prozirni* (*Os transparentes*, 2016), *Dobar dan, drugovi* (*Bom dia camaradas*, 2020) e *Ynari: djevojčica s pet pletenica* (*Ynari, a menina das cinco tranças*, 2021) – traduções de Una Krizmanić-Ožegović.

Essas traduções certamente contribuem para uma receção mais alargada da literatura angolana por parte do público leitor croata e, ao mesmo tempo, abonam a continuidade de um trabalho essencial de homenagem a figuras importantes dessa literatura.

Ensino de literatura angolana na Croácia

No que concerne ao ensino de literatura, assim como de cultura angolanas ao nível académico, elas fazem parte das disciplinas do curso de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Zagreb.⁷ A literatura de Angola é ensinada na disciplina obrigatória das literaturas africanas de língua portuguesa (nível de mestrado), que oferece uma oportunidade bastante única de se conhecer (de modo mais completo) as literaturas do continente africano – sendo uma das raras disciplinas da Faculdade dedicada às literaturas africanas. É ministrada em português, iniciou-se no ano letivo de 2008/2009 e tem sido lecionada por parte da autora deste texto.

No próprio âmbito do ensino de literatura angolana (assim como de literaturas africanas de língua portuguesa, em geral), o manual do Prof. Pires Laranjeira, *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, publicado pela Universidade Aberta, em 1995, apresenta-se como um dos livros essenciais, oferecendo aos alunos a oportunidade de conhecer (de modo didático e

⁷ Em Zagreb, os estudos do português começaram ainda em 1982 com a criação do Curso Livre de Língua, Literatura e Civilização Portuguesas. A partir desse ano, o primeiro leitor português (destacado pelo ICALP) leciona as cadeiras de Exercícios de Língua Portuguesa. Com a reforma de todos os cursos da Universidade de Zagreb para o Sistema de Bolonha, no ano letivo de 2005/2006, começou a funcionar o novo curso de Língua e Literatura Portuguesas com a duração de cinco anos e compreendendo dois ciclos – licenciatura (3 anos) e mestrado (2 anos) (ver mais na página <https://www.clpcamoes-zagreb.com/universidade-de-zagreb.html>). Ao longo dos anos, o curso de Língua e Literatura Portuguesas tem sido dos mais solicitados da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Zagreb.

acessível) temas e assuntos relevantes, como (para mencionar somente o espaço da literatura angolana) a importância de revistas, como *Mensagem* – “órgão cultural paradigmático da angolanidade, que marcou uma época e influenciou todas as futuras realizações no campo cultural e organizacional” (LARANJEIRA, 1995: 71). O proveito do uso do manual na sala de aula advém, ainda, de análises e comentários críticos a obras de autores angolanos, como Viriato da Cruz, Agostinho Neto ou Luandino Vieira, sempre analisados com um olhar perspicaz e sensível, que revela um crítico versado e de experiência vasta.⁸ Além do livro do Prof. Laranjeira, a bibliografia essencial conta com o manual do Prof. Nikica Talan, *Uvod u afričke književnosti portugalskog jezičnog izraza* (Introdução às literaturas africanas de expressão portuguesa, 2015), primeiro livro em língua croata sobre o tema, e que oferece, além do percurso histórico detalhado das literaturas africanas de língua portuguesa, as traduções de alguns dos poemas que marcaram os seus currículos literários.

Ao longo dos anos, o foco da disciplina foi mudando, especialmente no que concerne à amplificação dos assuntos que problematizam as condições da produção literária – o que resulta no conseqüente acréscimo de perspectivas teóricas e críticas. Relativamente a isso, além de oferecer um painel histórico das literaturas africanas de língua portuguesa (numa perceção de história literária “em seu itinerário dialético, plurívoco e conflituoso” (ABDALA JR., 2003: 35), a disciplina trata também assuntos mais genéricos, incluindo-se temas relevantes para as literaturas africanas de língua portuguesa, como o tema da literatura oral, da literatura colonial e da Negritude, a questão da língua portuguesa enquanto língua das referidas literaturas, assim como o próprio problema da periodização e da construção do cânone.⁹

⁸ Destacamos, por exemplo, a análise da linguagem literária de *Luuanda*, em que Pires Laranjeira (1995: 122-123) revela alguns dos princípios da criatividade de Luandino Vieira, que, num trabalho à Sísifo de desconstrução infundável, constrói um estilo que apresenta similitudes com a oralidade africana, simulando, ao mesmo tempo, a espontaneidade popular.

⁹ No que concerne à questão da língua, há outro trabalho do Prof. Pires Laranjeira que se mostra proveitoso na sala de aula – é o texto “Língua e Literatura nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”, publicado no livro *Ensaio afro-literários*, analisado juntamente com outros textos relevantes, como os de Ngugi wa Thiong’o (do livro *Decolonizing the mind*) e Amílcar Cabral.

A ampliação do enfoque da disciplina revela-se ainda na inclusão de um cada vez maior número de autores (e autoras!) contemporâneos que contribuem não só para a vivacidade do processo pedagógico, mas também para um importante (e necessário!) intercâmbio cultural nos tempos da atualidade. A esse respeito, as visitas de autores contemporâneos, como o encontro e a palestra (relativamente recente) de Ondjaki para os alunos do curso, com certeza contribuem para essa finalidade.

Acreditando que, na sala de aula, nunca se deve perder de vista o próprio texto literário, a disciplina inicia-se logo com a leitura de textos. De entre os autores de literatura angolana, confere-se enfoque especial aos textos (leitura e análise crítica) narrativos de Luandino Vieira, Pepetela, Manuel Rui e Ondjaki, assim como à poesia de Viriato da Cruz, António Jacinto, Alda Lara, Paula Tavares e Agostinho Neto. Além da bibliografia já mencionada de Pires Laranjeira, estudam-se os textos críticos de Inocência Mata, Luís Kandjimbo, Ana Mafalda Leite, Tania Macêdo, Amílcar Cabral e muitos outros.

Para finalizar estas considerações acerca do ensino e da aprendizagem, podemos dizer que, na sala de aula, e com respeito ao ensino da literatura em questão, é extremamente importante levar em conta a forma da sua articulação e evitar a exotização do Outro, que muitas vezes está presente no próprio ato de representar povos ou comunidades até há pouco tempo colonizadas. Vários teóricos pós-coloniais escreveram criticamente sobre isso – Edward Said, Gayatri C. Spivak, Homi Bhabha, etc. e, especialmente, Graham Huggan, no livro *The Postcolonial Exotic: Marketing the Margins* (2001) –, abordagem importante pelo facto de os alunos estudarem as literaturas africanas de modo mais sistemático pela primeira vez. A receção dos alunos comprova um reconhecimento imediato do seu valor. O estudo das literaturas africanas é acompanhado de interesse considerável, o que confirma (além do retorno nas aulas) o número de teses de mestrado feitas nesse âmbito – para enumerarmos só alguns dos títulos que se referem à literatura angolana: *Literatura, História e Memória: uma leitura do romance “O vendedor de passados” de José Eduardo Agualusa*; *Colonialismo e resistência na obra “Sagrada Esperança” de Agostinho Neto*; *Os mecanismos da resistência em “Luuanda” de Luandino Vieira*; *Personagens infantis na literatura angolana*; *Literatura angolana e a questão da memória*, etc.

Considerações finais

Este texto, que, de modo resumido e a partir da nossa área de atuação, percorreu a história e a presença literária angolana na Croácia, retratou uma continuidade que sob várias formas (e sob sistemas políticos diferentes) existiu pelo menos desde os meados do século XX. A importância da literatura angolana, na época da Jugoslávia, (assim como das literaturas africanas, em geral) ficou bem clara – fruto não só de alianças políticas, mas também de um interesse verdadeiro e sincero do público leitor. No moderno estado da Croácia, o século XX reintroduziu o interesse pela literatura angolana, reforçado também pelos estudos de literatura angolana no nível académico, que oferecem um apoio institucional e viabilizam o intercâmbio cultural e académico. Nesse sentido, reiteramos a importância do Prof. Pires Laranjeira e permitimo-nos, aqui, a licença de agradecer pelo apoio conferido ao estudo das literaturas africanas de língua portuguesa.

Bibliografia

- ABDALA JUNIOR, Benjamin (2003). *De Vóos e Ilhas – Literatura e Comunitarismos*. Cotia, São Paulo: Ateliê.
- AGUALUSA, José Eduardo (2008). *Prodavač prošlosti*. Zagreb: SysPrint.
- (2010). *Žene mojega oca*. Zagreb: Meandarmedia.
- (2011). *Tropski barok*. Zagreb: Meandarmedia.
- (2013). *Kreolska nacija*. Zagreb: Meandarmedia.
- (2016). *Opća teorija zaborava*. Zagreb: Meandarmedia.
- CVJETIČANIN, Biserka (2014). *Kultura u doba mreža*. Zagreb: Hrvatska sveučilišna naklada.
- DIMIĆ, Natalija (2017). *Achievements and Limitations of Yugoslavia's Policy in Angola during 1960s and 1970s*. “Afriche e orienti: rivista di studi ai confine tra africa mediterraneo e medio oriente”. XIX: 3, pp. 9-30.
- GUBERINA, Petar (1985). *Svjedočanstvo o postanku crnaštva*. “Književna Smotra”. XVII: 59-60, pp. 84-89.
- HUGGAN, Graham (2001). *The Postcolonial Exotic: Marketing the Margins*. London / New York: Routledge.
- JAKOVINA, Tvrtko (2010). *Treća strana Hladnog rata*. Zagreb: Fraktura.
- LARANJEIRA, José Luís Pires (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- (2005). *Ensaios Afro-Literários*. Lisboa: Novo Imbondeiro.

- MARINKOVIĆ, Aleksandar (1985). *Afrička književnost u Jugoslaviji – Bibliografija (1950-1984)*. “Književna Smotra”. XVII: 59-60, pp. 115-140.
- NETO, Agostinho (1968). *Očiju bez suza*. Beograd: Kultura.
- (1978). *Tragajući za životom (Em busca da vida)*. Beograd-Obrenovac: Nova knjiga.
- (1979). *Sagrada Esperança*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- (1983). *Mi jesmo*. Sarajevo: Svjetlost.
- NGUGI WA THIONG’O (1994). *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Harare: Zimbabwe Publishing House.
- ONDJAKI (2016). *Prozirni*. Zagreb: Hena com.
- (2020). *Dobar dan, drugovi*. Zagreb: Hena com.
- (2021). *Ynari: djevojčica s pet pletenica*. Zagreb: Ibis grafika.
- PEPETELA (1985) – *Mayombe*. Gornji Milanovac: Dečje novine.
- TALAN, Nikica (2009). *Crna Euridika – Antologija afričkog pjesništva portugalskog jezičnog izraza*. Zagreb: Hrvatsko filološko društvo.
- TALAN, Nikica (2015). *Uvod u afričke književnosti portugalskog jezičnog izraza*. Zagreb: Leykam international d. o. o.
- TOPA, Francisco (2020). *The First Foreign Edition of the Poems of Agostinho Neto*. “Signum: Estudos da Linguagem”. 23: 2, Londrina, pp. 40-53.
- VIEIRA, José Luandino (1965). *Faustino*. “Telegram”. VI, p. 256.
- (1986). *Istiniti život Dominguaša Savijera*. Gornji Milanovac: Dečje novine.
- (2016). *Luuanda*. Zagreb: Edicije Božičević.

**(RE)ESCREVER A NAÇÃO NOS VERSOS:
O IMPULSO DA REVISTA *MENSAGEM* PARA
A FORMAÇÃO DO CÂNONE LITERÁRIO ANGOLANO**

(Re)writing the nation in verses: the impulse of the *Mensagem* magazine
for the formation of the Angolan literary canon

Silvia Brunetta

Doutorada pela U. de Aveiro

Resumo: Neste trabalho pretende mostrar-se, através de um percurso através da poesia angolana publicada na passagem do regime colonial à independência, como os versos participaram na construção da pátria como ideia colectiva, de acordo com o preconizado no projeto da revista *Mensagem*. O discurso da nação é delineado através de vozes diferentes, entre as quais se destacam nomes como Arnaldo Santos, Manuel Rui, Jofre Rocha, João-Maria Vilanova e Jorge Macedo, que contribuem para a formulação do cânone literário de perspectivas diferentes, se bem que norteados por convicções comuns.

Palavras-chave: poesia angolana, pátria, discurso da nação, cânone literário

Abstract: This work aims to show, through a path through Angolan poetry published in the passage from the colonial regime to independence, how the verses contributed to the construction of the homeland as a collective idea, as advocated in the project of the magazine *Mensagem*. The writing of the nation is outlined through different voices, among which stand out names such as Arnaldo Santos, Manuel Rui, Jofre Rocha, João-Maria Vilanova and Jorge Macedo, who contribute to the formulation of the literary canon from different perspectives, though guided by common convictions.

Keywords: Angolan poetry, homeland, discourse of the nation, literary canon

Pretendo aqui traçar um percurso identitário na poesia angolana, focando-me especialmente na passagem do regime colonial à independência de Angola, realçando como os versos têm sido veículo de ideais e expressão dos

tempos e têm acompanhado os eventos histórico-políticos e sociais de uma nação em construção, pondo gerações em diálogo. Esta minha intervenção sobre a poesia angolana quer também ser uma homenagem ao Dr. Pires Laranjeira, por me ter guiado no estudo das literaturas africanas em língua portuguesa. Nas nossas conversas, no convívio que tivemos em Coimbra, em Itália e em Londres, abordámos frequentemente a questão da identidade e literatura.

Certamente a revista *Mensagem*, da qual se celebram os 70 anos da publicação, foi um evento literário marcante no processo que levou à independência cultural e política angolana. Com o grito “Vamos descobrir Angola!”, os mensageiros propunham um projeto multidisciplinar que visava dar voz ao africano negro e enfatizar a ideia de angolanidade como alicerce da cultura e literatura angolanas, em contraposição à cultura imposta pelo colonizador branco, aspirando, neste sentido, a uma (re)africanização da escrita. Deste projeto fizeram parte escritores que se tornaram autores consagrados da literatura angolana, como Agostinho Neto, António Jacinto e Viriato da Cruz. Em poemas como “Carta de um contratado”, “Mamã negra” e “Havemos de voltar” destaca-se a exaltação do povo como detentor da cultura angolana, a infância como espaço livre da subjugação colonial e a esperança num futuro de liberdade. A ideia de fundo era criar uma literatura escrita por angolanos para angolanos, com a qual o povo se pudesse identificar.

Outra iniciativa pautada pelos mesmos princípios da *Mensagem* foi a publicação do segundo ciclo da revista *Cultura (II)*, entre 1957 e 1960. Entre os nomes que colaboraram nela constam Luandino Vieira, Arnaldo Santos, Henrique Abranches, António Cardoso e Fernando Costa Andrade. Na reflexão “Poesia angolana ou Poesia em Angola”, incluída no número 2/3 (1958), António Cardoso pondera as tendências da época, de que emerge claramente a vontade de se distanciar da visão assimilacionista imposta pelo regime, manifestando, pelo contrário, a exigência de buscar a autenticidade nos versos, tal como concebida pelos mensageiros (HAMILTON, 1981: 85).

Do mesmo modo, a publicação de *Luuanda* de Luandino Vieira, em 1964, e a atribuição a esta obra do Prémio Motta Veiga, em Angola, e, no ano seguinte, do Grande Prémio da Novelística, em Portugal, foi outro momento marcante na literatura angolana, abrindo uma diatribe sobre o cânone literário, já que Luandino Vieira propunha um texto e uma linguagem africanizada. Num ato punitivo por parte do regime colonial, a Sociedade Portuguesa de

Escritores, que tinha atribuído o prêmio a Luandino Vieira, foi extinta. No mesmo ano, a Casa dos Estudantes do Império foi encerrada, numa demonstração do intento de limitar a convivência dos intelectuais e a difusão das literaturas africanas em língua portuguesa.

Paralelamente a *Luuanda*, como obras anticolonialistas e de (re)africanização da escrita, é preciso citar também *Quinaxixe* e *Tempo de munhungo*, de Arnaldo Santos, publicadas respetivamente em 1965 e em 1968. Os contos e as crônicas nelas incluídos mapeiam a sociedade colonial dos bairros luandenses, denunciando subtilmente as injustiças raciais e sociais através da descrição das vivências trágicas das personagens do povo. A voz narrante, se por um lado fala de uma posição de observador, por outro, sente-se parte do povo. Por exemplo, em “A quindumba da Minguinha”, o autor convida uma rapariga negra a considerar o cabelo dela como um motivo de orgulho, sendo o legado das origens dela, em contraposição a uma cultura imposta: “Aiuê Minguinha, porquê que não pensaste antes nas jimbumba da tua avó e sonhavas só com os cabelos desfrisados...?” (SANTOS, 1977a: 143). Outro produto da sociedade colonial é representado pela figura de Joana Maluca, a quem também João-Maria Vilanova dedica um poema em *Vinte canções para Ximinha*. Esta mulher, “desflorada à noite, na Cerca, pelos soldados da Companhia Indígena”, mas “corajosa”, pois “nem sequer ficou grávida” (SANTOS, 1977a: 101), representa a dramaticidade da existência de quem está entre os últimos. Todavia, “os kalundus”, a loucura dela, permitem-lhe falar sem inibições e apontar o dedo para os abusos, despertando assim as consciências. A voz narrante dirige-se paternalmente à personagem principal e a incita:

Vai, Joana Maluca. Assalta todos os homens da baixa, devassa todas as lojas de modas, todos os cafés e bares, todos os cinemas e boates, entra em todos os centros de elegância e expõe o pesadelo da tua existência. Arranca de todas as mãos as joias inúteis, faz a cobrança das horas boas que te devem (SANTOS, 1977a: 104).

Com o início da luta armada de libertação, a poesia torna-se ainda mais um dos veículos privilegiados para a expressão da voz dos intelectuais, sendo mais suscetível de escapar às malhas da censura, como realça Fernando Costa Andrade, afirmando que “guerrilheiros deram sobretudo poetas, enquanto a clandestinidade e as prisões deram sobretudo romancistas e novelistas” (ANDRADE, 1980: 115).

O impulso que deu a *Mensagem* foi realçar a ideia de pátria, “imaginando”, na aceção de Benedict Anderson, ou seja, criando uma imagem, nacionalista e negritudinista, que identificasse culturalmente Angola. Deixaram um legado, sendo que os versos foram retomados, revisitados e canibalizados. Paula Tavares salienta a importância da geração das revistas *Mensagem* e *Cultura (II)* na construção da nação, e realça nomes como Agostinho Neto, António Jacinto, Luandino Vieira e Arnaldo Santos, entre outros: “These are writers who, in a certain sense, created the nation even before the nation had a legal and formal existence” (LEITE, 2014: 34).

Esta “imaginação” da pátria é concebida através de diferentes estratégias discursivas, também ligadas às vivências dos autores. Por exemplo, em *Vinte canções para Ximinha*, João-Maria Vilanova, português que foi funcionário público em Angola, utiliza elementos da cultura etnográfica africana, elementos da natureza e cenas da quotidianidade do povo, denunciando veladamente a sua condição de colonizados. Em “Canção do navio negreiro”, na conversa intergeracional entre Juca Mulato e Vavô Bartolomeu, podemos vislumbrar uma página dolorosa da história de África:

Um dia Juca Mulato
lhe procurou
que barco era esse
navegando ao largo
com formigões na proa
e grandes velas
pandas.
“Esse – disse o velho coçando
o queixo – é mesmo
navio negreiro.” (VILANOVA, 2004: 28)

Do ponto de vista literário, *Vinte canções para Ximinha* difere de *Caderno dum guerrilheiro*, publicado em 1974, ainda em contexto colonial. Esta segunda recolha de João-Maria Vilanova expressa mais explicitamente o anticolonialismo, através de palavras de ordem e de incitação à luta, como no poema “Subversão”, cujo último verso, em letras capitais, recita “ESCRAVO NÃO” (VILANOVA, 2004: 65). No que diz respeito à forma, as repetições marcam o ritmo dos versos, recalcando a literatura oral africana, como nos poemas “O guerrilheiro” e “A paternal mão”. O poema “KIBIXILA KUTULULUKA” di-

aloga com “Havemos de voltar”. João-Maria Vilanova e Agostinho Neto re-presentam a realização de um espaço de liberdade. Neto auspicia o regresso “à frescura da mulemba/ às nossas tradições/ aos ritmos e às fogueiras” (NETO, 1998: 87), ou seja, num tempo sem colonização. Do mesmo modo, Vilanova expressa este desejo de voltar às origens, quando os kazumbis/espíritos “trarão suas conversas” (VILANOVA, 2004: 86).

Na senda dos mensageiros, também Jorge Macedo, que nunca saiu de Angola, busca em *Irmã Humanidade* a (re)centralização do discurso através da descrição da condição dos colonizados nos bairros de Luanda. Como em *Tempo de munhungo* e *Quinaxixe*, a voz narrante parece relatar as cenas de uma perspectiva de observador, todavia, mostrando veladamente partilhar a mesma condição de colonizado (“Todo homem é o meu irmão”) (MACEDO, 1973: 9).

Enquanto Jorge Macedo e João-Maria Vilanova recorrem à quotidianidade popular e à cultura ancestral africana, Jofre Rocha, em *Tempo de ciclo*, polvilha os versos com palavras de ordem e de incitação à luta. A pátria “imaginada” na poesia de Jofre Rocha é delineada através da esperança na chegada da liberdade. Ao passo que Jofre Rocha, João-Maria Vilanova e Jorge Macedo falam a partir de Angola, Manuel Rui escreve *Poesia sem notícias*, obra de estreia, e *A onda* enquanto estava a viver em Portugal. Em *A onda*, a saudade por estar longe recria a imagem da pátria, que é evocada através de elementos da natureza e da justaposição de Europa e África: leia-se os versos “onde as guitarras?/ os quissanjes acontecem longe” (RUI, 1973: 44). Transparece a denúncia do colonialismo em poemas como “Museu”, que elenca o que está em exposição na Europa, como a música, a estatuária, o marfim, as lanças, os diamantes, o ouro, que já não estão em África (p. 42), podendo vislumbrar-se a pilhagem do continente africano por parte dos colonizadores. Por outro lado, Ruy Duarte de Carvalho, português radicado em Angola, em *Chão de oferta*, define a pátria percorrendo a paisagem e afirmando a sua completa “votação ao Sul” (CARVALHO, 2005: 21). Não se trata de uma poesia marcadamente anticolonial com palavras de ordem como a de Jofre Rocha ou João-Maria Vilanova, mas retrata a crueza dos elementos naturais e a difícil condição de vida dos povos do Sul de Angola, através da lente do cineasta.

Sobretudo na última década do período colonial, os intelectuais encontravam-se numa situação de repressão e incerteza, num momento em que a luta armada de libertação estava ainda a decorrer e a censura por parte do regime

era restritiva. Todavia, o meio urbano estava relativamente pouco afetado pela guerra, uma vez que o conflito armado decorria sobretudo nas zonas do mato. Neste contexto, delineia-se um clima de repressão que Pires Laranjeira, no manual *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, define como de “ghetto”, que na poesia dá azo ao uso frequente de metáforas, como por exemplo dia/noite, para expressar a subjugação colonial e o momento vindouro de liberdade. No entanto, a esperança num mundo angolano independente preconizada pelos mensageiros e a incitação à luta tornam-se sempre mais concretas e pujantes. *Tempo de cicio*, de Jofre Rocha, abre com o poema “Insubmissão”, que recita nos primeiros versos “Cansei-me deste horror de silêncio/ a encobrir murmúrios nas bocas” (ROCHA, 1973: 7) e reitera a ideia da impossibilidade de falar, no poema “Tempo espacial”: “as larvas que somos/ às cegas na noite dos casulos/ aspiram à libertação” (ROCHA, 1973: 23). Manuel Rui expressa a mesma incerteza também a partir de Portugal: “mas sinto o terror/ nas noites de insónia e de vigília/ da justiça a boiar na incerteza/ de ter ou não/ o direito de cantar” (RUI, 1967: 43).

Especialmente na primeira década depois da independência, as estratégias discursivas utilizadas nos versos visam celebrar os heróis da luta de libertação, a realização da pátria, bem como (re)perspectivar a História numa ótica pós-colonial. Nas obras publicadas após a independência, os autores incluem poemas escritos ainda em contexto colonial, como a querer reatar um discurso interrompido e dar continuidade ao discurso delineado anteriormente, como acontece em *Clima do Povo*, *Assim se fez madrugada*, *A decisão da idade*, *Poemas no tempo*, *Do canto à idade*. Por exemplo, Jorge Macedo divide *Clima do Povo* em duas partes intituladas “Clima do exílio” e “Clima regressado”, que representam a passagem do regime colonial à independência. O termo “clima” refere-se às fases históricas, sendo que a metáfora do sol a nascer simboliza a realização da pátria: “o sol se abre o sol se rasga sobre nossas cabeças/ os novos tempos/ nosso clima” (MACEDO, 1977: 28). Também Jofre Rocha reitera imagens da conquista da liberdade na recolha *Assim se fez madrugada*. No poema que dá o nome à obra, Rocha dialoga com os mensageiros e parece traçar um percurso temporal dos acontecimentos históricos:

Ngolééééé...

Ngola Kiluanji

O grito perdeu-se em ecos
pela noite dentro.

Mas a terra tremeu
os corações bateram nos peitos
as vozes cresceram
cresceram
despertando outros gritos
na madrugada que raiou (ROCHA, 1977: 32)

Enquanto Arnaldo Santos immortaliza o momento histórico nos versos “Tem homens nessa terra/ que bebem o futuro no presente/ E criam do varrer das cinzas/ A VIDA” (SANTOS, 1977b: 77), Manuel Rui, respondendo ao verso “de palavras novas também se faz país” (RUI, 1976: 27), afirma igualmente “Proponho um verso novo” (RUI, 1976: 28), realçando a necessidade de reformular o discurso de acordo com as mudanças políticas.

Depois do 25 de Abril, viveu-se em Angola um primeiro período de, por assim dizer, euforia, tendo sido alcançada a liberdade tão desejada. Todavia, as feridas do colonialismo demoram a sarar e o início da guerra civil perpetua o clima de incerteza e conflito. Nos versos, agora despojados de palavras de ordem, o nacionalismo adquire nuances diferentes. O homem angolano está sempre no centro do discurso, mas os versos expressam a sua condição no pós-independência. Portanto, podemos ler nos versos de Adriano Botelho de Vasconcelos, Paula Tavares, João Maimona e José Luís Mendonça que, com a realização da nação, chega a desilusão perante uma utopia não completamente realizada.

Neste percurso da poesia angolana que tracei brevemente podemos ver o discurso da afirmação da identidade debater-se entre a expressão da coletividade e a busca da individualidade. Como foi referido, a preconização de um espaço utópico livre, através da poesia, na última década do regime colonial, bem como a (re)perspectivação da História, na primeira década da independência, tornam-se uma forma de (re)centralização do discurso. As estratégias discursivas utilizadas nos versos, sendo a publicação da revista *Mensagem* um

claro sinal delas e um impulso, visam resgatar a condição de colonizado a partir da própria sociedade colonial, através da que é chamada escrita da nação, contribuindo para a caracterização do cânone literário angolano.

Quando falamos de autores e obras representativas de um sistema literário nacional, entram em causa diferentes fatores como a identidade subjacente aos textos, no qual se inclui o uso da língua como instrumento contradiscursivo. Inocência Mata afirma que “uma marca importante na pós-colonialidade literária tem a ver como o escritor africano trabalha e se posiciona na língua portuguesa” (MATA, 2000). A este propósito, Manuel Rui, no poema “Pátria”, interroga-se “em que língua se liberta/ a liberdade” (RUI, 1976: 197). Ngugi Wa Thiong’o e Chinua Achebe respondem a esta interrogação com posturas discordantes. Wa Thiong’o defende que o uso da língua está relacionado com a expressão da cultura, pelo que os escritores deveriam usar as línguas africanas, num ato de subversão contra a língua/cultura impostas (WA THIONG’O, 1986: 28), enquanto Achebe afirma que o escritor não deve abandonar a língua materna, mas pode usar a que adquiriu por efeito da colonização, sendo que a sua escrita representará traços culturais específicos através de outras estratégias discursivas (ACHEBE, 1997: 348). Relativamente ao caso angolano, Luandino Vieira esclarece que o português literário usado mudou nos tempos, sendo que a africanização da linguagem foi uma escolha consciente nos anos 60, como ação subversiva. Todavia, realça também que existe uma norma angolana, se bem que não oficializada, e que hoje em dia o português literário usado pelos jovens escritores resulta menos formal do que se usava antigamente (LEITE, 2015: 27). Neste sentido, já não há tensões, se é que já houve, quanto ao facto de o português ser a língua do colonizador; a caracterização da escrita como angolana passa também por estratégias como o aproveitamento dos ritmos da oralitura e das culturas tradicionais africanas.

Por outro lado, a questão do uso da língua portuguesa e do posicionamento dos autores nela é frequentemente associada ao conceito de hibridismo. Estudiosos como José Carlos Venâncio e Francisco Soares apontam para uma aceção híbrida da literatura, onde o contacto multicultural tende a formar culturas miscigenadas, colocando assim as literaturas pós-coloniais num espaço de mestiçagem ou criouidade. A este respeito, Pires Laranjeira ataca veemente-

mente a tendência da chamada “literatura mundo”, que desvaloriza as especificidades e as raízes das culturas nacionais, em virtude de uma visão globalizante do mundo, afirmando que

No campo literário, tentar passar uma esponja sobre o passado colonial de dominação e racismo e da resposta anti-colonial, nacionalista-independentista e negro-africana dos escritores a esse peso do passado, para apresentar, hoje, as diversas literaturas como mestiças ou simplesmente enquadrando-se numa “literatura mundial”, livres, leves e soltas de amarras identitárias, quase aproximando-se de uma conceção *light* de errância descomprometida com a severidade da história e da política, como se os textos fossem alheios a questões de raça, classe, etnia, tribo, clã, nação, país, género, identidade, etc., ou como se os específicos temas, alusões, isotopias ou subtextos não fossem fulcrais para se interpretar os seus sentidos, constitui um gesto equiparável ao daqueles que viam, noutros tempos, a literatura colonial como genuína literatura de África (LARANJEIRA, 2015: 40-41).

Nesta perspetiva, é importante ver como foi escrito o discurso da nação nos versos, como reação à realidade dos tempos, mas também é importante perceber que os autores, os representantes da elite cultural, contribuíram para esta escrita com perspetivas e estratégias discursivas diferentes, as quais caracterizam a literatura angolana e o seu percurso. Considerando a poesia que assinala a passagem do regime colonial para a independência, contextualizada, sobressaem os nomes de Arnaldo Santos, Manuel Rui, Jofre Rocha, Jorge Macedo, David Mestre, Ruy Duarte de Carvalho e João-Maria Vilanova, que anteciparam a pós-colonialidade, ainda em tempos coloniais. Paula Tavares, lembrando que houve escritores que fizeram parte da diáspora e tornaram o quadro de identidade ou da busca dela ainda mais complexo, argumenta relativamente à nação/pátria que:

So, at this point in time it is already possible to think about whereas before people were limited to living that reality. First, they had to project the nation, then they had to live it, and later they could reflect on the historical moment when it became a nation (LEITE, 2014: 36).

Sendo assim, prospeta-se na poesia angolana a ultrapassagem da fase nacionalista, expressão da ideia coletivizante e utópica da pátria, procedendo para

uma fase que Inocência Mata define de “cidadania” (MATA, 2006: 40), onde a poesia expressa problemáticas universais, através das especificidades.

Bibliografia

- ACHEBE, Chinua (1997). *English and the African writers*. “Transition”. 75/76: The anniversary issue – Selection from Transition 1961/1976, p. 342-349. [Consult. 19 out. 2021]. Disponível em <<https://doi.org/10.2307/2935429>>.
- ANDRADE, Fernando Costa (1980). *Literatura angolana (opiniões)*. Luanda: Edições 70 / UEA.
- CARVALHO, Ruy Duarte de (2005). *Lavra. Poesia reunida (1970-2000)*. Lisboa: Cotovia.
- HAMILTON, Russel (1981). *Literatura africana, literatura necessária (Vol. 1)*. Lisboa: Edições 70.
- LARANJEIRA, Pires (2015). *Pós-colonialismo e pós-modernismo em contexto pré-moderno e moderno – O local e o nacional nas literaturas dos cinco e as ilusões da literatura mundo*. “Revista de Estudos Literários” Vol. 5: Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, pp.17-47. [Consult. 16 ago. 2021]. Disponível em <https://doi.org/10.14195/2183-847X_5>.
- LEITE, Ana Mafalda, org. (2014). *Speaking the postcolonial nation: interviews with writers from Angola and Mozambique*. Oxford: Peter Lang.
- MACEDO, Jorge (1973). *Irmã humanidade*. Lobito: Cadernos Capricórnio.
- MACEDO, Jorge (1977). *Clima do povo*. Lisboa: Edições 70 / UEA.
- MATA, Inocência (2000). *O pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa*. Texto apresentado no X Congresso Internacional da ALADAA (Associação Latino-Americana de Estudos de Ásia e África) sobre CULTURA, PODER E TECNOLOGIA: África e Ásia face à Globalização – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro – 26 a 29 de outubro de 2000. [Consult. 25 set. 2021]. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033274/mod_resource/content/1/MATA%2C%20Inoc%20%C3%A2ncia%20-%20O%20p%C3%B3s-colonial%20nas%20literaturas%20africanas.pdf>.
- MATA, Inocência (2006). *Sob o signo de uma nostalgia projetiva: a poesia angolana nacionalista e a poesia pós-colonial*. “SCRIPTA”. Belo Horizonte. 10: 19, pp. 24-42. [Consult. 23 set. 2021]. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/13936>>.
- NETO, Agostinho (1998). *Poesia*. Luanda: INALD.
- ROCHA, Jofre (1973). *Tempo de ciclo*. Lobito: Cadernos Capricórnio.
- ROCHA, Jofre (1977). *Assim se fez madrugada*. Lisboa: Edições 70 / UEA.
- RUI, Manuel (1967). *Poesia sem notícias*. Porto: [s.n.].

RUI, Manuel (1973). *A onda*. Coimbra: Centelha.

RUI, Manuel (1976). *11 poemas em Novembro*. Luanda: União de Escritores Angolanos.

SANTOS, Arnaldo (1977a). *Prosas*. Luanda: União de Escritores Angolanos.

SANTOS, Arnaldo (1977b). *Poemas no tempo*. Lisboa: Edições 70 / UEA.

VILANOVA, João-Maria (2004). *Poesia*. Lisboa: Editorial Caminho.

WA THIONG'O, Ngũgĩ (1986). *Decolonising the mind: The politics of languages in African Literature*. London: James Currey.

ENSINO E DIVULGAÇÃO DAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: NOTAS SOBRE UM PERÍODO SINGULAR

Teaching and dissemination of the African literatures in Portuguese
in Brazil: notes on a singular period

Maria Nazareth Soares Fonseca
UFMG / CNPq / literÁfricas

Resumo: O texto aborda, de maneira sucinta, questões relativas à introdução das literaturas africanas de língua portuguesa em cursos de Letras do Brasil e focaliza, de forma mais direta, um período específico do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, criado em 1989, sendo de ressaltar a importância que a obra *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, de autoria de Pires Laranjeira, teve na construção da base teórica necessária aos cursos e às pesquisas sobre as literaturas africanas de língua portuguesa, particularmente a partir de 1997. Ao ser introduzida como referência obrigatória dos cursos ministrados no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, a obra incentivou discussões mais verticais sobre a Negritude e sobre a assunção de seus pressupostos por escritores angolanos e moçambicanos que militavam em prol de uma literatura que se voltasse a questões específicas do contexto em que era produzida, com destaque para os criadores da *Mensagem*, em Angola.

Palavras-chave: Ensino, pesquisa, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*

Abstract: The text briefly addresses issues relating to the introduction of Portuguese-speaking African literature in Brazilian Letters courses and focuses more directly on a specific period of the Postgraduate Program in Letters at PUC Minas (Pontifical Catholic University of Minas Gerais), created in 1989, highlighting the importance that the work *A Negritude Africana de Língua Portuguesa* (*The African Blackness of the Portuguese Language*), by Pires Laranjeira, had in the construction of the necessary theoretical basis for courses and research on Portuguese-speaking African literatures, particularly from 1997 onward. By being introduced as a mandatory reference for courses taught in the Postgraduate Program in Letters at PUC Minas, the work encouraged more vertical discussions about Blackness

(Negritude) and about the development of its assumptions by Angolan and Mozambican writers who militated in favor of a literature that turned to specific issues of the context in which it was produced, with emphasis on the creators of *Mensagem*, in Angola.

Keywords: Teaching, research, African Literatures in Portuguese Language, *A Negritude Africana de Língua Portuguesa* (The African Blackness of the Portuguese Language).

Neste evento em que homenageamos o Prof. Pires Laranjeira por sua contribuição efetiva e duradoura aos estudos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa, área que, no Brasil, surgiu em decorrência da descentralização dos estudos das literaturas inglesa, francesa e portuguesa, quero, antes mesmo de iniciar o meu texto, dizer do grande prazer de estar participando, ainda que de forma remota, deste encontro que reúne estudiosos e pesquisadores que, como o Pires Laranjeira, são responsáveis pela expansão das literaturas africanas mundo afora.

Escolhi me referir, de forma mais específica, ao período em que as literaturas africanas escritas em português começaram a ser mais conhecidas e estudadas no Brasil, porque foram introduzidas em cursos de Letras de algumas universidades brasileiras situadas nas regiões Sudeste e Sul, geralmente vinculadas aos cursos de literatura portuguesa.

O cenário que caracteriza a fase inicial do ensino das literaturas africanas de língua portuguesa em universidades como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) é considerado pela Prof.^a Maria Aparecida Santilli, quando ressalta, em 1984, a demorada legitimação das literaturas africanas escritas em português, mesmo em cursos em que elas já eram ensinadas:

Falamos de um tempo ainda de legitimação porque nas três centenas de cursos de Letras no país, apenas em cerca de uma dezena deles, talvez, se cogitou de pô-las em sua programação e, ainda assim, fora do currículo das disciplinas básicas dos cursos de Letras. (SANTILLI, 1984: 304)

Por outro lado, Laura Cavalcante Padilha, referindo-se aos cursos pioneiros oferecidos na USP por Maria Aparecida Santilli, Vilma Arêas e Benjamin Abdalla Júnior e, certamente, aos oferecidos por ela na UFF, no Rio de Janeiro, destaca, em texto publicado em 2010, o modo como os cursos de Letras foram

conseguindo abrigar as literaturas africanas de língua portuguesa na grade curricular:

Com respeito aos cursos de Graduação, as cinco Literaturas Africanas em Língua Portuguesa (mesmo se considerarmos uma habilitação como Português/Literaturas, na qual se oferecem mais detidamente as literaturas expressas na língua materna) não se elencavam como obrigatórias, conforme se dava com a Portuguesa e a Brasileira. [As Literaturas Africanas], só com a última proposta de reformulação curricular, deixaram de ser assim catalogadas. Quando, salvo em um ou outro programa, as Africanas eram colocadas entre as optativas, elas apareciam com uma carga horária mínima, quando não se listavam entre as disciplinas de Literatura Portuguesa, recebendo, com variantes, a denominação genérica e abrangente de “Manifestações Literárias Ultramarinas”, mesmo depois das independências dos países africanos, em 1975. (PADILHA, 2010: 4).

Maria Aparecida Santilli e Laura Cavalcante Padilha, que contribuíram em muito para a legitimação do ensino das literaturas africanas no Brasil, relembram, em seus depoimentos, a inclusão do ensino das literaturas africanas no Brasil, nos currículos dos cursos de Letras, sobretudo em universidades como a USP, em São Paulo, a UFF, em Niterói, e a UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro. Ambas se referiram a uma situação que pouco mudou até a década de 1990, mas que seria alterada, de forma bastante significativa, a partir da publicação da Lei nº 10.639 / 2003, que tornou obrigatória a inclusão, nos diversos currículos de ensino, de conteúdos referentes à História da África e dos africanos, bem como à luta dos negros no Brasil, à cultura negra brasileira, ressaltando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Embora muitas das determinações da Lei n.º 10.639 não sejam cumpridas até hoje, mesmo no ensino público, não se pode deixar de considerar o impulso dado pela referida Lei aos estudos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa, em várias regiões do Brasil.

No entanto, desejo, neste momento, considerar algumas exceções que se anunciaram no cenário descrito por Laura Padilha e Maria Aparecida Santilli e que ultrapassam a fase em que as literaturas africanas eram ensinadas no Brasil, prioritariamente, como disciplina optativa, na Graduação de cursos de Letras.

Uma dessas exceções é muito significativa, porque ressalta a importância de um livro de autoria do Pires Laranjeira não apenas como fonte de consulta,

mas como uma ferramenta teórica que propiciou alterações radicais nas pesquisas sobre as literaturas africanas por aludir a movimentos de escritores e intelectuais acontecidos na Europa, que irão explicar processos de escrita poética de escritores e escritoras de Angola e Moçambique que assumiram, por vezes de forma indireta, redes de discussões teóricas e literárias produzidas fora do continente africano.

Retorno às exceções anunciadas por este texto para me referir à criação do curso de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, em 1989. O Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, obrigado a distanciar-se da proposta assumida por curso de pós-graduação em Letras já existente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na mesma cidade de Belo Horizonte, voltou-se ao ensino e às pesquisas sobre as literaturas escritas em português, logo as africanas, a brasileira e a portuguesa, em nível de pós-graduação. A criação do Programa de Pós-graduação em Literaturas de Língua Portuguesa significou assumir o compromisso de incentivar pesquisas sobre as literaturas africanas escritas em português, em momento em que essas literaturas sequer eram ensinadas na Graduação da mesma universidade e nem mesmo em outros cursos de Letras existentes na cidade de Belo Horizonte. Sequer havia, na PUC Minas e na UFMG, estudos sistemáticos voltados à África, como existia na USP, antes de lá chegarem as literaturas africanas, se considerarmos o trabalho efetivo desenvolvido pelo Centro de Estudos Africanos, criado, na USP, em 1965.

A PUC deu um passo ousado para cumprir a exigência de se voltar à proposta diferente das existentes na UFMG e em universidades próximas a Belo Horizonte. Um passo ousado porque exigia investimentos e soluções rápidas, principalmente voltadas à aquisição de obras literárias de autores e autoras oriundos(as) dos países africanos, mas, sobretudo, de textos teóricos que possibilitassem o exercício crítico exigido pelo trabalho dos docentes e pelas pesquisas a serem produzidas pelos alunos.

A solução encontrada pela Coordenação do curso de Pós-graduação foi convidar docentes das universidades que já contavam com o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa em seus currículos, ainda que, quase sempre, somente como disciplinas optativas. Foram convidados os professores Maria Aparecida Santilli e Benjamin Abdalla Junior, da USP, Laura Padilha,

da UFF, e o Prof. Lourenço do Rosário, de Moçambique, que haviam participado das discussões que culminaram com a inclusão das africanas no curso de Pós-graduação. Foram esses professores que assumiram os primeiros cursos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa, com conteúdos que ajudaram a resolver a falta de conhecimento dos alunos, todos eles tendo contato, pela primeira vez, com as diferentes literaturas dos países africanos que adotaram a língua portuguesa como oficial. É pertinente destacar que a maioria dos alunos não havia estudado, nos cursos de que provinha, nenhuma das literaturas produzidas no continente africano.

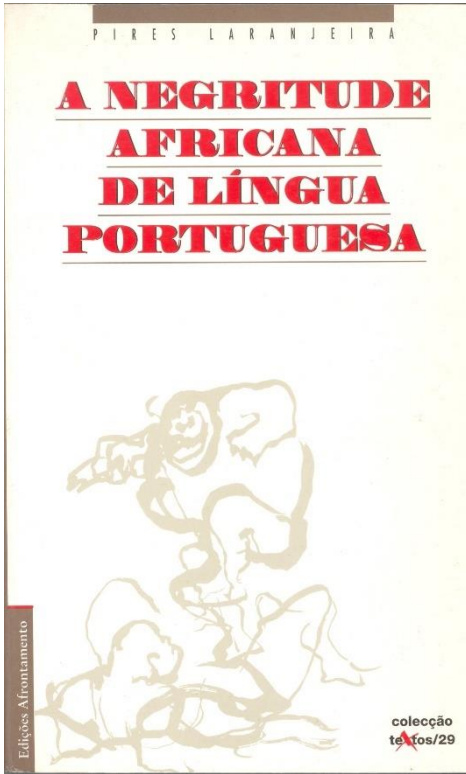
Embora os alunos, desde os primeiros semestres letivos, se mostrassem interessadíssimos por conhecer as literaturas africanas escritas em português, sobretudo após frequentarem os cursos oferecidos pelos professores-visitantes, a dificuldade de acesso ao material teórico e literário utilizado pelos professores-visitantes era o grande impedimento para o desenvolvimento das pesquisas exigidas dos pós-graduandos. Essa dificuldade se acentuaria quando os alunos começaram a redigir suas dissertações, porque o material teórico disponível era ainda bastante reduzido na Universidade, embora o reitor e a coordenadora do curso se empenhassem por ampliar o acervo de obras literárias.

Muitas obras foram compradas em Portugal e de livreiros e expositores em eventos realizados no Brasil, como os Seminários de Estudos Africanos da PUC Minas e, principalmente, os Encontros de Professores de Literaturas Africanas realizados no Brasil¹, a partir de 1991. Além de obras adquiridas, foram recebidas muitas doações de livros de professores brasileiros e estrangeiros convidados pela PUC Minas para palestras, cursos, minicursos e bancas avaliadoras. Destacam-se, sobretudo, as generosas doações de livros feitas por Lélia Parreira Duarte, Rita Chaves, Inocência Mata, Orlanda Amarílis, Lourenço do Rosário, Carmen Tindó e muitos outros doadores.

Do aparato teórico adquirido, nesse período tão singular para a história da implantação de cursos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa no Brasil, é, sem dúvida, muito importante destacar a contribuição trazida pelo livro *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, de Pires Laranjeira, lançado

¹ O primeiro foi realizado na UFF, em Niterói, de 01 a 04 de outubro de 1991; o II, em 2003, na USP; o III, na UFRJ, em 2007, e o IV, em Ouro Preto, reunindo as universidades PUC Minas, UFMG e UFOP. A partir dessa data, os eventos passaram a ser realizados pela AFROLIC.

em Portugal, em 1995, e adquirido pelo curso em 1997. Ao ser introduzido como referência obrigatória dos cursos ministrados a partir de 1997, o livro possibilitou discussões mais verticais sobre a Negritude, porque, até então, os estudos sobre o movimento criado por Aimé Césaire, Léopold Senghor e Léon Damas eram realizados a partir de estudos de autores franceses, antilhanos e africanos de língua francesa.



O livro *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, de Pires Laranjeira, foi importante também para ampliarem-se as discussões sobre os negrismos que surgiram nos Estados Unidos, no Haiti, nas Antilhas francesas e mesmo no Brasil, porque, escrito em português, permitia um profundo mergulho não apenas na Negritude de Césaire, Senghor e Damas, mas também nos diferentes Negrismos e na expansão desses movimentos em territórios africanos de língua portuguesa.

Antes da chegada do livro *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, de Pires Laranjeira, aos cursos ministrados sobre as literaturas africanas, no Programa

de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, foram realizadas interessantes parcerias com grupos de Estudos Francófonos da UFRS e da UFMG, a partir do momento em que o Programa precisou cumprir a exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de ser indicado um docente para a coordenação efetiva da área, bem como serem reestruturadas as ementas específicas da disciplina Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Questões específicas das literaturas de Angola e Moçambique, as mais estudadas até então em decorrência da maior quantidade de obras literá-

rias existentes na Biblioteca da instituição, motivaram as primeiras dissertações defendidas e a aquisição de obras de Fernando Mourão, Manuel Ferreira, Mário Pinto de Andrade, Alfredo Margarido, Russell Hamilton, Pires Laranjeira, Fátima Mendonça e Inocência Mata. Seguindo as rotas abertas pelo livro referido de Pires Laranjeira, foi feita a assinatura de vários periódicos de que constavam estudos elaborados por pesquisadores franceses, portugueses e brasileiros sobre a África e suas manifestações literárias.

Como pode ser percebido, o livro *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, de Pires Laranjeira, possibilitou a concretização de uma base teórica voltada ao movimento criado por Aimé Césaire, Léopold Senghor e Léon Damas em Paris, mas que também ressaltava

as raízes associativas, culturais e ideológicas da Negritude, em Portugal e colônias, ressaltando a importância desse movimento na formação de “uma aguda consciência de ser africano, negro e colonizado” jovens estudantes e intelectuais africanos” (LARANJEIRA, 1995: 93).

As “raízes associativas culturais e ideológicas da Negritude” (LARANJEIRA, 1995: 93) permitiam ampliar as considerações sobre o movimento da Negritude, principalmente porque o distendia aos cenários africanos, em rotas diferentes das discutidas por alguns grupos de pesquisadores brasileiros que focalizavam, sobretudo, as distensões da Negritude pelas Antilhas Francesas e Haiti. E, como já ressaltado, a obra de Pires também se voltava a movimentos culturais e literários pouco destacados, mesmo no âmbito da literatura comparada, como o indigenismo haitiano, o negrismo cubano e as feições de um surrealismo negro que se mostrava na pintura do cubano Wifredo Lam, que, em algum momento, foi posta em comparação com a pintura do Malangatana Valente, de Moçambique. As discussões propiciadas pelo livro encorajavam novas pesquisas a partir de comparações entre textos das literaturas africanas de língua portuguesa, visivelmente negritudinistas, e criações literárias negristas do modernismo brasileiro. Tais comparações permitiam aprofundar as considerações sobre as literaturas africanas a partir de visões e percepções mais amplas, que acolhiam os textos literários de autoria de escritores e escritoras africanos(as) de língua portuguesa, mas também os de autores e autoras não africanos(as), motivando novas investigações que se desenvolviam nos cursos e nas pesquisas.

É importante reiterar que os estudos sobre a Negritude, ao passarem a contar com o livro do Pires Laranjeira, foram motivando estudos críticos de textos literários de autores e autoras africanos(as) nos quais estavam presentes recursos destacados pela Negritude cesairiana, ainda que tais textos não fizessem parte da História e Teoria da Negritude considerada por Pires Laranjeira em sua obra. Essas novas incursões crítico-literárias permitiam a abertura de novos temas a serem discutidos e a exploração de pontos de vista teóricos de autores como René Depestre, do Haiti, e de outros antilhanos que, aos poucos, foram sendo inseridos nos cursos e em projetos de pesquisa docente e discente.

As visões e percepções sobre a Negritude em língua portuguesa propiciariam a construção de pontes firmes entre a poesia negritudinista africana de língua portuguesa e a poesia negra brasileira divulgada pelos números dos *Cadernos Negros*, publicados em São Paulo, desde 1978, e por antologias de poesia negra brasileira editadas nas décadas de 1980 e 1990. As estratégias textuais características da poesia negritudinista de conscientização e resistência puderam ser mais bem avaliadas a partir de temas e estratégias que, na poesia africana de língua portuguesa, acolheram os ecos do movimento criado por Césaire, Senghor e Damas, expandindo-se a visões e sentimentos que cunharam as linhas mestras da “nova poesia” que brotava das muitas formas de interligação entre os africanos que viviam em Portugal e os que ficavam em África (LARANJEIRA, 1995: 102).

As considerações aqui trazidas sobre a importância das reflexões expostas no livro de Pires Laranjeira, nos primeiros anos de criação de um curso de pós-graduação que abrigava o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa, alicerçam as opiniões sobre recursos e estratégias presentes em poemas de autoria de poetas e poetisas que participaram da *Mensagem* angolana e de movimentos que anunciavam a nova poesia africana, produzida a partir de um *locus* de criação profundamente angolano e moçambicano, seguindo a revolução anunciada por Léopold Senghor, Aimé Césaire e Léon Damas, mas também construindo novos arranjos temáticos e criativos para elaborar uma poesia fincada na terra africana. Propostas poéticas que se mostravam propícias à materialização do desejo de libertação de angolanos e moçambicanos das garras do colonialismo português e de modelos literários por ele legitimados.

As discussões que giraram em torno da Negritude, em disciplinas e grupos de estudo organizados com os alunos do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, após 1997, caracterizam um período bastante singular do

ensino das literaturas africanas de língua portuguesa, período que contou com o entusiasmo do Reitor da Universidade e da Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras, sempre dispostos a permitir que as investigações sobre as literaturas africanas fossem verticalmente realizadas pelo curso de pós-graduação, pioneiro no Brasil, porque foi criado em 1989.

Somos, por isso, gratos a Pires Laranjeira, porque o livro *A Negritude Africana de Língua Portuguesa* ajudou a implantar linhas teóricas pouco seguidas até então, num tempo em que o sonho dos poetas e intelectuais angolanos e moçambicanos, sobretudo, mas não apenas, contaminava os alunos e os fazia desejosos de conhecer mais intensamente os textos literários de autores e autoras africanos(as), mas também as considerações teórico-estéticas e históricas que iam sendo introduzidas, nos cursos da PUC Minas, ao longo dos anos.

Bibliografia

- FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Breve histórico das literaturas africanas de língua portuguesa na PUC Minas*. [Consult. out. 2021]. Disponível em <http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20120905153204.pdf>.
- LARANJEIRA, Pires (1995). *A Negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.
- LEÃO, Ângela Vaz (2003). *Apresentação*. In LEÃO, Ângela Vaz, org. *Contatos e ressonâncias – Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, pp. 7-12.
- PADILHA, Laura Cavalcante (2010). *O ensino e a crítica das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: um caso de neocolonialidade e enfrentamento*. “Revista Magistro – Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade UNIGRANRIO”. 1: 1, pp. 2-16.
- SANTILLI, Maria Aparecida (1984). *Ano bissexto, um tempo de saúde para a convivência em português*. In *Actas*. Lisboa / Coimbra / Porto: Instituto de Cultura Brasileira – Universidade de Lisboa, pp. 300-307.

**O HERÓI ÉPICO AUTOEXISTENTE NAS
LITERATURAS ORAIS AFRICANAS:
PARA UMA FILOSOFIA DOS NOMES PRÓPRIOS
DE PERSONAGENS INCRIADOS**

The self-existing epic hero in African oral literatures:
towards a philosophy of the first names of uncreated characters

Luís Kandjimbo

U. Óscar Ribas / U. Agostinho Neto / IELT – U. Nova de Lisboa

Resumo: Com a presente comunicação me proponho contribuir para o debate sobre a existência do género e do herói épico nas Literaturas Oraís Africanas que, no actual estado dos conhecimentos e avanços dos estudos narratológicos e filosóficos da literatura, exigem a incorporação de outras perspectivas. O estudo comparado das descrições de alguns desses heróis autoexistentes do corredor descendente da Zona Bantu constitui um imperativo. Por isso, a discussão dos problemas que se levantam acerca das personagens ficcionais auto-existentes não pode perder de vista a problematização do relativismo ficcional que representa uma importante ferramenta analítica para a problemática em análise. Neste sentido, procuro reflectir sobre os fundamentos hermenêuticos da actividade crítica que tem como objecto as Literaturas Oraís Africanas, tendo em vista a desconstrução do medo do relativismo que se vem confundindo com o medo do conhecimento.

Palavras-chave: Literaturas Oraís Africanas, heróis autoexistentes, personagens ficcionais

Abstract: With this paper I propose to contribute to the debate on the existence of the genre and the epic hero in African Oral Literatures which, in the current state of knowledge and advances in narratological and philosophical studies of literature, require the incorporation of other perspectives. The comparative study of the descriptions of some of these self-existing heroes in the descending corridor of the Bantu Zone is imperative. Therefore, the discussion of the problems that arise about the self-existing fictional characters cannot lose sight of the problematization of fictional relativism that represents an important analytical tool for the problem under analysis. In this sense, I try to reflect on the hermeneutical foundations of critical activity that has African Oral Literatures as its objects, with a view to deconstructing the fear of relativism that has been confused with the fear of knowledge.

Keywords: African Oral Literatures, self-existing heroes, fictional characters

Introdução

A abordagem desta problemática tem o benefício da posicionalidade teórica em que me situo. Por outro lado, resulta do facto de falar o Umbundu, língua de uma comunidade bantu de Angola, de cuja literatura oral é possível extrair elementos de arquétipos transétnicos ou transculturais de narrativas com estilo e heróis épicos.

Por força das circunstâncias desta homenagem que prestamos ao nosso amigo e colega Pires Laranjeira, olho para a paisagem dos estudos das Literaturas Orais Africanas na comunidade de países de língua portuguesa e constato que é um campo relativamente marginalizado, sendo o escasso número de trabalhos publicados, dissertações de mestrado ou teses de doutoramento um importante indicador. Se estabelecermos uma comparação bibliométrica com a produção emergente do espaço académico dos países africanos de língua francesa e inglesa, facilmente se corrobora essa conclusão. Em termos comparativos, podem ser úteis as bibliografias analíticas como aquela que foi elaborada por Veronika Görög-Karady (1981).

Sem prejuízo da avaliação que se possa fazer do nível de consagração institucional das Literaturas Orais Africanas, o interesse desse campo literário reside no peso específico dos resultados que a investigação endógena pode produzir.¹ Mas não se pode ignorar o lugar que os chamados “estudos do folclore” ocupam na história dos países africanos de língua oficial portuguesa. Em Angola, regista-se um declínio no domínio da pesquisa e da publicação de trabalhos sobre as literaturas orais, após o impulso inicial na década de 80 do século XX. O pioneirismo neste campo de estudos literários conta com a presença de intelectuais “angolenses” ainda no século XIX, entre os quais se destaca Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894). No entanto, uma parte significativa dos trabalhos publicados sobre a literatura oral angolana na Europa e na América é obra de missionários das igrejas protestantes dos Estados Unidos da América, Inglaterra, Canadá e Suíça. A estes vêm juntar-se outros missionários católicos franceses e portugueses, já no século XX.

Após a independência de Angola, foram os escritores que deram o tom, revelando um interesse por estudos antropológicos e exploração das narrativas mítico-históricas e materiais conexos das tradições orais. Podemos mencionar

¹ O investigador Eswati, Enongene Mirabeau Sone (2018), reconhece igualmente que a situação é precária.

Henrique Abranches (1932-2006), Ruy Duarte de Carvalho (1941-2010) e Aníbal Simões, aliás, Cikakata Mbalundu.

Com o seu romance *A Konkhava de Feti*, Henrique Abranches reelabora vários materiais. Destacam-se o mito de Feti e Nambalisita, a mítica personagem da literatura Nyaneka. A este propósito, há vinte anos mantive uma conversa com Henrique Abranches no programa *Leituras* da TPA, transmitido quinzenalmente. Ele dizia o seguinte:

Eu acho que *A Konkhava de Feti* não é propriamente um romance histórico. Eu costumo chamar isso um romance mítico. E um romance mítico é um romance que vai procurar as formas de conhecimento que o povo tem e nas quais acredita, como se tivessem sido de facto reais. Afinal de contas, o nosso povo tem uma consciência, uma espécie de consciência histórica que não se manifesta da mesma maneira do que a história hoje formada nas universidades. Manifesta-se através de uma série de mitos que produzem a sucessão de acontecimentos e personagens que vêm a dar o mesmo efeito, que são históricos, que têm um papel histórico. Criam o futuro deles, que somos nós, não é? E *A Konkhava de Feti* é isso. É um recurso às tradições e às crenças de carácter mítico que permitiu ao nosso povo ter um intelecto à sua maneira e segundo a sua época. E que esse intelecto está-nos a ser transmitido hoje, embora hoje tristemente pobre. (ABRANCHES, 2000)

Já Ruy Duarte de Carvalho recupera duas narrativas Nyaneka-Humbi para realizar um filme a que deu o título de *Nelisita*. Ambas as narrativas são versões recolhidas pelo padre espiritano francês Carlos Estermann. Uma tem como título *Omulum Nomukai Wahe Penima Lyonduala* (Um homem e sua esposa num ano de fome) e a outra gravita em torno de *Nambalisita* que lhe dá o título.

Por sua vez, no romance *O Feitiço da Rama de Abóbora*, Aníbal Simões, aliás Cikakata Mbalundu, incorpora na intriga a personagem épica de uma narrativa em língua Umbundu que tem as mesmas características de *Nambalisita*. Trata-se de *Kalitangi*.

Contrariando a tendência monista da disciplinarização dos Estudos da Oralidade Africana como campo dos estudos literários ou antropológicos, faz sentido, igualmente, a sua inscrição no domínio da Filosofia. Por essa razão, a exclusiva classificação e taxonomia da epopeia, enquanto género literário, fundada nos modelos ocidentais é questionável, no estado actual dos estudos sobre as literaturas africanas. Durante o século XX, o continente africano forneceu

provas suficientes que sustentam a desmistificação das teorias eurocêntricas dominantes no campo académico. De tal modo que as pesquisas realizadas nos domínios dos estudos literários, antropológicos, filosóficos e hermenêuticos permitem identificar arquétipos transculturais da arte verbal oral que, numa perspectiva intercivilizacional comparada, atestam a existência do equivalente ao género literário épico ou epopeia.²

Quinze anos após a comunicação que apresentei no congresso *Pensando África: Literatura, Arte, Cultura e Ensino* (KANDJIMBO, 2010), realizado em 2007, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, pretendo trazer a debate a problemática dos heróis épicos e da antroponomástica nas Literaturas Oraís Africanas, desta vez numa reflexão que engloba outras sub-regiões do continente. Opero com a hipótese da existência de um arquétipo transcultural ou transétnico que legitima a demarcação de um corredor onde existe um repertório de narrativas que tematizam heróis épicos autoexistentes. Trata-se de um indicador de legitimação dos Estudos da Oratura Africana, que se inscrevem nos estudos das literaturas africanas, à luz dos mais diferentes critérios, entre os quais o critério antropológico, linguístico e geopolítico. Donde é possível falar de um “campo literário da oralidade” e de uma “periodização da oralidade”, tal como propõe Jean Derive.³

1. Género épico em debate

O título da minha comunicação intersecta a problemática do género épico que durante algum tempo suportou a controvertida questão que consistia em saber se existe o género épico nas Literaturas Oraís Africanas. Não deixa de ser interessante conhecer os protagonistas desse debate que se intensificou com a formação de dois campos. De um lado, dois investigadores britânicos, Maurice Bowra (1898-1971) e Ruth Finnegan e seus seguidores. No pólo oposto, outros investigadores, africanos e não-africanos.⁴ Na segunda metade do século XX, os referidos investigadores britânicos sustentavam expressamente, numa perspectiva eurocêntrica, a sua recusa em aceitar a existência do género épico em África. Em 1952, Maurice Bowra publicou *Heroic Poetry*.

² Daniel P. Biebuyck fala em “traces of transethnic correspondence” (1978: 7).

³ Cf. DERIVE, 2012 e DERIVE, 2001.

⁴ BIEBUYCK e MATEENE, 1969; BIEBUYCK, 1978; OKPEWHO, 1979; KESTELOOT e DIENG, 1997; DERIVE, 2002; JOHNSON, 1980.

Dezoito anos depois, Ruth Finnegan publicou *Oral Literature in Africa*. Numa anotação sobre o género épico, inserida no segundo capítulo desse clássico dos estudos europeus sobre as Literaturas Orais Africanas,⁵ Ruth Finnegan põe em causa a existência deste género literário em África. Em 2011, na edição revista, ela reitera o seu ponto de vista, apesar da abundante pesquisa e trabalho académico publicado, destacando-se, por exemplo, as publicações de três grandes especialistas, o nigeriano Isidore Okpewho (1941-2016), o flamengo belga Daniel Biebuyck (1925-2019) e o francês Jean Derrive.

Ruth Finnegan sustenta a ideia segundo a qual o género épico dificilmente parece ocorrer na África subsahariana, exceptuando formas como o “utenzi” (escrito) em swahili, a que são associadas influências literárias árabes. Resume o seu pensamento, considerando que “a poesia épica não parece ser uma forma africana típica”. Portanto, Maurice Bowra e Ruth Finnegan negam a existência do género épico. Uma das razões invocadas reside no facto de o herói épico possuir atributos sobrenaturais, como argumenta Mariam Konate Deme.⁶ Para Karl Reichl, a questão convoca um preconceito genológico eurocêntrico, na medida em que a focagem assenta nos fundamentos da tradição literária ocidental, impedindo, assim, um outro olhar para as obras classificadas como épicas nas tradições orais da Ásia e de África. Por isso, Karl Reichl entende que a superação da controvérsia depende da ressignificação do termo “épico”, na sua tradição aristotélica.⁷ Por sua vez, dois outros europeus, o holandês Jan Knappert e o belga Daniel Biebuyck, situam-se no pólo oposto. Reconhecem a existência do género épico em África. A este propósito, o nigeriano Isidore Okpewho elabora uma ideia simples: “the study of the African epic was born in denial”. Em todo o caso, entende que os dois investigadores britânicos,

⁵ FINNEGAN, 1970.

⁶ Para Mariam Konate Deme, “Epics generally serve as living testimonies and references of the acceptance by a given group of past traditional practices, and the performance is intended to transmit and reinforce such ideologies. It is my strong belief that only by elucidating the customs or beliefs of a given society can we understand the place of myths in that society, how that society views the relations between not only human beings but between humans and superhumans as well. To analyze the function of the supernatural in the African epics under scrutiny, I need to first understand the place that the supernatural holds in each society’s spiritual and religious tradition [...]” Ver DEME, 2009.

⁷ REICHL, 2021.

Maurice Bowra e Ruth Finnegan, não alcançaram a melhor chave para a solução do problema, isto é, argumentos relevantes do ponto de vista dos estudos literários.⁸

No debate referido, interessa-me particularmente a tematização dos arquétipos do herói épico autoexistente. É disso que me vou ocupar em seguida.

2. Heróis e arquétipos transculturais

Em África, as personagens autoexistentes e seus nomes próprios podem ser identificados a partir de arquétipos existentes em todas as regiões do continente que remontam ao Egipto Antigo. O Papiro de Bremner-Rhind, que conserva o registo de uma narrativa cosmogónica do Egipto Antigo, é uma das fontes para interpretação desses arquétipos. O texto clássico da Filosofia Africana, “Como o Existente veio à Existência”, constitui um exemplar da narrativa através da qual se torna possível iniciar uma reflexão sobre o conceito de criação.⁹ A sua leitura coloca-nos perante um texto que tematiza o princípio da autoexistência no pensamento cosmogónico com o qual se consagra o nascimento de um herói que se gera a si mesmo (kheper.ef djes.ef). A este respeito, o sentido deste verbo performativo “Kheper”, da língua do Egipto, exprime o ser ou a existência em todas as suas possibilidades. Significa “tornar-se” e “efectuar”.¹⁰ Aponta para a compreensão da relação entre a causa e o efeito, implicando a lógica da causalidade. Coloca-se aí o problema da causa eficiente do ser.

Na periodização da história da filosofia faraónica proposta por Théophile Obenga, trata-se de um texto que pertence a um ciclo do Antigo Império (2780-2360 a.C.), durante o qual foram produzidos alguns dos mais importantes clássicos: “Textos das Pirâmides”, “Inscrição de Shabaka”, “Instruções de Kagemni e Ptahhotep”. Na escrita hieroglífica egípcia antiga essa ideia é representada por um pictograma cuja imagem central é o escaravelho sagrado. O pictograma sintetiza o princípio segundo o qual em si mesmo o existente comporta a totalidade da sua própria existência. O uno e o múltiplo concentram a força dinâmica do existente, podendo admitir-se, assim, que a dialéctica

⁸ OKPEWHO, 1977.

⁹ Cf. BA, 2007.

¹⁰ OBENGA, 1990.

é intrínseca a qualquer dimensão da vida. O “kau”, poder da vida e as “hemsut”, o oposto feminino, representam essa relação dialéctica.

A mencionada representação pictográfica remete para um referente. Em língua portuguesa é o besouro ou escaravelho. Trata-se de um insecto que em língua Umbundu tem a designação de “emumwa”, “esenda”, “ongengu”, “oci-paka”. No Egipto Antigo era o símbolo da vida. Mas, neste caso, não é o sentido morfológico da palavra, para o qual remete o ideograma, que traz à reflexão o debate sobre as personagens autoexistentes e seus nomes próprios. Ao invés, é a dimensão semântica e pragmática das narrativas míticas e épicas, em que os eventos e seus agentes constituem uma alegoria do processo de criação. Essa dimensão pragmática das narrativas e heróis épicos incriados implica o conhecimento de um procedimento especial que diz respeito à autodenominação, porque a autoexistência pressupõe um nome próprio. Em língua Umbundu, designa-se *okulisapa*, outros diriam *okuliluka*. É o processo de auto-atribuição do nome próprio que requer uma competência hermenêutica, *okutenda onduko*, que consiste em explicar o sentido do nome próprio.¹¹

3. Das narrativas míticas às narrativas épicas

A problematização dos arquétipos transculturais das narrativas requer um rigoroso trabalho de classificação, não podendo as narrativas míticas confundir-se com as narrativas épicas. Então, que interesse pode ter a interpretação de narrativas épico-míticas angolanas, cujas personagens são crianças-prodígio iconoclastas? Por que razão se devem estudar os textos da literatura oral que fazem a apologia da ausência de crença em Deus ou Deuses ou de descrença total em um Deus? Estas perguntas sugerem uma proposta de reflexão que deve cruzar os Estudos de Literatura e a Filosofia, especialmente nos domínios da religião, da metafísica dos nomes próprios e das personagens ficcionais.

As narrativas mítico-históricas das comunidades angolanas alimentam a imaginação literária, há séculos. Na tradição de Ngalangi existe um mito de criação veiculado em língua Umbundu que situa o espaço originário das diferentes comunidades angolanas na região ribeirinha do médio Kunene. Nessa versão, o fundador da comunidade é um caçador, Feti, cujo antropónimo deriva do verbo *okufetika* que significa “fundar”, “iniciar”, “começar”. Feti era

¹¹ Cf. HAUENSTEIN.

um caçador que tinha um cão como seu único companheiro. Por isso, sentia o peso da solidão humana. Um dia, decidiu ir à pesca para espárecer. Dirigiu-se ao lago que se encontrava nas margens do rio Kunene. Ali teve a sorte de ver surgir das águas uma forma humana semelhante a si mesmo. Dos juncos emergiam três mulheres: Coya, Tembo e Cĩvĩ. Elas seriam as suas futuras esposas, até à sua morte. O momento de constituição da família passou a ser recordado através da seguinte máxima proverbial: *Fei wa fetika, Coya woyapo* (Feti deu início, Coya completou com a perfeição). Coya é a Terra-Mãe. Tembo viria a ser a mãe das comunidades Nyaneka-Humbi e de outras comunidades de pastores. Cĩvĩ é a mãe das comunidades de língua Umbundu.

Ngalangi foi o primeiro filho de Feti. Era caçador de elefantes e antílopes como o pai. O reino de Ngalangi viria a ser fundado por Ndumba Visoso, neto de Feti e filho do seu primogénito. Ngola Ciluanji foi o segundo filho de Feti que emigrou para a região do Wambu e depois fixou-se na região do reino do Ndongo. Após a morte de Feti, as esposas contraíram segundas núpcias: Coya na região de Ndulu; Tembo na região do Humbi e Cilenge; e Cĩvĩ na região de Ngalangi.

Em outro mito de criação, de Kalukembe, refere-se que *Suku*, equivalente a Deus em português, criou os primeiros homens. Quatro deles foram gerados por uma rocha. À nascença encontraram-se com quatro kimbandas. O primeiro recebeu a arte de lançar má sorte; o segundo, a de adivinhar; o terceiro, a de curar; o quarto, a de caçar.

Um eventual trabalho exaustivo pode conduzir-nos à leitura de outros mitos de criação das Literaturas Oraís Angolanas em Cokwe, Kimbundu e Nyaneka-Humbi, por exemplo.

O interesse dos mitos fundacionais reside no facto de permitirem compreender a concepção cosmogónica das comunidades humanas e a arquitopia religiosa subjacente ao sentido dos nomes próprios dos heróis da narrativa épica ou mítica. A compreensão desse imaginário antigo abre portas ao conhecimento das religiões africanas, particularmente, angolanas. Sobre esta matéria, o missionário suíço Héli Chatelain (1859-1908), um dos mais importantes investigadores da Literatura Oral Kimbundu, afirmava:

A sempre repetida asserção de que os Africanos são feitichistas, isto é, que adoram objectos inanimados, é completamente falsa, pois, se assim não fosse,

todas as pessoas supersticiosas seriam feitichistas. Na generalidade a religião seguida pelos Angolanos é igual à dos Bantu.¹²

Ora, se o sagrado e o religioso constituem fenómenos que conduzem os humanos a formas específicas de representação do mundo, verificaremos que o mito de criação de “Feti”, o caçador, traduz uma forma de explicar a presença do homem e da mulher na cadeia das entidades existentes no universo. O homem e a mulher ocupam um lugar nessa cadeia hierárquica, em cujo topo se encontram os antepassados, enquanto entes supremos, entre os quais, *Suku, Huku, Kalunga, Nzambi*, equivalentes a Deus em português. Estes são os nomes do antepassado mais importante, situado no vértice da pirâmide dos espíritos benignos.

No referido arquétipo transcultural identificam-se vários traços comuns que caracterizam o herói épico incriado ou autoexistente nas Literaturas Oraís Africanas. Recorrendo à geografia linguística e literária do continente, reconhece-se a existência de seis círculos épicos que correspondem às seis regiões de integração continental, incluindo as diásporas africanas. Pode ser útil trazer alguns exemplos representativos de zonas com tipos dominantes de heróis épicos, nomeadamente, África Ocidental, África Central e África Austral.

No seu livro *Epic in Africa. Toward a Poetics of the Oral Performance*, Isidore Okpewho considera que, em síntese, o herói épico apresenta as seguintes características¹³:

- a) nascimento associado a um acontecimento portentoso, misterioso;
- b) desenvolvimento extraordinário;
- c) preeminência entre os pares;
- d) ostensiva autoestima, superioridade e invencibilidade;
- e) dimensão sobrenatural.

Pode dizer-se que, de acordo com Isidore Okpewho, o herói épico infunde uma imagem associada à excelência, enquanto virtude, *areté* (ἀρετή), na tradição aristotélica. A excelência é, assim, entendida como tudo aquilo que torna o homem mais do que justo, um inconsequente ser minúsculo. Tal como a

¹² Ver CHATELAIN, 1894.

¹³ Cf. OKPEWHO, 1979 e SEYDOU, 1983.

honra e a fama, a teleologia da excelência é igualmente a eternização do seu nome e espírito, mesmo quando chega ao fim tem a possibilidade de integrar o universo dos vivos.

4. Cartografia narrativa

Temos em África vários ciclos épicos. Assim, há o ciclo de epopeias históricas na África Ocidental, de que são exemplos a “Saga de Ozidi” da Nigéria, “Soundjata” e a epopeia mandinga “Kambili” do Mali e Guiné. No ciclo de “Kambili” celebra-se o herói lendário, Almamy Samori Touré (1830-1900), soberano Malinké que resistiu contra a presença colonial europeia. Por outro lado, existem as epopeias míticas na África Central e epopeias corporativas na África Austral. Angola inscreve-se no itinerário dos ciclos épicos míticos e corporativos destas duas sub-regiões com as narrativas orais das diferentes comunidades étnicas angolanas, cujas personagens centrais são autoexistentes, geradas por si mesmas.

A afirmação da autoexistência sugere uma reflexão sobre os existentes incriados e as variações do argumento metafísico sobre a existência de Deus.¹⁴ Em duas línguas nacionais angolanas, implantadas na região R da zona Bantu¹⁵, Nyaneke-Nkhumbi e Umbundu, o argumento sobre o existente incriado é formulado através dos actos de fala dos próprios heróis, nos seguintes termos: “*Ndadiamo, ame Nambalisita, hisitilwe komunu, ame mwene ndelisisita*” (Saí do ovo, não fui gerado por ninguém. Gerei-me a mim mesmo); “*Ame Kalitangi, nda litanga la Suku. Ndalicita ame mwele*” (Eu sou Kalitangi, aquele que se confunde com Deus. Gerei-me a mim mesmo).

Como referi, o mapa das epopeias do herói “gerado por si mesmo” abrange todas as sub-regiões do continente africano. Entretanto, recorta-se uma vasta área povoada por povos Bantu, de acordo com a classificação de Malcolm Guthrie (1903-1972). Ou povos Njila, na proposta mais recente de Jan Vansina

¹⁴ Jan Knappert aborda o ciclo de lendas do herói e antepassado mítico Nkundo. O caso do filho que, ainda no útero, fala com a mãe e ordena que ela dê à luz, articula-se ao ciclo das fábulas Zulu e Igbo de animais. Na comunidade étnica Luba, encontram-se marcas da natureza antropomórfica em Kabundi, e, entre os Nkundo, registam-se características de natureza animal em Lianja. Ver KNAPPERT, 1967.

¹⁵ GUTHRIE, 1967.

(1929-2017).¹⁶ Pode dizer-se que o seu ciclo é dos tipos mais antigos da narrativa épica africana.

A origem do corredor situa-se na África Central, onde encontramos ciclos de heróis épicos da comunidade Dwala nos Camarões, tais como *Djekki-la-Njambé*, que fala ainda no ventre da mãe. No Gabão, *Akomo Mba* é o herói Fang que nasce após uma longa gestação de cento e cinquenta anos. Ainda no ambiente uterino, anuncia que não poderia vir ao mundo pelo canal urinário de sua mãe. Por isso, vem ao mundo através do estômago.

Na República Democrática do Congo, *Lianja* é o herói da comunidade Mongo-Nkundo, cujo nascimento e origem são precedidos de um surto de formigas, pássaros e diferentes grupos étnicos, vem ao mundo pela perna da mãe.

“*Mwindo*” ou “*Kabutwakenda*”, “pequeno-recém-nascido-que-já-andava-à-nascença”, da comunidade Nyanga, tem um comportamento semelhante na vida uterina. Vem ao mundo pelo dedo anelar. Trata-se de uma narrativa em que o herói, a criança-prodígio, vivendo no ambiente uterino e controlando o momento do seu nascimento, fala com a mãe, tal como *Kabundi*, da comunidade Luba, e *Lianja*, entre os Mongo-Nkundo. Mantém conexões, também, com outras narrativas, cujas personagens são animais.

E em direcção à África Austral, a rota descendente que vem do Kasai, sul da República Democrática do Congo, prolonga-se. Atravessa os territórios das comunidades étnicas da zona R11 da cartografia linguística proposta por Malcolm Guthrie, alcança o delta do Kuvangu ou Kavangu, no Sudeste de Angola e nordeste da Namíbia, penetra o norte do Botswana e alcança as comunidades Benamukuni na Zâmbia e Sotho da África do Sul. Aqui encontramos *Ciakova*, *Sambalikita*, *Sambilia*, *Senkatana*, *Hlakanyaka*. O corpus com que estou a trabalhar conta com um repertório de narrativas desse corredor que vem dos Camarões, norte da África Central, passando pela zona habitada pelo Grupo Bantu do Centro, o delta do Kavangu, alcança o Botswana e desemboca no

¹⁶ Vansina dedica um livro inteiro aos povos Bantu que, em seu entender, formam, no plano genético e lexicostatístico, o grupo das “línguas Njila”, a sul da região da África Central Ocidental. Comporta quatro blocos. A Unidade Norte: Kwilu (Mbala, Pende, Sonde, Holo, Kwezo, Cinji, Minungu, Taba); Kwanza (Kimbundu, Libolo, Kisama, Ndembu, Hungu, Songo, Mbui); a Unidade Sul, Este: Lunda (Rund, Sala Mpasu, Mbal, Kete-Ipila, Ndembu (Lunda Sul); Moxico: (Lwena, Cokwe, Lucazi, Mbunda, Nyemba, Lwimbi, Mbwela, Ngangela); Kunene: Umbundu (Umbundu, Hanya-Ganda, Sele), Okavango (Kwangari, Dciriku), Cimbebasia (Nyaneka, Humbi, Kwanyama, Kwambi, Ndonga, Mbalanhu, Herero, Mbanderu, Cimba, Dimba, Kuvale, Kwisi, Ndombe. Ver VANSINA, 2004.

extremo meridional da África Austral. Na linha horizontal, o corredor estende-se até aos limites dos Grandes Lagos, sub-região que se vem designando como África Mediana.

Essas personagens ficcionais não são apenas modelos de comportamento. No imaginário colectivo, são igualmente consideradas como pessoas, cuja existência não está em causa. A eficácia do modelo de comportamento verifica-se na função que a personagem tem no processo de autoatribuição do nome próprio.

5. Personagens ficcionais e nomes próprios

Os nomes próprios do herói épico, atribuídos ou auto-atribuídos, suas conotações nos múltiplos contextos em que emergem, merecem uma interpretação especial. Por exemplo: *Djekki-la-Njambé* (Dwala); *Akomo Mba* (Ewondo); *Mvett de Zue Nguema* ou *Zongo Midzi* (Fang); *Mwindo* ou *Kabutwakenda* (Nyanga); *Lianja* (Nkundo-Mongo); *Mubila* (Balega); *Kasala* (Luba-Kasai); *Lofokefoke* (Mbole); *Kudukese* (Hamba); *Moni-Mambu* (Kikongo); *Ndalakalintanga* (Cokwe); *Kimalawezu Kia Ntumba-Ndala* (Kimbundu); *Kalitangi* (Umbundu); *Nambalisita* (Nyaneka-Humbi); *Nambalicita* (Kuanyama); *Kapepe* (Lenje ou Benamukuni); *Mpambaicita* (Ndonga); *Sambilikita* (Kwangali); *Sambilia* (Shambyu); *Ciakova* (Mbukushu); *Senkatana* (Basotho); *Hlakan-yana* (Zulu); *Liyongo* (Swahili) e o *Ibonia* (Malgaxe).

Do ponto de vista descritivo, o significado dos nomes próprios destes heróis traduz exactamente a ideia de ser autocriado, sendo o nascimento de um ovo ou associado a um acontecimento misterioso uma das suas características mais marcantes.

Quem lê as narrativas míticas das Literaturas Oraís Angolanas com preocupações de antropólogos, psicólogos, sociólogos e teólogos que não conheçam a civilização Bantu, pode concluir que vai faltando uma hermenêutica e compreensão dos conceitos de pessoa e de Deus, tal como são formulados nas línguas nacionais. A razão disso reside, por exemplo, no facto de o estudo das religiões africanas, aparentemente, não se revelar útil ao conhecimento da comunidade histórica e práticas culturais que estudamos.

De um modo geral, na caracterização do herói épico autoexistente evidencia-se a sua epifania antagónica perante *Kalunga*, *Nzambi* e *Ndyambi*, nomes próprios que em Angola são atribuídos a Deus ou antepassado supremo. Estes

nomes de Deus são as palavras que remetem para um substrato comum, tal como o comprova a lexicografia Bantu. Nas respectivas línguas, o uso dessas unidades lexemáticas depende do tipo de discurso e género literário. Não deixa de ter razão o missionário espiritano suíço Carlos Estermann, quando considerava que, em Kuanyama, o termo *Kalunga* é usado em prosa e *Pamba*, em poesia. Já em Nyaneka-Humbi, *Kalunga* é usado em poesia e *Huku* ou *Suku*, em prosa. Por outro lado, é pertinente a observação de Carlos Estermann quando, num artigo de etnologia sobre as concepções religiosas entre os Bantu, publicado em 1942, admitia que “temos de concordar que a verdadeira religião dos Bantu é o culto dos antepassados”.¹⁷

Ao classificar o tipo de narrativas em que elas ocorrem, que alguns europeus designam como “lendas de seres extraordinários e fabulosos”, verifica-se que os nomes próprios das referidas personagens etiológicas representam a negação da crença na onisciência, onnipotência e omnipresença de Deus. Mas tal não significa recusa das crenças religiosas.

A alusão que se faz a esses heróis iconoclastas permite identificar uma profissão e um comportamento moral semelhante aos protagonistas dos mitos de criação, personagens com nomes próprios que os associam à cosmogonia Bantu, sendo a profissão de caçador ou ferreiro um dos mais significativos traços identitários. A afronta a *Kalunga*, *Suku*, *Nzambi*, a errância e o combate levado a cabo contra os ogres, *makishi*, os espíritos malignos e outros adversários predadores, definem a personalidade dos heróis iconoclastas. Por exemplo: *Kalitangi* (Umbundu), *Kimalawézu Kia Tumba-Ndala* (Kimbundu), *Nambalisita* (Nyaneka-Humbi) e *Ndalakalitanga* (Cokwé), *Mwindo* (Nyan-ga). São personagens que se autolegitimam. Geram-se a si mesmos. Nascem já caçadores adultos, armados com os instrumentos do ofício. Atribuem-se a si mesmos os nomes próprios. Portanto, a sua interpretação requer profundos conhecimentos sobre a cosmogonia e a concepção Bantu da pessoa humana, uma competente teoria dos nomes próprios e das personagens ficcionais que seja culturalmente contextualizada, reconhecendo-se a sua dimensão cognitiva. Se a autoinscrição das personagens referidas no mundo do sagrado revela alguma coisa, tal tem que ver com o vínculo entre o sentido do seu nome, o conteúdo teleológico e a ordem cosmogónica que suscita a adesão da comunidade.

¹⁷ ESTERMANN, 1971.

6. Geografia dos heróis autoexistentes

O território dos textos mitológicos do herói épico “gerado por si mesmo” abrange uma vasta área que se estende entre a África Central e a África Austral. É uma tradição bastante antiga. De acordo com a classificação de Bryan e Murdock, os Bantu compreendem os seguintes subgrupos:

- a) *Bantu do Nordeste*;
- b) *Bantu do Equador*;
- c) *Bantu Mongo-Nkundo-Tetela*;
- d) *Bantu do Centro*, integrado pelo grupo Kongo (Solongo, Zombo, Yombe, Ngoyo, Vili, Lari); grupo Kimbundu (Kimbundu, Ngola, Ndongo, Mbaka, Ndembu, Kisama, Libolo), grupo Kwango (Kwese, Luwa, Ngongo, Pende, Suku, Yaka), grupo Kasai (Kuba, Mbala, Mbengi, Lele, Wongo); grupo Lunda-Cokwe (Cokwe, Minungu, Ruund, Lwimbi, Mbwela, Ngangela, Lucazi, Lwena, Mbunda, Lunda, Ndembu, Songo); grupo Bemba (Tabwa, Shila, Bemba, Lomotwa, Lembwe, Lamba, Aushi); grupo Malavi (Chewa, Nsenga, Kunda, Nyngwe, Sena, Tonga, Malavi, Nyanja, Nyasa e Tambo); grupo Yao-Makua (Mwela, Makonde, Mabiha, Ngulu, Chwabo, Cuambo, Lolo);
- e) *Bantu do Nordeste* (grupo Nyika-Taita; grupo Swahili);
- f) *Bantu das Altas Terras do Quênia*;
- g) *Bantu Interlacustres*;
- h) *Bantu da Tanzânia*;
- i) *Bantu do Médio Zambeze*;
- j) *Bantu do Sudoeste* (Kuanyama, Ndonga, Herero, Umbundu, Ndombe, Nyaneke-Humbi);
- l) *Bantu Shona* (Zimbabwe e Moçambique);
- m) *Bantu Thonga*;
- n) *Bantu Nguni*;
- o) *Bantu Sotho*.

É nos nomes próprios do herói que se registam variações de fenómenos linguísticos morfemáticos cuja compreensão pode contribuir para aprofundados estudos de lexicostatística e glotocronologia. Por exemplo: *Nambaicita*

(Kuanyama), *Mpambaicita* (Ndonga), *Sambilikita* (Kwangali), *Sambilia* (Shambyu), *Ciakova* (Mbukushu).

Após a leitura e a interpretação das referidas narrativas, um investigador cristão pouco avisado atrever-se-ia a considerar que as personagens designadas por esses nomes próprios representam a prática do ateísmo, de acordo com um princípio descritivista da filosofia ocidental, segundo o qual a um nome associa-se sempre uma descrição referencial.

Nas respectivas narrativas ficcionais, essas crianças-prodígio são pessoas que põem em causa os poderes de *Suku*, *Kalunga* e *Nzambi*. Os seus poderes são de igual modo comensuráveis aos de *Kalunga*. Não há na natureza qualquer força que lhes resista. As suas peripécias têm início quando as adversidades ameaçam a existência da sua família, seus pais, especialmente as mães. Enfrentam ogres e travam debates argumentativos com o seu principal oponente, *Suku*, *Kalunga* e *Nzambi*.

Portanto, estas crianças-prodígio não poderão ser a representação do vulgar ateu cristão, na medida em que o monoteísmo ocidental não é modelo para explicar e compreender os fenómenos religiosos africanos. Na melhor das hipóteses, à luz de uma perspectiva comparada, admite-se que elas sejam uma representação literária do ateísmo negativo. Por ateísmo negativo entende-se a aceitação de crenças religiosas, mas a negação da crença na onisciência de Deus.

7. Antroponomástica

Num ensaio com o qual se propõe examinar possibilidades para a crítica de um dos elementos secundários menos populares da personagem, enquanto categoria da narrativa – o significado dos nomes próprios –, o crítico literário e professor nigeriano Dan S. Izevbaye¹⁸ aborda o tipo de problemas respeitantes à referência e à existência de personagens ficcionais com que o filósofo norte-americano Saul Kripke (1940-2022) se vem ocupando, especialmente as teorias descritivistas e identitárias dos nomes próprios. Embora sem intencionalidade filosófica, o texto do professor nigeriano é coevo do livro do filósofo norte-americano¹⁹.

¹⁸ IZEVBAJE, 1981.

¹⁹ KRIPKE, 1980.

Ora, as reflexões sobre os heróis épicos levantam vários problemas. Dois deles dizem respeito à identidade dos heróis épicos e ao carácter descritivo dos nomes próprios das personagens dos textos, poemas e narrativas, do género épico. Dizem respeito a matérias da antroponomástica e da antroponímia que, numa lógica interdisciplinar, têm vindo a mobilizar a atenção de especialistas da Filosofia, Estudos Literários e outras áreas. É o caso da Antropologia, Linguística, História, Estudos de Literatura e Filosofia da Linguagem.

No capítulo dos estudos de literatura referentes ao continente africano, um dos mais fecundos textos foi escrito por Dan S. Izevbaye, que dedicou ao tópico um ensaio digno de especial atenção. “Nomes Próprios e Personagem da Ficção Africana” é a tradução do título do artigo publicado em 1981, na prestigiada revista norte-americana *Research in African Literatures*.

Dan S. Izevbaye é um professor nigeriano emérito da Universidade de Ibadan. Com a sua actividade de ensino e investigação, tem vindo a contribuir para o avanço do estudo e da hermenêutica das Literaturas Africanas através da prática de análise do texto e valorização do contexto.

Numa perspectiva intercultural, Dan Izevbaye reconhece que os nomes próprios representam um dos mais controversos temas da filosofia ocidental, pois já Platão o tratou em *Crátilo*, um dos seus livros de diálogos socráticos. Mas, por modéstia intelectual, Dan Izevbaye não admite que o referido ensaio seja inscrito no campo da Metafísica, Linguística, Filosofia ou Sociologia. No seu entender, estas disciplinas têm a vocação de abordar questões fundamentais como o grau de correspondência entre som e essência, nome e objecto ou pessoa, ou entre o social e o psicológico. Para o professor emérito da Universidade de Ibadan, uma das funções dos nomes próprios, que consiste em tornar possível a classificação dos fenómenos e ajudar a identificar o carácter ou a categoria de cada pessoa ou objecto, é geralmente ignorada. Por essa razão, Dan S. Izevbaye considera que devem ser tidos em conta dois tipos de contextos sócio-culturais subjacentes à atribuição de nomes próprios. Em primeiro lugar, o contexto cultural arquetípico, no âmbito do qual os nomes próprios são vivos e significativos, como o contexto recorrente observável em descrições das práticas de nomear nas diferentes culturas africanas. Em segundo lugar, as circunstâncias em que os nomes próprios perdem o seu significado social, revelando-se os nomes comuns mais significativos do que os nomes próprios.

Recorrendo, por exemplo, à leitura dos romances de Chinua Achebe (1930-2013), nomeadamente, *Things Fall Apart* ou *No Longer at Ease*, interroga-se acerca da adequação do nome próprio à personagem e à função do herói. É o caso da tipicidade de um nome Igbo como Okonkwo ou Obi. Por isso, conclui que, embora tais questões não constituam a principal preocupação da crítica literária, não podem ser completamente ignoradas. Em virtude de a atribuição dos nomes próprios ficcionais ter a sua fonte em nomes próprios usuais, as perspectivas não-literárias podem ser úteis para o estudo da sua caracterização e do seu significado. De resto, Dan Izevbye defende a ideia segundo a qual na narrativa literária o escritor é o demiurgo da correspondência entre o nome e o objecto nomeado.

Tal como foi referido, o texto do professor nigeriano Dan S. Izevbye é coevo da publicação do mais importante livro do filósofo norte-americano sobre a problemática dos nomes próprios, “Naming and Necessity” (O Nomear e a Necessidade, 1981). Com as propostas de Saul Kripke, poderíamos especular acerca do sentido e da referência dos nomes próprios de personagens literárias. Por exemplo: 1) Mutu-ya-Kevela, o herói da revolta do Bailundo de 1902, personagem-referencial ou histórica e do romance *Yaka*, de Pepetela; 2) Nambalisita, personagem ficcional, autoexistente ou incriado, das narrativas épicas angolanas e do romance *Konhkava de Feti*, de Henrique Abranches; 3) João Segunda, pura personagem ficcional romanesca em *Maio, Mês de Maria*, de Boaventura Cardoso. Se o “designador rígido” refere o conjunto de elementos descritivos que permitem identificar o mesmo objecto em todos os mundos possíveis, como diz Saul Kripke, tal categoria aplicar-se-ia apenas a Mutu-ya-Kevela, pois é o nome próprio da única personagem a que corresponde um referente e, conseqüentemente, uma identidade, cujas propriedades são irrevogáveis, independentemente do mundo possível em que existir.

A frase declarativa 1) “Mutu-ya-Kevela, o herói da revolta do Bailundo de 1902.”, é um tipo de frase declarativa necessária. Neste caso, de acordo com Saul Kripke, estamos em presença de uma frase, que: a) é verdadeira; b) não poderia ser de forma diferente. Já a frase declarativa 2) “Nambalisita é um tipo de personagem ficcional autoexistente ou incriado das narrativas épicas angolanas.” é uma frase declarativa contingentemente verdadeira. A frase 3) “João Segunda, pura personagem ficcional romanesca.” também pode ser classificada como frase declarativa contingentemente verdadeira. Segundo Saul

Kripke, as frases 2) e 3) são tipos de frases declarativas em que, apesar de enunciarem esses nomes e respectivos referentes, se admite que as coisas podem acontecer de forma diferente.

Para Saul Kripke, estes dois tipos de frases declarativas são susceptíveis de serem abordados na perspectiva da metafísica, tendo em conta o que o mundo é e como poderia ter sido.²⁰ No entanto, há um tipo de frase declarativa que supõe a existência de uma verdade *a priori*, aquela que pode ser reconhecida como verdadeira, independentemente de qualquer experiência. Mas o tipo de argumentação que pode sustentar a verdade *a priori* pertence à epistemologia, isto é, essa verdade *a priori* pode ser objecto de um conhecimento que o mundo real suscita, tal como qualquer outro.

Portanto, pode dizer-se que o ensaio de Dan Izevbaye, em diálogo com Saul Kripke, é um texto seminal para a tematização dos nomes próprios na Filosofia da Literatura Contemporânea em África²¹, sendo um contributo que se inscreve na cronologia dos debates interdisciplinares, filosóficos, linguísticos e literários, que tiveram lugar durante o século XX. Apesar disso, os objectos da antroponomástica, enquanto fenómenos da linguagem, isto é, as ficções de “como se...”, na expressão usada pelo filósofo alemão Hans Vaihinger (1852-1933), são bastante negligenciados no campo dos Estudos Literários Africanos.

8. Eliminativismo e Acomodacionismo

Admitir a existência de arquétipos transculturais do herói épico autoexistente e, ao mesmo tempo, interpretar o sentido e a referência dos nomes próprios das personagens ficcionais que tipificam esse herói levanta um problema que se prende ao estatuto e à natureza das personagens ficcionais e objectos não-existentes, tal como sugere Dan Izevbaye. É um problema ontológico, diriam outros. A principal pergunta é a seguinte: Por que razão nos importamos com estas personagens ficcionais? Existem ou não?

Portanto, levantam-se questões epistemológicas, ontológicas e éticas: a) Como é que se pode chegar à conclusão de que objectos ficcionais são objectos cognoscíveis? b) Que estatuto se pode atribuir às personagens ficcionais

²⁰ *Op. cit.*

²¹ *Op. cit.*

que, pertencendo a mundos possíveis, têm as suas peculiaridades em virtude de serem inexistentes? c) Faz sentido cultivar o altruísmo, a caridade, a simpatia ou a empatia por personagens ficcionais e, perante dilemas morais, tomá-las como modelos de conduta, em detrimento de pessoas reais?

A hermenêutica das narrativas dos heróis autoexistentes nos ciclos épicos africanos referidos fornece elementos para responder àquelas perguntas. Mas falemos um pouco dos debates que, neste domínio, se desenvolvem hoje no campo da Filosofia da Literatura nos Estados Unidos da América e na Europa.²² No contexto da filosofia analítica anglo-americana, a história regista a controvérsia que, opondo “eliminativistas” e “acomodacionistas”, teve início no princípio do século XX. O debate tem vindo a evoluir para outros caminhos. O acomodacionismo tem o seu primeiro arauto em Alexius Meinong (1853-1920) com o seu artigo “The Theory of Objects”, publicado em 1904.²³ Lança as bases daquilo que se vai designar por acomodacionismo. O filósofo austríaco entende que os “objectos não-existentes” devem ser considerados como objectos de conhecimento, na medida em que os factos a eles associados podem ser cognoscíveis.

O eliminativismo é representado por Bertrand Russell (1872–1970). As primeiras posições críticas contra as teses de Meinong assinalam a sua inscrição no debate.²⁴ Os eliminativistas defendem a eliminação dos objectos ficcionais da visão ontológica do mundo.

Por seu lado, os acomodacionistas admitem que quer os objectos não-existentes, quer os existentes possuem as mesmas propriedades de existência. Por isso, para alguns autores as personagens ficcionais não são “objectos sem ser”, objectos inexistentes. São, ao invés, objectos abstractos. É o caso de Peter Inwagen²⁵ que as descreve como entidades teóricas da crítica literária. Assim, recorrendo ao argumento do compromisso ontológico de Quine, afirma que as personagens ficcionais existem. Já Amie Thomasson entende que as personagens de ficção são entidades abstractas e artefactos criados, pois dependem de actos linguísticos e da contínua existência de obras literárias. Neste sentido, os

²² Para uma síntese da bibliografia sobre a problemática, ver LAMARQUE, 2009.

²³ MEINONG, 1960. Originalmente publicado com o título “Über Gegenstandstheorie” in MEINONG, 1904.

²⁴ RUSSELL, 1904.

²⁵ INWAGEN, 2014.

objectos ficcionais são históricos, não podendo ser intemporais. Ao conceber objectos ficcionais como artefactos abstractos, acrescenta Amie Thomasson, podemos oferecer critérios de identidade para objectos ficcionais tanto em obras literárias quanto aqueles que se adoptam para objectos comuns. Mas também se aproximam mais do modo como são tratadas as personagens ficcionais como iguais ou diferentes.²⁶ Por outro lado, levanta-se o problema de saber se, ao dar sentido ao nosso mundo, devemos admitir personagens ficcionais na nossa ontologia? Se assim for, com que fundamento?

Amie Thomasson considera que a opção por uma ontologia visa seleccionar a que se revela mais adequada à compreensão da nossa experiência e do discurso sobre o mundo. O que exige uma teoria capaz de sustentar a análise do que diz respeito à nossa experiência.

Ora, qual poderia ser a nossa posição perante a controvérsia ontológica sobre os critérios de identidade e dos nomes próprios das personagens ficcionais autoexistentes em Angola?

Os trabalhos publicados no domínio da antroponomástica concorrem para a busca de respostas. Além da já mencionada bibliografia dos missionários, importa referir especialmente trabalhos de alguns autores. Óscar Ribas (1909-2004) com o seu segundo volume do *Missosso* que comporta uma secção de categorias de nomes próprios em Kimbundu. De igual modo, *o Pequeno Dicionário Antroponímico Umbundu*, de 2003, do falecido antropólogo angolano Francisco Xavier Yambo (1945-2012) e uma versão publicada de uma dissertação de Mestrado, defendida na Universidade de Western Ontario: *O Nome na Identidade Umbundu. Contributo Antropológico*, de 2009, livro de Jorge Simeão Ferreira Chimbinda. De resto, afigura-se necessário conhecer as propriedades que são atribuídas a essas personagens ficcionais autoexistentes.

9. Conclusão

Com a proposta da presente reflexão, me propus desenvolver três tópicos:

a) Em primeiro lugar, o debate sobre a existência do género e do herói épico nas Literaturas Oraís Africanas que, no actual estado dos conhecimentos e avanços dos estudos narratológicos e filosóficos da literatura, exige a incorpo-

²⁶ THOMASSON, 1999.

ração de outras perspectivas. Neste sentido, pode dizer-se que estão ultrapassados os argumentos e fundamentos eurocêntricos que Maurice Bowra e Ruth Finnegan invocavam a este respeito, no século XX.

b) Em segundo lugar, a discussão dos problemas que se levantam acerca das personagens ficcionais autoexistentes não pode perder de vista os contextos culturais, linguísticos, históricos e antropológicos que suportam as narrativas e respectivos sistemas literários de origem. Numa síntese que permita compreender a complexidade da necessária abordagem narratológica, o estudo comparado das descrições de alguns desses heróis autoexistentes do corredor descendente da Zona Bantu constitui um imperativo.

c) Em terceiro lugar, não deixa de ser legítimo admitir que o relativismo ficcional pode representar uma importante ferramenta analítica para aqueles que se dedicam aos Estudos Literários Africanos, especialmente do género épico. Tal como outros domínios do saber, revela-se necessário convocar os fundamentos epistemológicos que contribuem para a desconstrução do medo do relativismo que se vem confundindo com o medo do conhecimento.

Bibliografia

- ABRANCHES, Henrique (2000). Entrevista a Luís Kandjimbo. *Programa Leituras*. Televisão Pública de Angola.
- BA, Cheikh Moctar (2007). *Étude Comparative entre les Cosmogonies Grecques et Africaines*. Paris: L'Harmattan.
- BIEBUYCK, Daniel P.; MATEENE, R. C. (1969). *The Mwindo epic of the Banyanga*. Berkeley: University of California Press.
- BIEBUYCK, Daniel P. (1978). *Hero and Chief. Epic Literature from the Banyanga Zaire Republic*. Berkeley: University of California Press.
- BIRD, C. (1974). *The Songs of Seydou Camara: Kambili*. Bloomington: Indiana University African Studies Center.
- CHATELAIN, Héli, org. e ed. (1894). *Folk-Tales of Angola. Fifty Tales, with Kimbundu Text, Literal English Translation, Introduction and Notes*. Boston / New York: American Folklore Society.
- CLARK, J. P. (1977). *The Ozidi Saga of the Yoruba*. Ibadan: Ibadan University Press e Oxford University Press Nigeria.
- DEME, Mariam Konate (2009). *Heroism and the Supernatural in the African Epic toward a Critical Analysis*. "Journal of Black Studies". 39: 3 (Jan.), pp. 402-419.

- DERIVE, Jean, (2001). “Champ littéraire” et oralité africaine: problématique. In FONKOUA, Romuald e HALEN, Pierre, *ed. Les Champs Littéraires Africains*. Paris: Éditions Karthala.
- (2002). *L'épopée. Unité et Diversité d'un Genre*. Paris: Karthala.
- (2012). *L'Art du Verbe dans L'Oralité Africaine*. Paris: L'Harmattan.
- ESTERMANN, Carlos (1971). *Cinquenta Contos Bantos do Sudoeste de Angola (Texto Bilíngue com Introdução e Comentários)*. Luanda: Instituto de Investigação de Angola.
- FINNEGAN, Ruth (1970). *Oral Literature in Africa*, Nairobi/Dar Es Salaam: Oxford Press University.
- (1978). *Oral Literature in Africa*. Oxford: Oxford University Press.
- GÖRÖG, Veronika (1981). *Littérature Orale d'Afrique Noire. Bibliographie Analytique*. Paris: Éditions G.-P. Maisonneuve et Lorose.
- GUTHRIE, Malcolm (1967). *Comparative Bantu: An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages*. Westmead: Gregg Press Ltd.
- HAUENSTEIN, A. (1962). *Noms accompagnés de proverbes, chez les Ovimbundu et les Humbi du Sud de l'Angola*. “Anthropos”. Bd. 57, H. 1/2, pp. 97-120.
- INWAGEN, Peter (2014). *Existence Essays in Ontology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IZEVBAYE, D. S. (1981). *Naming and the Character of African Fiction*. “Research in African Literatures”. 12: 2 (Summer), pp. 162-184.
- JOHNSON, John William (1980). *Yes, Virginia, there is an Epic in Africa*. “Research in African Literatures”. 11: 3, Special Issue on Genre and Classification in African Folklore (Autumn,), pp. 308-326.
- KAGAME, Alexis (1969). *Introduction aux Grands Genres Lyriques de L'ancien Rwanda*. Butare: Université de Rwanda.
- KANDJIMBO, Luís (2010). “Kalitangi: Um herói épico da literatura oral Um-bundu”. In SECCO, Carmen Lucia Tindó, SALGADO, Maria Teresa e JORGE, Sílvio Renato, *org. Pensando África. Literatura, Arte, Cultura e Ensino*, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, pp. 137-143.
- KESTELOOT, Lilyian e DIENG, Bassirou (1997). *Les Épopées d'Afrique Noire*. Paris: Karthala.
- KNAPPERT, J. (1967). *The epic in Africa*. “Journal of the Folklore Institute”, 4: 2/3, Special Issue: African Folklore (Jun.-Dec.), pp. 171-190.
- KNAPPERT, J. (1979). *Four centuries of Swahili Verse. A literary history and anthology*. London: Heinemann.
- KRIPKE, Saul A. (1980). *Naming and Necessity*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.
- KUNENE, Daniel P. (1971). *Heroic Poetry of the Basotho*. Oxford: Clarendon Press.

- KUNENE, Daniel P. (1991). *Journey in the African Epic*. "Research in African Literatures". 22: 2 (Summer,) pp. 205-223.
- KUNENE, Mazisi (1979). *Emperor Shaka the Great: a Zulu Epic*. London: Heinemann.
- LAMARQUE, Peter (2009). *The Philosophy of Literature*. Malden / Oxford / Victoria: Blackwell Publishing.
- MEINONG, Alexius, ed. (1904). *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie* [Investigations in Object Theory and Psychology]. Leipzig: J. A. Barth.
- (1960). *The Theory of Objects*. In CHISHOLM, Roderick M. ed. *Realism and the Background of Phenomenology*. Trad. Isaac Levi, D. B. Terrell and Roderick Chisholm. New York: The Free Press, pp. 76-117.
- NGUIJOL, P. (1975). *Les Fils d'Hitong: Epopée Bassa*. Yaounde: CEPER.
- NIANE, D. Tamsir (1960). *Sundjata, ou l'Epopée Mandingue*. Paris: Présence Africaine.
- OBENGA, Théophile (1990). *La Philosophie Africaine de la Période Pharaonique*, Paris: L'Harmattan.
- OKPEWHO, Isidore (1977). *Does the Epic Exist in Africa? Some Formal Considerations*. "Research in African Literature". 8: 2, Special Issue on African Folklore (Autumn), pp. 171-200.
- (1979). *The Epic in Africa: Toward a Poetics of the Oral Performance*. New York: Columbia University Press.
- REICHL, Karl (2021). *The Oral Epic: From Performance to Interpretation*. New York: Routledge.
- RUSSELL, B. (1904). *Meinong's Theory of Complexes and Assumptions*. "Mind". New Series. 13: 50 (April), pp. 204-219, (I); 13: 51 (Jul.), pp. 336-354 (II); 13: 52 (Oct.), pp. 509-524 (III).
- SEYDOU, Christiane. (1983). *Comment définir le genre épique? Un exemple, l'Epopée africaine*. In GOROG-KARAD, Veronika. *Genres, Formes et Significations: Essais sur La Littérature Africaine*. Oxford: Jaso.
- SONE, Enongene Mirabeau (2018). *African Oral Literature and the Humanities: Challenges and Prospects*. "Humanities", pp. 7-30. DOI: <https://10.3390/h7020030.2018-7-30>.
- THOMASSON, Amie (1999). *Fiction and Metaphysics*. Cambridge / New York: Cambridge University.
- VANSINA, Jan (2004). *How Societies Are Born: Governance in West Central Africa Before 1600*. Virginia: University of Virginia Press.

**APRENDER E ENSINAR ATRAVÉS DO MANUAL DE
LITERATURAS AFRICANAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA:
UM TESTEMUNHO DO LUBANGO**

Learn and teach through the handbook *Literaturas africanas de expressão portuguesa*: a testimony from Lubango

Solange Evangelista M. Luis
ISCED – Huíla

Resumo: O manual de *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, criado por Pires Laranjeira, foi-me essencial quando iniciei a minha carreira docente no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, Angola, na formação de futuros professores de língua portuguesa e literatura para o Ensino Médio. Esta comunicação é um ligeiro testemunho sobre a sua utilização no ensino da literatura angolana na cidade do Lubango, principalmente no que concerne à periodização desta literatura, nele definida e adotada, não só a nível universitário, mas igualmente no Ensino Médio, por aqueles professores formados nesta instituição de ensino superior huilana.

Palavras-chave: Pires Laranjeira, ensino da literatura angolana, periodização, manual de *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*

Abstract: The manual *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, created by Pires Laranjeira, was essential to me when I started my teaching career at the Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, in Angola, training future teachers of Portuguese language and literature for high school. This paper is a brief testimony about the use of this manual in the teaching of Angolan literature in the city of Lubango, especially regarding the periodization of this literature as defined in it and adopted, not only at the university level but also in high school, by those teachers trained at this Huíla's higher education institution.

Keywords: Pires Laranjeira, teaching of Angolan literature, periodization, handbook of *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*

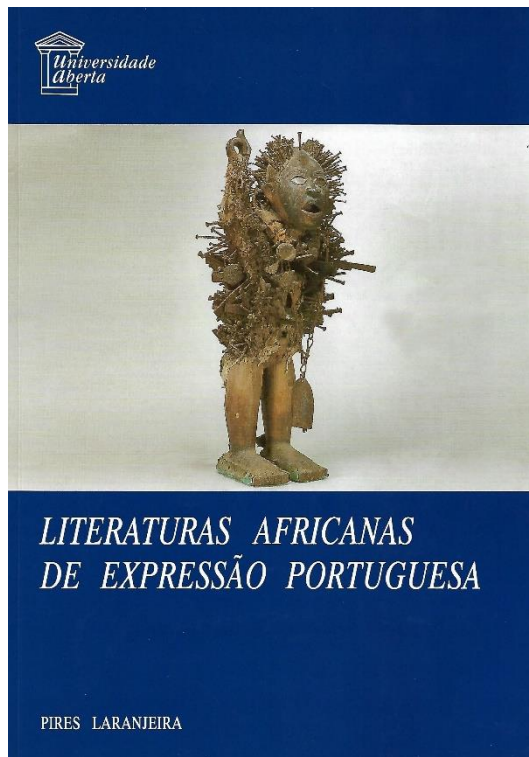
Para este encontro, eu me propus falar sobre a minha experiência com o manual de *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, da autoria do Professor Pires Laranjeira, publicado em 1995, pela e para a Universidade Aberta. Este manual tem servido de apoio a uma multiplicidade de pessoas que se iniciam nos estudos das literaturas africanas escritas em língua portuguesa, entre elas eu própria. Sinto que posso dizer, sem medo de errar, que todos aqueles que estudam estas literaturas, em algum momento, lidaram com este manual, ou tiveram conhecimento da sua existência. Gerald Moser, na sua resenha sobre este trabalho, expande a importância do manual para além da iniciação de novos estudiosos nas Literaturas Africanas, referindo-se a ele como “uma mina de informação” (MOSER, 1996: 112). No entanto, ele é poucas vezes referenciado e reverenciado.

O Instituto Superior de Ciências da Educação – o ISCED da Huíla, situado na cidade do Lubango, em Angola, tem como função formar, no curso de Ensino da Língua Portuguesa, futuros professores de Língua Portuguesa para o Ensino Médio. É dentro do seu programa de preparação que se enquadram as disciplinas de Literaturas Africanas em Língua Portuguesa e de Literatura Angolana, entre outras disciplinas de literatura. Dado o seu inegável valor didático, o manual de Pires Laranjeira tem sido por mim utilizado em ambas disciplinas. Por sua vez, os professores do Ensino Médio, formados pelo ISCED da Huíla, que actualmente leccionam a disciplina de Literatura na 12.^a classe, têm empregue a “Periodização da Literatura Angolana”, definida no manual de *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, como recurso pedagógico. Assim sendo, o manual acaba por ter uma abrangência que extravasa a dimensão universitária, para o qual foi pensado.

Esta comunicação não se propõe ser uma resenha ou apresentação do manual de Pires Laranjeira, mas um ligeiro testemunho sobre a sua utilização no ensino da Literatura Angolana, na cidade do Lubango, Província da Huíla, em Angola, com especial enfoque na proposta de periodização da literatura angolana nele divulgada (LARANJEIRA, 1995: 33-44). Esta periodização promove uma melhor compreensão, não só do desenvolvimento social e histórico da literatura angolana, como também do papel da estética e da temática literária no processo de independência do país. Dada a sua aceitação e utilização nestes diferentes níveis de escolarização no Lubango, é razoável asseverar que,

tanto o manual de Pires Laranjeira como a sua proposta de periodização, deixam a sua indelével marca no processo de ensino e aprendizagem da literatura angolana na Província da Huíla.

Pires Laranjeira, no prólogo do manual, define o objectivo primordial desta ferramenta pedagógica, pensada para o ensino à distância, como sendo o “de conter toda a informação considerada necessária e fundamental para os alunos” (LARANJEIRA, 1995: 16) que se encontrem em lugar “desprovido de apoio bibliográfico” (*Ibidem*) de forma a poderem “adquirir os conhecimentos imprescindíveis nesta matéria” (*Ibidem*). Atualmente, continua a servir o seu objectivo de colmatar a falta de apoio bibliográfico, situação ainda patente em muitas paragens angolanas.



Embora a minha formação fosse em Literaturas de Língua Inglesa e eu procurasse trabalhar neste âmbito quando regressei a Angola, quis o destino que eu desse início ao meu percurso docente com a leccionação, entre outras, das disciplinas de Literatura Angolana e de Literaturas Africanas em Língua Portuguesa no ISCED da Huíla. Uma vez que a juventude e a ingenuidade, e por que não dizer mesmo, a ignorância, dão-nos coragem para nos aventurarmos por veredas desconhecidas, aceitei o desafio que me foi proporcionado. Foi assim que o manual de *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* passou a fazer parte desta minha nova aventura. Foi com ele que, há quase vinte anos, primeiro tateei este campo de estudos e comecei a vislumbrar os vários aspectos relacionados ao desenvolvimento destas literaturas. Outros livros ajudaram

certamente, mas este foi fundamental – foi basilar. Posso mesmo dizer que, face à escassez bibliográfica de um país ainda em guerra e a impossibilidade da *internet*, considero uma sorte tê-lo encontrado no Lubango. Foi predominantemente com ele e a partir dele que elaborei os meus primeiros programas de ensino. Nos anos iniciais, serviu como principal suporte bibliográfico teórico para mim e para os meus alunos. No decorrer das aulas e a partir do manual, íamos conversando e percebendo que conteúdos e temas nos eram mais significativos, quais gostaríamos de aprofundar e, a partir destas trocas, as estruturas dos cursos foram tomando novos contornos, cada vez mais próximos dos nossos interesses culturais, sócio-educativos e até políticos.

Enquanto fazia-me docente de uma literatura nova, de um país jovem, procurava dar resposta às exigências que os diferentes momentos e contextos iam desvelando e permitindo. Em quase duas décadas de leccionação, observei a transformação da composição das salas de aula, testemunhando as mudanças de pensamento dos alunos e ouvindo seus sonhos que, em muito, continuam a ressoar àqueles da Geração da *Mensagem*. Neste processo, o manual esteve sempre connosco, constante e confiável, ajudando a gizar caminhos e a levantar questões pertinentes e complexas, num processo edificante de pensar a nação através da literatura.

De todos os conteúdos do manual, é a periodização da literatura angolana a mais popular entre os alunos que, na qualidade de futuros docentes de literatura angolana no ensino médio, apreciaram, desde cedo, a sua qualidade pedagógica. Ela traça, de forma sistemática e sintética, o quadro cronológico da literatura angolana e o seu desenvolvimento teórico, temático e estético, desvelando os diálogos estabelecidos entre a literatura e os diferentes cenários históricos e culturais, tanto angolanos como mundiais.

Esta periodização apresenta sete momentos que abrangem a literatura angolana desde as suas origens até o ano de 1993. Cada período é determinado segundo as influências que (in)formam os textos e a consequente forma inovadora com que a produção literária reage a estes influxos culturais e estético-temáticos. Fatores determinantes como os históricos, políticos e ideológicos são também escrupulosamente considerados. Autores primordiais e obras essenciais são assinaladas, assim como as características que contribuem para a suas pontuações. Os períodos são intitulados de forma perspicaz, desvelando

apropriadamente o seu conteúdo: *Incipiência, Primórdios, Prelúdio, Formação, Nacionalismo, Independência* e, finalmente, *Renovação*. Dentre todos, saliento aqui o quarto período, que se estende de 1948 (ano que marca o surgimento do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola) a 1960, abarcando o surgimento das revistas *Mensagem* e *Cultura* (II), as acções culturais da Casa dos Estudantes do Império e das Edições Imbondeiro. O reconhecimento e inclusão do papel das Edições Imbondeiro, neste que foi o processo de desenvolvimento da literatura angolana, é recebido com agrado e orgulho pelos alunos lubanguenses, principalmente porque pouco se divulga sobre a Imbondeiro no Lubango e, como o próprio Laranjeira aponta, trata-se de “uma cidade que não costuma constar nos roteiros” (LARANJEIRA, 1995: 108). Os alunos do ISCED da Huíla, de forma geral, têm o primeiro contacto com as Edições Imbondeiro no decorrer da disciplina de literatura angolana. Este tem sido um factor de sensibilização dos alunos, futuros professores de literatura angolana, para a necessidade de preservação das Edições Imbondeiro na história da nossa literatura.

Embora Moser seja da opinião que um século e meio de existência não justifique sete períodos literários (MOSER, 1996: 112), a experiência em sala de aula tem mostrado a eficiência metodológica da periodização feita em curtos períodos que acompanham as diferentes dinâmicas da história angolana. A sistematização literária, em estreito diálogo com a história, tem ajudado os alunos a melhor compreender as escolhas estilísticas e temáticas, e os códigos comunicacionais utilizados em momentos relevantes e em resposta a determinados estímulos (sejam eles políticos, estéticos, ideológicos ou culturais) no decorrer deste processo histórico de afirmação cultural, literária e política.

O facto de os períodos serem de curta duração (sendo o sexto o período mais curto, abarcando oito intensos anos entre a pré e a pós-independência), espelha, de forma coerente, as mudanças impulsionadas pela Modernidade, que se refletem e se expressam através das escolhas estéticas e temáticas patentes nos textos literários. O próprio Laranjeira declara “a visão política da literatura” (LARANJEIRA, 1995: 17) como um dos princípios analíticos a serem considerados – ressaltando a relação causal entre o cenário histórico, político e cultural e a produção literária como resposta a este cenário, sem no entanto negligenciar o seu valor estético e linguístico.

Como recurso didático, a periodização de Laranjeira promove a compreensão do surgimento da literatura angolana também como uma forma de reação à imposição de uma cultura colonizadora, na maneira que a denuncia e subverte. A literatura reflecte assim a procura por uma forma de expressão estética identitária que, ao contrário do que pode sugerir o título do manual, não expressa o modo de ser português. Esta inadequação é abordada por Pires Laranjeira no prólogo do manual (LARANJEIRA, 1995: 18) onde declara a sua preferência pela denominação “de língua portuguesa” em detrimento do sintagma “de expressão portuguesa” – que designa a disciplina para a qual se destina o manual. Este título, que escapa à vontade do seu autor, serve como exercício de reflexão em sala de aula, sobre a utilização da palavra *língua* (tida como um instrumento de comunicação), em detrimento da palavra *expressão* (que indica a manifestação de um modo de ser) e as implicações que advêm de tais escolhas.

A periodização cumpre, de forma eficiente, o objectivo de apresentar uma visão cronológica e panorâmica da literatura angolana, abarcando temas, movimentos, autores e textos que, em determinados momentos históricos, incorporam as linhas gerais desta literatura. Esta sistematização tem sido utilizada e debatida por mim ao longo dos meus anos de leccionação no Lubango, com o objectivo, entre tantos outros, de promover reflexões sobre uma miríade de aspectos relacionados à estruturação da história da literatura, que convida os alunos a apresentarem não só as suas perspectivas, mas também as suas propostas. Uma destas propostas está relacionada com a continuidade da periodização. Uma vez que o sétimo período literário, que se estende de 1981 a 1993 é o último proposto por Laranjeira, os alunos são incentivados a pensarem a continuidade da periodização: relevando a necessidade ou não de um novo período, ou pensando em possíveis nomes para o período ou períodos que possam dar seguimento à periodização, tendo em conta a pluralidade de forças históricas, sociais, culturais e estéticas que originam e conduzem a produção literária recente; ou até mesmo questionando-a por completo.

Assim prossegue o desafio dos futuros professores do Lubango, em pensar a história da literatura angolana e seus enredamentos, o cânone literário e outras complexidades específicas ao processo de pesquisa, ensino e aprendizagem da literatura angolana.

Embora a periodização tenha sido pensada como recurso didáctico a nível universitário, ela foi adoptada pelos professores da décima segunda classe do segundo ciclo do ensino secundário, na Área de Ciências Humanas, nas escolas públicas do Lubango. Conforme determinado pelo INIDE, o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação de Angola, é na 12.^a classe onde a literatura angolana é abordada, pela primeira vez, numa disciplina dedicada inteiramente à Literatura, sem que seja subordinada ao ensino da Língua Portuguesa e onde, não sendo a única, a literatura angolana é prioritária. A periodização de Laranjeira foi inserida nos programas de literatura da décima segunda classe pelos coordenadores escolares, com anuência dos professores que desenvolvem os conteúdos (ISAAC, 2021: 37). Esta escolha não é fruto de uma directriz governamental, mas sim da determinação de actores locais que, de forma colectiva, adotaram a periodização de Laranjeira como ferramenta didáctica (*Ibidem*). Embora o manual de literatura da décima segunda classe¹, aprovado pelo Ministério da Educação, apresente a sua própria periodização, a de Laranjeira foi preferida pelos coordenadores e professores locais (*Ibidem*).

Gerald Moser ressalta, na sua resenha sobre este manual, que as intenções e as conquistas de uma miríade de autores são mencionadas por Laranjeira que confere aos estudantes e leitores a tarefa de avaliar e julgar os seus méritos (MOSER, 1996: 112). No decorrer das aulas de literatura, os estudantes do ISCED da Huíla avaliaram e julgaram os méritos dos autores angolanos enquanto apreciaram o manual de *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* como fonte de conhecimento e de sistematização da literatura angolana. Ao se tornarem professores, elegeram a periodização de Laranjeira, contida naquele que foi o seu manual de estudo, como suporte didáctico substancial para o ensino da literatura angolana nas suas instituições escolares.

Ainda que haja divergências no entendimento que se tem da relevância ou não de um manual para o ensino universitário, ou acerca das escolhas metodológicas de Laranjeira para a criação da sua periodização, ou ainda sobre o facto de este ter sido criado para um público português, a receptividade desta pelos professores do sistema de ensino lubanguense torna irrefutável a sua aceitação como elemento didáctico significativo. O manual de Pires Laranjeira e a perio-

¹ Vasco Moreira e Hilário Pimenta (2014).

dização da literatura angolana nele apresentada deixam assim a sua marca na história do ensino e da aprendizagem da literatura angolana na cidade do Lubango.

Ao Professor Pires Laranjeira resta-me agradecer o facto de, não sendo angolano, em muito ter contribuído para a pesquisa, ensino e disseminação da literatura angolana, tanto em grandes cidades como em cidades que, assim como o Lubango, “não costumam constar nos roteiros” literários (cf. Laranjeira).

Bibliografia

- ALTUNAGA, Júlian Zerquera, coord. (2013). *Currículo do 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral*. INIDE. São Paulo: Editora Moderna. [Consult. 12 set. 2021]. Disponível em <<https://docplayer.com.br/19204483-Curriculo-do-2-o-ciclo-do-ensino-secundario-geral-reforma-curricular.html>>.
- ISAAC, Frederico Cavongo. (2021). *Estudo Explanatório Sobre o Ensino da Literatura Angolana na 12.ª Classe: um Estudo de Caso nos Liceus do Namibí, Arimba e Lubango*. Lubango: Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), Huíla. Tese de Mestrado.
- LARANJEIRA, Pires (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MOREIRA, Vasco; PIMENTA, Hilário (2014). *Literatura: 12ª classe*. Porto: Porto Editora.
- MOSER, Gerald Moser; LARANJEIRA, José Pires. (1996). Review of *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. “Luso-Brazilian Review”. 2: 33, pp. 111-13. [Consult. 05 set. 2021]. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/3513778>>.

LITERATURA ANGOLANA: A MATERIALIDADE HISTÓRICA DA ESCRITA DA NAÇÃO*

Angolan literature: the historical materiality of the writing of the nation

Inocência Mata

U. Lisboa / Centro de Estudos Comparatistas

Resumo: Pelas condições da sua emergência e existência, a literatura angolana tem vindo a funcionar como subsidiária da escrita da História e tem sido um campo fértil para se pensar a relação de complementaridade entre as duas modalidades de escrita. Assumindo o ofício de “testemunhar” a História desde o século XIX (*Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, 1917, de António de Assis Júnior é emblemático dessa escrita ambivalente), o escritor angolano das décadas seguintes continuou na senda do “narrar a nação” a partir da matéria substantiva dos acontecimentos históricos filtrados pela sua consciência. E, *ainda* hoje, na contemporaneidade, o escritor funciona como um “historiador do presente”, numa escrita em que se opera a exposição de vozes e visões que ficaram à margem do relato de *nação*, através da matéria da História, seja essa história nacionalista ou colonial. Esta reflexão intenta interpelar o sentido da matéria histórica da “escrita da nação” na literatura angolana, tomando como instâncias ilustrativas dessa reflexão alguns romances que se constroem como materialidades históricas de uma “comunidade imaginada”.

Palavras-chave: Literatura angolana, matéria histórica, escrita da Nação

Abstract: Due to the unique conditions of its emergence and existence, Angolan literature has always worked as subsidiary to the historiographic discourse and has been a fertile field to study the complementary relationship between the two modalities of writing. Assuming the task of “witnessing” History since the 19th century, the Angolan writer of the following decades continued in the path of narrating the Nation from substantive historical material filtered by his conscience. This paper attempts to expose the meaning and the sense of the historical material of the “writing of the Nation” in Angolan literature, taking as illustrative instances some novels built through historical materialities of an “imagined community”.

Keywords: Angolan literature, historical material, narrating the Nation

* Por decisão da autora, este artigo não segue o Acordo Ortográfico.

As dimensões ideológicas de um relato histórico refletem o elemento ético envolvido na assunção pelo historiador de uma postura pessoal sobre a questão da natureza do conhecimento histórico e as implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos atuais.

Hayden White (2008)

1. Entre a escrita literária e o ofício de “testemunhar” a História

Pelas condições da sua emergência e existência, a literatura angolana tem vindo a funcionar como subsidiária do conhecimento do Passado e tem sido um campo fértil para se pensar a relação de complementaridade entre as duas modalidades da escrita da História.

Herdeiro do “fardo” do homem angolense das diferentes gerações do Jornalismo Literário, da sua visão inaugural do anti-colonialismo dos finais do século XIX-princípios do século XX, de que são exemplos a produção letrada contida em *Voz de Angola Clamando no Deserto* (1901) ou o *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala* (1917), de António de Assis Júnior, o escritor angolano das décadas seguintes continuou na senda do *narrar* o país a partir da matéria substantiva decorrente das suas percepções, vivências e experiências, de novo no espaço jornalístico e literário. E, *ainda* hoje, na contemporaneidade, o escritor funciona como um “historiador do presente”, para me reportar ao conceito de Timothy Garton Ash, desenvolvido em *History of the Present*¹ (1999) – enfim, um historiador *contemporâneo*, isto é, alguém que escreve “principalmente como uma testemunha dos eventos que refere, e não apenas como uma testemunha externa, mas muitas vezes também como uma testemunha interna, pois o seu próprio envolvimento, emocional e intelectual, nesses eventos (como no caso de António de Assis Júnior), é de tal intensidade que ele pode falar, em certo sentido, tanto de dentro quanto de fora”, como afirma George F. Kennan (1990) acerca de Timothy Garton Ash que, sobre o seu próprio trabalho como “historiador do presente”, afirma situar-se entre jornalismo e erudição, “tentando entender eventos muito recentes

¹ Note-se, no entanto, que antes dessa formulação conceptual de Timothy Garton Ash em *History of the Present: Essays, Sketches and Dispatches from Europe in the 1990s* (1999), já havia um Institut d’Histoire du Temps Présent (1978), do *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)*, em França.

da maneira que um historiador faria, para entender contextos, causas e possíveis consequências” (ASH, 2021). Com efeito, essa ideia que exprime a ambivalência do lugar de escrita, como actor e testemunha / espectador, sempre fez do escritor angolano um historiador pelo filtro dos acontecimentos históricos na sua consciência, pelo diálogo interminável entre o Passado e o Presente, matéria de que se vem fazendo a *escrita da nação*, desde os tempos da escrita anticolonial, de que o emblemático poema “O içar da bandeira”, de Agostinho Neto, “Poema dedicado aos heróis do povo angolano”, é um exemplo da escrita afirmativa de um Passado edificante:

Quando voltei
as casuarinas tinham desaparecido da cidade
(...)
Também tu tinhas desaparecido
e contigo
os Intelectuais
a Liga
o Farolim
as reuniões das Ingombotas
a consciência dos que traíram sem amor
Cheguei no momento do cataclismo matinal
em que o embrião rompe a terra humedecida pela chuva
erguendo a planta resplandecente de cor e juventude
Cheguei para ver a ressurreição da semente
a sinfonia dinâmica do crescimento da alegria nos homens
(...)
Quando eu voltei
qualquer coisa gigantesca se movia na terra
(...)
Tudo todos tentavam erguer bem alto
Acima das lembranças dos heróis
Ngola Kiluanji
Rainha Ginga
Todos tentavam erguer bem alto
A bandeira da independência

Cadeia do Aljube em Lisboa

Agosto de 1960 (NETO, 2016: 109-110. Meus sublinhados)

Porém, na contemporaneidade esse processo vem-se fazendo a partir da exposição de vozes e visões que ficaram à margem dessa materialidade da História, seja a história nacionalista seja a colonial – lembremo-nos, por exemplo, da obra romanesca de Boaventura Cardoso que, continuamente, tem vindo a expor os fracturantes dissensos internos, micro e macro fracturas, deslocamentos, desarmonias, desencontros na / da História de Angola, desde o seu primeiro romance, *O Signo do Fogo* (1992), a essoutros de temáticas pós-coloniais, como *Maio, Mês de Maria* (1997), *Mar, Materno Mar* (2001) até o mais recente romance, *Margens e Travessias* (2021). Refira-se que esses são romances que vêm mapeando o país a partir de uma cartografia geográfica, simbolicamente orográfica neste último, o que enfatiza a matéria territorial do *nacional*, que é apresentada através de personagens e eventos de natureza diversa. Exemplos dessa matéria geográfica, a construir uma territorialidade nacional, são também presentes na mais recente produção do “clássico” Luan-dino Vieira, tanto na série orográfica (*De Rios Velhos e Guerrilheiros*), herdeira da enunciação *estórica* a que nos habituara o seu autor, quanto na série *fabular* – *Sambuadi dia Misoso* (seis fábulas ilustradas pelo autor, que tematizam as diversas categorias da ética e da deontologia: Liberdade, Poder, Sabedoria, Justiça, Inteligência, Corrupção), e que constituem testemunho, ora do registo oral transmitido (as fábulas) ora de histórias acontecidas (as estórias) e da experiência vivida (os livros dos rios e dos guerrilheiros).

Esta minha reflexão intenta interpelar, pois, o sentido da matéria histórica da *escrita da nação* na literatura angolana, colonial e pós-colonial, tomando como instâncias ilustrativas dessa reflexão alguns romances históricos enquanto materialidades não apenas da construção de uma “comunidade imaginada”, mas da sua existência actual. Neste contexto, elegi a obra de Pepetela (nome literário de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos), ex-guerrilheiro do MPLA, ex-governante, ex-político e hoje afastado da política partidária, como instância privilegiada (mas não exclusiva) desse percurso, porque ela me parece das mais emblemáticas do acervo nacional para referir a cerzidura, através da matéria histórica, de diferentes tempos, espaços e percursos do corpo da Nação. E embora os romances *Lueji: O Nascimento de um Império* (1989) e *A Gloriosa Família: O Tempo dos Flamengos* (1997) sejam os textos em que a documentalidade é mais ostensiva (o que lhes confere a unânime classifica-

ção de “romances históricos”), torna-se mais desafiante rastrear a materialidade histórica, por um lado, de *Mayombe* (1980) e da *A Geração da Utopia* (1992) por se tratar de modalidades de *ficções de memória*, na expressão de Birgit Neumann (2008: 334), no sentido em que, apoiando-se na (sua) memória individual, o autor textual transforma-a em colectiva, conferindo ao material lembrado um senso de historicidade, estratégia através da qual se disseminam diferentes versões do Passado histórico, que visam questionar a narrativa oficial e criar contradiscursos, minando o discurso hegemónico, no caso nacionalista, para que a História seja conhecida sob diferentes perspectivas (*idem*, 2008: 341); por outro, *Predadores* (2005) e *Sua Excelência, de Corpo Presente* (2108), em que é evidente a concentração (demasiado) urbana da urdidura governativa do país, hoje, são romances que, dada a sua estética “descritivo-realista”, permitem a exposição do *modus operandi* das agências políticas da contemporaneidade, responsáveis pelo actual “estado do país”.

2. A ficção histórica como instância de interrogação da “tradição literária”

Pelo menos desde o Romantismo que se pode afirmar, sem melindres, que a escrita literária estabelece uma relação intrínseca com o objecto histórico, que tanto pode ser um acontecimento ou uma série de acontecimentos, quanto personagens (LE GOFF, 1997: 169) e referências históricas. Com efeito, ainda que possa não tematizar factos históricos, a escrita literária ficcionaliza formas de historicidade, fazendo com que as fronteiras entre história e literatura (ficção, no caso em pauta, mas também poéticas, como no caso de Conceição Lima, particularmente com o seu portentoso poema épico “Canto obscuro às raízes”) sejam hoje muito ténues, conforme concordam críticos literários e meta-historiadores. Esse trabalho de reinterpretação de objectos históricos permite atribuir-lhes novos significados, ora para resgatar das sombras eventos e sujeitos omitidos das narrativas oficiais, ora para explicar e dar um sentido às falências ideológicas dos discursos que suportam as narrativas de que nos ocuparemos hoje: angolanas e, mais especificamente, pepetelianas.

Se foi na ficção que, pelas possibilidades lógicas de existência do modo narrativo, mais se evidenciou a apetência para a revitalização da utopia que alimentou a ideologia nacionalista, também tem sido esta modalidade a per-

mitir antecipar, na sociedade, a assunção do “pensamento da diferença” (ideológica e política, mas também identitária), pela negociação das diversas identidades, tanto grupais (de ideologia e classe) quanto segmentais (étnico-raciais) ou individuais (de género e orientação sexual). Tem vindo a fazê-lo através da convocação do Passado, remoto e recente, quer através de micro-histórias, como a de Júlio Pereira (Piricas) e Sarangerel que, em *O Planalto e a Estepe* (2009), vivem a história de um amor bloqueado pela hipocrisia de uma ideologia, a mesma que, afinal, os pusera em contacto – o socialismo *internacional*; ou a de toda uma comunidade, metonimizada em Carlos Eduardo (Kalitas), personagem de *O Vento que Desorienta o Caçador* (2006), de Arnaldo Santos, que tenta ler por entre os meandros da arena internacional os desvarios bélicos que se seguiram às eleições multipartidárias de 1992 e o abandono a que é votado o seu país após as eleições pela inefável comunidade internacional, que o levava para os lados do multipartidarismo, a desordem do sector diamantífero e a emergência do negócio da camanga, a naturalização da guerra como uma realidade quotidiana... O que faz com que *O Vento que Desorienta o Caçador* aproxime o leitor à história recente do país, como afirma Manuel Muanza:

para lá dos recursos estéticos que o caracterizam como texto ficcional, o romance de Arnaldo Santos aproxima-nos à história recente do país. Podem citar-se, por exemplo, as alusões aos momentos que antederam a realização das primeiras eleições gerais em Angola, em 1992; às mudanças políticas que deram lugar à implantação do multipartidarismo; à situação económica que se traduziu na queda do valor real do salário dos trabalhadores e ao conflito político-militar entre o Governo e a UNITA. Outras alusões dizem respeito às entidades historicamente como Margaret Joan Anstee (representante especial da ONU), José Eduardo dos Santos (presidente da República de Angola) e Jonas Savimbi (então líder da UNITA). (MUANZA, 2015: 58)

É preciso não esquecer que falamos de uma literatura em que o projecto nacionalista manteve condicionada a diversidade de identidades e visões sobre o país, optando por um labor *higienizante* do nacional – vale dizer homogeneizante – e pela omissão de dissensos do corpo nacional. Com consequências extra-literárias letais, sobretudo depois da independência, de que os acontecimentos que levaram ao 27 de Maio de 1977 constituem o expoente máximo dessa intolerância, dessa recusa de diversidade de pensamento, no caso político-ideológico...

É assim que, reportando-se a um labor que já se constituiu como “tradição” consolidadora do sistema literário na segunda metade do século XX, através da escrita dos autores do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (ela própria subsidiária, como já se disse, de outra escrita jornalística e literária do século XIX), a literatura contemporânea tem vindo a articular os desalinha-dos meandros do processo utópico, sobretudo na romanesca e na contística (e João Melo é, neste género, um interessante exemplo), mas também na poesia, cujos cultores, ainda que dialogando com os clássicos, “assumem de forma incisiva a ‘internalização’ do olhar e não descaram as ‘novas’ relações de poder” (MATA, 2006: 25). Assiste-se, neste contexto, a uma revitalização ainda dos trilhos da construção da *Nação* angolana, apesar de diversificar as estratégias na ficção – que não passam apenas pela escrita da História ou pela representação da realidade sócio-económica, mas também pela tematização de fiaps e ecos da memória oral, através do diálogo com outras formas narrativas, as “formas simples” (André Jolles), como o mito, o conto, o memorável, a lenda, a saga, como em alguma obra de Henrique Abranches, Celestina Fernandes, Rosália Silva, Roderick Nehone, Cikakata Mbalundo / Aníbal Simões, Jacinto de Lemos, e mesmo os já citados Pepetela (*Lueji* e *Parábola do Cágado Velho*) ou Boaventura Cardoso (*A Morte do Velho Kipacaça*).

Confrontando o sistema, a ficção contemporânea angolana toma hoje como “objecto” a materialidade do Passado através do qual o discurso do ficcionista interage com o do historiador no sentido em que, conscientemente ou não, levanta ao Passado questões que a sua própria sociedade lhe dirige. É que, fazendo a representação literária de acontecimentos históricos, influencia a preservação e a emulação de valores identitários – ou pelo menos que se erigem a valores nacionais. E é neste sentido que a literatura angolana tem vindo a funcionar como subsidiária da escrita da História e tem sido um campo fértil na relação de complementaridade entre as duas modalidades de escrita, que críticos literários e meta-historiadores afirmam serem, apenas, duas modalidades discursivas da escrita da História (e penso, por exemplo, em Walter Dignolo e em Hayden White). Essa convocação vem-se fazendo sempre em confronto dialógico, operando-se a exposição de vozes e visões que ficaram à margem desse relato, através da matéria da História, nacionalista, colonial e pós-colonial – pacto palimpséstico em que labora o último romance de Boaventura Cardoso, *Margens e Travessias* (2021), não apenas pelo processo do

multiperspectivismo, cruzamento de vozes e olhares, mas pelo constante trânsito entre tempos e lugares, para confronto de leituras históricas. Ademais, o romance, que começa com uma declaração claramente política, “O Ngola era o guardião da história de todo este mar de povos” (CARDOSO, 2021: 9), é um exemplo da materialidade da literatura, trazendo para a cena literária figuras históricas e eventos do Passado remoto, do Passado colonial, do Passado da luta de libertação e da contemporaneidade pós-colonial. Um romance em que a História se faz personagem principal, como, já a fechar essas travessias orográficas – através das quais se constrói uma densa alegoria do longo e por vezes conturbado percurso da História de Angola, desde o período do tráfico negreiro até à actualidade – é *narrativizada* uma turbamulta dos “milhares de esqueletos em movimento” (CARDOSO, 2021: 365-366).

Com efeito, nestes tempos actuais, inflectindo o movimento para captar a erosão do “vínculo social” que a *narrativa da nação* efectivou na estética nacionalista, sobretudo por via do diálogo com a História, interroga-se essa “tradição literária”, que se vem estabilizando desde os finais do século XIX. Simultaneamente – e nisto reside a tensão com a escrita fundacional do sistema –, buscando escarpelizar o *modus operandi* do sistema político pós-colonial quanto aos desvios e às imposturas de seus agentes. Estas eram já presentes em *Muana Puó* (1978), anunciadas em *Mayombe* (1980), concretizadas em *A Geração da Utopia* (1992) e *O Desejo de Kianda* (1995) e exponenciadas em *Predadores* (2005), *Se o Passado não Tivesse Asas* (2013) e *Sua Excelência de Corpo Presente* (2018) – tomando a obra pepeteliana como emblemática no gesto de cerzir diferentes percursos do corpo da Nação, tendo como matéria literária tanto a escrita ela própria, como lugar de utopia, quanto a matéria do Passado e a do discurso historiográfico: é o que acontece, de forma ostensiva, no jogo de citações de documentos históricos em *A Gloriosa Família* (1997), em que o diálogo diegético se faz com relatórios, cartas e memorandos escritos por figuras históricas e depositados na Biblioteca da Ajuda, nos Arquivos de Haia, nos Arquivos de Luanda, no Instituto Histórico Belga de Roma, nos Arquivos Prop., S.R.C.G., Lettere, para além de obras como *História Geral das Guerras Angolanas* (1680), de António de Oliveira Cadornega, ou *Monumenta Missionaria Africana* (1952/1953), e outros documentos citados aos longo da narrativa.

A obra de Pepetela é, com efeito, aquela em que é possível explicitar essa metamorfose do trabalho ideológico de visão sobre o país – metamorfose que começa por ser histórico-cultural. Na verdade, Pepetela parece ser um autor muito sistemático nesta proposta de proceder à *implosão* da escrita literária de que o projecto nacionalista é subsidiário, para nomear e propor uma visão *heterotópica* do país – segundo um programa em que o “país ideal” ainda se pensa, mas com novos ingredientes e estratégias, porque os fundamentos e os objectivos são outros, privilegiando, no caso, o recurso à referencialidade histórica (outros privilegiam outros recursos, por exemplo, as formas da sageza oral presentes nas narrativas mítico-históricas). A obra de Pepetela, das mais eclécticas do panorama literário angolano, não apenas em termos temáticos e semântico-pragmáticos, como também em termos técnico-compositivos, parece-me instância privilegiada para a discussão desta nova perspectiva literária do país, a pensar-se Nação moderna e necessariamente plural, não obstante um discurso oficial que resume a ideologia homogeneizante no *slogan* “*De Cabinda ao Cunene um só Povo, uma só Nação*”, a face visível do monolitismo ideológico (porventura necessário, o que não neutraliza os seus efeitos). Pode dizer-se, neste contexto, com Jacinto do Prado Coelho, que “as imagens que os povos concebem de si próprios, sendo em certa medida uma criação da literatura, acabam por exercer nesta uma profunda influência” (1983: 75) – sobretudo se complementada pela “educação patriótica”, de que o *slogan* acima referido dá conta dessa perspectiva da unicidade do país. É que tem sido com base nessa filosofia nacional que os dissensos, até identitários apenas (e nem sequer político-ideológicos), sempre foram soterrados e omitidos dos relatos nacionais. O que pode surgir como contraditório, pois “o nativismo aparece sob a forma de uma ideologia que glorifica a diferença e a diversidade e que luta pela protecção dos costumes e das identidades consideradas como ameaçadas” (MBEMBE, 2015: 70). Por isso é que, apesar de escrito em 1971, mas publicado apenas em 1980, *Mayombe* é um romance “nacionalista (e) pós-colonial”, no sentido em que traz à cena literária a diferença como um critério nacional, em que o *centro* (a ideologia hegemónica) é deposto pela própria história das margens, as diversas identidades dos guerrilheiros, que vão inundando o universo com as suas histórias, individualidades e visões sobre as razões da guerra, conformando outras visões da História. Essas outras vozes manifestando-se *descredibilizam* a função uniformizadora do relato da Nação e a filosofia de que a diferença provoca erosão na união...

Na verdade, a obra romanesca pepeteliana levanta(-nos) questões que se expandem ao seu discurso ensaístico, enquanto sociólogo, historiador e cidadão atento – daí a apetência e a pertinência de “confrontar” e pôr em diálogo o texto literário com ensaios e entrevistas do escritor que, consciente do seu papel numa sociedade em que a escrita ainda confere algum poder ao seu detentor, vai destecendo os nós que os assuntos da realidade histórica exibem à sua consciência cívica e intelectual. É neste contexto que o designado discurso paralelo (a reflexão do estudioso e do cidadão) torna-se uma instância incontornável na construção do seu processo autoral, erigindo-se, por isso, a lugar importante por que passa o exercício da sua cidadania, quer cultural quer literária – por exemplo, quando afirma acerca de Vladimiro Caposso, personagem de *Predadores* (2005), que “[é] alguém que vai subindo pelo aparelho de Estado, vai enriquecendo, torna-se um empresário de sucesso que é, depois, engolido pelos estrangeiros. Um caso paradigmático” (PEPETELA, 2015). Porque se trata de um diálogo com uma outra vertente do discurso fundacional da angolidade – o da escrita jornalística, referencial –, esse gesto estético requer uma auto-referencialidade, em que a própria escrita é matéria de (re)escrita, numa perspectiva de “metaficção historiográfica”, no sentido em que são “narrativas auto-conscientes”, cuja arquitectura se faz consoante um modelo auto-reflexivo com uma forte componente intertextual, exigindo do leitor tanto o seu distanciamento quanto o seu envolvimento (HUTCHEON, 1991: 12), como acontece em *A Gloriosa Família*, o romance porventura “mais histórico” de Pepetela, pela ostensiva matéria documental em que se assenta a sua construção, como referido acima.

3. Forma referencial e sentido político da matéria histórica

Na literatura angolana a eleição do *histórico* como matéria diegética tem vindo a funcionar como estratégia deletéria de muitos monolitismos que estiveram na base da *narração da nação*. Da escrita da utopia (do discurso nacionalista) à utopia da escrita (pelo devir da heterotopia), o escritor angolano continua a assumir, hoje, através da escrita, um papel na mudança social e na construção identitária. Provam-no não apenas os depoimentos e os debates à volta do “papel do escritor”, mas ainda as temáticas e a codificação estética dos textos. Atente-se, por exemplo, no (primeiro) romance de João Melo, *Será este Livro um Romance?* (2022), em que o autor / narrador, jocoso embora

muito reflexivo, afirma que escrever ou não o escrever o seu romance punha “em jogo (...) nada mais nada menos o futuro da literatura nacional” (MELO, 2022: 145).

Ora, no labor dessa escrita de projecção teleológica, Pepetela é um romanista que assume a sua “consciência sociológica” ao afirmar que escolheu a Sociologia para ser escritor e que estuda a sociedade angolana para escrever (PEPETELA, 2002: 10). Esta consideração revela a consciência da sua responsabilidade cívica, partilhada por outros escritores africanos, sobre o seu lugar na sociedade: enquanto para o costa-marfinense Bernard Dadié “em África, por enquanto, o escritor é um intérprete do povo donde ele vem” (2002: 14), o tunisino Albert Memmi chegara a afirmar que “o papel do escritor colonizado é por demais difícil de sustentar: encarna todas as ambiguidades, todas as impossibilidades do colonizado, levadas a grau extremo” (1977: 98). Esse tipo de impossibilidades tem a ver com a ambiguidade e, em situação pós-colonial, com o ambivalente lugar do escritor africano na relação com a (sua) cultura, a sociedade e os seus compromissos e interesses. É isso que diz Pepetela:

Tenho uma grande preocupação com alguns assuntos, que são temas obsessivamente tratados na minha obra. Um desses assuntos é o da construção da Nação, a ideia de Nação. Há toda uma problemática à volta do Estado-Nação, particularmente em África. Será que se pode hoje falar de Angola como uma nação? Ou apenas um projecto de nação? Ou ainda menos do que isso? Ora, a História ajuda a enquadrar este problema e talvez até tenha algumas respostas. Um país que tem estado em guerras cruéis constantes e não se fraccionou (nem parece ter tendência para isso) é porque tem algum cimento muito forte a ligá-lo. A questão é: de onde veio esse cimento? (PEPETELA, 1999: 114).

Estamos perante a assunção de duas estratégias que se propõem a uma intencionalidade prospectiva na sua apetência retrospectiva, com recurso aos ecos do Passado histórico ou relevando dele os ecos do pensamento utópico. Essa estratégia de composição narrativa leva à erosão da postura ortodoxa e monolítica da enunciação anticolonial substituída por um gesto pulverizado por críticas e resgates, por inesgotáveis auto-questionamentos e constante *destotalização* de sentidos e formas que estão na base da fundação de uma tradição literária e da “invenção” de uma Nação. É o que acontece em *Mayombe*,

em que as várias vozes narrativas, retiradas dos integrantes do heterogéneo grupo de guerrilheiros fechados no útero da floresta equatorial, compõem a sinfonia das diferentes visões da luta de guerrilha. Com efeito, os guerrilheiros, indivíduos diferenciados que compõem a imagem de Ogum, embora convergentes na causa da luta (o fim do colonialismo português e a expulsão do colonizador), têm percepções centrífugas sobre o grupo, a realidade histórica e social e o devir do país. A começar pelo comandante Sem Medo, que afirma não ter lugar numa Angola independente por causa da sua veia questionadora. É o único guerrilheiro que, não se assumindo explicitamente como voz narrante (diferentemente às nove personagens que assumem o discurso quinze vezes), convoca todas as vozes enquanto “*supranarrador* onisciente”:

Puxando colectivamente os fios do tecido discursivo (auto) biográfico das personagens, o *supranarrador* inscreve-os em momentos de tensão pelas discordâncias que encerram, jogando, deste modo, com a heterogeneidade e a diversidade e sugerindo, pela concertação final dos diferendos e desconfianças, uma intenção pedagógica. É importante, parece-me, o facto de o passado das personagens ser conhecido através de suas próprias vozes, como relevando de um “pacto autobiográfico” entre o maestro da concertina narrativa, o *supranarrador*, a comunidade interpretativa (os leitores) e os outros, principalmente, o que reforça a sólida identidade colectiva do grupamento da Base. (MATA, 2010: 322)

Em *Mayombe*, escrito em 1971 e publicado em tempo ainda devedor do monolitismo ideológico (1980), muito antes de qualquer abertura do regime, opera-se de forma radical essa percepção de um corpo *higiénico* e sem dissensos. Os conflitos que em *Mayombe* eram larvares – expressos nos testemunhos em registo de “corrente de consciência” dos guerrilheiros e retomados, em *A Geração da Utopia*, na reflexão monologante e rememorativa de Mundial – versam, em ambos os romances, a tensão entre os guerrilheiros e o movimento, cuja burocracia no exterior estava mais preocupada com viagens e bem-estar e descurava o apoio logístico aos combatentes no terreno. Este assunto, sobre a falta de apoio logístico às bases dos guerrilheiros no interior do país, dos mais fracturantes da história da guerrilha, é, no entanto, dos menos referidos como matéria de estudo, começando a ser abordado muito depois, particularmente por Basil Davidson, em *A Política da Luta Armada* (1978)², e por João

² Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

Paulo Guerra, *Memórias das Guerras Coloniais* (1994)³. A textualização de eventos em que os guerrilheiros começavam a revelar o cansaço, apanhados no fogo cruzado das lutas pelo poder por causa de uma pretensa hegemonia dos kamundongos, assim como os oportunismos que faziam apelo a diferenças étnicas, ráticas e classistas, desvelam a cisão no seio do movimento – que começa com a “Revolta do Leste” (1972) e se tornaria irrevogável com a “Revolta Activa” (1974), para se exponenciar letalmente no chamado “Fraccionismo” (1977), sem falar das lutas intestinas pelo poder que levaram ao exílio, na China, em 1966, Viriato Clemente da Cruz, um dos fundadores do movimento. Essas cisões são prenunciadas em *Mayombe* e explicitadas em *A Geração da Utopia*, sobretudo nos primeiros e segundos capítulos de *A Geração da Utopia* (“A casa” e “A chana”), mas também em “O templo”, com Malongo, já empresário, ocupando o lugar do colonizador... Não admira que a publicação de ambos os romances tenha causado um profundo mal-estar na *nomenklatura* “empelista”, a tal ponto que, no caso de *Mayombe* (publicado meses depois do falecimento de Agostinho Neto), autor e editor (Luandino Vieira, à altura secretário-geral da UEA) tenham sido chamados ao antigo *Departamento* de Informação e Propaganda do MPLA (na altura ainda dimensionado numa monolítica ideologia política) para justificar tamanha heresia no âmbito da heróica luta de libertação⁴... Ou, mais recentemente, *Predadores* (2005) e, antes, *O Desejo de Kianda* (1995).

É de se notar que *Mayombe* constitui o único “documento” sobre a guerrilha na frente de Cabinda, o que faz dele um ambivalente texto literário e historiográfico, e lhe dá uma dimensão singular, juntamente com *As Aventuras de Ngunga*, no conjunto da obra pepeteliana, um caso a que podemos aplicar a pressuposição de Le Goff e Nora, em *História: Novos Objectos*, segundo a qual a História, sobretudo “a história das mentalidades, alimenta-se naturalmente dos documentos do imaginário” (1985: 76). E o “documento literário”, sendo representação artística do imaginário cultural, é um desses documentos, embora se tenha que ter sempre em conta que “[a]s dimensões ideológicas de

³ Porto: Edições Afrontamento, 1994.

⁴ Pepetela volta a referir-se a este assunto no dia 6 de Julho de 2021, durante uma Conversa no âmbito da Feira do Livro de Braga (09-19 de Julho), por ocasião da entrega do Prémio DST-Group 2021 atribuído ao romance *Sua Excelência, de Corpo Presente* (2018). Disse que na altura citaram António Jacinto como testemunha da anuência de Agostinho Neto à publicação do livro.

um relato histórico refletem o elemento ético envolvido na assunção pelo historiador de uma postura pessoal sobre a questão da natureza do conhecimento histórico e as implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos atuais” (WHITE, 2008: 36).

Mayombe funciona, assim, como metáfora de um mundo possível, no sentido representacional de Hayden White (2008: 48), em que a aprendizagem passa pela consciência de que a individualidade não é incompatível com a voz colectiva, sendo antes o cimento de qualquer consciência de pulsão utópica, como é o caso do grupo de combatentes pela Liberdade, contrariando a filosofia prevalecente de que se alimentava o *modus operandi* dentro da organização – a que o Comandante Sem Medo se refere estabelecendo uma equivalência entre o Partido e Igreja: “[U]m partido é uma capela” (PEPETELA, 1985: 131). E mais adiante, depois de se identificar como um herético e contra a religiosidade política (*idem*: 132), explicita o que considera prenúncio da ordem ditatorial do Estado policial (*idem*: 132-134):

qualquer regime cria os seus elementos de oposição, há que prender os cabecilhas, há que fazer atenção às manobras do imperialismo, há que reforçar a polícia secreta, etc., etc. (...) Objectivamente, será necessário apertar-se a vigilância no interior do Partido, aumentar a disciplina, fazer limpezas. Mas essas limpezas servirão de pretexto para que homens ambiciosos misturem contra-revolucionários com aqueles que criticam a sua ambição e os seus erros. Da vigilância necessária no seio do Partido passar-se-á ao ambiente policial dentro do Partido e toda a crítica será abafada no seu seio. O centralismo reforça-se, a democracia desaparece. (PEPETELA, 1985: 134)

Lembre-se, de novo, que *Mayombe* foi escrito em 1971 e publicado em 1980. É difícil não ver nestas palavras a antevisão da limpeza ideológica pós-27 de Maio de 1977, menos de dois anos depois da Independência, proclamada a 11 de Novembro de 1975, de que resultou um número indefinido de mortos e desaparecidos (entre 30.000 e 80.000, segundo a Amnistia Internacional, entre 10.000 e 15.000, segundo o próprio MPLA)⁵. Estes traumáticos

⁵ Assunto até há pouco tempo tabu em Angola, mesmo entre aqueles que perderam familiares, constitui, no entanto, tema do romance *Maio, Mês de Maria*, de Boaventura Cardoso ainda em 1997 (vinte anos depois, Boaventura Cardoso regressaria ao tema em *Margens e Travessias*, 2021). Apenas 40 anos depois é que os acontecimentos do 27 de Maio de 1977 começaram as ser matéria memorialística por aqueles que os viveram (os *sobreviventes*) e

acontecimentos do 27 de Maio, que dizimaram grande parte da juventude intelectual urbana – um continuado massacre, pode dizer-se, que se prolongou por dois anos – constituem, aliás, matéria histórica no último romance de Boaventura Cardoso, *Margens e Travessias* (2021), como antes o fora em *Mar, Mês de Maria* (1997): na narrativa, uma mãe escreve cartas ao “Camarada Presidente Agostinho Neto” solicitando informações sobre o filho desaparecido (numa clara referência às perseguições por ocasião do 27 de Maio de 1977), que no final se saberá tratar-se de *Luisinho / Luís dos Passos do Vinte e Sete* (CARDOSO, 2021: 259-260), personagem histórica (irmão do autor) da JMPLA, que foi decapitada em quase todas as províncias e que acaba por aparecer “algures no Bengo” – na ficção, que mimetiza a realidade. Esse evento acentua o que o leitor foi pressentindo desde o início: uma clara projecção autobiográfica, evidente nas mensagens de Rita da Silva Cardoso (a mãe) ao autor. Também o Soba Kitekulu, de nome de Guerra Kutolola – que escreve cartas ao Comissário Provincial, o Comandante Sete Vigas, reivindicando “direitos” para Zona, mas mantendo com ele uma relação de potencial corrupção, foi, não obstante ter lutado na guerra de libertação, mais uma vítima da sanha persecutória da famigerada DISA (Direção de Informação e Defesa de Angola), revelando os dissensos pós-independência, já larvares em *O Signo o Fogo* (1992). Pode dizer-se ter sido esse percurso profetizado por Sem Medo em *Mayombe*, romance em que uma personagem passa de utópico (como guerrilheiro) a profeta (como descrente de um futuro luminoso)⁶: com efeito, Sem Medo vaticina a violência e a intolerância, circunscritas pelos limites das regras do “partido-igreja”, instalada a ditadura após a Independência. As regras

matéria de análise histórico-política. De entre os autores, contam-se os seguintes (sem qualquer pretensão de exaustão): Miguel Francisco “Michel”, *Nuvem negra: O Drama do 27 de Maio de 1977* (2007); Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, *Purga em Angola* (2009); Leonor Figueiredo, *Sita Valles: Revolucionária, Comunista até à Morte (1951-1977)* (2010); Lara Pawson, *Em Nome do Povo: O Massacre que Angola Silenciou* (2014); Rui Galhanas e Kalyana, *Angola: A Intentona do 27 de Maio* (2017); Leonor Figueiredo, *O Fim da Extrema-esquerda em Angola: Como o MPLA Dizimou os Comitês Amílcar Cabral e a OCA (1974-1980)* (2017); José Reis, *Angola – o 27 de Maio: Memórias de um Sobrevivente* (2017); José Reis, *Angola – o 27 de Maio: A História por Contar* (2018); Leonor Figueiredo, *Fraccionismo – Quem disse o quê no “Jornal de Angola” antes e depois de 27 de Maio de 1977* (2020); Margarida Cardoso, *Sita: A Vida e o Tempo de Sita Valles* (Documentário, 2022).

⁶ Pepetela utiliza essa expressão numa entrevista a Rodrigues da Silva. *De utópico a profeta*. “JL – Jornal de Letras & Ideias”. (Lisboa), 11-17 de Agosto de 1992.

passariam a ser discricionárias, como previra Sem Medo, e o seu exercício não se resumiria à prisão ou à eliminação física, senão também à liquidação psicológica do Outro, como o poder fará com Aníbal, o Sábio, em *A Geração da Utopia*, versão sobrevivente de Sem Medo, pode pensar-se, caso o Comandante não tivesse perecido no assalto ao quartel português do Pau Caído, na floresta do Mayombe, em 1971 – ele que afirmava sempre, ao Mundo Novo, ao Comissário, ao dirigente “membro da Direcção” e à Ondina, ser “o tipo cujo papel histórico termina quando ganharmos a guerra” (PEPETELA, 1985: 274).

A Geração da Utopia refere, por conseguinte, outras formas de totalitarismo que se saldariam por marginalizações, exílios internos, ostracismo de figuras incómodas, a estatização da vida privada, a actualização de um poder que controla o biosocial, enfim, um biopoder – o campo da (nossa) vida que o poder captura, ensina-nos Foucault – que se encarrega da liquidação das relações afectivas, do exercício discricionário da lei... Autopsiando, através da focalização em personagens que compõem as várias faces do projecto nacionalista, *A Geração da Utopia* narra o Passado de resistência e de contradições no seio de um grupo heterogéneo privilegiado na cena narrativa, sobretudo através das personagens Sara, Aníbal, Malongo, Mundial e André, preenchendo o imaginário da história da resistência anticolonial. Aníbal resume da seguinte forma esse totalitarismo que se exerce através da onipotência do Estado, resultado da morte da utopia que “hoje cheira mal, como qualquer corpo em putrefacção” de que “só resta um discurso vazio” (PEPETELA, 1992: 202). Prova dessa degeneração dos ideais de liberdade é a *contemporaneidade* desse *modus operandi* de que fala Aníbal, que se vê nos meandros da orgia autocrática de *Sua Excelência, de Corpo Presente* (2018) e que, no real histórico, ficou manifesta em 2015 no chamado “*Processo 15+2*”, que resultou da perseguição a jovens activistas políticos por questionarem publicamente o estado do país sob a liderança de José Eduardo dos Santos e que acabariam presos, sob a acusação de estarem a engendrar actos de subversão por estarem a ler, em grupo, o livro *From Dictatorship to Democracy: A Conceptual Framework for Liberation* (1994) / *Da Ditadura à Democracia: O Caminho para a Libertação* (2015), de Gene Sharp⁷... É visível a articulação que Achille Mbembe faz quando fala em necropolítica, a partir da noção foucaultiana de

⁷ Sobre este assunto, ver, por exemplo, *Sou Eu Mais Livre, Então. Diário de um Preso Político Angolano* (2016), de Luaty Beirão; e *Prisão Política* (2021), de Sedrick de Carvalho.

biopoder: o exercício do poder na base normativa de Estado de exceção (MBEMBE, 2017: 115).

É que o *político* é uma das dimensões dessas narrativas, na medida em que o *contemporâneo* é uma das suas características. A *contemporaneidade* é aqui entendida no sentido de Giorgio Agamben, segundo o qual o escritor vive o tempo de que fala, mas numa “desconexão e numa dissociação” (AGAMBEN, 2009: 58), não coincidindo perfeitamente com esse Presente, e, embora esteja nele envolvido, com ele mantém uma tensa relação – melhor, instituindo entre os eventos desse tempo uma distância temporal para melhor os analisar. É o que diz Pepetela numa relativamente recente entrevista, em que falou de ilusões, desilusões e necessidade de distanciamento para o processamento das informações e a sua interpretação:

Viver em certas situações e ao mesmo tempo escrever sobre elas, provoca uma relativização. O que é mau é relativamente mau, o que é bom é relativamente bom (...). Eu sempre tive uma visão crítica sobre o processo, mas precisava estar dentro dele, para tentar, enfim, explorar um pouco mais para a frente. (PEPETELA, 2019)

Tal consideração vai ao encontro do que afirma o filósofo italiano no seu ensaio “O que é o Contemporâneo?”:

A contemporaneidade (...) é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a *relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo*. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela” (AGAMBEN, 2009: 59. Sublinhados originais).

E a *desconexão* e a *dissociação* entre o autor e os eventos diegéticos são particularmente intensas em *O Desejo de Kianda* (1995), *Predadores* (2005), *O Tímido e As Mulheres* (2013), *Se o Passado não Tivesse Asas* (2016), *Sua Excelência de Corpo Presente* (2018), o defunto ditador que narra a sua própria história e a do seu consulado e que sugere muitas vezes que o poder é controlado por uma *mão invisível*, ao afirmar que, apesar do epíteto de usurpador do poder, o certo é que os outros o tomaram por si (PEPETELA, 2018: 228), embora reconheça a sua responsabilidade nesse sistema de bajus...

O velho adorava vê-lo [o bajulador chamado Porco-Espinho] defender os seus erros e omissões, para os quais a estrela encontrava sempre motivos ou justificações. Segundo os frequentadores dos antros de má-língua, o presidente babava quando o Porco-Espinho proferia ameaças contra os inimigos ou simples críticos, pouco importando o que dissesse o causídico. (PEPETELA, 2018: 183)

E o interessante é que o corpo – que está presente porque, apesar de morto, pode escutar, entender os dizeres, mesmo os sussurros e, em alguns casos, adivinhar os pensamentos (PEPETELA, 2018: 9) – disso tem consciência, assim como o seu o pensamento sobre o país e o que fez realiza-se através do binómio *Nós* (os nossos) / *Eles* (*idem*: 260). E também tem consciência de que ele é uma presa na teia da aranha (*idem*: 228, 248). Qual “historiador do Presente”, o escritor apresenta, sobretudo neste último romance, uma história *com tempo* (mais do que actualidade, o intenso Presente), mas, tal como em *O Quase Fim do Mundo, sem espaço*, pois este ditador africano não tem nacionalidade, ou melhor, é transnacional. São romances políticos no sentido que expõem o exercício do poder, a sua conquista e os estratégias para a preservação do poder, transformando o seu exercício numa orgia, uma vez que a teoria política do poder nos “ensina” (de Hanna Arendt a Michel Foucault e a Achille Mbembe) que o exercício do poder nunca é feito individualmente. E assumir essa fractura “no escuro do [tempo] presente”, retomando Agamben (*idem*: 72), é um acto de coragem. Por isso, um aspecto que poderia ser ressaltado nessas narrativas seria a sua força extratextual. Com efeito,

Em quase todas essas narrativas, a escrita funciona com uma ostensiva dimensão ensaística, diria até judicativa. Escritas que buscam a desmontagem do jogo signifiante do seu texto ficcional e, ao mesmo tempo, tentam a mediação no conhecimento da história a fim de propor uma interpretação do presente. (MATA, 2012: 41)

4. Considerações finais: a exposição das contradições internas

Com base na matéria histórica, as obras referidas expõem as contradições internas que, no projecto utópico, ficaram na sombra, os dissensos e desarmonias que se foram, larvarmente, manifestando ainda durante a luta de libertação, e que, por conveniências várias, ficaram soterrados no limbo da memória, nas dobras e nas bordas das páginas do tempo. Se cotejarmos *A Geração da*

Utopia (1992), de Pepetela, com *O Signo do Fogo* (1992), de Boaventura Cardoso, romance que é menos conhecido que o primeiro, mas que igualmente “discorre sobre o mesmo percurso de resistência anticolonial, porém num grupo actuando no país, na cidade de Luanda, com todos os constrangimentos exteriores ao grupo e os dissensos surgidos entre os seus membros” (MATA, 2010: 44), é fácil perceber o quão desarmoniosos já seriam os grupamentos nacionalistas, que tiveram continuidade no tempo pós-colonial, então com possibilidade de letal repressão, com dispositivos que, mais do que *biopolíticos* (Foucault), são *necropolíticos* (Mbembe), pois as práticas contemporâneas da expressão máxima do poder político contemplam a capacidade de estabelecer o limite entre os direitos, a violência e a morte.

Pretendi, nesta breve reflexão, interpelar o sentido da matéria histórica da *escrita da nação* na literatura angolana, tomando como instâncias ilustrativas dessa reflexão romances históricos enquanto materialidades da construção de uma “comunidade imaginada”. Apesar de, *grosso modo*, a obra de Pepetela ser, neste contexto, das mais emblemáticas do acervo nacional, apenas tomei, agora, como instâncias de análise *Mayombe* (1980) e *A Geração da Utopia* (1992). Mas outros romances também permitiriam fazer esse percurso em dois sentidos da relação entre história e ficção: por um lado, interrogando a matéria oral e escrita da historiografia angolana para dar um sentido à identidade nacional em *Lueji: O Nascimento de um Império* (1989) e *A Gloriosa Família: O Tempo dos Flamengos* (1997), respectivamente; e através de *Predadores* (2005), *Se o Passado não Tivesse Asas* (2013) e *Sua Excelência, de Corpo Presente* (2108), claramente romances políticos no sentido em que expõem o exercício do poder, a sua conquista e os estratagemas para a preservação do poder – por vezes, num subtil jogo com “o corpo nocturno da democracia” (MBEMBE, 2017: 31) – transformando o seu exercício em expressões necropolíticas (atente-se na violência naturalizada da sequência inicial de *Predadores*!). O que estes romances expõem sobre a actualidade angolana pode agredir a consciência dos leitores (a leitura de *Predadores* e de *Se o Passado não tivesse Asas* pode resultar muito incómoda), aquelas que não vivem na sua redoma do bem-estar e de privilegiados, que vivem num outro mundo dentro do seu país, uma realidade que, a partir de *O Desejo de Kianda* (1995), dez anos antes da orgia do poder de *Predadores*, passa a surgir de forma menos desencantada: a corrupção, categoria que, tal como o clientelismo, o nepotismo e o

tráfico de influência (para já não falar do já citado assassinato, que abre a narrativa de *Predadores*), funciona como *leitmotiv* da feroz crítica sociocultural das lentes que analisam as realidades angolana e africana em geral – pois o ditador de *Sua Excelência, de Corpo Presente* é um qualquer ditador africano...

Bibliografia

1. Bibliografia literária

CARDOSO, Boaventura (2021). *Margens e Travessias*. Lisboa: Guerra e Paz.

MELO, João (2022). *Será este Livro um Romance?* Lisboa: Editorial Caminho.

NETO, Agostinho (2016). *Obra Poética Completa*. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto.

PEPETELA (1985). *Mayombe*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

— (1992). *A Geração da Utopia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

— (2005). *Predadores*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

— (2018). *Sua Excelência, de Corpo Presente*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

2. Bibliografia teórica e de referência

AGAMBEN, Giorgio (2009). *O que é o Contemporâneo?* In *O que é o Contemporâneo? e Outros Ensaios*. Chapecó, SC: Argos.

ASH, Timothy Garton (2021). *The best books on The History of the Present recommended by Timothy Garton Ash*. [Consult. 20 Fev. 2022]. Disponível em <<https://fivebooks.com/best-books/timothy-garton-ash-on-the-history-of-the-present/>>.

— (1999). *History of the Present: Essays, Sketches and Dispatches from Europe in the 1990s*. London: Penguin Press.

COELHO, Jacinto do Prado (1983). *Camões e Pessoa: Poetas da Utopia*. Lisboa: Publicações Europa-América.

DADIÉ, Bernard Bilin (2002). *O escritor é um intérprete do seu povo*. Entrevista a Francisco Noa. “Proler – Literatura, Saber e Lazer”. Maputo. 5 (Set./Out.).

HUTCHEON, Linda (1991). *A Poética do Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

KENNAN, George F. (1990). “Witness”. In *The New York Review*, March 1, 1990 issue. [Consult. 20 Fev. 2022]. Disponível em <<https://www.nybooks.com/articles/1990/03/01/witness/>>.

LE GOFF, Jacques. História (1997). In *Memória – História. V.1 Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (1985). *História: Novos Objectos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- HUTCHEON, Linda (1991). *Póética do Pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- MATA, Inocência (2006). *Sob o signo de uma nostalgia projetiva: a poesia angolana nacionalista e a poesia pós-colonial*. “Scripta – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas”. Belo Horizonte. 10: 19, pp. 25-42.
- (2010). *Ficção e História na Literatura Angolana*. Lisboa: Edições Colibri.
- (2012). *Literatura e política em Angola, hoje: uma leitura da produção ficcional contemporânea*. “Matraga”. Rio de Janeiro. 19: 31 (jul./dez.), pp. 25-44.
- MBEMBE, Achille (2017). *Políticas de Inimizade*. Lisboa: Antígona.
- (2015). *Afropolitanismo*. “Áskesis – Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar”. São Carlos, SP. 4: 2 (Jul./Dez.), pp. 68-71.
- MEMMI, Albert (1977). *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MUANZA, Manuel (2015). *Ficção e realidade na véspera das eleições de 1992*. “Textos & Pretextos”. 19 (Pimavera/Verão), pp. 48-59.
- NEUMANN, Birgit (2008). *The Literary Representation of Memory*. In ERLI, Astrid e NÜNNING, Ansgar, ed. *Cultural Memory Studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, pp. 333-343.
- PEPETELA (1992) – Entrevista a Rodrigues da Silva. “De utópico a profeta”. *JL – Jornal de Letras & Ideias* (Lisboa), 11-17 de Agosto de 1992.
- (1999). *Entrevista a Inocência Mata “Pepetela por Inocência Mata”*. “Cammões – Revista de Culturas Lusófonas”. Lisboa. 6 (Set.).
- (2002). *Entrevista a Maria Augusta Silva*. “Diário de Notícias” (9 Fev.).
- (2015). *Entrevista a Pepetela*. In UEA (União dos Escritores Africanos). [Consult. 17 de Out. de 2021]. Disponível em <<https://www.ueangola.com/entrevistas/item/1008-entrevista-a-pepetela>>.
- (2019). *Pepetela: “É preciso resistir tranquilamente, porque a onda vai mudar”*. Entrevista a Julinho Bittencourt. “Forum” (18 Out.). [Consult. 07 Nov. 2021]. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/cultura/2019/10/1/8/entrevista-com-escritor-angolano-pepetela-e-preciso-resistir-tranquilamente-porque-onda-vai-mudar-63043.html>>.
- WHITE, Hayden (1998). *Meta-História: a Imaginação Histórica do Séc. XIX*. 2.^a ed. São Paulo: Edusp.

**70 X 2 (SEPTUAGÉSIMO DUPLO DE CULTURA
E ANGOLANIDADE):
PIRES LARANJEIRA E A REVISTA *MENSAGEM***

70 x 2 (double seventieth of culture and angolanity):
Pires Laranjeira and the magazine *Mensagem*

Fabíola Guimarães Pedras Mourthé
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Resumo: Trata-se de evocar a revista *Mensagem* angolana, em comemoração aos 70 anos de sua publicação e, concomitantemente, proceder a uma síntese da *Mensagem* do Professor Pires Laranjeira, decano do ensino das literaturas africanas em Portugal, por ocasião do seu 70.º aniversário e respectiva jubilação da Universidade de Coimbra, evocando também alguns elementos da sua personalidade e atividades extra-universitárias.

Palavras-chave: Revista *Mensagem*, Pires Laranjeira, septuagésimo, angolalidade

Abstract: The paper evokes the Angolan magazine *Mensagem*, in commemoration of the 70th anniversary of its publication and, at the same time, presents a synthesis of the Message of Professor Pires Laranjeira, dean of the teaching of African literatures in Portugal, on the occasion of his 70th anniversary and his jubilee of the University of Coimbra, also evoking some elements of his personality and extra-university activities.

Keywords: *Mensagem* magazine, Pires Laranjeira, seventieth, angolanity

Ao olhar nos olhos
Não vemos só um discurso
Mas a vida toda.
(Suffit Akenat)

O final da II Guerra Mundial marca uma abertura decisiva de possibilidades democráticas para os povos do mundo inteiro. Aproveitando, em Portugal

e colônias, esses ventos de ligeira liberdade, na segunda metade da década de 40, os angolanos criaram O Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), em 1948, cujo lema foi, como se sabe, “Vamos descobrir Angola!”. O movimento surgiu a partir da Associação dos Naturais de Angola, a mesma que albergaria, logo depois, a iniciativa da revista *Mensagem*. O líder do Movimento era Viriato da Cruz.

A *Mensagem* foi construída pelos membros da chamada Geração de 1950, nascidos entre os anos de 1920 e 1930 e, alguns deles, oriundos das famílias tradicionais de Angola, dando seguimento ao esforço de outros, atrevendo-se a romper o período de silêncio instaurado pelo fascismo e pela inflação de literatura colonial. Reivindicando a valorização cultural dos negros, entusiasmados pelas ideias de descolonização da África, evidenciavam a falácia do discurso pretensamente benevolente do governo salazarista. *Mensagem* foi uma revista de Arte e Cultura, inscrita no campo literário e defensora da poesia como instrumento de análise crítica do cenário de sua época, publicada em 1951-1952, com o objetivo de definir posições e conceituar a Verdadeira Cultura Angolana: “pretendia edificar uma cultura angolana moderna, a partir, ou sem descurar a revalorização de alguns aspectos das culturas tradicionais” (LARANJEIRA, 1995: 75).

O periódico elencou como colaboradores alguns jovens intelectuais angolanos, e não só, tais como Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Alda Lara, António Jacinto, Óscar Ribas, Mário António Fernandes de Oliveira, José Craveirinha, Bandeira Duarte, António Neto, Noémia de Sousa, Ermelinda Pereira Xavier, Eduardo Castelbranco, entre outros, isto é, alguns entre estes intelectuais que, anos mais tarde, seriam considerados ícones do cenário cultural africano e, por outro lado, líderes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Foram eles que compuseram um periódico de curta duração, interrompido pela censura, que, no entanto, foi capaz de influenciar não apenas o desenvolvimento cultural de Angola, mas as futuras diretrizes políticas do país.

Em sua tese de doutoramento, publicada em 1995, com o título de *A negritude africana de língua portuguesa*, Pires Laranjeira, orientado pelo Prof. Doutor Carlos Reis, seu colega e amigo, agora também jubilado e, por isso, chamado graciosamente CR70, ao abordar a negritude, acaba ressaltando o mesmo ideal da *Mensagem*, que estava estampado nas páginas da revista, ou

nas entrelinhas, em seu trabalho resgatando exaustivamente essa negritude do espaço imperial, reiterando a sua **mensagem**, ambas ainda hoje muito pertinentes, como se verifica com as posições literárias assumidas pelo angolano José Luís Mendonça, que tem retomado essa lição de seus compatriotas.

Na parte I, Pires Laranjeira aborda a História e Teoria da Negritude, desde os Antecedentes, ou seja, a Pré-História da Negritude (estudando o negro na literatura das Américas), à História e Teoria da Negritude no mundo e à Formação da Negritude Africana de Língua Portuguesa.

Na parte II, intitulada Poesia, Representação do Real e Ideologia, engloba Literatura, Sociedade e História, além da Representação e Ideologia.

A parte III é denominada O Discurso do Negro, abrangendo A Enunciação do Negro, com sua Prática do Concreto, da Modelização do Negro enquanto figura / protagonista, o seu Espaço de Ação e a sua Visão de Mundo.

Em sua tese, aborda poemas e textos críticos e doutrinários fundamentais de Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz, que, no final da década de 40 e durante a década de 50, incluem a Negritude em suas preocupações. Neto e Mário de Andrade escreveram também textos que sentenciaram a Negritude como exaurida, pois já não se adequava mais à luta de libertação.

A Negritude atravessou não só os angolanos da *Mensagem*, mas implicou também os outros africanos que escreviam nas suas terras ou em Portugal, como Francisco José Tenreiro e Alda Espírito Santo, nascidos em São Tomé e Príncipe, ou José Craveirinha e Noémia de Sousa, de Moçambique. As traves mestras, ideológicas, da *Mensagem* são o neorrealismo português, italiano, norte-americano, a literatura modernista brasileira, a negritude e o pan-africanismo, para além de outras fontes escritas e as tradições escritas e orais do continente africano. Tinha inscrito no seu programa, relembro, construir uma literatura nacional autônoma e libertadora.

Pode-se dizer que parte da vida de Pires Laranjeira confunde-se com a história literária da moderna Angola, a partir do último quarto do século XX. Certamente ir como “combatente” para Luanda, em 1972, fazendo a chamada “guerra do ar condicionado”, mudou radicalmente a sua vida, e passo a citar: “Estive em Angola (Luanda), de Outubro a Outubro de 1972-74, como militar. O impacto da guerra, do povo angolano, da sociedade colonial e do clima foram determinantes para me apaixonar pela questão africana” (LARANJEIRA,

1995: 9). Adaptou-se muito bem ao clima tropical e às condições que a vida militar lhe ofereceu durante dois anos, ele que chegou a estar em Espanha a caminho de França, para se exilar:

Em Luanda, escrevi para páginas literárias, dirigidas por Rodrigues Vaz, no *Diário de Luanda* e, depois, quando censurado, para *A Província de Angola*. (...) Na rádio, organizei rubricas de poesia angolana. Colaborei em jornais e revistas. Com António Cardoso e David Mestre, saídos da prisão, iniciei a actividade jornalística, ainda antes do fim do meu serviço militar, no semanário *ABC*. Em Angola passei ali à disponibilidade (10-10-1974), mas, ao fim de dez dias, regressei ao Porto. Tornei-me jornalista profissional na RDP (Porto), tendo como chefe de Redacção Leonel Cosme, escritor luso-angolano. Nunca mais África deixou de estar no centro das minhas preocupações. (...) A entrada para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1980-81, precisamente para iniciar a cadeira de Literatura Africana de Expressão Portuguesa, permitiu-me a dedicação exclusiva ao ensino e à investigação (LARANJEIRA, 1995: 9, 10).

O diretor desse jornal *ABC*, José Manuel da Nóbrega, será, depois, o editor e posfaciador, em Portugal, do seu heterônimo de poetisa eritreia Suffit Kitab Akhenat.

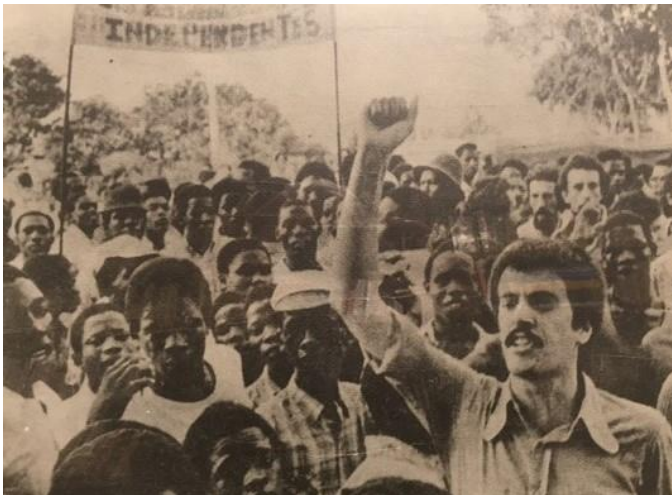


Foto da 1.ª página do *Diário de Luanda*, de 2 de maio de 1974¹

¹ A foto, em que Pires Laranjeira surge em primeiro plano, é relativa à manifestação de 1 de maio, a primeira em liberdade, em Angola. A multidão estava de frente para o Palácio do Governador, protegido por sentinelas.

A sua dedicação à escrita, à leitura, à crítica literária e à cultura tornam-se, desde então, contundentes e indissociáveis da sua trajetória. Uma foto emblemática registra a sua participação numa manifestação pela liberdade de Angola, de punho cerrado, na linha da frente, juntamente com outros jovens então revolucionários, sendo a primeira manifestação livre em Angola, após o 25 de abril, encarando de frente soldados fortemente armados, no Palácio do ainda governador.

Ao longo de toda sua vida acadêmica dedicou-se às literaturas africanas de língua portuguesa e culturas africanas em geral, no sentido de reafirmar e valorizar as complexas identidades africanas. Para além do professor pesquisador competente e respeitado, decano das literaturas africanas em Portugal, há o ser humano sensível, generoso, empático, sempre preocupado em auxiliar e abrir caminhos para os seus alunos, orientandos e amigos.

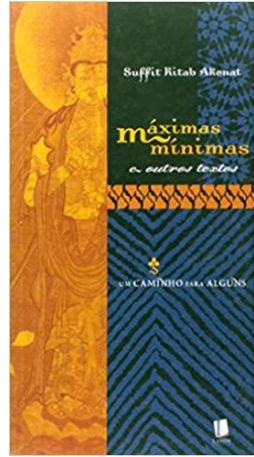
É, para todos nós, motivo de muita satisfação a dupla comemoração do septuagésimo aniversário, tanto do Professor Pires Laranjeira (ocorrido em 25 de agosto de 2020, justamente a data da sua jubilação da Universidade de Coimbra), quanto do lançamento da revista *Mensagem*.

Para além do Pires Laranjeira professor decano, crítico interventivo, que não perde a oportunidade de questionar, de contribuir para a construção de posicionamentos coerentes e produtivos, há também a MENSAGEM de Suffit Kitab Akenat, seu heterônimo, autora de *Máximas mínimas e outros textos, um caminho para alguns*, composto por haicais escolhidos a dedo, entre mais de 400, com muito cuidado, destinados a uma ética sem nome. É provável que sejam uma súpula de um pensamento de síntese, é provável. Muito trabalho para que as sílabas estivessem certas. Trabalho de partir pedra, imagino!

Akenat, conforme as notas biográficas, é do subúrbio de “Red River”, e cito: “desde cedo, com 14 anos, ela escreveu e escreveu para jornais e revistas, dando-se ao gosto e adestramento em esgrimir ideias e certa tendência pedagógica” (LARANJEIRA, in AKENAT, 2003: 12). Suffit é mãe de Yasmina, filha única, que me faz lembrar o nome da Rómia Laranjeira.

José Luís foi criado em Rio Tinto, subúrbio do Porto; com 15 anos leu, em suas férias, os 10 volumes dos *Miseráveis*, de Victor Hugo, numa edição bastante antiga, marcando-o indelevelmente. Que leu, leu, leu e escreveu, escreveu, escreveu, desde os nove, dez anos, publicando, depois, o seu primeiro livrinho com poemas juvenis.

Máximas mínimas e outros textos, um caminho para alguns “é esta coleção de 120 máximas, que, no original, também tem três frases ou versículos, respectivamente com cinco, sete e cinco sílabas. Percebo que ela lhes chamou «mínimas» por serem lapidares, mas decerto igualmente não perfazerem a totalidade da sua produção” (LARANJEIRA, in AKENAT, 2003: 17). Eu afirmo que é apenas mais uma faceta surpreendente do professor decano. Quero dizer que não se trata de frases soltas, provérbios recolhidos ao acaso ou filosofemas aleatórios. São um sistema de arabescos de escrita, de geometria conceptual e de sismologia vital. A MENSAGEM, ou melhor, todos os “Pilares” nesse livro encerram indicações profundas sobre e para pensar, avaliar e agir. São oito Pilares: 1.º, “Água, A água solúvel”; 2.º, sobre a Luz, A luz pelo ar; 3.º, da luta, buscar a força; 4.º, o pilar da Sensibilidade, “o salto de cavalo”, 5.º, o Pilar da Obra, “O ouro do avesso”; 6.º, da Desalienação, chamado “A câmara obscura”; 7.º, da Voz e Grafia ou “O arabesco do som”; 8.º e último pilar, o da Ação, “O incêndio dos sentidos”. O livro inclui também os textos “Introdução à ideocrítica”, “As portas da percepção”, a instigante “Nota dos tradutores-recriadores”, revelando a “fórmula das cinco-sete-cinco sílabas, a dialética, o paradoxo, a ironia cética ou o trocadilho ideológico [que] tornaram o trabalho de transposição para o português uma autêntica saga de recriação que assegura a complexidade aparentemente simples do original”, e uma “Breve evocação e explicação”, da sua filha Yasmina, e ainda “Notas sobre um percurso de vida”, de uma sua sobrinha chamada Linne, que, na verdade, nunca existiu. E finaliza com as notas do referido editor e jornalista português, José Manuel da Nóbrega. O livro é prefaciado pelo próprio Pires Laranjeira, que escreve o seguinte: “Que o leitor descubra, com prazer, sabedoria e proveito a obra desta mulher impressionante, como eu o fiz, com verdadeiro encantamento e paixão” (LARANJEIRA, in AKENAT, 2003: 28). Bem, digo eu, se não fosse assim, talvez não valesse escrever. Porém, como sabemos, com o Pires, há uma escrita do dever escrever.



que mostravam ao público uma mulher, escritora da Eritreia. Eu fico com a impressão que Pires Laranjeira, com a sua Suffitt Kitab Akenat, é uma espécie de Pedro Malasarte, que entrou para o número das histórias maravilhosas que as mães contam aos filhos. Pois, certa vez, na livraria Cultura, em São Paulo, o dito cujo estava na fila do caixa para pagar um exemplar de *Máximas e mínimas* e ouviu as indicações e os parabéns pela sua aquisição de uma leitora desconhecida, que por acaso também estava na fila, que tinha lido e muito apreciara Suffitt Kitab Akenat. Não será tal episódio uma lenda, uma história ao jeito das que Guimarães Rosa contou lá nas minhas Minas Gerais?

Crítico, teórico, poeta, ensaísta, jornalista, desenhista, fotógrafo, professor doutor, goleiro nas horas vagas, apreciador número um de Cristiano Ronaldo, avô da Beatriz, o artista nos brinda com a sua sensibilidade e talento, como em *Istórias de Rio Tinto*, uma das suas primeiras publicações, um pequeno folheto vendido às portas dos estádios de futebol, em que nos leva a uma fabulosa viagem circense, *a la Laranjeira*:

Intrebalo no desafio. O cuprinol canta ttxim-ttxim-ttxim, senhorita Arlete, cui-da-do, tripo tripolim sem rede corda bamba mortal. Jelatinosa melopeia. Remiscência do Circo Danser-Bansé-Panser-Benser, bensanosdeus dos atropelos no trapésio da bida. Mais fácil um camelo buber pitrol cum macaco comer cacos de ragafa. O camelo comeu os cacos i o macaco bubeu pitrol. O palhaço, atxim-atxim-atxim, constipou o repertório. Circo à luz dos públicos candieiros do Largo ó do pribado pitrol do barracão. Macarrão com iscas e cabalhau pra puxar o tintol. I sopa fumegenta, farta i xeirosa, com brua dabintes (LARANJEIRA, s/d: 2,3).

Aqui, expôs a pobreza de certos circos portugueses durante a ditadura, de mãos dadas com ambientes e costumes nos arrabaldes urbanos.

Na atualidade, em plena pandemia, “(...) a garganta com musgo/ e olhos moídos/ como vidros” (LARANJEIRA, 2020: 24) , arma-se de caneta e papel e eis que surge o instigante poema “Buraco negro”, potência que arrasta, provoca e tem a possibilidade de desalojar, deixando os nossos dias mais leves, convidando-nos a uma fantástica viagem ao Egito, livres do encarceramento, dos medos, incertezas e máscaras, onde nos podemos deleitar com a chuva ensolarada, com os gatos negros, com a luz resplandecente que propicia a vida no Nilo, deixando-nos a MENSAGEM de força e esperança:

Vamos ao Egito piramidal
vamos ao Egito.

Vamos lá desanuiar
com chuva ensolarada
e felinos negros
ancestrais.
Vício das maravilhas
vírus da vida à luz do nilo
que o buraco negro inspira.
Vamos lá sair daqui (LARANJEIRA, 2020: 27).

Ou, como ele escreveu, sob o manto tão pouco diáfano da fantasia, conhedor que é das agruras da vida e da escrita: “Ergue a folha seca/ Da mão veloz de papel/ E desfere o golpe” (AKENAT, 2003: 52), pois “Trabalhar a pedra/ Com delicadeza e paixão/ Ilumina a Letra” (AKENAT, 2003: 66).

Pires Laranjeira, vamos todos ao Egito?

Bibliografia

- AKENAT, Suffit (2003). *Máximas mínimas e outros textos, um caminho para alguns*. São Paulo: Landy.
- LARANJEIRA, Pires (s/d.). *Istórias de Rio Tinto*. Folhas volantes / 1. Rio Tinto: imp. *O Comércio do Porto*.
- LARANJEIRA, Pires (1995). *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento.
- LARANJEIRA, Pires (1995). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LARANJEIRA, Pires (2020). *Amor e Consequência*. Braga: Crescente Branco.

**CAMINHOS DESBRAVADOS:
O PROJETO “SEXUALIDADES E GÉNERO NAS
LITERATURAS AFRICANAS E A LÍNGUA PORTUGUESA”**

Paths cleared: the project “Sexualities and gender in African literatures
and the Portuguese language”

Andreia Oliveira
Centro de Literatura Portuguesa da U. Coimbra

Resumo: Tendo como ponto de partida a figura de Pires Laranjeira enquanto autor, orientador e coordenador do projeto “Sexualidades e género nas literaturas africanas e a língua portuguesa”, que foi desenvolvido pelo Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 2014 e 2017, esta comunicação visa não só destacar a importância deste professor para a sua concretização enquanto elemento de ligação entre os investigadores, os diferentes autores estudados e, sobretudo, como figura de profundo conhecimento das literaturas africanas de língua portuguesa, como dar a conhecer as linhas principais que orientaram a investigação.

Palavras-chave: sexualidade, género, literatura de língua portuguesa, literatura

Abstract: Taking as a starting point the figure of Pires Laranjeira as author, supervisor and coordinator of the project “Sexualities and gender in African literatures and the Portuguese language”, which was developed by the Centre for Portuguese Literature of the Faculty of Arts of the University of Coimbra between 2014 and 2017, this paper aims not only to highlight the importance of this professor as a figure with deep knowledge of African literatures in Portuguese and as creator of a link between researchers and different authors but also to emphasize the main lines of the research.

Keywords: Sexuality, gender, Portuguese language literatures, literature

Não te deixes enganar
pelo discurso benfeitor
não temas o medo
em cada segundo pedagógico.
Destrói o respeitinho pela ordem
hierarquia do despudor
que ainda te atormentam
nos pesadelos diurnos
anda daí
soltar os cães raivosos
os mastins
os chacais os chacais
mas há mais
as hienas que há em ti
das convenções
que atam os pés à mente.
(...)

In *O vento que passa*, de Pires Laranjeira (2013)

O excerto integra o livro de poesia *O vento que passa*, de Pires Laranjeira, iniciando-se esta reflexão em tom de homenagem, evocando-o não só porque me coube a tarefa de o apresentar com o seu autor, no Porto, há alguns anos, mas também porque evidencia a sua sagacidade perante a sociedade e a vida, a sua capacidade de não se deixar ludibriar por questões e discursos falaciosos e os seus permanentes questionamento e olhar crítico e lúcido sobre o mundo à sua volta.

Quebrarei momentaneamente as regras que subjazem a este tipo de texto para o tornar mais intimista ao partilhar a recordação do dia em que, nos corredores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (local onde decorreu o primeiro de três dias de homenagem e celebração de Pires Laranjeira), onde iniciei o meu percurso académico, conheci Pires Laranjeira a propósito de um grupo de investigação jovem em que eu e outros colegas estávamos envolvidos sob orientação do Professor Francisco Topa e com o qual ele prontamente colaborou, mostrando-se verdadeiramente entusiasmado com as atividades que estávamos a desenvolver. Três anos mais tarde, desafiada por Pires Laranjeira, dava início, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ao meu doutoramento integrando a literatura portuguesa e as literaturas africanas de língua

portuguesa, *destruindo o respeitinho pela ordem* que eu estabelecera e tendo a oportunidade de aprender com ele.

Dentro da carreira deste mestre e sagaz investigador das literaturas africanas de língua portuguesa, evidencia-se uma multiplicidade de âmbitos, desde a sua produção científica – que se reveste de suprema relevância para esta área de estudos –, como exemplificam o manual *Literaturas africanas de expressão portuguesa* (1995), ferramenta imprescindível para qualquer aluno e/ou investigador no conhecimento e compreensão das literaturas dos cinco países africanos de língua portuguesa, ou ainda o conjunto de textos fundamentais escritos por africanos como Alda do Espírito Santo, Mário de Andrade ou Francisco José Tenreiro, reunidos em *Negritude africana de língua portuguesa: textos de apoio 1947-1963*. Neste livro, Pires Laranjeira expressa a sua satisfação por “ter contribuído para a redescoberta, recuperação e reabilitação dessa Negritude africana de língua portuguesa, contra a corrente dominante” (2000: vii). Note-se ainda *A noção de ser* (2014), em conjunto com Ana T. Rocha, que integra textos escolhidos sobre a poesia de Agostinho Neto, com o objetivo de fomentar “novas leituras, que propiciem (...) o erradicar da ideia de simplificação estética” a que frequente e erradamente se associa a sua produção literária (2014: 21). Sendo a parte mais visível e material da sua carreira, a sua reflexão científica estende-se à presença e intervenção em diferentes congressos, colóquios, apresentações de livros e outros eventos onde partilhou o seu amplo e profundo conhecimento. O último exemplo a salientar deste percurso é o que ocupa aqui o cerne da minha reflexão: o projeto “Sexualidades e género nas literaturas africanas e a língua portuguesa”.

Sexualidade(s) e género têm sido temáticas de frequente discussão no âmbito teórico e sobre as quais várias perspetivas se discutiram ao longo do tempo. Um dos primeiros tópicos prende-se com a diferença entre sexo e género, salientando-se que a diferença sexual e a rigidez na definição de papéis atribuídos aos homens e às mulheres contribuíram largamente para a sua segregação, facto que justifica o comentário de Michelle Perrot: “Le genre, désormais, se fait sexe (...). Hommes et femmes sont identifiés à leur sexe : en particulier les femmes y sont assignées, ancrées dans leur corps de femme jusqu’ «à en être prisonnières»” (2005: 395-396). Os dois conceitos passam a ser distintos a partir do contributo seminal da obra *Le deuxième sexe* (1949), de Simone de Beauvoir, que está na base do feminismo contemporâneo e na

qual a autora defende os intelectuais e oprimidos, especialmente as mulheres, e apresenta uma proposta inovadora ao mostrar que a inferioridade que é apontada à mulher não é natural mas uma construção social intimamente relacionada com o conceito de 'sexo'. Neste sentido, propõe o seu abandono e a sua substituição pelo conceito de 'género', que será amplamente discutido na Segunda Vaga Feminista, especialmente a partir da década de setenta do século XX, por teóricas como Kate Millet (1970) ou Joan Scott, autora de "Género: uma categoria útil de análise histórica" (1986), que dá conta do equívoco em torno do uso de 'género'. O seu pensamento tem como base uma definição de género como uma categoria analítica que assenta em relações socialmente construídas entre os sexos em que se destaca a importância das suas representações sociais. Portanto, como sublinham Ana Luísa Amaral e Ana Gabriela Macedo, para Scott o género é perspectivado como uma categoria de análise desenvolvida para a inclusão (2005: 87), conferindo-lhe uma definição mais política e cultural do que sociológica ou histórica (THÉBAUD: 2005).

Por seu turno, a sexualidade e a sua vasta amplitude não deixam de se relacionar com esta questão, também em ligação com o corpo, com o erotismo e com o amor. Teóricos como Karl Menninger (1938), Herbert Marcuse (1955), Georges Bataille (1957; 1961), Rollo May (1969), Roland Barthes (1973; 1977), Octavio Paz (1993; 2001), Ortega y Gasset, Francesco Alberoni, Julia Kristeva ou Paulo Leminski contribuem para a reflexão em torno destas questões. No entanto, ela não seria possível sem a teorização central no âmbito do estudo da sexualidade: o pensamento de Freud.

Inovador e disruptivo, especialmente numa época caracterizada por princípios religiosos que incentivava o sexo tendo como objetivo fins meramente reprodutivos, o pensamento freudiano aborda e abre o debate em torno da sexualidade, defendendo, *grosso modo*, que a civilização se tinha construído baseando-se na supressão dos instintos e que a pulsão sexual não estaria direcionada para a reprodução mas para a obtenção de prazer, manifestando-se desde a infância até à morte e não se centrando exclusivamente nos órgãos genitais mas abrangendo outras zonas do corpo humano (1996: 102).

A juntar a estes aspetos, não foram deixados de parte os feminismos africanos e os teóricos africanos, considerando a pertinência das suas reflexões e o seu enquadramento para o estudo das linhas temáticas seguidas pelos autores e obras em estudo. Neste sentido, numa época tão marcada pelas chamadas de

atenção para temáticas fraturantes como a identidade de género e as sexualidades, este projeto foi um dos que integrou o trabalho do Grupo de Investigação “Teoria da Literatura” (2014-2017; 2018-2022) do Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, visando, num primeiro momento, colmatar uma falha grave: a insuficiência no tratamento das sexualidades e do género nas literaturas africanas de língua portuguesa em Portugal. Os autores acima mencionados, para além de outros que integram o *corpus* de referência, constituíram a base e ponto de partida do trabalho de análise das obras de múltiplos autores das literaturas africanas de língua portuguesa.

Partindo desta premissa, Pires Laranjeira coordenou este projeto e uma equipa constituída por professores, investigadores doutorados quer do Centro de Literatura Portuguesa quer de outras unidades de investigação de outras Universidades, e por doutorandos, mestrandos e alunos do 1.º ciclo (licenciatura), dando-lhes uma oportunidade, especialmente aos mais jovens, de poder participar, aprender e contribuir para um projeto de maior envergadura e de especial importância. A complexidade das matérias em estudo e a sua ramificação noutros campos investigativos abriu espaço para que o projeto contasse ainda com a participação de uma psiquiatra, a Dr.ª Zulmira Santos, do departamento de Psiquiatria do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra. Tendo-se realizado algumas reuniões presenciais para definição e atribuição dos autores a cada investigador consoante os seus interesses e áreas de especialidade, e ainda de discussão de dúvidas e aspetos de relevância relativamente ao extenso *corpus* de autores e implicações subjacentes aos seus contextos e/ou obras, o trabalho de investigação foi feito autonomamente, apresentando-se os resultados no formato de colóquios, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foram eles:

- 27 de novembro de 2015 – Colóquio Sexualidades e Género nas literaturas africanas: investigações preliminares e alguns resultados;
- 3 de outubro de 2018 – 3.º Colóquio Identidade, Transfronteira, Género e Sexualidade nas Literaturas Africanas e Outras de Língua Portuguesa;
- 18 de setembro de 2019 – 4.º Colóquio Internacional sobre Identidades, Transfronteira, Géneros e Sexualidade nas Literaturas Africanas e Outras de Língua Portuguesa.

No último encontro, o Professor Pires Laranjeira fez um balanço do projeto em termos globais, considerando a especificidade de cada autor, destacando a sua relevância no âmbito do estudo das literaturas africanas de língua portuguesa, tendo-se seguido a apresentação de quatro livros e uma mesa redonda com os seus autores: Zetho Cunha Gonçalves (*O sábio de Bandiagara*), David Capelenguela (*Obra poética*) e Paulo Lima (*Peregrinação crioula*). Foi também apresentada a obra *Enquanto essa chuva não parar de chover*, do já falecido poeta João-Maria Vilanova.

A abrangência da temática permitiu que várias questões pudessem ser levantadas numa perspetiva interdisciplinar, pretendendo-se estudar até que ponto vigorou uma visão utilitária da literatura durante o tempo colonial, que privilegiava a luta político-militar em detrimento de outros assuntos, a influência das cosmovisões ancestrais, da religião através do puritanismo católico, do machismo da sociedade africana urbanizada, do analfabetismo das populações, da escassa ou quase nula divulgação dos feminismos (ocidentais e africanos), a influência da condição feminina, especialmente da lenta emancipação das mulheres ou ainda uma visão diferenciada e singular relativamente às sexualidades e aos afetos (*cf.* Centro de Literatura Portuguesa, s/d). O surgimento e/ou o desenvolvimento de outras áreas de saber como a psicanálise, os estudos pós-coloniais, os estudos sobre mulheres e/ou os estudos feministas, por exemplo, foram fundamentais para que novas teorias pudessem ser aplicadas; o problema de base residia no facto de que, existindo, elas não fossem aplicadas com uma amplitude suficiente para que um novo olhar sobre estas literaturas, no que concerne especificamente ao campo das sexualidades e do género, pudesse ser revelado. Estando já concluído o projeto, a verdade é que estes poucos mas velozes anos com certeza trariam mais material de estudo e novos ângulos de enquadramento, possibilitando um alargamento do *corpus* selecionado e um aprofundamento da investigação.

A par desta reflexão no âmbito das literaturas africanas de língua portuguesa, o projeto não colocou de parte outras literaturas de língua portuguesa como a brasileira e a portuguesa, pretendendo

investigar, sempre que possível, o modo como esses novos temas e tipos de abordagem do discurso se encontram sintonizados com as **tendências verificadas noutras literaturas de língua portuguesa (portuguesa e brasileira)**, ou delas diferindo, nomeadamente através da análise de trânsitos,

transposições e articulações transtextuais, transformando as literaturas africanas em novas formas de combate ideológico e sociopolítico, com o aparecimento de novos temas e discursos. (LARANJEIRA, 2015: 2)

Rigorosamente estruturado e pensado, o projeto integrou igualmente o questionamento da heteronormatividade, convocando os feminismos, a agenda *queer*, a discussão sobre a misoginia, o machismo e o patriarcado, as novas identidades e, para isso, cada investigador procedeu a uma análise crítica dos discursos

no âmbito de uma reflexão sobre os mecanismos linguísticos da produção de discursos sexistas, eróticos, pornográficos, machistas, patriarcais, homofóbicos, preconceituosos, em suma, dominantes, na língua portuguesa em que os textos se tecem (idem)

sem esquecer de estudar as implicações de género expressas na visão de narradores, comportamentos de personagens e linguagem das diferentes instâncias narrativas, ou através do discurso do sujeito poético nas obras deste género. O teatro e o registo memorialístico não foram deixados de parte e, quando justificável, integraram o *corpus* literário.

Sintoma comum às literaturas de língua portuguesa, a diferença entre o número de autores e o número de autoras não foi também esquecida nas linhas definidas como orientadoras da investigação. Sendo certo que as mulheres enquanto produtoras literárias começaram a conseguir passar a sua visão do mundo através da sua obra, mas também a mensagem da sua condição de subalternas na instituição literária, a verdade é que conseguiram, finalmente, ter mais visibilidade no panorama editorial, criativo e estético – como comprova a atribuição do Prémio Camões em 2021 à “contadora de histórias” moçambicana Paulina Chiziane.

A par desta linha, uma das preocupações deste trabalho centrou-se na comparação entre autores africanos e outros autores da chamada lusofonia na apresentação da diferenciação dos conceitos de sexo e género, bem como na descoberta das orientações sexuais que decorrem dos discursos em estudo, procurando desvelar as sexualidades e as substâncias e formas da sua sustentação, interligando-se estes dois aspetos com a clarificação e análise de novas identidades e formulações de identidades que se afirmam.

Para além destes aspetos, estabeleceu-se a organização e publicação de uma antologia de textos literários onde estivessem presentes as sexualidades, a publicação de uma antologia erótica e de um volume com textos teórico-críticos com as conclusões e resultados apresentados, ao longo do período de duração do projeto, em quatro colóquios (2015, 2016, 2018, 2019) que reuniram os vários membros do grupo de trabalho, para além de outros convidados, como Zetho Cunha Gonçalves, Inocência Mata ou Eliane Veras, cujo contributo alicerçado no trabalho de investigação do Grupo de Recife constituiu uma grande mais-valia pela partilha de conhecimentos, de pensamentos e ideias sobre teorias, livros, autores ou correntes, estando sempre presente um espírito de partilha e de verdadeiro interesse académico que, na senda do núcleo de estudos, abriu espaço para todas as literaturas de língua portuguesa, ainda que o grande enfoque tivesse sido, naturalmente, sobre as africanas e os seus autores.

Metodologicamente, optou-se por atribuir tarefas por áreas, de acordo com as competências dos investigadores, incluindo o tipo de textos e linhas temáticas a produzir pela equipa, para além da recolha de bibliografia ativa, teórica (enquadrando diversas áreas de estudo como a psicanálise, o feminismo, os estudos *queer*, a subalternidade, entre outras) de crítica literária. Foram ainda selecionados textos e excertos para a elaboração das antologias, para além do planeamento e organização dos colóquios, que ficaram exclusivamente a cargo da equipa de investigação. Considerando o número de investigadores afetos ao projeto, foi possível estudar uma multiplicidade de autores de diferentes países e momentos das literaturas respetivas, como por exemplo João-Maria Vilanova (poesia e contos), João Melo (*Imitação de Sartre & Simone de Beauvoir*), Pepetela (*O cão e os caluandas; A gloriosa família; O desejo de Kianda*), David Mestre, Luandino Vieira (*João Vêncio: os seus amores; Papéis da prisão*), Arnaldo Santos (*A boneca de Quilengues*), Ruy Duarte de Carvalho, Agostinho Neto, Ondjaki, Paula Tavares, José Luís Mendonça (*O reino das casuarinas*), Alda Lara, Maria Alexandre Dáskalos, Mia Couto (*Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*), Lília Momplé (*Ninguém matou Suhura; Neighbours*), João Paulo Borges Coelho, Paulina Chiziane, Baltasar Lopes, Dina Salústio, Germano Almeida, Yolanda Morazzo, Vera Duarte, Alda Espírito Santo, Conceição Lima... Os nomes acima mencionados constituem alguns exemplos, uma vez que muitos outros

autores e autoras foram lidos, discutidos não só aquando das reuniões dos membros do grupo, mas também nos eventos organizados para esse propósito, tendo-se apresentado resultados de profunda mais-valia decorrentes deste trabalho plural e diverso.

Para a conclusão do projeto e cumprimento dos objetivos estabelecidos, os volumes acima mencionados estão ainda em preparação, constituindo um registo importante não só para a área de estudos, mas também para a consolidação ensaística relativa a alguns autores menos conhecidos e estudados e sobre os quais muito pouco se produziu, como comprova, por exemplo, o caso da poetisa cabo-verdiana Yolanda Morazzo.

Em suma, esta investigação revestiu-se de uma grande importância no quadro do estudo das literaturas africanas de língua portuguesa, para além de permitir a todos os que dela fizeram parte não só adquirir e aprofundar os seus conhecimentos e aspetos técnicos do que diz respeito à estruturação de um projeto, à divisão de tarefas e à sua transformação em algo material. Assinala-se, por isso, o contacto com a investigação no seu sentido primeiro, ferramenta indispensável à formação e à aquisição de experiência das diferentes pessoas que nela trabalharam, sem contar com o contacto com a *máquina académica*, isto é, a organização e estruturação de colóquios e seus semelhantes, bem como todos os aspetos burocráticos e logísticos que lhes são inerentes e que também possuem a sua relevância neste campo de estudo. No entanto, a experiência investigativa acabou por ultrapassar estas dimensões, tendo-se constituído como espaço de comunhão de ideias, de mitigação do caminho solitário que envolve a investigação e de verdadeiro interesse sem outra ambição que não a partilha de conhecimentos e experiências. Esta foi a mais valiosa lição de Pires Laranjeira ao longo desta jornada, abrindo espaço ao debate de ideias, à confluência de pensamentos e percursos distintos, e materializou-se na academia enquanto o espaço que deve ser: de liberdade, de rigor e perspicácia, de estímulo ao pensamento crítico; ou seja, livre das convenções “que atam os pés à mente”, citando o poema inicial.

Em suma, a homenagem feita neste volume a Pires Laranjeira nas suas vertentes de mestre, de atento e crítico leitor, de professor, pensador e poeta não só é justa como merecida, até porque todos estes substantivos de pouco valor se revestiriam se a sua maior mensagem se cingisse a um campo de

estudos quando, na verdade, o excede, revelando-se como mensagem de trabalho, de dedicação e resiliência; de busca constante do que é profundo, de abertura e de atenção ao mundo, às pessoas e às suas circunstâncias. E de generosidade.

Bibliografia

- AMARAL, Ana Luísa e MACEDO, Ana Gabriela (2005). *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Afrontamento.
- BARTHES, Roland (1997). *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, [1973].
- (1995). *Fragments de um discurso amoroso*. Trad. Isabel Gonçalves. Lisboa: Edições 70 [1977].
- BATAILLE, Georges (1988). *O erotismo*. Lisboa: Antígona.
- (2012). *As lágrimas de Eros*. Lisboa: Sistema Solar.
- BEAUVOIR, Simone de (1981). *O segundo sexo*, Amadora: Livraria Bertrand, [1949].
- FREUD, Sigmund (1996). “*Gradiva de Jensen*” e outros trabalhos (1906-1908). Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- LARANJEIRA, Pires (2000). *Negritude africana de língua portuguesa: textos de apoio 1947-1963*. Coimbra: Angelus Novus.
- (2013). *O vento que passa*. Braga: Crescente Branco.
- (2015). Documento “Projeto de Investigação em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. S/l: s/ed., pp. 1-23.
- LARANJEIRA, Pires e ROCHA, Ana T. (2014). *A noção de ser – textos escolhidos sobre a poesia de Agostinho Neto*. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto.
- MARCUSE, Herbert (1981). *Eros & civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahara Editores.
- MAY, Rollo (1975). *Eros e repressão: amor e vontade*. Petrópolis: Vozes.
- MENNINGER, Karl (1965). *Eros e Tânatos: o homem contra si próprio*. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.
- MILLET, Kate (2000). *Sexual politics*, Urbana: Univ. of Illinois Press, [1970].
- PAZ, Octavio (1995). *A chama dupla: amor e erotismo*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- PERROT, Michelle (2005). *Les femmes ou les silences de l’Histoire*. Paris: Flammarion.
- SCOTT, Joan (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (trad. de Guacira Lopes Louro, revisão de Tomaz Tadeu da Silva). “Educação & realidade”. 20: 2 (jul./dez.), pp. 71-99 [1986].

- S/a (s/d). *Sexualidades e género nas literaturas africanas e a língua portuguesa*. “Centro de Literatura Portuguesa” (website). [Consult. 5 nov. 2021]. Disponível em <<https://www.uc.pt/fluc/clp/inv/proj/lingpor/sexgen>>.
- THÉBAUD, Françoise (1995). *A Grande Guerra*. In DUBY, Georges e PERROT, Michelle, org. *História das mulheres – o século XX*. Porto: Afrontamento, pp. 31-93.

A DIMENSÃO INTERNACIONAL DO ENSINO E DA INVESTIGAÇÃO DE PIRES LARANJEIRA: UM PENSAMENTO EM CONSTANTE EBULIÇÃO

The international dimension of Pires Laranjeira's teaching and research:
a thought in constant boiling

Rita Olivieri-Godet

ERIMIT-Université Rennes 2 / IUF

Pauline Champagnat

ERIMIT-Université Rennes 2

Resumo: Nossa contribuição conjunta ao Colóquio em homenagem ao grande pesquisador e professor decano das literaturas africanas de expressão portuguesa, em Portugal, Pires Laranjeira, reúne os pontos de vista de uma professora-pesquisadora e de uma ex-doutoranda, com destaque para a colaboração institucional entre a Universidade de Coimbra e a Université Rennes 2/França. A inserção de seus trabalhos em universidades portuguesas, brasileiras e europeias muito tem contribuído para a divulgação, o reconhecimento e a ampliação da institucionalização acadêmica das literaturas oriundas desses países. Nossos depoimentos rememoram nossa sempre amistosa (con)vivência acadêmica. Eles pretendem ressaltar a importância fundamental do trabalho de Pires Laranjeira no campo do ensino, da pesquisa e da divulgação das literaturas africanas dos cinco países de expressão portuguesa.

Palavras-chave: Pires Laranjeira, ensino, pesquisa, internacional

Abstract: Our common contribution to the Seminar in Honor of the great researcher and dean African Portuguese-speaking literature's teacher, in Portugal, brings together the points of view from a teacher and researcher, and from a former PhD student, highlighting the institutional collaboration between the University of Coimbra and the University of Rennes 2/France. The inclusion of his works in Portuguese, Brazilian and French universities, has very much contributed to the release, the recognition, and the increase of the academic institutionalization of the literatures coming from these countries. Our testimonies

remind of our always friendly academical coexistence and aim at underlining the fundamental importance of Pires's work in the teaching and research fields, as well as the outreach of knowledge about literatures from the five African Portuguese-speaking countries.

Keywords: Pires Laranjeira, teaching, research, international

Rita Olivieri-Godet

Nesta publicação que resulta da reunião dos trabalhos apresentados no Colóquio organizado por Francisco Topa e Doris Wieser, em homenagem a Pires Laranjeira, esboço, sucintamente, o caminho que me conduziu à colaboração acadêmica com esse colega e amigo.

Pires Laranjeira fez seus estudos de licenciatura na Universidade do Porto com a qual mantenho laços profissionais e afetivos, desde o início da minha carreira na França, enquanto Maître des Conférences na Université Paris 8. Quando, em 2003, assumi o cargo de Professora Titular de literatura brasileira na Université Rennes 2, tive a oportunidade de propor ao colega projetos de co-direção de tese, estabelecendo convenções com a Universidade de Coimbra, – instituição onde se doutorou em literaturas africanas, tendo, posteriormente, em 1981, assumido o cargo de professor responsável pelas cadeiras de literaturas africanas de língua portuguesa e de culturas africanas. A publicação que ora vem a público reflete a dimensão de sua contribuição à investigação e ao ensino, nesse campo de estudo, a um só tempo pioneira, disseminadora e vultosa. Além de ser o decano dos professores de literaturas africanas em Portugal, suas inúmeras publicações (científicas, culturais e jornalísticas), participações em colóquios e eventos científicos, assim como sua atuação enquanto professor-convidado de universidades europeias e brasileiras, conferiu uma dimensão internacional à sua produção. As diversas contribuições reunidas nesta obra permitem delinear o percurso da vida e da obra de Pires Laranjeira e ressaltar a extensão dos desdobramentos do seu pensamento.

Nossos depoimentos em homenagem ao grande pesquisador e professor Pires Laranjeira reúnem os pontos de vista de uma professora-pesquisadora e de uma jovem pesquisadora, ex-doutoranda, destacando o programa internacional de colaboração institucional entre a Universidade de Coimbra e a Université Rennes 2/França. A experiência de um trabalho compartilhado na direção de duas teses de doutorado, ou na participação em Colóquios, durante os quais Pires Laranjeira se destacou pelos brilhantes questionamentos das “*idées*

reçues ou à la mode”, são o testemunho de um pensamento inquieto, em constante ebulição, que sempre buscou a autocrítica, exercendo a profissão com paixão e curiosidade intelectual ímpar. Assumiu um papel importante no direcionamento de sua área de investigação, ao se recusar uniformizar e categorizar literaturas vindas de cinco países tão distintos em termos linguísticos e culturais como o são Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A inserção de seus trabalhos em universidades portuguesas, brasileiras e europeias muito tem contribuído para a divulgação, o reconhecimento e a ampliação da institucionalização acadêmica das literaturas oriundas desses países. A rememoração de nossa sempre amistosa (con)vivência acadêmica pretende trazer alguns subsídios que ressaltam a importância fundamental do trabalho de Pires Laranjeira no campo do ensino, da pesquisa e da divulgação das literaturas africanas dos cinco países de expressão portuguesa.

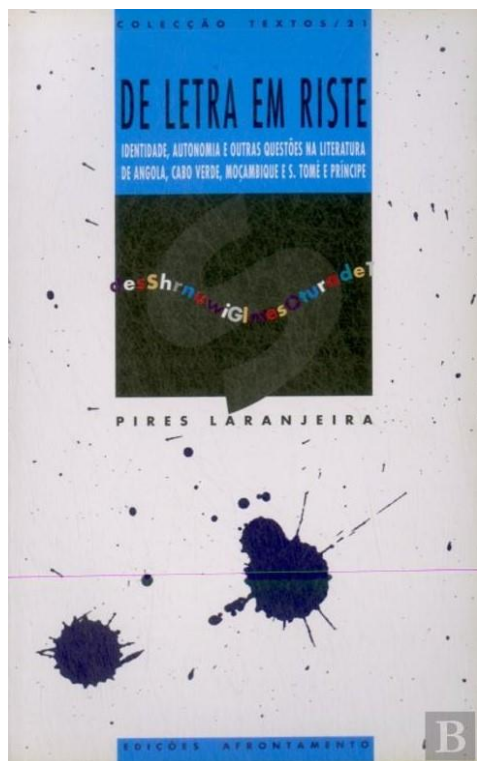
Meu primeiro contato com a produção crítica de Pires Laranjeira se deu através de referências de leituras sugeridas por Elisalva Madruga, colega e amiga, professora da Universidade Federal da Paraíba, cuja pesquisa, sobre a repercussão do Modernismo brasileiro nas literaturas africanas de língua portuguesa, contribuiu para despertar o interesse dos estudos comparados nessa área no Brasil. Elisalva e eu conhecemo-nos em Bordeaux, no Departamento de Português da Université Michel de Montaigne, onde encontrava-me como professora-convidada, entre 1995-1997. Na nossa área de atuação enquanto professores-pesquisadores universitários, não são somente as ideias que circulam, a profissão favorece nossa mobilidade. Assim, quando no ano 2000, já ocupando o cargo de Maître de Conférences de literatura brasileira na Université Paris 8, organizei um colóquio em torno do tema das *Figurações identitárias nas literaturas portuguesa, brasileira e africanas de língua portuguesa*, pensei imediatamente nos nomes de Elisalva e de Pires Laranjeira, ocasião em que pude conhecê-lo pessoalmente. Desde então, tivemos a oportunidade de compartilhar orientações de teses além de participações em colóquios e Jornadas de Estudo, presenciais e, ultimamente, virtuais, conforme as novas modalidades de mobilidade introduzidas pela epidemia do Covid.

A contribuição de Pires Laranjeira ao referido colóquio de Paris 8, realizado em outubro de 2000, foi publicada pela editora da universidade, na Série “Travaux et Documents” n.º 19, em 2002, juntamente com outros trabalhos apresentados no âmbito desse evento. O texto de sua comunicação tece um

vasto panorama da poesia angolana e moçambicana da segunda metade do século XX, avançando argumentos que sustentam a ideia de que a produção poética deve ser considerada como “parte integrante de um processo cultural extremamente importante, de afirmação identitária e de realização social e política” (PIRES LARANJEIRA In OLIVIERI-GODET, 2002: 245). Defende, portanto, o ponto de vista de que esses textos “são constitutivos de um pensamento cultural” que apoia o projeto independentista. Assumindo uma perspectiva histórica própria de uma *démarche* sociocrítica, o autor fustiga a concepção estética universalista, em vigor principalmente na Europa, que ele considera como incapaz de compreender essa “poesia-grito” que reflete uma profunda inquietação social e política. Esse é o eixo condutor da análise apresentada por Pires Laranjeira, destacando questões relacionadas com a identidade étnica, cultural e nacional na poesia de Agostinho Neto, José Craverinha, Rui Knopli, entre outros. Para fazê-lo, leva em consideração os condicionamentos dos contextos coloniais e pós-independência. Após as apresentações, lembro do acalorado debate entre os membros da mesa, que contava também com a participação de Michel Laban, da Sorbonne Nouvelle, e Alberto Carvalho, da Universidade de Lisboa. Naquele momento percebi que os desdobramentos éticos e políticos da escrita atípica de Pires Laranjeira não se sujeitavam à vontade de terceiros nem dissociavam a pesquisa do espaço de reflexão sobre a vida.

Posteriormente, em 2003-2004, quando fui nomeada para o cargo de *Professeur des Universités* em Rennes 2, assumimos juntos duas convenções de co-direção de tese entre a Universidade de Coimbra e a Université Rennes 2. A primeira tese, de Bárbara dos Santos, *Voix auctoriale et réécriture de l’histoire dans les littératures portugaise et africaines postcoloniales: les guerres d’indépendance (1961-1974)*, defendida em 2007, toma a problemática do autor como eixo de discussão para analisar as relações da produção literária africana e portuguesa com a história. Mais recentemente, codirigimos a tese de Pauline Champagnat, *Littérature et identités minorisées dans les œuvres de Conceição Evaristo (Brésil) et Paulina Chiziane (Mozambique)*, cuja defesa ocorreu em 2019. A análise do corpus apoia-se numa perspectiva decolonial e comparativa que permite ir além de recortes nacionais, ao estabelecer um paralelo entre elementos dos contextos literários e históricos nos quais evoluem as obras das autoras estudadas. As perspectivas teóricas de ambas as teses, que

se constroem explorando as complexas interseções entre discursos sociais e literários, abraçam questões relacionadas com a colonialidade, o pós-colonialismo, o processo de emergência de identidades nacionais, de identidades subalternas e memórias subterrâneas, temáticas que perpassam a produção crítica de Pires Laranjeira, mas que ainda circulam timidamente na universidade francesa. Por esse motivo, considero de suma importância o trabalho realizado por essas jovens pesquisadoras, herdeiras e disseminadoras do pensamento de Pires Laranjeira.



Em abril de 2009, juntamente com Barbara dos Santos e nossa colega Marie-Françoise Bidault, que nos deixou precocemente, organizamos a *Journée d'études Internationale "Littératures, histoire et interculturalité dans les pays africains de langue officielle portugaise"*, na Université Rennes 2. A Jornada de Estudos contou com a participação de Pires Laranjeira e com a presença do grande escritor José Luandino Vieira. Em abril de 2018, pudemos novamente contar com a participação de Pires Laranjeira no *Séminaire International de Recherche en Littératures de Langue Portugaise* que reuniu, na Université Rennes 2, doutorandos, pós-dou-

torandos, professores-pesquisadores de universidades francesas, portuguesas (Porto e Coimbra) e brasileiras (Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo, Universidade Federal da Bahia) em torno das temáticas de pesquisa de cada um dos participantes.

Em abril de 2021, reencontramo-nos, via online, no *Colóquio Variações do pós-colonial nos espaços culturais de língua portuguesa e no mundo: teorias, emancipações e novas representações*, organizado por Barbara dos Santos,

Silvia Amorim e Ilana Heineberg, na Université Bordeaux Montaigne. A comunicação de Pires Laranjeira propôs uma nova reflexão sobre a poesia de Agostinho Neto intitulada “A poesia de Agostinho Neto face à fenomenologia, existencialismo e psicanálise: o futuro ad-vir”.

O pensamento arguto, erudito e questionador de Pires Laranjeira manifesta-se desde o seu primeiro ensaio crítico, *Literatura calibanesca* (1985). Nesta obra o autor caracteriza a produção literária africana escrita em português, correspondente à “fase que vai de meados da década de quarenta até às independências (meados da década de setenta)”, como uma literatura de revolta e de revolução, destinada “a ser ferozmente repudiada pelo colonialismo, não só pela violência da sua força denunciadora e desmistificadora – mas também pelos vínculos com áreas e tópicos culturais e literários especificamente voltados contra o poder açambarcador, assimilador e destrutivo do imperialismo cultural.” O tom polêmico atravessa toda sua produção ensaística, como indica o título de um ensaio posterior, *De letra em riste. Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe* (1992). Esses textos já prenunciam a sua tese, publicada em 1995, de que a Negritude africana de língua portuguesa, que se manifesta sobretudo na poesia do período de 1949 a 1959, assimilou elementos da *Négritude* francófona. Em 2000, quando compila textos teóricos de autores africanos que fundamentam essa tese, Pires Laranjeira chama a atenção para o fato de esses textos apontarem para “a construção de uma ideia de “literatura negra”, quando, na época, vigoravam expressões, espécies e conceitos como “literatura colonial”, “literatura ultramarina”, “literatura portuguesa do Ultramar”, “literatura afro-portuguesa” ou simplesmente “literatura portuguesa de Angola”, etc. (PIRES LARANJEIRA, 2000: IX).

Ademais de seu papel de divulgador das obras literárias, de intérprete do pensamento crítico de autores africanos e da contribuição teórico-crítica sobre essa produção, Pires Laranjeira enveredou pela poesia. Ultimamente, sua sensibilidade poética tem se dedicado a captar os momentos trágicos da nossa contemporaneidade: “Ainda estamos vivos/ no bairro de onde não saímos”, versos iniciais do poema “Buraco negro” escrito, em 2020, em plena pandemia. Nas linguagens crítica e poética, Pires Laranjeira prossegue exprimindo um pensamento heterotópico em constante ebulição.

Admiração, reconhecimento e afeto: depoimento de Pauline Champagnat

Agradeço a oportunidade de poder homenagear o Professor Pires Laranjeira, que desempenhou um papel fundamental na minha formação acadêmica. Pretendo, nesse depoimento conciso, relatar a convivência com o professor-orientador durante a minha tese, co-dirigida por Rita Godet, e assinalar o aporte de seu pensamento crítico à minha pesquisa.

Antes de conhecer pessoalmente o Professor Pires Laranjeira, descobri sua obra, que se destacava pela diversidade presente em sua rica produção acadêmica. O primeiro aspecto que me chamou a atenção na leitura dos seus escritos diz respeito ao questionamento da própria denominação do campo de estudos que o pesquisador começava a desbravar, denotando a perspicácia do seu olhar crítico. Sua vontade de evitar a categorização sistemática e sempre redutora que existiu em torno das chamadas “Literaturas africanas de língua ou de expressão portuguesa”, ou pior ainda, as “Literaturas da África lusófona” constitui um marco significativo nos estudos das Literaturas de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Os trabalhos de Pires Laranjeira chamam a atenção para o significado dessas denominações que na verdade incorrem no risco de fusionar as características específicas dessa produção. Por conseguinte, forja-se uma ideia falsa e eurocêntrica de uma África homogênea, descrita como se fosse um país, quando é na verdade um continente gigante com diversidades culturais, sociais, religiosas e linguísticas infinitas. Para evitar esse tipo de confusão, o pesquisador africanista Pires Laranjeira propõe as denominações específicas correspondentes a cada país: “Literatura angolana”, “Literatura moçambicana” etc. Trata-se de uma questão que é também política e que se reflete na própria estruturação do ensino dessas literaturas na academia. Em muitas universidades, contrariamente à organização curricular adotada para o ensino das literaturas portuguesa e brasileira, só existe uma matéria para tratar das literaturas africanas de língua portuguesa.

Em sintonia com o questionamento sobre a denominação, a releitura crítica que Pires Laranjeira realiza da historiografia literária dos países africanos insere-se numa perspectiva de decolonização do olhar sobre essa produção. Lembra-nos que logo no começo da colonização, eram poucos os que tinham acesso à leitura e à escrita nas colônias africanas de Portugal. Os primeiros textos literários que circulavam em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-

-Bissau e São Tomé e Príncipe vinham essencialmente da então metrópole portuguesa. Posteriormente, a representação das relações interétnicas e interculturais na chamada “Literatura de viagem”, colocava em cena, de forma quase sistemática, uma personagem de origem portuguesa, de caráter exemplar e corajoso, que tinha que sobreviver num ambiente hostil – tanto no que diz respeito à fauna e à flora, mas de uma maneira mais alargada e não desprovida de racismo, no que concerne às populações autóctones, os “indígenas” –, figurando-os como hostis, perigosos e exóticos. Na análise das distintas fases que marcaram a produção literária das colônias destaca-se 1) a assimilação, caracterizada pela reprodução acrítica do modelo literário metropolitano; 2) a resistência, na qual o autor rompe com o molde europeu e procura buscar uma identidade própria. Esta fase corresponde à descoberta da negritude; 3) a afirmação do escritor africano como tal, em que o autor procura se libertar dos códigos literários metropolitanos e destacar a sua africanidade. Este momento geralmente coincide com as independências e enfim, 4) a fase atual, na qual o autor africano tenta consolidar a sua posição de escritor dentro de um corpus literário mundial (FONSECA, MOREIRA, 2007: 13).

Longe de querer tornar-se também um desses valentes aventureiros perigosos retratados nas literaturas de viagem da época colonial, Pires quis ir muito além dos preconceitos e estigmas presentes na literatura já existente. O seu posicionamento intelectual é particularmente inusitado, já que, em princípio, somos o fruto do nosso tempo e da sociedade na qual nascemos. O serviço militar efetuado em Angola deixou marcas no seu pensamento crítico. Fortemente tocado pela questão colonial, ou melhor “anticolonial”, Pires Laranjeira começou a escrever no jornal *Diário de Luanda*, em 1972, em plena guerra de luta pela independência em Angola, na contramão do que se poderia esperar de um jovem português que representava a administração colonial na época.

Nossos encontros em colóquios, em Coimbra ou em Rennes, foram breves, mas sempre cheios de aprendizados e troca de ideias. O primeiro ocorreu em 2016, em Coimbra, numa mesa-redonda dedicada à obra de Paulina Chiziane, uma das autoras que integram o corpus da minha tese. Foi uma experiência significativa para mim, pois me permitiu conhecer outros pesquisadores da área que atuavam em Portugal. Foi também nessa ocasião que me deparei com a grande sabedoria do Pires, tecida a partir de um feroz senso crítico, aliado a

uma necessidade constante de renovação das ideias – incluindo as dele –, sinal de uma inteligência curiosa, aberta e incomum.

O Colóquio *Gênero e sexualidades: a desconstrução ideológica*, em dezembro do mesmo ano, reuniu diversos pesquisadores acerca dos temas da pós-colonialidade e do interseccionalismo. O destaque foi dado à necessidade de se pensar além dos limites impostos à mulher negra em sociedades pós-coloniais.

O tema do colóquio estava estreitamente ligado ao objeto da minha tese: “Literatura e identidades minorizadas nas obras de Conceição Evaristo (Brasil) e Paulina Chiziane (Moçambique)”. As autoras, duas mulheres negras vivendo em sociedades que passaram pela experiência do colonialismo e da escravidão, pertencem a minorias que sempre foram silenciadas e marcadas pelo estigma do gênero e da etnia. A análise, baseada numa perspectiva decolonial e comparatista, permite ir além dos recortes nacionais. O corpus utilizado para a nossa pesquisa baseou-se em obras que procuram dar voz às comunidades que foram historicamente silenciadas pelo poder hegemônico, e esclarece questões ligadas a identidades culturais minorizadas, ao pós-colonialismo, ao racismo, ao gênero, ao feminismo, à oralidade, à preservação das memórias “subterrâneas” (Pollak, 1993), discutindo igualmente o conceito de “lugar de fala” (Ribeiro, 2019). Procuramos assim sublinhar a vocação da literatura em contribuir para a emancipação dos imaginários das nossas sociedades atuais, perpassadas por preconceitos racistas e sexistas.

Durante a pesquisa e no dia da minha defesa de tese, Pires Laranjeira sublinhou a minha constante procura por autores teóricos africanos, o que, segundo ele, permitiu enxergar uma nova visão sobre a problemática das mulheres negras na história literária. Dessa forma, tomamos uma posição, no plano simbólico, com o devido distanciamento crítico, incluindo ferramentas teóricas que, assim como as obras em questão, pertencem a um Sul não-eurocentrado. Essa minha busca por teóricos africanos, foi, em grande parte, motivada pelas orientações bibliográficas dadas pelo Professor Pires Laranjeira.

O nosso último seminário, *Séminaire International de Recherche en Littératures de Langue Portugaise*, ocorreu em abril de 2018, na Université Rennes 2 e contou com a presença do escritor brasileiro Milton Hatoum. Durante o seminário, Pires Laranjeira reforçou suas orientações com relação à

escrita da minha tese, e me deu conselhos valiosos para poder seguir na reta final da redação.

As palavras não seriam suficientes para exprimir a gratidão e o orgulho de ter sido orientada por Pires Laranjeira durante o meu trabalho de tese. O seu compromisso com a pesquisa, o dinamismo do seu pensamento, o questionamento permanente dos próprios conceitos, são qualidades admiráveis. No entanto, o que nós podemos admirar ainda mais na personalidade do nosso homenageado é o fato de que, apesar de ser considerado um “mestre”, um grande especialista das literaturas de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, ele nunca ter se posicionado como tal. Pires Laranjeira acolhe as ideias de todos, conferindo-lhes o mesmo valor, sem estabelecer uma hierarquia entre as reflexões dos pesquisadores reconhecidos e as dos mais jovens. Demonstra, dessa maneira, ser dotado de uma simplicidade incomum no meio acadêmico, sinal de inteligência ainda mais requintada.

Meu depoimento é atravessado pela emoção e pela gratidão, pois posso dizer que eu aprendi com os melhores. Espero estar à altura do legado do professor, crítico literário e escritor Pires Laranjeira para construir um itinerário acadêmico que tome seu percurso rico, produtivo e exigente como exemplo. Da minha colaboração com ele, que eu espero, não seja a última, quero guardar o mais importante: a vontade, sempre renovada, de questionar o mundo no qual estamos evoluindo, assim como os nossos próprios conceitos, nossas próprias limitações. Encerro o meu depoimento com as palavras que tomo de empréstimo ao meu ex-diretor de tese, numa entrevista concedida ao site “Livre opinião”: “precisamos lutar, sempre, todos, em todo o lado, cada um segundo as suas possibilidades e aptidões, por uma humanidade melhor”. Essa foi, a meu ver, a lição que Pires Laranjeira constantemente tentou instigar, ao longo do seu percurso acadêmico.

Bibliografia

CHAMPAGNAT, Pauline (2019). *Littérature et identités minorisées dans les œuvres de Conceição Evaristo (Brésil) et Paulina Chiziane (Mozambique)*. Tese de doutorado, orientada por Rita Olivieri-Godet e Pires Laranjeira. Universidade Rennes 2 / Universidade de Coimbra.

- FONSECA, Maria Nazareth Soares e MOREIRA, Terezinha Taborda (2007). *Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa*. “Caderno Cespuc de pesquisa”. Série ensaios. 6, pp. 13-69.
- LARANJEIRA, Pires (1985). *Literatura calibanesca*. Porto: Afrontamento.
- LARANJEIRA, Pires (1992). *De letra em riste. Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe*.
- LARANJEIRA, Pires (1995). *A Negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento.
- LARANJEIRA, Pires, org. (2000). *Negritude africana de língua portuguesa*. Textos de apoio (1947-1963). Coimbra: Angelus Novus Editora.
- LARANJEIRA, Pires (2002). *L'identité ethnique, culturelle et nationale de la poésie angolaise et mozambicaine de la deuxième moitié du XXe siècle*. In OLIVIERI-GODET, Rita, dir. *Figurations identitaires dans les littératures portugaise, brésilienne et africaines de langue portugaise*. Saint-Denis: Université Paris 8, Série « Travaux et Documents », n.º 19, pp. 245-259.
- LARANJEIRA, Pires (2005). *Ensaaios afro-literários*. Lisboa: Novo Imbondeiro.
- LARANJEIRA, Pires, org. (2005). *Estudos de literaturas africanas: cinco povos, cinco nações*. Coimbra: Novo Imbondeiro: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- LARANJEIRA, Pires (2014). Entrevista concedida ao site livre opinião. Disponível em: <<https://livreopiniao.com/2014/12/08/pires-laranjeira-precisamos-lutar-sempre-todos-em-todo-o-lado-cada-um-segundo-as-suas-possibilidades-e-aptidoes-por-uma-humanidade-melhor/>>.
- LARANJEIRA, Pires, coord. (2015). *Literaturas africanas de língua portuguesa*. Revista de Estudos Literários. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa (CLP).
- OLIVIERI-GODET, Rita, dir. (2002). *Figurations identitaires dans les littératures portugaise, brésilienne et africaines de langue portugaise*. Saint-Denis: Université Paris 8, Série « Travaux et Documents », n.º 19.
- POLLAK, Michael (1993). *Une identité blessée*. Paris: Métailié.
- RIBEIRO Djamila (2019). *La place de la parole noire*. Paris: Éditions Anacaona.
- SANTOS, Barbara dos (2007). *Voix auctoriale et réécriture de l'histoire dans les littératures portugaise et africaines postcoloniales: les guerres d'indépendance (1961-1974)*. Tese de doutorado, orientada por Rita Olivieri-Godet e Pires Laranjeira. Universidade Rennes 2 / Universidade de Coimbra.

PIRES LARANJEIRA: O PENSADOR NO SEU LABIRINTO*

Pires Laranjeira: the thinker in his labyrinth

António Jacinto Pascoal

Escola Secundária de S. Lourenço, Portalegre

Resumo: Trata-se de procurar estabelecer uma linha ontológica que aceda ao universo criptográfico de Pires Laranjeira, à luz dos seus ensaios e estudos sobre literatura africana de língua portuguesa, entendíveis com base num percurso de vida ligado à escrita factual jornalística, ao experimentalismo ficcional e à suprema forma de ficção que é a poesia, e o modo como as várias correntes estéticas foram também por si absorvidas e lidas sob um olhar atento aos pressupostos fraccionários das distintas correntes críticas. Não foi descurada a leitura do ambiente académico nem a carga ideológica em que a obra de Laranjeira terá sido produzida.

Palavras-chave: Pires Laranjeira, poética, ética, criptografia, ideologia, ensaística, Negritude, crítica literária, mistificação e mitificação, existência

Abstract: It is about trying to establish an ontological line that accesses the cryptographic universe of Pires Laranjeira, in the light of his essays and studies on African literature in Portuguese language, all them understandable based on a life path linked to journalistic factual writing, to fictional experimentalism and the supreme form of fiction that is poetry, and the way in which the various aesthetic currents were also absorbed and read under an attentive eye to the fractional assumptions of the different critical currents. The reading of the academic environment was not neglected, nor the ideological load in which Laranjeira's work might have been produced.

Keywords: Pires Laranjeira, poetics, ethics, cryptography, ideology, essays, Negritude, literary criticism, mystification and mythification, existence

* Por decisão do autor, este artigo não segue o Acordo Ortográfico.

*Deito-me tarde de punhos cerrados contra a
luz amarga.*

Suffit Kitab Akenat

Do not go gentle into that good night

Dylon Thomas

1. Pires Laranjeira: o autor, as máximas e as mínimas (uma *poesis*)

Embora o meu interesse pela obra de José Pires Laranjeira devesse sobrepor-se a tudo o mais, é no fabuloso diálogo com o *homem*, aventura quase mítica, que me sinto sintonizado, enquanto herdeiro de uma amizade que transcende o artifício académico e reverbera o intrínseco dinamismo das manifestações decisivas e incomparáveis que, sem dúvida, impugnam todas as outras.

Tomei conhecimento da intensa actividade exegética de Laranjeira nos anos 80, aproveitando o facto de frequentar a cadeira, à época, de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Problematizando a literatura dos países africanos de língua portuguesa, Laranjeira procurou então diagnosticar aquilo que considerava ainda, como fazia questão de mencionar então, na insípida fase maiêutica, ecdótica e hermenêutica: não havia sido definido um cânone literário, demanda que o investigador ajudou, como é evidente, a configurar.

A par dos estudos sobre a originalidade da literatura africana, Laranjeira tentou as musas, em “Istórias de Rio Tinto” e poética vária, de que “As figuras de estilo e outras figuras” é uma peripécia capital. A sua obra literária, quase sempre submersa pela barreira da ensaística, nas suas vertentes literária, sociológica, política, intelectual e afectiva (aqui, no mais temperamental sentido do termo), acompanhou incursões de expressão plástica (escultura, pintura e desenho). E a questão, com toda a sua brutalidade, surge: é somente um exegeta aquele cuja existência empírica afirma o seu vínculo iniciático com as artes plásticas, o jornalismo, a poesia? Esta comunicação constitui um exercício de memória e estudo sobre a luz imperecível e difusa que repassa o rosto e o nome de um dos mais importantes e decisivos autores de ensaios sobre literatura africana, escrita em língua portuguesa.

Se não foi a literatura que inventou a saudade, a música, pelo menos, andar lá perto. E se fomos habitados dela e, diz Lourenço, renunciámos a defini-la, o efeito de olhar para trás, abstractamente universal, reacende o estado passado

intraduzível sobre o presente e o futuro. O certo é não ser possível compreender Laranjeira sem atentar aos primeiros escritos, verdadeiros testemunhos de um homem a transbordar humor e destinado a projectar em si erros vários, estranha fortuna e amor ardente, bem como honesto estudo, sabatinas e noites de franco e jovial convívio, porventura as que lhe instilaram sinceras e zombeteiras construções literárias do casticismo mais cristalino, no sentido mais banal e, por isso, mais sério e genuíno que a vida possa apresentar: “Raxaba um frio fedorento bindo da isterkeira do sôr Sá. Porra, cu Tóne nunca mais xegaba” – estas as duas frases iniciais desse picaresco opúsculo denominado “Obsáide”, integrado nas *Istórias de Rio Tinto*, invocando, sem o saber, a prosa ático-bárbara do mestre Assis Pacheco em *Memórias de um Craque*, pelos retângulos do ludopédio, e algum Mário Zambujal. Esse pressuposto de que a vida é privada do sentido dito racional, porque desconexa e despojada da ficção da imortalidade religiosa e cristã, emerge noutros lugares da poética de Laranjeira, nos idos das suas *Figuras de Estilo e Outras Figuras* (1990), obra breve, desgovernada, como se quer do que vigia, desconstrói, transforma e macaqueia o mundo:

Sou um país de Pessoas
que gosta (m) do outro (lado do) espelho
da outra
do quarto ao lado
madame madona
moderando as grandes mamas no espartilho
da dieta da deita
que ama sangue suor e toiros.

No livro, a ironia, o sarcasmo e a provocação metafórica explicam-se e inventam-se na justa medida das múltiplas aberturas que a presença de O’ Neill ou Ary (Pessoa também espreira) – quem sabe, outros – vai tecendo neles. Mas é Laranjeira, não outros, quem nos prende à curva das palavras. Tudo parece conspirar, entre nós, para que falemos sempre de outra coisa, mesmo diante da voz inesperada, imperiosa e torrencial:

As mães prendem as filhas
aos pés da cama
para que a Primavera chegue mais tarde

Os pais escondem os vimes
atrás da porta
não vá o criado acendê-los.

Esse homem nu, *com bolsos às avessas*, é também aquele que, na mais clara visão da sua articulação com a própria obra, diz escrever “*para não morrer/ antes de tempo/ ó morte entre todas/ mal escrita*”. Se boa parte dos poemas reunidos n’ *As Figuras de Estilo* suscita essa forma de autoconsciência e vai marcada sob o signo do trágico, em *O Vento que Passa* (2013) poderemos situar-nos na tragédia amorosa de Adamastor, fábula da mais terrível provação, de quem aspira e expira à beira de um Amor que persiste, embalado na sua impossibilidade insubstancial de Tântalo:

Quanta beleza desperdiçada
e como ainda podemos sentir que a luz
irradia
dos metatarsos.
(...)
Não vás não
não e não
até que adormeça
A DOCE LEMBRANÇA DO QUE
PODIA TER SIDO.

O longo poema de Laranjeira, pela sua linearidade e intensidade transparentes ao nível da sua fluidez, pela recusa do sentimentalismo expressionista, pela recriação de uma atmosfera de quotidianidade tragicómica, mas embebida numa espécie de torpor sem salvação, religa-se a um certo platonismo de tradição literária, mesclado do ludismo trágico do surrealismo, resultado de leituras, pouco calculismo emocional e matéria de *pathos*:

A tua boca
as palavras ternas e trengas
as tuas mãos finíssimas e frágeis
o riso sem fronteiras
as ideias de raiva e método
são a rede que me apanha fora de água.

Não é bem conhecida a secreta admiração de Laranjeira por Camões e não há dúvida de que, ao nosso poeta-professor, a tentação ventriloquista e o canibalismo poético, anunciados de resto a todos os que, como poetas, se confessam automaticamente rivais míticos do superpoeta, são luminosos enquanto impulsos de um diálogo sobre a apropriação e a disputa das musas. Como tantos, Laranjeira desloca-se, na forma e na substância, entre o seu lugar matricial e o lugar mítico. Se é de cultura que falamos, saibamos entendê-la como o diálogo permanente entre os seus cultores, nocturna vigília sobre a posse e a dádiva da luz, o tempo efectivo deste José Luís de Camões:

O amor é tanto e tanto e não basta no entanto
que quando canto não sei se amo
o nome ou o que amo de tanto amar

Se amo o canto amo o que amo
Mas amo tanto que não sei se amo por amar
Ou é o teu amor que me ama tanto

Não é por acaso que *Erótica Mínima* (2020) e *Amor e Consequência* (2020), obras recentes, são sobrevoadas por uma tragicidade moída, escarninha, erótica, e menos narcisista, reflexo de um distanciamento poético concebido para fazer as mentiras parecerem o que são, e as verdades aquilo que se quer que possam e devam ser. Há Pessoa nesta poética existencialista, com ressonâncias ideológicas que trataremos mais adiante, mas sobretudo há a pessoa de José Luís Pires Laranjeira regressado a um estilo e a figuras de uma natureza tão crua como paródica e subtil de que efectivamente nunca quis sair. A leitura da obra poética de Laranjeira exige, como tantas aliás, o cinismo que outros têm consagrado aos poetas dos vários modernismos, incluindo a estética da pós-modernidade com o seu pensamento *debole*. Nós queremos dizer, em suma, que nos falta um verbo genial para julgar outro verbo genial. Lê-se em Laranjeira:

Apenas palavras lentas
e flores de circunstância
desfolhadas sem nexos.
(...)
Morrer só

de só morrer
e mais nada.

Estranha leitura a destes versos, se apanhados desprevenidos. Não, Laranjeira é mestre na aparência e o seu segredo reside mais na prodigiosa presença de uma atmosfera falsamente anódina do que na ausência da sua natureza espiritual e penetrante. Leia-se a poética de Pires Laranjeira à luz de interpretações reconciliadoras, intertextuais, labirínticas, mas jamais se cometa o erro de distorcer as imagens infinitamente ambíguas e hieráticas que ele teima em recusar. Há mais Laranjeira em Laranjeira do que se possa pensar.

É uma tentação – é a da crítica da escola poética – empurrar os cultores da severa pauta japonesa, o *haiku*, para o jogo de espelhos de ressonância taoísta e xintoísta, ancorados no não-pensamento, no culto da Natureza e na pureza espiritual. Quem conhece Laranjeira, sabe que não é esse o núcleo da sua visão universal e, muito menos, o suplemento da sua consciência. Na realidade, tudo nos convida a inverter as perspectivas. Lendo *Erótica Mínima* (2020), e suprimindo as distâncias com os poemas sáficos, o *Cântico dos Cânticos* ou a *Arte de Amar* de Ovídio, o sexo aparente, feito centro do mundo, tal como em David Mestre, é pretexto e bálsamo precário contra a doença que corrói o mundo e a que aludiram os poetas do imaginário social e dialéctico, na defesa de um ideal generoso de justiça social. Também aqui se experimentam registos vários, de carácter aforístico, sob mantos diáfanos, em que uma lírica depurada esquarteja a parcialização da realidade, concepção que Laranjeira bebeu na teoria do fetichismo marxista. Quando o próprio Matsuo Bashô definiu o haiku como “simplesmente aquilo que está a acontecer neste lugar, neste momento”, o princípio que há que ter em conta na poética do nosso poeta-professor é o de que o que acontece “neste lugar, neste momento” é sempre propiciatório à encarnação prática dos projectos de uma sociedade ideal, igualitária e libertária, não sendo fixável num instante estático. Não admira que Laranjeira tenha lido – e bem – Suffit Kitab Akenat, autora que personifica a fusão da estética Zen, com o temperamento ardente e despreocupado da lírica das tertúlias báquicas árabes, e ainda o nível de consciência exarado pelos teóricos da escola de Frankfurt. Se apelarmos à minúcia, entroncamos no processo de libertação humana que o filósofo alemão decantou n’ *O Capital*: “O labor das mãos/ Como

de fada inocente/ Pode libertar”. Seria um equívoco grosseiro procurar Laranjeira na conotação de uma espécie de presente eterno, estancado, ao estilo de Caeiro, quando nele, e em busca da luz, as violentas margens do rio o comprimem e incitam no seu infinito devir brechtiano. Afinal, a metafísica materialista (passo a aparente contradição) não consiste apenas em palavras, mas em acções; consiste em dar forma e estrutura ao nosso espírito, em ensinar-nos um rumo na vida, em orientar os nossos actos, em apontar-nos o que devemos fazer ou pôr de lado, para que o velho dê lugar ao novo. Isso foi aquilo com que Laranjeira, desde que o conheço, sempre se comprometeu, enquanto poeta, esteta, professor, jornalista, artista plástico e muito mais. Mais: sempre teve um instinto de militantismo capaz de resistir ao pretensiosismo da linguagem, da fraseologia mecanicista e dogmática e à expressão prefabricada de ideias em que assenta a *doxa* e a *endoxa* académica.

2. Para uma transformação da realidade

Duas observações se impõem imediatamente: a primeira é a de que Laranjeira exprime com audácia admirável o nível de consciência ideológica que ele mesmo professa, por meio da tese que dedicou à Negritude africana de Língua Portuguesa. A segunda, de que a ensaística, tal como a poética – como, de resto, quase todos os modos de que a literatura se serve –, é um veículo menos envergonhado e de absoluta precisão para o exercício do fingimento autobiográfico e das suas pulsões morais, éticas, sociais e ideológicas.

Para começar, José Luís Pires Laranjeira, como homem de elevada exigência ética e social que é, e que o aproxima da atitude “*gauchista*” actual¹, foi sempre comprometido com uma acção que não transigiu com o espírito do seu tempo e de que foi crítico inabalável, e não espanta que as suas relações humanas – aquelas que passaram por subtis processos de automarginalização, pela criação e intervenção em grupos de debate de teoria literária e reflexão marxista –, tenham sido impregnadas de uma conciliação entre radicalismos

¹ Na comunicação final do Colóquio 70x2: *da Mensagem de Luanda à mensagem de Pires Laranjeira*, JPL demarcou-se da sua aproximação a um militantismo político de tendência marxista, sob pretexto de ser confundido com o seu objecto de estudo, preferindo ser tomado como um estudioso marcadamente eclético e sem filiação definida, naquilo que consideramos uma elegante e condescendente operação de charme.

mais ou menos dissimulados e concessões mais ou menos consentidas. Estamos a falar do intelectual comprometido, condenado à palavra recalcada da Faculdade, mas capaz de insuflar todo o peso do verbo libertário no café, no grupo GIRAFÁ (Grupo de Investigação e Reconhecimento da África Antiga e Actual) e nas irreduzíveis tertúlias de reflexão sobre o fenómeno social e as contradições históricas do grupo informal de estudos marxistas.

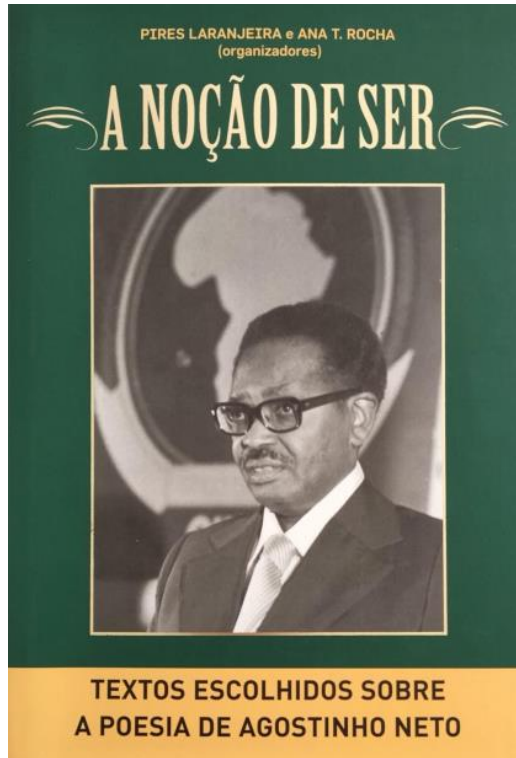
Essa, pois, a razão pela qual o conteúdo autêntico da sua tese sobre a Negritude de língua portuguesa derroga o espírito ideologicamente conservador que o “New Criticism” representou, quando este impugna as formas de crítica literária eivadas de historicismo ou de sociologismo, e recusa os *a priori* ideológicos, históricos e sociológicos. Na atitude crítica da “neocrítica” – em que, bem o sabemos, a forma verbal é autonómica –, um poema, repare-se, é *texto* e *textura*, à parte e excluídos quaisquer outros aspectos, e, em sentido inflexível, não tem exterior ao qual reenvia. Ora, Laranjeira, recusando a tentação redutora desta nova-velha espécie de aventura teórica, procurou estabelecer o seu modo de operar na oscilação permanente entre a poética de relação imediata ao real e uma outra de configuração mais desenraizável. É por isso que, lendo a sua tese, a instrumentalidade comunicativa do crítico se alicerça em milhares de referentes temporais, espaciais e sociais. Basta fazer as contas, como dizia o outro. Além disso, Laranjeira a despeito de distinguir uma Negritude *avant la lettre* ou aguerrida, como lhe chama, de uma Negritude instintiva, e estabelecidas as balizas de 1942 e 1956 (que, para os entendidos são lana-caprina), procura estabelecer um *corpus* da poesia negritudinista, entendendo o “*corpus* alargado” (que destituirá de importância) e o “*corpus* fundamental”, no qual se elegem Agostinho Neto, Noémia de Sousa e José Craveirinha, com – e aqui a renúncia de Laranjeira seria impossível – preponderância para o poeta angolano. Numa importantíssima nota de rodapé em que nem os mais distraídos poderiam deixar de tropeçar, Pires Laranjeira sintetiza:

É difícil conceber que um poeta consciente da sua Negritude (ainda que intuitiva), isto é, da sua condição de negro aculturado que se quer revoltar, se dedicasse à tarefa menor de poetar sobre pormenores ou buscar efeitos próprios de uma arte descompromissada com valores e funções ideológicos e doutrinários definidos como revolucionários, africanísticos, nacionalistas e independentistas.

É evidente que foi nos antípodas de certos críticos e estudiosos da tradição crítica da novi-retórica do “New Criticism”, como Ransom, e por cá David Mourão-Ferreira ou Aguiar e Silva, advogados do autotélico texto (*honnei soit qui mal y pense...*), privado da gestação e gerado por obra espontânea ou do Espírito Santo, que Laranjeira se posicionou, reabilitando a crítica marxista de pendor historicista e, diga-se, verdadeiramente *humanista*, pelo exercício de uma linguagem representativa e não desorbitada. Se alguma dúvida restasse, poderíamos aplacá-la na objectividade da inesperada e genial edição de *A Noção de Ser* (2014; com Ana T. Rocha), compilação de textos escolhidos sobre a recepção da poesia de Agostinho Neto, na qual se documenta o fascínio que ela continua a exercer sobre tantos leitores, incluindo Laranjeira. Recorde-se que esta edição, com o seu poder encanta-

tório, não surge anacrónica neste tempo: faz, sim, dele um tempo anacrónico e inconcebível, na sua indiferença pela profa(ni)zação das relações que os homens mantêm entre si e com o mundo e nas suas manifestações aleatórias e desvinculadas, ao sabor do mercado, da especulação, do sentido do lúdico e do vazio ético associado ao fim das ideologias deste “Middle World”: cá está ela, a modernidade do transitório, do fugidio, do contingente e do descomprometido.

Não é novo o combate de Laranjeira sob a bandeira da justiça social. Sabemos que não integrou, por muito pouco e provavelmente pelo horror a capelas, as fileiras do Partido Comunista Português, viveu e conheceu Angola entre 72 e 74, onde estimulou a crítica literária e fez jornalismo, e aonde regressou anos



mais tarde, alimentou a inclinação profunda pelo mundo multicultural e pelos meios militantes no Brasil, segunda pátria, e por uma série de países latino-americanos, que lhe acentuaram outras posições críticas. Nunca sucumbiu, que eu saiba, ao remorso tardio da condição burguesa.

Mas Pires Laranjeira vive dessa contradição – que ele e o próprio tempo alimentam –, a que não se furta como o faz o clássico “catedrático tranquilo”, antes está instalado nela, dá-lhe corpo e território para se expandir, questiona-se até à medula, apupa e ampara os seus pares, e ao mesmo tempo é visão polar e dialéctica onde fascinação e repugnância podem coabitar, quando toca a questionar o universo académico mais comezinho, e o outro ainda, por meio do debate, tudo isto sem a indigência do mais sedutor maniqueísmo.

Dizem que a realidade não se transforma por decreto, embora haja decretos que accionem bombardeamentos que podem determinar o resultado de guerras de grandes dimensões e, desse modo, determinar uma mudança fundamental de poder, portanto de sistema doutrinário, político e social. São os acidentes do tempo e do lugar. A História tem-nos ensinado como os grandes incidentes sociais são o resultado da revolta contra os privilégios de classe, facto que o neoliberalismo procura a todo o custo silenciar, através de uma série de dispositivos de controlo da opinião nos grandes meios de comunicação. Ao recordar os bancos da Faculdade e as aulas de Pires Laranjeira, e considerando que não é possível conhecer as razões de um autor sem se saber algo do seu percurso prévio, tenho em memória a multiplicidade de livros, textos, poemas, jornais, informações condicionadas ao impulso histórico-político e rendidas finalmente ao entusiasmo estético. Descontando aquilo que uma aula tem de ser, ali temperava-se o aço do conhecimento, considerando a linguagem literária e a linguagem crítica como instrumentos para expressar o pensamento e não para o esconder ou impedir. Dos escritores sabíamos que eram mais do que nomes e abstracções longínquas, mas gente a quem conhecíamos a verdadeira existência, o parentesco, certas particularidades de estilo, contingências do quotidiano, a situação económica, ditames morais e singularidades do seu tempo efémero. Os alunos conheceram parte da circulação sanguínea dos agentes que foram realmente o centro dos estudos de literaturas africanas. Estávamos nos anos 80 e, a dar-vos conta disto, está aqui quem tenha provado desse cálice.

Trinta anos depois, a História deu razão a Laranjeira, quando, pelas fortes contingências da academia, se percebeu que, apesar do declínio do estudo das cinco literaturas africanas de língua portuguesa, foram elas, entretanto, que

mantiveram cursos de mestrado evitando a sangria institucional da Universidade, concorrendo ainda para uma curiosa renovação camaleónica de alguns agentes de ensino, desesperadamente colados à tábua de salvação africana, pela qual compareceram à chamada da notoriedade, travestindo-se na vaga dos estudos pós-coloniais, e sustentaram ensaios, edições, departamentos e centros de estudo, além da cadeira de carvalho onde decididamente assentaram as nalgas, e o próprio emprego. *Nihil novi sub sole*. Pires Laranjeira assistiu a tudo isto nas barbas do bando.

Finalmente, uma última nota a respeito deste ponto: Portugal é um país classista como o são, não apenas os países em que o neoliberalismo se impõe de forma mais aberta, mas ainda estas democracias a que faltam fiscalização, escrutínio e pudor. E as instituições públicas como as universidades, mesmo que preservem ideais democráticos, fazem muito pouco para que os cidadãos que nelas circulam se sintam semelhantes entre si. Creio que Laranjeira percebeu isso, mal chegou a Coimbra, cidade em que os tiques da estratificação social sempre foram muito mais evidentes do que, por exemplo, no Porto. A esse assunto tentarei aludir mais adiante. Para já, aconselho a leitura do poema “Amor de classe”, duplamente editado em *As Figuras de Estilo e Outros Poemas* e *Amor e Consequência*, com um intervalo de 30 anos. Dele, uma curta transcrição:

O nosso amor não se compra a retalho
não se troca por descrédito
não se vende na sucata
nem se trespassa de classe
(...)
O nosso amor é de classe

No primeiro dos dois livros citados inclui-se uma exemplar homenagem a Otelo Saraiva de Carvalho. Foi em 1990 e os tempos eram outros, mas supponho que, numa futura compilação de toda a sua poesia, esse poema voltaria a entrar. O nosso Laranjeira é de classe.

3. Laranjeira como mito cultural

Quando fui convidado a apresentar uma comunicação sobre o poeta, artista plástico e professor José Luís Pires Laranjeira, provavelmente ninguém previu

que o poderia deixar a ele e a outros em maus lençóis. Afinal, também cansa andar às costas dos outros.

Quando pela primeira vez cheguei à Faculdade de Letras desta universidade, a crítica ontológica do “New Criticism”, o formalismo russo e as várias correntes do estruturalismo (Círculo de Praga, *Nouvelle Critique*, Estilística Estrutural, Círculo de Copenhaga) constituíam uma espécie de religião reverencial com um poder paternalista de que não suspeitava, mas que estabelecia dogmas inquestionáveis e se autoproclamava uma matriz metodológica infalível, para uma literatura aparentemente criada no interior de um enquadramento mental fixo – pelo menos, os professores de então levavam-nos a adular verbal e mentalmente a ortodoxia do momento.

Como digo, dávamos estas noções por garantidas, porque a questão para nós mais importante era, com efeito, tirar boas notas, manter uma boa média e completar um curso no menor tempo possível. Para nós, a literatura não contava, desde que fosse pensada antecipadamente pelos professores e pela crítica à literatura, na qual uma certa pose, alguns maneirismos e uma boa dose de palavreado gratuito, quase sempre anódino e muito asséptico, mantinham a aparência de que o edifício académico andava sobre rodas. Esta mistura de abstracção linguística, dicção pretensiosa e um catálogo de expressões prefabricadas dos dialectos académicos tinha grande poder evocativo e persuasivo entre nós, estudantes, mesmo que se tratasse de assuntos peçados de longas passagens quase totalmente sem significado. Não era raro ouvirmos, à época, frases do tipo “assalta-me o pressuposto de que teoreticamente é possível obter o resultado de um dado esquema mental”, em vez de se dizer somente “tive uma ideia”.

Foi com Pires Laranjeira que me apercebi de que os estudos literários e a teoria da literatura estavam entregues à trivialização da linguagem, ao solipsismo, ao hermetismo, isto é, à tendência da crítica de então para se afastar do concreto e se aproximar de mistificações e considerações abstractas e cultistas de detalhe, que quebravam os laços de diálogo que os textos sempre mantiveram com a História e, portanto, com o contexto e o intertexto. Tratava-se de uma linguagem académica em que as expressões usadas criavam mecanismos e frases por nós e que, sem dúvida, se prestavam a pensar por nós. Referindo-

-se à trivialidade da linguagem, o padre Herbert McCabe (*Law, Love and Language*, 1968) escreveu o seguinte:

Faz todo o sentido que a conversa de Hitler fosse tão aborrecida. O comportamento mau e mesquinho desvaloriza as estruturas do sentido humano, tal como a prosa barata desvaloriza a linguagem. Há uma aparência de comunicação que encobre a incapacidade de expressão, de auto-doação e de auto-realização. Se eu não me engano ao afirmar que a vida é constituída por comunicação, então esse comportamento reduz a vida ou reduz a minha existência.

George Steiner escreveu um livro (*Real Presences*) cujo subtítulo é “Haverá alguma coisa naquilo que nós dizemos?”. A outra pergunta que me faço é esta: *pode a literatura sobreviver em tal atmosfera?* Julgo que não. Foi isso que percebi com Pires Laranjeira, com quem travei uma longa amizade. Percebi, igualmente, que na Faculdade de Letras onde ingressara se podia detectar a classe social de alguém, mal essa pessoa começasse a falar. A língua, que não servia somente o pragmatismo da comunicação, era um meio de estabelecer a separação e afirmar a própria superioridade. O sotaque nortenho, por exemplo, suscitava enormes preconceitos, quando cotejado com a prosódia solene e emproada conimbricense, e as pronúncias brasileira, moçambicana, angolana ou guineense frequentemente desencadeavam uma determinada perda de confiança e muitas reservas.

A imagem de David Mestre, embriagado, a cair de borco, numa rua de Luanda, nunca mais se me apagou da memória. Então é isto que são os escritores? E queriam vedar-nos isso, por meio daquelas sombras projectadas nas paredes da caverna, onde vivemos agrilhoados durante o ensino médio e boa parte do superior.

Ao instituir aquela imagem do crítico se parecer com o marajá a caçar o tigre real do alto da torre confortável e segura de um elefante, Eduardo Lourenço talvez admitisse que o tigre, metáfora da obra literária, pudesse não ser outra coisa que a realidade. Contudo, Laranjeira foi sempre pioneiro em considerar que o único objectivo de uma metáfora é chamar uma imagem visual. Por isso, a sua metodologia trazia à colação os autores e as obras como se eles fossem da família e os pudéssemos tratar por tu. Ao invés dos professores que, cegos e mergulhados na sua filantropia telescópica (Dickens), não viam as

imagens mentais dos objectos que estavam a nomear (tinham um conhecimento que se dirigia a todos, mas não alcançava ninguém) e por isso se deixavam cair em mistificações delirantes e comunidades imaginadas sobre os poemas e os textos em geral, aquilo de que se tratava agora era de sentir o hálito do tigre, ouvir o seu rosnar contínuo, escutar o surdo som das suas patas almofadadas chegadas do poema. E não, não era o tigre de Blake nem tem que ver com a impossibilidade da linguagem sobrenatural ser reduzida a concepções racionais. Este é um tigre diferente, que nos interpela com a pata do real. Pode dizer-se que se trata de algo a meio entre o pessoano poema “O boneco de Neve” de Wallace Stevens e os campestres e domésticos versos de Louise Glück. Há um tigre vivo em todos eles.

De repente, o cânone da crítica literária assistia ao grande cisma onomástico dos seus paladinos e à queda da autoridade do Ocidente. As teorias literárias e toda a reflexão crítica de origem ocidental, de onde emanavam nomes como John Crowe Ransom, Robert Penn Warren, Allen Tate, Leo Spitzer, Wolfgang Kayser, Roman Ingarden, Viktor Chlovsky, Roman Jakobson, Tzvetan Todorov, Gaston Bachelard, Maurice Blanchot, Emmanuel Levinas e tantos outros, deram lugar a um novo imaginário colectivo da crítica, com nomes como Édouard Glissant, Léopold Senghor, Frantz Fanon, K. Anthony Appiah, W. E. B. Du Bois, Ralph Ellison, David Diop, Aimé Césaire, K. Homi Bhabha ou até Francis Mulhern e Benedict Anderson. Admirável mundo novo. Bem-vindos ao mundo dos estudos culturais, dos estudos pós-coloniais, dos estudos de género, dos estudos feministas, das teorias *queer*, das transculturalidades, das relações de raça, género, sexo e sexualidade na literatura, das teorias identitárias. Naturalmente, a sociocrítica reanimou, mas não chegou para as encomendas. Para muitos tratou-se somente de descentrar o olhar, rever a bibliografia e as coordenadas, aperfeiçoar a camuflagem, proceder a uma reconversão metodológica e fraseológica, e seguir na esteira dos novos críticos, mesmo que trapaceando e desenvolvendo carícias privadas para consumo e interesse próprios. Uma boa e escrupulosa bibliografia, como sabemos, é metade de um trabalho científico, além de que aumenta a incerteza que os outros têm sobre o nosso conhecimento e oculta parcialmente o significado do que pretendemos dizer, eliminando os elementos instáveis. Nenhuma verdadeira tese se escusa ao estilo imitativo e ao conformismo verbal, desde que tenhamos a caixa de aspirinas das citações sempre à mão: as expressões mais comuns

são “para usar uma frase sugestiva de...”, “Poderíamos usar as palavras que X usou para descrever...”, “seguindo o exemplo de...”, “blá, blá, blá, escreve Y”, “O que aqui digo, a partir de X e Y...”, “blá, blá, blá, explica Z”, “como o estuda K..., citando Y”, “Aliás, X já o reafirma em...”, “Como, de resto, ensina Z”, “E aqui socorro-me de K, quando afirma que...”, etc e um par de botas. Já ninguém se dá ao trabalho de pensar por si e usar a sua inteligência para escolher as palavras que podem operar sobre os assuntos em questão. Um ensaísta, que não é mais do que um papagaio a quem concederam uma curta cota cerebral, traz sempre a família de críticos e teóricos com ele, para diluir o próprio esforço e passar entre as pingas da chuva, entronizando o seu escrito. Citar é um exercício pedante e gratuito, muito semelhante a usar estrangeirismos e latinismos. Houve, é verdade, na citação, uma condição de humildade que com o tempo se perdeu: o teórico citado passou de *tributo a fulano* a trunfo arrogante. Esta foi, em boa parte, uma das melhores lições que Pires Laranjeira soube passar a gerações de alunos: a de que há qualquer coisa pessoal e intransmissível acima dos ombros de cada um de nós. Nisso foi inovador, muito antes de se poder suspeitar de que a crítica *humanista* supera a crítica *humanística*, mediante a ideia de que a Literatura *não é*, mas *vai sendo*.

Conta-se que numa tentativa apressada de se actualizar, o professor Y expressou a sua concordância nas considerações implícitas ao pensamento da teórica e crítica indiana, Gayatri Chakravorty Spivak, sem de determinado desconhecimento dar parte de fraco e que, chegado a casa, embebido numa espécie de torpor intelectual e urgência de esclarecimento, terá exclamado de si para si: mas afinal este Spivak não é um homem?

É fácil e oportuno adular a ortodoxia do momento. Laranjeira nunca o fez. Aliás, foi em boa parte por sua causa que confirmei aquilo que pretendia para a minha própria escrita: um modo de lutar contra a mentira. Não aquela que nos destinam clandestinamente, ocultando factos objectivos, mas a outra que se manifesta na ordem do dia e, contudo, permanece invisível de tão próxima e quotidiana: falo da mentira da pose, da demagogia, da aparência de honestidade intelectual, da manipulação da linguagem e, portanto, do pensamento, da irreprimível necessidade de nos justificarmos constantemente, da recusa da autocrítica, das boas intenções, dos eufemismos e da aparência de seriedade, da capa de bondade e da afectação, em suma, daquilo que a pragmática língua anglo-saxónica resume numa palavra composta – *bullshit*. Laranjeira ensinou-

-nos a vigiar o discurso, a espiar cada palavra. Foi um exercício de sincero combate à mistificação e ao fetichismo da literatura, da crítica e do ensino, a verdadeira praga dos nossos dias.

4. Que nada se sabe ou a vida verdadeira de Pires Laranjeira

Da vida verdadeira de José Luís Pires Laranjeira pouco sabemos. Quer dizer, aqueles que têm a ilusão de conhecê-lo, como é o meu caso, podem engolir uma dessas patranhas sem a intenção de enganar, mas isso é porque há neste autor uma mistura premeditada de factos e ilusões, emergindo como um autor enigmático, algo que, certamente, aprendeu em David Mestre, Luandino, António Quadros ou João-Maria Vilanova, mestres na clandestinidade, habituados a calcorrear na “margem do silêncio” e no artifício literário. Dado que não sabemos quem é Pires Laranjeira, como podemos falar dele? Vamos por partes.

É de crer que a sua escrita se funda, em maior ou menor grau, em três modalidades: a escrita íntima, a obra pública e a escrita críptica. Todas elas concorrem, de certa maneira, para criar uma auto-mitologia. Enquanto jovem, sabemos que, entre vários alimentos da imaginação, leu *O Estrangeiro*, que aliás haveria de reler muito mais tarde, e que gostava do herói descentrado, deslocado – de alguma forma, aquilo que ele mesmo foi em vida. O seu universo criativo misturou a oficina do jornalismo, integrando a Redação da RDP do Porto, altura em que acompanhou várias *voltas* a Portugal em Bicicleta, e os escritos de natureza popular, numa tentativa de consagrar o sociolecto norte-nho. Nessa altura surgiu, igualmente, a tentação das musas – aos 21 anos editou pela primeira vez um livro de poemas de temática amorosa. Quer dizer: o homem fascinado pela realidade, a ponto de a reproduzir numa linguagem factual, era também aquele que começava a debater-se com a dificuldade em se definir e em provocar e intelectualizar as suas emoções. Não lhe conhecemos actividade diarística, o que não quer dizer que não haja apontamentos, relatos íntimos escritos, notas soltas nas margens das folhas. Haveria que constituir uma cartografia do autor. Mas sustentou, como se sabe, extensa colaboração com jornais e revistas culturais. Data de 1976, após a aventura africana, o prefácio à sua *Antologia da Poesia Pré-Angolana*, edição que integra 5 poemas de Agostinho Neto e 9 do inventivo (e vieirense) João-Maria Vilanova e terá sido, porventura, o início de uma pulsão que se foi dispondo para o estudo

sistemático das literaturas africanas de língua portuguesa. Aos 18 anos participava já em exposições de desenho e pintura e durante a sua vida foi chamado às contingências da ficção humana, dos motivos passionais aos ideológicos e existenciais. Pontuou este longo período com intervenções cívicas, organização de encontros literários, comunicações, conferências e palestras várias que versaram temas de estudo e controvérsia pedagógica e política. Morreu, além disso, no dilaceramento das suas próprias contradições amorosas, assumindo-as vitalmente. Com o tempo, haveria de chegar à tentação de construir a sua personagem com as pistas que deixou pelo caminho, acerca de si mesmo e que nos cabe a nós dilucidar. Condenado, por distração ao reconhecimento tardio, fica a consciência imediata da sua *solidão ontológica* e do seu humanismo. Mas isso nem todos aceitam.

Com Laranjeira tem-se a sensação do que acontece a quem se encontra de automóvel num cruzamento, à espera que passe um veículo com prioridade: vê-se muito bem, mas não se percebe se está próximo e nos pode esmagar, ou se ainda vem à distância.

Que homem é este, afinal?

Investivado algumas vezes, de modo surdo, como alguém que se imiscuiu na tarefa que, antes dele, o pioneiro Manuel Ferreira perfilhara desde os anos 40, de disciplinar e sistematizar os estudos de Literaturas Africanas, Laranjeira soube contornar esses equívocos da produção reflexiva afrocêntrica, contribuindo decisivamente para o estabelecimento de um cânone literário ainda agora em reconfiguração – não esqueçamos que é tarefa de cada um dos países africanos constituir o seu próprio cânone. Fê-lo, não só a par de Ferreira, mas de Alfredo Margarido, que nos anos 50 e 60 produzira uma série de ensaios fundamentais sobre o assunto. Por motivos óbvios, convém não esquecer a ensaística de Fernando J. B. Martinho, Salvato Trigo e até Eugénio Lisboa, que, para aqui, não vem ao caso.

O espírito endiabrado e iconoclasta, e por isso mesmo estimável, de Pires Laranjeira granjeou-lhe, em 1984, a acusação de ingerência nos assuntos internos de outro Estado, no caso, a Espanha, aquando das “considerações sobre a problemática linguística e literária da Galiza”. Esse mesmo espírito bastaria para mostrar o grau de irredutibilidade em relação ao convencionalismo académico. No ano do meu mestrado, e depois de muito tempo de discussão e séria reflexão científica, Laranjeira ausentou-se para parte incerta do Brasil,

conferindo-nos, por algum tempo, a responsabilidade de vigiarmos cada palavra dos nossos textos. Na primeira década deste século, durante as frequências, o professor deambulava pela baixa de Coimbra e regressava à sala para recolher as provas feitas pelos alunos. Nem todos perceberam o grau de liberdade que tinham diante dele.

Durante este tempo, Pires Laranjeira transpôs, várias vezes, a barreira histórico-mítica, gerando fantasmas imortais que apenas a literatura pode produzir. Deles não posso falar abertamente. O que nós somos como realidade somo-lo também na ausência ou na mais ofuscante das presenças. Quem tiver interesse, saiba procurar Laranjeira nos seus outros *eus*, ficcionais, existenciais e literários; vasculhe um dos mais bem guardados segredos da literatura angolana que, entre si e Luandino, desencadeou uma forma de conquistar uma atenção completa e apaixonada pela heteronímia africana de língua portuguesa, esse “chão de víboras e equívocos”; tropece no “oitavado” das meditações *zen*; equivoque-se na poesia da *vã poesia* e nas estratégias da camuflagem poética.

Há, verdadeiramente, um equívoco por que Laranjeira passou durante parte da sua vida académica, relacionado com a autopreservação. A par da leccionação numa das mais reputadas universidades da Europa, ocupou um lugar considerável na crítica literária da Literatura Africana e é, suponho, a mais eminente referência nessa área em Portugal. Contudo, a sua personalidade livre sempre chocou com a aprovação institucional, e a sua linguagem directa, acostumada à autocrítica e sem vícios mentais, foi sempre mais honesta e significativa do que aquela pronunciada de forma pedante, empolada e petulante, como certos círculos académicos reclamavam, para se darem relevância. O equívoco, ou paradoxo, se lhe quiserem chamar, foi o de Pires Laranjeira ter-se obrigado a falar com aquela complexidade convencional pejada de automatismos e lugares-comuns sonantes, que podia descartar quando quisesse, tendo em si mesmo um dialecto prático, a *palo seco*, que é o “cante sem mais nada, esse cante despido” de *Um Americano em Paris*, pertencente a um “entre-lugar”. “A, lá binhó Tóne. Trazia bola bremeilha, como na trebisão...”. Alguém que muito admiro e escreve de forma maravilhosa conta que, na casa de banho de um bar de Oxford viu, uma vez, um grafiti, escrito em letras muito pequeninas, num canto do tecto, que dizia “Se olhaste para aqui, deves andar em busca de alguma coisa”. Pires Laranjeira, creio, nunca teve uma vida gratuita e foi ele também acossado por essa busca incessante e um olhar indagador

sobre as razões do ataque ao conceito de verdade objectiva, no sentido pragmático da História, para não falar sobre o seu interesse quanto à origem da servidão e da exploração humana, a partir das quais se questiona então sobre o destino do homem, a sua natureza e as razões da sua existência. Procurou (e procura) a luz, ainda que nas trevas de uma expressão ideológica a contraciclo.

Penso em Laranjeira e penso no amigo: um amigo é alguém capaz de morrer por nós, bem o sabemos; mas é-se amigo maior se nunca lhe pedirmos tal coisa. Há, nisto da amizade, uma conta corrente sempre saldada. Estou certo de que não preciso de dizer mais nada. De resto, nem o diria.

Bibliografia

- Laranjeira, Pires (1985). *Literatura Calibanesca*. Porto: Afrontamento.
- (1990). *As Figuras de Estilo e Outras Figuras*. Pontevedra / Braga: Cadernos do Povo.
- (1992). *De Letra em Riste*. Porto: Afrontamento.
- (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Univ. Aberta.
- (1995). *Negritude Africana de Língua Portuguesa*. Porto: Afrontamento.
- (2000). *Negritude Africana de Língua Portuguesa*. Braga: Angelus Novus.
- (2001). *Ensaaios Afro-Literários*. Lisboa: Novo Imbondeiro.
- (2003). *Akenat, Suffit Kitab, Máximas Mínimas e outros textos – um caminho para alguns*. São Paulo: Landy.
- (2005). *Akenat, Suffit Kitab, Máximas Mínimas – um caminho para alguns*. Lisboa: Imbondeiro de Bolso.
- (2005). *20 anos de arte negra*. “Jornal de Londrina” (19 Nov.).
- (2005). *O vasto universo de Suffit Kitab Akenat*. “Jornal de Londrina” (26 Nov.).
- (2005). *Doutor em África*. “Jornal de Londrina” (27 Nov.).
- (2005). *Vã Poesia*. Londrina.
- (2011). *Estudos Portugueses e Lusófonos: o valor matricial no país e estratégico no mundo (reflexões sobre a crise)*. “Revista de Estudos Literários”. 1. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.
- (2013). *O Vento Que Passa*. Braga: Papéis de Fumar.
- (2015). *Pós-colonialismo e pós-modernismo em contexto pré-moderno e moderno*. “Revista de Estudos Literários”. 5. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, pp. 17-47.

- (2015). *A Derradeira Entrevista de Manuel Ferreira (a Lopito Feijó)*. “Revista de Estudos Literários”. 5. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, pp. 577-601.
- (2020). *Amor e Consequência*. Amares: Crescente Branco.
- (2020). *Erótica Mínima*. Amares: Crescente Branco.
- LARANJEIRA, Pires; ROCHA, Ana T., org. (2014). *A Noção de Ser: Textos Escolhidos sobre a Poesia de Agostinho Neto*. Luanda: Fundação Agostinho Neto.

**LITERATURAS AFRICANAS
DE EXPRESSÃO PORTUGUESA:
MANUAL E EXERCÍCIO DE HISTÓRIA LITERÁRIA**

Literaturas africanas de expressão portuguesa:
textbook and exercise of literary history

Ana T. Rocha

Centro de Literatura Portuguesa da U. de Coimbra

Resumo: Nesta exposição é nossa pretensão identificar e analisar os aspetos que conferem ao manual da Universidade Aberta de 1995, intitulado *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, de Pires Laranjeira, Inocência Mata e Elsa Rodrigues dos Santos, características de um trabalho de história literária das cinco literaturas africanas de língua portuguesa. Para tal, iremos compreender o manual no seu contexto e função, determinantes para o resultado final, isto é, servir de manual para uma disciplina do ensino superior. Serão apontados os pontos em que este objetivo do livro colide com os posicionamentos de Pires Laranjeira e os pontos que coincidem com as suas preferências.

Palavras-chave: Pires Laranjeira, História da Literatura, Literatura Africana de Língua Portuguesa, ensino

Abstract: In this paper we intend to identify and analyze the aspects that confer to the manual entitled *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, published by Universidade Aberta in 1995 and written by Pires Laranjeira, Inocência Mata and Elsa Rodrigues dos Santos, the characteristics it has that are similar to an exercise of history of literature of the five African literatures in Portuguese. To do so, we will take in consideration this book's context and its main function, which is to serve as a manual for a college subject, because it is a decisive point that determine the final result. We will point out the aspects of this book's function that collide with Pires Laranjeira's positions and the ones that coincide with his preferences.

Keywords: Pires Laranjeira, History of Literature, African Literature in Portuguese, teaching

Em 1995, a Universidade Aberta deu à estampa aquele que viria a tornar-se num dos livros mais lidos, citados e procurados da autoria de Pires Laranjeira: o manual intitulado *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Para quem conhece o autor, seus pensamentos e posicionamentos, certamente não os revê neste título, que, na realidade, dava nome a uma disciplina, tendo, por isso, Pires Laranjeira sentido a necessidade de se distanciar dessa escolha, desde o início, no próprio livro: “preferimos a designação global de Literaturas africanas de língua portuguesa, embora a designação da disciplina e do manual seja «Literaturas africanas de expressão portuguesa»” (LARANJEIRA, 2005: 18). Designação essa que foi utilizada inclusive por autores e críticos africanos, como Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro, por exemplo, no caderno *Poesia negra de expressão portuguesa* (1953).

Esta chamada de atenção por parte de Pires Laranjeira é importante, pois o carácter do livro e seus objetivos condicionaram toda a estrutura do trabalho, bem como as escolhas levadas a cabo pelo autor no que concerne à organização e, sobretudo, à seleção de autores, autoras e obras. Assim sendo, este alerta no “Prólogo” serve a Pires Laranjeira de justificação para um distanciamento face a posicionamentos que preferem o título “expressão portuguesa” (que, à data, era mais corrente¹) e para advertir que este manual é mais representativo do ensino da disciplina, tal como ela à época ia acontecendo nas universidades em Portugal, do que das escolhas particulares do autor e das duas coautoras, Inocência Mata e Elsa Rodrigues dos Santos. A primeira é responsável pelas partes V e VI, relativas a São Tomé e Príncipe e à Guiné-Bissau, e a segunda redigiu o capítulo 15, intitulado “O movimento da *Claridade*, Jorge Barbosa e Manuel Lopes”.

Composto por sete partes que ocupam um total de 29 capítulos bastante subdivididos, o manual tem “a função de conter toda a informação considerada necessária e fundamental para alunos da Universidade Aberta, em qualquer local do país, hipoteticamente desprovido de apoio bibliográfico, poderem adquirir os conhecimentos imprescindíveis nesta matéria” (idem; *ibidem*: 16). Assim é apresentado o objeto; porém, apesar da aplicação de designações e

¹ Hoje em dia, esta designação não é mais usada; no entanto, algumas universidades tardam a proceder à alteração, como é o caso da Universidade de Aveiro que ainda mantém o nome da unidade curricular *Literaturas africanas de expressão portuguesa*.

adjetivos como “necessária”, “fundamental” ou “imprescindíveis”, o autor deixa um aviso importante que pretende, desde o começo, conduzir o aluno e a aluna no sentido de procederem a um trabalho de desconstrução de generalizações que são, geralmente, gerais e gerais:

Como facilmente se compreende, não se pode reduzir, mesmo um Manual com estas características, à expressão mais simples, esvaziando os grandes momentos, autores e textos de toda a panóplia que os fundamenta, faz aparecer, explica e torna sedutores. É natural, portanto, que o conteúdo do Manual extravase os estritos limites da necessidade dos alunos. É imprescindível ler os Textos Complementares. (idem; *ibidem*).

Nesta ressalva, Pires Laranjeira transpõe para o manual da Universidade Aberta o método que, na realidade, praticou na Universidade de Coimbra e que sempre explicou e defendeu, não só por acreditar nas suas vantagens, mas também para apelar ao reconhecimento do trabalho reforçado que implica, para docentes, estudantes, investigadores e investigadoras, esta área disciplinar, que, diferentemente do que aponta a designação do manual, corresponde ao estudo de cinco “sistemas literários autónomos e independentes” (idem, 2015: 11). Estudo esse que ramifica a investigação a partir de um centro de partida (igualmente um ponto de chegada) e que é o estudo literário, que vai abraçando outras áreas, tal como frisou Laranjeira na *Revista de Estudos Literários*, do Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de 2015:

Críticos e teóricos desses países e de outros pesquisam as pertenças literárias e os cânones, as identidades culturais e literárias, as endogenias, as correntes, os temas, os estilos, os imaginários, as transfronteiras, as continentalidades ou a mundialização das literaturas. Aplicam a retórica, o estruturalismo, a teoria pós-colonial, a filologia, a sociocrítica, a sociologia da literatura, a ideocrítica, a teoria da subalternidade, o formalismo russo, a história da literatura, a teoria da literatura, a linguística, a análise do discurso, a semiótica, a psicanálise, o feminismo. Nada do que é humano e, portanto, artístico, crítico, linguístico, literário, estético, escapa à lupa dos que se dedicam a essas literaturas. (idem; *ibidem*).

Nessa dedicação, a liberdade individual na escolha dos percursos é privilegiada. A alguns destes caminhos estão associados certos nomes importantes

desta área de estudos que Pires Laranjeira identificou do seguinte modo, numa comunicação intitulada “Os estudos literários africanos em Portugal: configurações de uma disciplina”²:

podem descrever-se como abrangendo, pelo menos, dez modalidades, cujos principais representantes são aqui referidos devido aos textos analíticos e críticos, actividade profissional e suas repercussões: historicismo (...) sócio-marxismo / estruturalismo genético (por Alfredo Margarido) (...) estruturalismo (por Ana Mafalda Leite, Ana Maria Martinho e Fernanda Cavacas) (...) semiologia de matriz saussuriana (por Salvato Trigo e Alberto Carvalho) (...) etno-culturalismo (por José Carlos Venâncio) (...) crioulisto (por Francisco Soares e Mário António Fernandes de Oliveira) (...) sociocrítica (por Pires Laranjeira) (...) afrocentrismo (por Inocência Mata) (...) comparatismo (por Lola Galdes Xavier) (...) pós-colonialismo (por Maria-Benedita Basto e Maria Fernanda Afonso). (idem, 2017: 7).

Aqui, Pires Laranjeira referia-se apenas ao contexto português, mas se o exercício for aplicado ao contexto de língua portuguesa, poder-se-á acrescentar uma modalidade e um rosto valorosos: a filosofia da literatura e Luís Kandjimbo, ou, para evitar possíveis equívocos devido à ambiguidade da designação, a “filosofia africana na literatura” ou a “filosofia africana e a literatura”. Esta modalidade consiste, como explicou Kandjimbo no episódio do podcast *Filosofia Pop* intitulado “Filosofia da literatura africana”³, em contrabalançar o modo como era compreendido o pensamento humano pelas gerações nacionalistas, que, por influência do marxismo e materialismo dialético, privilegiavam um “nós” face a um “eu”, coletivizando as ideias e as inquietações. Tal como o filósofo senegalês Souleymane Bachir Diagne, que pretende atribuir um rosto ao conceito de *Ubuntu*, no caso, o rosto de Nelson Mandela, também Luís Kandjimbo tem a intenção de compreender a filosofia angolana através de um método que individualiza o pensamento. Esse método tem, segundo o crítico e filósofo angolano, um dos seus objetos materiais na literatura, que

acaba por se traduzir como um instrumento privilegiado para trazer essa dimensão do indivíduo e como ele pode problematizar, trazer à luz do dia, questões que um discurso mais demonstrativo, institucionalmente mais legiti-

² Inédito cedido pelo autor.

³ Disponível em <<https://filosofiapop.com.br/podcast/110-filosofia-da-literatura-africana-luis-kandjimbo/>>.

mado permite (...) A literatura de facto é um meio importante para problematizar questões existenciais dos africanos e curiosamente vai surgindo cada vez mais em África o tipo de discurso filosófico preocupado com a literatura. (KANDJIMBO, 2020).

Um tipo de discurso que urge, segundo Kandjimbo, uma “metalinguagem que ajuda a aprofundar os problemas que a literatura levanta” (idem; *ibidem*).

A chegada a este desejo de individualizar e de problematizar, multiplicando os meios e métodos, é consequente do seguimento dos trabalhos que, lá no início, foram concretizados pelos pioneiros, como a *Antologia dos novos poetas de Angola*, publicada em Luanda em 1950, entre vários exemplos marcantes, associados a nomes incontornáveis: Mário Pinto de Andrade, Francisco José Tenreiro, M. António, Costa Andrade, Carlos Ervedosa, Manuel Ferreira, Alfredo Margarido, José Carlos Venâncio, entre outros. O estudo das literaturas e a história da literatura estava já presente nas preocupações dos movimentos independentistas. Comprovam-no os discursos do líder do MPLA, Agostinho Neto, primeiro presidente e um dos fundadores da União dos Escritores Angolanos:

a literatura em Angola, e podemos estender um pouco mais dizendo a arte em Angola, esteve sempre ao serviço da Revolução (...) nós temos sempre dito que a luta pela libertação nacional não pode desligar-se da luta pela imposição, pelo reconhecimento duma cultura peculiar do nosso povo; o nosso povo tem a sua maneira de ser, tem a sua idiossincrasia, e ela é revelada em muitos factos, em muitos momentos, em muitas manifestações de arte. (NETO, 1980: 16).

Comprova-o também, por exemplo, *Papéis da prisão*, de José Luandino Vieira, que das cadeias de Luanda e do campo do Tarrafal passava clandestinamente para o exterior textos, traduções e recolhas orais que pudessem ser úteis ao “Papo”: “Vou escrever ao Papo para lhe mandar as canções recolhidas: talvez ele possa aproveitá-las para alguma coisa. Quietos não dão filhos” (VIEIRA, 2015: 433). “Papo” era Costa Andrade, assim apelidado, segundo Luandino⁴, por gostar de falar bastante e bastante de falar. Costa Andrade e Carlos Ervedosa eram importantes agitadores culturais e literários na altura. Ervedosa foi Presidente da Direção e da Assembleia Geral da Casa dos Estudantes

⁴ Informação cedida por Luandino Vieira em encontro com o escritor.

do Império e diretor da sua Secção Cultural e Editorial, a partir de 1958, e do famoso boletim *Mensagem*. Dirigiu, igualmente, a página “Artes e letras”, do jornal *A província de Angola* (1969-1975) e criou e dirigiu, com Costa Andrade, a célebre *Coleção Autores Ultramarinos*.

A preocupação dessa geração com as histórias literárias dos cinco resultou na publicação de diversos nomes destas literaturas, num gesto que foi, como afirmou Laranjeira, “decisivo para encorpar as literaturas africanas” (LARANJEIRA, 1996: XXX).

Estes primeiros trabalhos direcionados para a recolha, fixação, antologia, “encorpação”, incorporação, disciplinarização, periodização e História da Literatura conheceram rotas e perspetivas diferentes rumo à “descanibalização”, vendo mover-se nelas, de distinto modo, os momentos literários e certos autores e autoras. As diferenças estão sobretudo nas obras consideradas como pioneiras, naquelas ainda consideradas como coloniais, na diferença de apreciação e pensamento em relação à literatura colonial e, enfim, na perspetiva sobre a identidade cultural e nacional da literatura que distingue, claramente, um M. António da criouliidade de um Mário Pinto de Andrade da Angolanidade. Essa diversidade e “heterogeneidade das posições e percursos no âmbito dos movimentos cívicos e culturais” convivia na CEI, teto do boletim com o mesmo título do homenageado neste colóquio, como frisou o próprio Pires Laranjeira na “Introdução” ao primeiro volume da reunião dos boletins em livro: “não afinavam pelo mesmo diapasão ideológico” (LARANJEIRA, 1996: XIV; XX).

Pires Laranjeira é igualmente um rosto incontornável deste percurso da disciplinarização e periodização. Seguindo o seu mestre Manuel Ferreira, cuja influência e admiração é assumida e reconhecida, (nomeadamente por aquele que foi o seu orientador de doutoramento, na “Nota prévia” da já citada Revista do CLP, Carlos Reis [REIS, 2015: 8]), Pires começou a lecionar num tempo em que muito ainda estava por fazer no que à disciplina dizia respeito, ou não tivesse sido ele o primeiro professor de literaturas africanas na Universidade de Coimbra. Esse trabalho de docência implicou, evidentemente, uma seleção de obras a lecionar e nessa escolha fica patente a reflexão do Professor acerca do cânone, da periodização e das histórias literárias dos cinco. São os resultados dessa reflexão e prática profissional que vemos espelhados no manual.

Pese embora as constrações supramencionadas, o manual reflete a linha de pensamento de Pires Laranjeira nesta escolha que, como afirmou Manuel Ferreira, é “de toda a certeza, um dos pontos de mais difícil solução. E de mais dilatado melindre” (FERREIRA, 1988: 22).

A “solução” de Pires Laranjeira afasta-o da crioulidade de M. António e de Agualusa, mas também do endogenismo de Luís Kandjimbo, pois se Pires incluiu, no manual, o *Yaka* de Pepetela, o crítico angolano, por sua vez, considera-o um livro da literatura colonial, como frisou já em vários encontros e eventos literários. Mas as escolhas de Laranjeira também o afastam, por exemplo, de Salvato Trigo, que valoriza, a vários níveis, nomeadamente estéticos, a literatura colonial⁵, ou o historiador angolano Alberto Oliveira Pinto, que teria, talvez, incluído um romance consensualmente considerado colonial por lhe reconhecer importância e utilidade de fonte. As opções do Professor afastam-no ainda de José Carlos Venâncio que, mais Harold-Bloomiano, assume não encarar o cânone como “norma sustentada num conjunto de livros de estudo obrigatório” (VENÂNCIO, 2005: 15), o que vai de encontro ao trabalho de seleção feito propositadamente para a elaboração de um manual. É Manuel Ferreira, sem dúvida, o mestre de Pires, mas os critérios de seleção estabelecidos são expostos pelo próprio Professor no manual:

Para chegar à seleção de obras, tiveram-se em conta os seguintes princípios analíticos:

- uma visão política da literatura pelos próprios africanos (a começar pelo pioneiro Mário de Andrade);
- uma visão patrimonial (mais estetizante em Eugénio Lisboa, por exemplo, e mais ética e biografista em Manuel Ferreira, ficando um Russel Hamilton, mais selectivo, no meio termo, entre este último e Mário de Andrade e Alfredo Margarido, bastante restritivos);
- uma visão internacional, comparativa, mais relativista (não empondo demasiado fenómenos nacionais ou locais, mas também não esquecendo o contexto e a história interna das literaturas emergentes). (LARANJEIRA, 1995: 18).

Assim, as obras escolhidas foram a *Sagrada esperança*, de Agostinho Neto, *Luuanda*, de Luandino Vieira, *Yaka*, de Pepetela, *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, *Pão & fonema*, de Corsino Fortes, *Xigubo* e *Karingana ua Karingana*,

⁵ Cf. Kandjimbo, 2015: 59.

de José Craveirinha e *Vozes anoitecidas*, de Mia Couto. Pires aconselha ainda a pesquisa das importantes antologias *No reino de Caliban* (3 volumes) e *50 poetas africanos*, organizadas por Manuel Ferreira e a *Antologia temática* (dois volumes), de Mário Pinto de Andrade.

O tempo e espaço que Pires Laranjeira dedica no manual a certos livros e autores são reveladores do quão significativos esses livros são para o autor nos panoramas literários dos seus respectivos países, como é o caso de Agostinho Neto, cujo valor poético Pires sempre defendeu. Mas as suas escolhas foram igualmente determinadas pela importância do alvo, ou seja, os alunos e as alunas, suas iniciações a esta área de estudos e suas possibilidades de acesso a determinadas informações, quer sobre a literatura, quer sobre a história dos cinco países.

O que é certo é que ao elaborar este manual, Pires acabou por construir um livro tão útil para estudantes quanto para professores. *Literaturas africanas de expressão portuguesa* constitui um perfeito apoio para a programação das unidades curriculares graças ao trabalho de periodização e de seleção que apresenta, mas que também, devido à sintetização dos conteúdos e à sua análise, conduzem o aluno e a aluna na assimilação (que tem de ser rápida) de um panorama tão vasto e diverso como é o deste campo. O “guia” que Pires estabelece por tópicos e objetivos, com suas alíneas e sínteses, é de uma utilidade inegável para quem leciona as disciplinas relativas às literaturas e culturas africanas de língua portuguesa, tendo transformado mesmo o manual numa espécie de livro de apoio, num manual introdutório, num início que nunca se deixa e a que se retorna sempre por ser uma base.

É, além do conteúdo exposto, também nessa utilidade, comprovada pelo número de referências e citações, que vemos no manual de Pires Laranjeira, Inocência Mata e Elsa Rodrigues dos Santos um contributo para a reflexão da história das literaturas dos cinco. Uma reflexão que acontece dentro e fora das fronteiras desses cinco países e que só é possível por ser baseada na horizontalidade dos diálogos entre intelectuais que se dedicam a estas literaturas, conduzidos pela ética, consciência e rigor que compreende e defende que só é canónico e só vigorará nas histórias das literaturas dos cinco o que as histórias dos cinco, a partir dos cinco, determinarão.

Bibliografia

- ANDRADE, Mário Pinto de e TENREIRO, Francisco José, org. (2012). *Poesia negra de expressão portuguesa (ed. Fac-similada)*. Vila Nova de Cerveira / Luanda: NOSSOMOS.
- FERREIRA, Manuel (1986). *Literaturas africanas de expressão portuguesa: I: Introdução geral, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Cultura.
- org. e introd. (1988). *No reino de Caliban I*. Lisboa: Plátano.
- KANDJIMBO, Luís (2015). *A disciplinarização da literatura angolana*. “Revista de Estudos Literários: Literaturas africanas de língua portuguesa”. 5. Coimbra.
- (2020). *Filosofia da literatura africana – Podcast Filosofia Pop 1*. Disponível em <<https://filosofiapop.com.br/podcast/110-filosofia-da-literatura-africana-luis-kandjimbo/>>.
- LARANJEIRA, Pires (1995). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade aberta.
- (1996). *Introdução*. In FERREIRA, Manuel, org. *Mensagem: boletim da Casa dos Estudantes do Império*, vol. I. Linda-a-Velha: ALAC-África, Literatura, Arte e Cultura.
- org. e Introd. (2015). *Revista de Estudos Literários: Literaturas africanas de língua portuguesa*. 5. Coimbra.
- (2017). *Os estudos literários africanos em Portugal: configurações de uma disciplina*. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/341137558_OS_ESTUDOS_LITERARIOS_AFRICANOS_EM_PORTUGAL_CONFIGURACOES_DE_UMA_DISCIPLINA>.
- NETO, Agostinho (1980). *Ainda o meu sonho. Discursos sobre a cultura nacional*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- REIS, Carlos (2015). *Nota prévia*. In LARANJEIRA, Pires, coord. *Revista de Estudos Literários: Literaturas africanas de língua portuguesa*. 5. Coimbra.
- VENÂNCIO, José Carlos (1987). *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana*. Lisboa: Ulmeiro.
- VIEIRA, José Luandino (2015). *Papéis da prisão. Apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)*. Alfragide: Caminho.

ALCANCE PEDAGÓGICO DAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Pedagogical scope of African literatures in Portuguese

Catarina Isabel Silva Rodrigues

Professora do ensino básico e secundário

Resumo: Ensinar literatura, no século XXI, é um desafio constante para o professor de Português e obriga-o a uma reflexão profunda sobre as suas práticas pedagógicas. A transmissão de saberes literários é um processo de aprendizagem específico que não se realiza de forma linear, que transcende a sua área de atuação e entra em diálogo com outras áreas do saber. Ora, numa época dominada pela mundialização dos conhecimentos e pelos “valores” do lucro e da rentabilidade imediatos (critérios utilitários a curto prazo), a sociedade tende a desacreditar a cultura literária e o ensino da literatura e a menosprezar as potencialidades da leitura literária, criando um ambiente propício à crise das Humanidades.

As potencialidades formativas do ensino da literatura, em geral, e das literaturas africanas de língua portuguesa, em particular, são inúmeras e situam-se em vários planos, tanto no plano linguístico, como cultural e estético. É por isso necessário revalorizar e requalificar o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa.

Palavras-chave: Literaturas africanas de língua portuguesa, ensino, leitura literária, Interculturalidade

Abstract: Teaching Literature in the 21st century is a constant challenge for the Teacher of Portuguese, and it forces him to reflect deeply on his teaching practices. The transmission of literary knowledge is a specific learning process which does not take place in a linear way. In fact, it transcends its area of activity and enters into dialogue with other areas of knowledge. Now, in an era dominated by the globalization of knowledge and by the “Values” of immediate profit and profitability (short-term utilitarian criteria), society tends to discredit literary culture and the teaching of literature and underestimates the potential of literary reading, creating an environment conducive to the crisis of the humanities.

The educational potential of the teaching of literature in general, and of Portuguese Speaking African Literature in particular, is numerous and lies at several levels: linguistic, cultural, and aesthetic. It is therefore required to re-evaluate and requalify the teaching of Portuguese Speaking African Literature.

KEY WORDS: Portuguese Speaking African Literature, education, literary reading, interculturality

Quero, antes de mais, saudar todos os presentes e agradecer à organização deste colóquio, e mais especificamente ao Professor Francisco Topa, o convite que me foi dirigido, para participar nesta homenagem. Transmitir e veicular a mensagem do Professor Pires Laranjeira é, para mim, uma honra, pois tenho a perfeita consciência de que os seus ensinamentos me enriqueceram tanto a nível profissional como a nível pessoal e me permitiram encarar a prática pedagógica de uma forma diferente, talvez mais desafiadora e irreverente até. Não foi o despertar de uma consciência que já existia, mas antes o impulso que faltava para desbravar um terreno ainda por conhecer, o das literaturas africanas de língua portuguesa. Foi, sem dúvida, o maravilhamento na descoberta dessas literaturas e da sua riqueza que me guiou e que tento diariamente partilhar na minha prática docente, no ensino secundário. O deslumbramento é, de facto o elemento-chave, pois as emoções são fundamentais na aprendizagem.

O trabalho de mestrado que desenvolvi, orientado pelo Professor Pires Laranjeira, sobre o poema “A renúncia impossível” de Agostinho Neto, representou o ponto de partida para esta caminhada heurística, assim como um marco na minha atividade docente.

Venho, portanto, aqui, hoje, partilhar uma reflexão sobre a minha experiência enquanto professora de Português e sobre o alcance pedagógico das literaturas africanas de língua portuguesa, e, mais especificamente o alcance pedagógico do poema “A renúncia impossível”.

Hoje mais do que nunca, a Educação e a Formação assentam em questões relacionadas com a interculturalidade, a igualdade, a identidade e a participação na vida democrática. De facto, a escola, enquanto ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, deve adotar processos educativos que levem os alunos a adquirir múltiplas literacias, de modo a prepará-los enquanto cidadãos/ãs para uma sociedade do futuro cada vez mais exigente, em tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas.

Numa era dominada pelo utilitarismo compulsivo e pelos critérios de benefício e lucros imediatos, importa refletir sobre a utilidade de muitas atividades humanas. A área da Educação não está imune a essa voragem e as práticas pedagógicas sofrem as consequências da necessidade premente de explicitar aos alunos os objetivos a atingir e as competências a desenvolver. Será este o caminho a privilegiar para uma escola que pretende formar cidadãos autónomos e livres?

A literatura, enquanto fenómeno cultural realizado pelo ser humano, surge como resposta a uma necessidade imediata, como a busca de um espaço de distanciamento da realidade, permitindo o desenvolvimento de competências cognitivas como a criatividade e a imaginação. A literatura é um fenómeno subversivo que nasce da inquietude humana. Como tal, o que perturba muito a compreensão do fenómeno literário é o facto de não haver visibilidade dessa utilidade, ou seja, a vertente pragmática.

Centrando a atenção especificamente na atividade da leitura, entenda-se leitura literária como prática pedagógica que encerra inúmeras potencialidades, parece-me importante identificar essas potencialidades e compreender o modo como podem ser úteis para o leitor e para a sociedade na qual o mesmo se insere.

Ler textos literários tem que contribuir de forma significativa para a educação e a formação de cidadãos esclarecidos e informados. E esses contributos devem servir os interesses educativos, culturais e políticos de uma sociedade. É na área da Educação que a utilidade da leitura literária tem um espaço significativo e se apresenta como instrumento privilegiado para a construção da identidade e da memória cultural de um país.

A Área do Português no ensino secundário tem passado, nas últimas décadas, por várias reformas. De facto, a escolha do discurso pedagógico, a delimitação do *corpus* de conteúdos, a definição do currículo, do programa escolar e a seleção de manuais escolares constituem uma série de condicionalismos que se afastam dos desígnios principais da Área do Português.

Na sua atividade docente, o professor de Português vê-se, frequentemente, confrontado com uma série de condicionalismos que limitam a sua prática pedagógica. Com efeito, a quantidade de legislação referente a reformas curriculares e a programas produzida num espaço de tempo relativamente reduzido, origina, com frequência, um efeito contrário ao pretendido, e, em vez de ser esclarecedor, acaba por complexificar o sistema e deixar pouca margem aos agentes do ensino para assimilar as mudanças. É certo que o “discurso pedagógico” produzido pela instituição legislativa tem uma função reguladora e reconhece uma autonomia “relativa” ao professor. No entanto, por um lado, os programas de Português, de um modo geral, são demasiado ambiciosos e muitas vezes ambíguos e, por outro lado, a diversidade de manuais escolares, com inúmeras atividades pedagógicas e uma profusão de materiais complementares

que os acompanham, dificulta a relação entre os textos e os leitores. Constatase, portanto, que o “discurso pedagógico” exprime uma visão seletiva do conhecimento e da cultura, uma vez que os programas escolares induzem determinadas formas de organização de trabalho pedagógico e delimitam certo *corpus* de conteúdo e de textos. É necessário, por vezes, questionar as opções de natureza política que incidem num conjunto de orientações pedagógicas, assim como o poder regulador das editoras no universo educativo. Ao adotar um manual que reúne um conjunto de orientações e princípios estruturantes de práticas pedagógicas, com conteúdos, atividades e até mesmo instrumentos de avaliação, o professor acaba por assistir à subversão do seu papel enquanto agente de ensino.

O professor passa assim a ser visto como um mero intermediário. Ora, a prática de leitura de um texto literário e, por conseguinte, de análise textual apesar de obedecer a fundamentos teóricos reconhecidos por uma comunidade com uma metalinguagem específica, não é um exercício com um modelo pré-definido que se possa aplicar a qualquer texto de forma indiferenciada. O professor é, e sempre será, o elemento essencial no processo de leitura literária, porque a atividade docente consiste “em ajudar a aprender a ler, sendo o aprendido tarefa de cada um, na continuidade de experiências e tentativas pessoais” (COELHO, 1976: 66).

É imprescindível “mergulhar” de imediato no texto e lê-lo em voz alta. Colocar o aluno diretamente perante um texto, com o objetivo de o seduzir, é um desafio ambicioso e, em simultâneo, estimulante.

Como tal, o docente deve sair do comodismo e do conformismo em que, muitas vezes, se encontra – e tem que encontrar um equilíbrio, para que, na sala de aula, com um conjunto de estratégias e práticas pedagógicas, os alunos ultrapassem o problema do “estranhamento da literatura”, por forma a dotá-los da capacidade de enfrentar um mundo diferente e inculcar-lhes o gosto pela leitura literária.

Ensinar Literatura hoje não se coaduna com desalento e passividade. O professor de Português não se deve limitar a sugerir estratégias inovadoras. Deve sim passar da teoria à prática, estabelecendo um elo de ligação efetivo e uma articulação evidente entre a investigação e o ensino na área da Literatura. Neste ponto, a formação e a motivação dos agentes do ensino são fundamentais.

A leitura de textos literários leva o leitor à reflexão e permite-lhe questionar-se, relacionar conhecimentos e conceitos, o que contribui para o seu desenvolvimento cognitivo e, portanto, pessoal.

A prática da leitura encerra em si processos cognitivos complexos que devem ser conhecidos e dominados pelo leitor por forma a dotá-lo de instrumentos que lhe permitam apreender o texto literário e todas as suas potencialidades, sejam elas formativas, sociais ou individuais. É consensual, e mesmo que seja de um ponto de vista meramente estético e de arte pela arte, que o texto literário como criação humana corresponde a uma necessidade, o que o torna inevitavelmente útil.

Todas estas reflexões levam-nos a questionarmo-nos sobre o papel do ensino das literaturas de língua portuguesa e, mais especificamente, as literaturas africanas. E chegamos rapidamente à conclusão de que só recentemente os programas de Português têm contemplado autores dessas literaturas, sendo, portanto, notório que o poder instituído tem exercido uma influência nesse sentido, deixando-as lentamente imiscuírem-se no ensino do Português, porque os seus países de origem também têm vindo a ter um reconhecimento a nível internacional como “países emergentes”, económica e financeiramente. O desprezo até então manifestado por essas literaturas ditas “menores” ou “periféricas” é tanto mais incoerente e incompreensível, na medida em que Portugal tem uma relação histórica e culturalmente marcada com esses países, logo também com as suas literaturas. É, portanto, com agrado que verificamos que entre as finalidades da disciplina de português no programa do ensino secundário se encontra a seguinte: “promover a educação para a cidadania, para a cultura e para o multiculturalismo, pela tomada de consciência da riqueza linguística que a língua portuguesa apresenta” (p. 6).

A introdução e a difusão do estudo de textos de literaturas africanas de língua portuguesa no ensino básico e secundário têm merecido, nos últimos anos, alguma preocupação por parte das instituições responsáveis que decidiram promover a diversidade, indicando a leitura de textos de autores africanos de língua portuguesa no programa. Das 125 obras propostas pelo plano nacional de leitura para projeto de leitura no ensino secundário, 17 são de autores africanos de língua portuguesa. Os autores são angolanos (6) – Ondjaki, Pepetela, Manuel Rui, Ruy Duarte de Carvalho, José Eduardo Agualusa, Paula Tavares e Luandino Vieira; moçambicanos (5) – Mia Couto, José Craveirinha,

Luís Bernardo Honwana, Rui Knopfli e Luís Carlos Patraquim; e cabo-verdianos (3) Baltazar Lopes, Germano Almeida e Arménio Vieira. Verifica-se que o corpus sugerido é muito restrito. De facto, o estado de indiferença deliberado para o qual foram relegadas algumas obras é revelador do incómodo que constitui o seu discurso. É por isso fundamental o trabalho de recuperação de autores esquecidos ou banidos, promovendo a leitura ou releitura de textos considerados menores.

A leitura de poemas como “A renúncia impossível”, de Agostinho Neto, por exemplo, permite desenvolver nos alunos as competências acima referidas e deveria ocupar um lugar de destaque na lista de autores africanos de língua portuguesa, na medida em que representa um apelo à luta contra a discriminação e reivindica o respeito pela diferença racial e cultural. É um texto desconcertante, pois o eu-lírico exprime de forma violenta a sua revolta contra o homem branco colonizador. No entanto, é precisamente a força da ironia patente ao longo do poema que abre caminho para o desenvolvimento do espírito crítico e a compreensão da sociedade e do mundo que nos rodeia.

Mas Agostinho Neto não é um autor angolano qualquer. Ele é, como o define o Professor Pires Laranjeira, no artigo “Agostinho Neto não é um poeta medíocre”, “o poeta da libertação e do povo, o **poeta nacional angolano**, representando para Angola o que Rosalia de Castro representa para a Galiza, Withman para os Estados Unidos ou Nazim Hikmet para a Turquia”.

Para legitimar o estudo de “A renúncia impossível”, no ensino secundário, importa ressaltar que o poema evidencia qualidades estéticas e literárias inquestionáveis, nomeadamente a utilização da negação e da ironia como estratégias retóricas e discursivas. O uso da linguagem coloquial não pode ser apontado como argumento para desvalorizar a poética de Neto, uma vez que assume nítida e conscientemente a expressão de revolta do eu lírico. O poema de Neto torna-se um estudo de caso interessante, na medida em que, sendo um texto poético “engajado”, as suas características e as suas qualidades estéticas e formativas têm de ser analisadas e interpretadas à luz do contexto histórico e cultural da época.

Abordar e analisar textos como “A renúncia impossível” de Agostinho Neto, no século XXI, nas aulas de Português, por exemplo, obriga os alunos a refletirem sobre o momento de criação do poema, 1949, e remete-os para um

contexto histórico conturbado, sem o conhecimento do qual lhes é difícil compreender a mensagem poética. Este poema de Agostinho Neto como tantos outros textos permitem aos alunos alargar as suas experiências estético-literárias, despertar a sua curiosidade e ampliar o seu conhecimento do mundo e dos outros. O poema favorece o “diálogo” com a língua, a literatura, a história e o mundo.

Como o ato de ler envolve diversos processos cognitivos, é imprescindível conhecê-los e compreendê-los, por forma a aplicar as práticas de leitura adequadas ao texto selecionado, ao nível etário dos alunos, e, conseqüentemente, ao nível de ensino.

A abordagem inferencial do poema “A renúncia impossível” de Agostinho Neto permite uma reflexão profunda sobre questões de âmbito ideológico, sobre o colonialismo, a subjugação racial, a luta pela independência e pelo reconhecimento da identidade de um povo.

A partilha dos versos iniciais do poema de Neto, através da leitura inferencial, constitui sempre um momento marcante:

Não creio em mim.
Não existo.
Não quero, eu não quero ser.
Quero destruir-me:
– atirar-me de pontes elevadas
e deixar-me despedaçar
sobre as pedras duras das calçadas.
Pulverizar o meu ser desaparecer
não deixar sequer traço de passagem
pelo mundo.

Quero matar-me
e deixar que o não-eu
se apossa de mim.

Estes versos suscitam curiosidade e múltiplas interrogações sobre o sujeito poético e abrem o caminho para variadíssimas inferências de leitura. O aluno é assim levado a questionar-se: por que motivos o sujeito poético quer destruir-se e desaparecer? Quem é o sujeito poético? Como é ele? Qual é a sua relação

com o mundo? Porquê tanta insistência no seu suicídio? Mesmo sendo um jogo interrogativo simples, o processo interpretativo começa a ganhar forma. A partir das inferências realizadas com base nos elementos textuais, o leitor destaca o aparente desespero do sujeito poético que repete o seu desejo perentório de morrer, sem deixar memória disso, o seu desaparego pelo ser material / corporal (a matéria), em paralelo com a centralidade da negação. Mas ficam por esclarecer as razões da vontade do suicídio. Salienta-se que os alunos são levados a interagir, de imediato, e a registar, por escrito, todas as intervenções, de modo a produzir sentido sobre o texto e poder, à medida que se vai descobrindo o poema, confirmar ou refutar as deduções iniciais.

O processo inferencial prossegue com a seleção de um segundo excerto do poema com os versos:

Mais do que um simples suicídio
quero que esta minha morte
seja uma verdadeira novidade histórica
um desaparecimento total
até mesmo nos cérebros
daqueles que me odeiam
até mesmo no tempo
e se processe a História
e o mundo continue
como se eu nunca tivesse existido
como se nenhuma obra tivesse produzido
como se nada tivesse influenciado na vida
como se em vez de valor negativo
eu fosse Zero.
Quero ascender, subir
elevar-me até atingir o Zero
e desaparecer.
Deixai-me desaparecer!

Mas antes vou gritar
com toda a força dos meus pulmões
para que o mundo oiça:

– Fui eu quem renunciou à Vida!
Podeis continuar a ocupar o meu lugar

vós os que mo roubastes

Aí tendes todo o mundo para vós
para mim, nada quero
nem riqueza nem pobreza
nem alegria nem tristeza
nem vida nem morte
nada.

Não sou. Não existo. Nunca fui.
Renuncio-me.
Atingi o Zero.

Aqui, o leitor dá conta de que a atenção está focada no anúncio do suicídio como novidade histórica, ao contrário do que tinha sido anunciado no primeiro excerto, e na apresentação do zero e do valor negativo como algo a atingir. Mais uma vez, o leitor interroga-se: por que razão o suicídio do eu lírico será uma novidade histórica? Quais são os cérebros que odeiam o sujeito poético? Ou ainda, qual será a sua intenção ao ascender e atingir o zero? Que sentimentos tenta ele expressar? Estará ele a ser irónico? Estará ele a expressar verdadeiramente o que deseja? A quem se refere o “vós”? O leitor começa a elaborar, agora, uma possibilidade de sentido e suspeita que o sujeito poético deve ter uma função de relevo na sociedade e no mundo, devido ao alcance histórico da sua existência e da sua obra. Os elementos textuais enunciados acerca da afirmação da raiva e da revolta do sujeito poético perante o mundo levam o leitor a compreender que o seu desejo de anulação pode ser um meio para atingir um fim. O anúncio do suicídio inicial surge, então, como processo irónico de desconstrução da realidade. O leitor começa a antever esta estratégia, nomeadamente aquando da intervenção do sujeito de enunciação que surge no poema com os sinais do discurso direto. As marcas ideológicas do poema insinuam-se então com a referência à riqueza, à pobreza, à alegria, à tristeza, à vida e à morte negadas pelo eu poético.

Este processo de leitura é, sem dúvida, enriquecedor e gratificante para o leitor, porque lhe permite participar na reconstrução do significado do texto. E, apesar de caber ao professor orientar esse processo para evitar o desvio ao texto, o leitor é o protagonista e possui um papel ativo no decorrer da atividade.

O entusiasmo que os alunos revelam ao longo do exercício inferencial é o mais precioso testemunho para um professor.

Importa referir que a leitura e interpretação do poema não se limita à utilização da estratégia de leitura inferencial, pois para que o processo de leitura de um texto seja completo, importa encaminhar o leitor, posteriormente, para a vertente da leitura argumentada.

“A renúncia impossível”, um dos poemas mais marcados pelo compromisso que o autor assume de combate à opressão e subjugação, permite avaliar as suas posições ideológicas e oferece-nos um discurso prosaico ancorado numa ironia lancinante que traduz toda a sua qualidade estética. Não sendo manifesta a preocupação do autor com a dimensão artística do poema, uma vez que a sua poética não se pauta por uma “arte pela arte”, mas declara-se antes pelo engajamento literário, estas duas dimensões não são indissociáveis, muito pelo contrário. Autores como Césaire, Senghor ou José Luandino Vieira, e muitos outros, são disso testemunhas e a poesia de Neto inscreve-se nessa linha de pensamento.

Quando o género lírico abre as portas às temáticas das atrocidades da colonização, do sofrimento, da fome, da guerra ou do racismo, por exemplo, a leitura e exploração desses poemas suscitam inequivocamente reflexões diversas, permitem desenvolver a cultura geral numa dimensão humanista. É evidente que a abordagem desses poemas se reveste de um carácter estruturante para o pensamento, contribuindo assim para a formação do sujeito leitor, promovendo valores de autonomia, de responsabilidade e de espírito crítico. De facto, os alunos tomam consciência da existência de outras realidades, aprendem a valorizar a diferença, tentando compreendê-la de forma a respeitá-la.

Ler e analisar textos e poemas como este permite o contacto com realidades estético-literárias diferentes e leva os alunos a compreender melhor o mundo que os rodeia. Em contexto de sala de aula, e mais especificamente nas aulas de Português, é fundamental dar a possibilidade aos alunos de contactar com textos que fazem usos diferentes da língua portuguesa, oferecendo-lhes a oportunidade de enriquecerem a sua formação académica e pessoal, de modo a intervirem na sociedade e tornarem-se cidadãos informados e ativos.

Octávio Paz dizia da poesia que “é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de transformar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza; exercício espiritual, é um método de libertação interior”;

creio que o mesmo se pode aplicar à literatura e à atividade literária, de uma forma geral.

Professor Doutor Pires Laranjeira, a sua mensagem continua indubitavelmente a abrir portas a várias transformações que contribuem de forma significativa para a divulgação e o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa. A sua mensagem é conhecimento, desafio, irreverência, inspiração, desassossego, e ainda bem!

Bibliografia

- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de (2010). *As Humanidades e os Estudos Culturais. O Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- BERNARDES, José Augusto Cardoso (2005). *Como abordar a literatura no ensino secundário. Outros caminhos*. Porto: Areal.
- BERNARDES, José Augusto (2010). *Cultura Literária e Formação de Professores*. Separata de COLÓQUIO de DIDÁCTICA língua e literatura, Coimbra.
- CASTRO, Rui Vieira de (2005). *O Português no Ensino Secundário: processos contemporâneos de (re)configuração*. Coimbra: Almedina, pp. 31-71.
- COELHO, Jacinto do Prado (1976). *Ao contrário de Penélope*. Lisboa: Bertrand Editora,
- LABAN, Michel (2000). “Da negação à afirmação: uma versão completa de «A renúncia impossível», de Agostinho Neto”, in, Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política, Mata Inocência & Laura Padilha (orgs.), Lisboa, Colibri, pp.87-99.
- LARANJEIRA, Pires (1995a). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LARANJEIRA, Pires (1995b). *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento.
- LARANJEIRA, Pires (2005). *Ensaaios afro-literários*. 2.^a ed. Lisboa: Novo Imbondeiro.
- LARANJEIRA, Pires, SIMÕES, Maria João e XAVIER, Lola Geraldés, orgs. (2007). *Cinco povos cinco nações. Estudos de literaturas africanas*. Lisboa: Novo Imbondeiro.
- LARANJEIRA, Pires & Lola Geraldés Xavier (org.) (2009/2010), *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. X Univ. da Califórnia (Santa Barbara), Center for Portuguese Studies (número dedicado às Literaturas Africanas).
- LARANJEIRA, Pires e ROCHA, Ana T. (2012). *Defesa e ilustração da poética de Agostinho Neto*. “Latitudes”. 41-42, pp. 15-24.

- MELLO, Cristina (2010). *Promoção da leitura no ensino básico. Questões sobre o ensino dos processos de compreensão na leitura*. In Actas do IELP.
- NETO, António Agostinho (1987). *A renúncia impossível*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RODRIGUES, Catarina Isabel Silva (2013). *“A renúncia impossível” de Agostinho Neto: um novo discurso poético, intertextualidades e alcance pedagógico*. Dissertação de mestrado em Literatura de Língua Portuguesa. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- SANCHES, Manuela Ribeiro, org. (2011). *As malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70.

UMA LEITURA DA CRÍTICA DE PIRES LARANJEIRA VISTA DESDE A FRANÇA

A critical reading of Pires Laranjeira seen from France

Barbara dos Santos
U. Bordeaux Montaigne

Resumo: Numa perspetiva comparatista com a crítica francófona, o presente artigo procura pôr em realce alguns elementos ligados às reflexões de Pires Laranjeira para percebermos melhor a sua posição na área dos estudos africanos de língua portuguesa. Interrogar-nos-emos sobre as noções de negritude de língua portuguesa, lusofonia, angolanidade ou ainda sobre a noção de pós-colonialismo.

Palavras-chave: angolanidade, crítica literária, negritude, Pires Laranjeira

Abstract: In a comparative perspective with French-speaking critics, this article seeks to highlight some elements of Pires Laranjeira's analysis to better understand his position in the area of African studies in Portuguese language. We will discuss the concepts of Negritude of the Portuguese language, Lusophony, *angolanidade* or on the notion of postcolonialism.

Keywords: *Angolanidade*, literary criticism, *négritude* Pires Laranjeira

Para iniciar este estudo, parece-me pertinente apresentar algumas observações gerais sobre a forma como Pires Laranjeira sempre abordou as literaturas africanas de língua portuguesa. De facto, uma das características que, a meu ver, melhor o qualifica é o rigor intelectual com o qual tanto escreve um artigo como apresenta uma comunicação ou conversa simplesmente em contextos menos académicos. A necessidade de exercer uma crítica literária rigorosa e justificada sempre foi um *Leitmotiv* para o intelectual português, que nunca deixou de insistir na necessidade de acompanhar os textos literários por uma crítica justa, para uma sua melhor compreensão, valorização e difusão. Com

uma importantíssima cultura geral, concentrou-se durante a carreira numa busca contínua de verdade e revelou um carácter profundamente humanista. O seu espírito crítico chegou a abalar fronteiras e a destruir valores arcaicos, participando assim, à sua maneira, no combate dos intelectuais africanos para a defesa e valorização das suas culturas.

Em França, é frequente que as literaturas africanas de língua portuguesa sejam comparadas com os estudos africanos francófonos. Alain Ricard sublinhou, por exemplo:

Conscience linguistique et conscience politique sont indissociables dans les PALOPs. C'est certes le cas ailleurs en Afrique, mais il me semble que, dans ces pays, les militants de libération ont eu de la situation une claire conscience dès le début de leur lutte, à la différence des poètes de la négritude par exemple. (RICARD, 1995: 247)

É interessante observar como o facto de os países africanos de língua portuguesa terem feito parte dos últimos países africanos a libertar-se do jugo colonial e ditatorial lhes confere geralmente uma posição distinta da dos outros países do continente. Pires Laranjeira veio responder, no mesmo ano de 1995, a estas interrogações com a publicação da sua tese de doutoramento *A negritude africana de língua portuguesa*. Ao atribuir aos escritores dos PALOPs um engajamento político maior do que o dos negritudinistas francófonos, não percebemos bem se o crítico francês estabelece uma clara distinção entre os negritudinistas francófonos e os outros africanos, negando assim contactos entre eles, ou, se, ao contrário, procura destacar características intrínsecas dos intelectuais dos PALOPs. Na verdade, Alain Ricard¹ tinha um bom conhecimento do contexto lusófono. Essa afirmação era, no fundo, um pressentimento que se veio a verificar na tese monumental de Pires Laranjeira, um trabalho que se tornou um legado inestimável para a história dos PALOPs, já que trata precisamente do início da emancipação dessas futuras nações. O que é fascinante observar, para um leitor que se interessa pelo assunto, é a forma como o autor vai confirmando várias teses e hipóteses ao mesmo tempo. A tese de

¹ Alain Ricard gostava e interessava-se pelas literaturas africanas em língua portuguesa. Chegou até a fazer um sinal cúmplice a Luandino Vieira, que considerava um grande escritor africano, ao intitular um dos seus livros *Le sable de Babe* (informação que me foi concedida durante uma entrevista pelo próprio).

Pires Laranjeira consegue recriar contextos sociais e políticos, mostrar dinâmicas e influências, num espaço-tempo longínquo e difuso. Como afirma, aliás, o próprio a respeito das especificidades dos cinco:

Através de reflexões, por vezes aparentemente isoladas e até desconcertantes, somos confrontados com um pensamento sobre cultura e literatura africanas de língua portuguesa, de que ressalta sobremaneira o agudo sentido da autonomia em relação a outros sistemas literários, como o português ou o brasileiro, se bem que deles absorvendo vertentes ideológicas e estético-literárias que muito lhes haveria de aproveitar, sem remoques (LARANJEIRA, 2000: 20)

Ao mostrar como a política educacional e colonial portuguesa, que também mantinha a população que se encontrava em Portugal com um baixo nível de escolaridade, impedia a circulação dos movimentos de pensamento americanos e europeus, a tese expõe como e com que intensidade os modelos afro-americanos e afro-francófonos foram integrados pelas elites dos PALOPs e apoia-se numa cronologia espaço-temporal tão precisa que não deixa nenhuma dúvida quanto à importância da preocupação social e política que estes intelectuais sempre mantiveram na forma como receberam o movimento negritudista.

Esta não é, obviamente, a única conclusão que o autor oferece aqui. O pensamento de Pires Laranjeira vai sempre mais longe. Também mostra consequentemente como a negritude africana de língua portuguesa foi influenciada pelo Neorrealismo, e não pelos surrealismos como os francófonos, o que reforçou a destruição de mitos políticos, coloniais e fascistas (LARANJEIRA, 1995: 93). As leituras dos intelectuais dos PALOPs foram mais influenciadas por pensadores como Marx, Sartre ou Camus. Isto fez com que os sentimentos de revolta e de revolução tenham aparecido de forma mais intensa desde o início dos combates do que no caso dos negritudinistas francófonos.

Contudo, como na *Négritude* de Césaire e Senghor, encontra-se nos textos em língua portuguesa o surgimento do início de um patriotismo africano em que o homem negro se situa, desta vez, no centro da cena enunciativa. O corpo do negro está representado nesses belíssimos textos, em alguns traços psicológicos também como na tomada de consciência da sua condição de ser colonizado ou os sentimentos de injustiça e de revolta que soam no grito negro do eu poético. O regresso às origens, a terra, o povo, a língua, a noção de raça, de

classe e de nação são temáticas abordadas em textos em que o desejo de liberdade e de igualdade lidera a enunciação, como ecos profundos que vêm das entranhas.

Quando observamos os textos que, na maioria dos casos, foram escritos por intelectuais que se encontravam fora do seu país, podemos ver como a saudade da terra e do povo integra as temáticas negritudinistas. Esta constatação demonstra como o contexto histórico, cultural e político dos PALOPs não pode ser considerado como uma simples reprodução do que ocorreu nos outros países.

Um outro ponto que também chamou particularmente a minha atenção durante a leitura é a questão do uso do termo *lusofonia*, que também já era abordada nesta tese. Vejamos o que Pires Laranjeira já afirmava em 1995, citando também as reflexões de Manuel Ferreira de 1989:

O uso do lexema lusófono, tal como francófono, aplicado às literaturas, corre o risco de duras investidas por parte de estudiosos africanos. Escorando-se nas *Mitologias*, de Barthes, Guy Ossito Midiohouan captou as subtilezas da fraseologia oficial francesa, plena de herança colonialista e neo-colonialista, considerando-a, pelas interpostas palavras do teórico anti-mítico, intimidatória, axiomática, sem qualquer valor de comunicação. Destacou também as implicações ideológicas, perversas, da palavra francófono, que taxou de lugar puramente ideológico e inteiramente mítico, congregando o espaço onde se fala a língua francesa, ao serviço dos interesses económicos e políticos do Estado francês. A palavra lusófono não tem uma conotação semelhante à sua congénere. As causas estão à vista: Portugal nunca teve o poderio da França, embora, à sua medida, sempre vá procurando, enquanto Estado ex-colonial, recuperar junto delas parte da preponderância perdida com as independências das colónias. Na semântica da língua, lusófono tem um sema não rigorosamente neutro (“lusofalante”), com luso remetendo, tal como o radical de francófono, para o país e a cultura preponderantes no concerto internacional. A origem, aqui, representa a emanação de um poder, no mínimo fático, o que impõe, logo à partida, o estigma da história. A lusofonia não parte, pois, da igualdade extrema. (LARANJEIRA, 1995: 198)

Os docentes que vivem em França continuam de facto a confrontar-se diariamente com esse tipo de problemática. Nos departamentos de estudos comparados, são geralmente considerados como anglófonos ou lusófonos os textos africanos que são comparados com os francófonos. O desenvolvimento dos

estudos pós-coloniais em França tem participado sem dúvida nenhuma no reforço desta situação. Por outro lado, nos departamentos de culturas, letras e língua estrangeira, em que o ensino do português inclui os estudos brasileiros e portugueses, o termo *África lusófona* também é frequentemente utilizado, mais uma vez para se distinguir dos outros estudos ou, às vezes, por razões práticas. Isto não significa que os professores e críticos que deles fazem parte não tenham conhecimento nem consciência do que implica o seu uso, nem que não concordam com a posição do autor. Antes pelo contrário; mas o contexto internacional impõe regras difíceis de ultrapassar enquanto lutamos pela difusão das culturas no estrangeiro. A temática não é nova; Manuel Ferreira já tinha sublinhado a questão. Contudo, o que chamou a minha atenção foi a forma direta como o autor evoca o assunto, sem ilusões nem artifícios, reconhecendo de forma honesta dificuldades linguísticas difíceis de ignorar.

No seu livro *Literatura calibanésca*, publicado em 1985, também é interessante observar como Pires Laranjeira se concentra na questão do nascimento das literaturas africanas dos PALOPs. A partir de uma reflexão de Janheinz Jahn, mostra a complexidade dessas obras que receberam a herança de uma dupla tradição: a literatura africana oral e a ocidental. O crítico alemão também explica que, ao serem escritas em línguas europeias, essas literaturas derivam “das sequelas do colonialismo” (LARANJEIRA, 1985: 10). A partir desta constatação, observa-se como Pires Laranjeira insiste na ideia de que essas literaturas nasceram de um movimento de ruptura para com o colonialismo e sublinha até que ponto estão profundamente imbuídas pela noção de liberdade. Apesar das estratégias inventadas para as manter sob o jugo colonial (paternalismos, familiaridades, reagrupamentos ilegítimos...), a vontade de independência tornou-se impossível de encobrir. Tornaram-se “irrecuperáveis” (LARANJEIRA, 1985: 12) pelo poder das metrópoles e de neo-colonialismos. O crítico português salienta a ideia de que as literaturas dos PALOPs, como no fundo qualquer literatura, são políticas ou profundamente politizadas. Nesse movimento de ruptura para com as normas e regras europeias, alguns escritores dedicaram-se a dificultar a leitura aos não-africanos, trabalhando uma língua herdada pelo colonialismo de tal forma que se torne, por sua vez, língua africana.

Esses textos contêm profundas marcas de revolta. Os combates foram múltiplos. Um deles é a luta contra o exotismo, inserido de forma subtil e perversa

em diversas representações. No caso angolano, Pires Laranjeira insiste na forma como os escritores angolanos recuperaram narrativas tradicionais, ritmos e segmentos significantes emprestados das culturas populares com o objetivo de desmitificar um imaginário criado por outros olhares. O trabalho da escrita participa, no fundo, para manter e salvaguardar o regionalismo e desenvolveu-se num processo de contra-escrita, de contra-poder perante o imperialismo cultural. Interessa-me aqui insistir nessas observações para revelar até que ponto a questão da angolanidade se encontra no centro do pensamento de Pires Laranjeira. Aliás, o autor sublinha claramente como, para ele, este ponto é crucial porque é a “razão da existência da literatura angolana” (LARANJEIRA, 1985: 12). Sem entrar em chauvinismos ou patriotismos, explica que, antes de ser universal, a literatura é regional. No seu livro *Literatura calibanesca*, mostra portanto como as questões ligadas à cor e à raça foram fundamentais, assim como as motivações da geração da *Mensagem* ligadas à “miscigenação biocultural, a saudade da infância, ao amor platónico, à exaltação das culturas tradicionais (com o culto dos antepassados), a saudade do perdido mundo idílico (outro grau da «comunicação com a natureza» propugnada pela Negritude), a dominação colonial, a libertação política, económica e social” (LARANJEIRA, 1985: 31-32).

Em França, é possível estabelecer paralelos entre os estudos de Pires Laranjeira e os de Bernard Mouralis ou ainda de Jacques Chevrier. Se observarmos, por exemplo, o trabalho crítico do último, podemos ver como também participou na escrita da história das literaturas africanas francófonas através de uma periodização precisa e eficaz. A obra de Chevrier também apresenta uma abordagem ligada à sociocrítica com a mesma preocupação contextual, tanto a nível cultural como a nível político e ideológico. Fez parte dos pioneiros em França a interessar-se pelas literaturas africanas e confrontou-se, antes de Pires Laranjeira, com a dificuldade de estabelecer marcações, deparando-se na altura com problemáticas novas e desconhecidas pela crítica e pelos universitários franceses. O crítico português conheceu uma experiência semelhante, mas um dos elementos que o diferencia do crítico francês é precisamente a questão do regionalismo. De facto, quando Jacques Chevrier começou a analisar as obras africanas francófonas, procurou estabelecer grandes eixos comuns às literaturas, criando redes de leitura. Embora Pires Laranjeira tam-

bém tenha demonstrado interesse nos cinco países, sempre manifestou preocupações mais locais na forma de abordar os textos. Na sua conceção da literatura, a essência de uma obra de arte tem a ver com o que a diferencia das outras. Esta constatação aplica-se a vários níveis de leitura. A luta das literaturas africanas passa, para o autor, pela luta da diferenciação. Nos seus primeiros escritos, é possível ver como procura destacar na poesia um idioleto próprio à angolidade nas representações dos esquemas ideais, literários e formais de pensamento e expressão das tradições e culturas de Angola. A questão da identidade encontra-se aqui como um centro epistemológico de leitura, mostrando como as letras estão ao serviço do ser humano.

Num artigo publicado em 2015 intitulado “Pós-colonialismo e pós-modernismo em contexto pré-moderno e moderno – o local e o nacional nas literaturas dos cinco e as ilusões da literatura-mundo” (LARANJEIRA, 2015: 17), a posição de Pires Laranjeira mantém-se fiel às suas convicções. Num contexto literário agora diferente do da época das pós-independências, em que os estudos pós-coloniais se estão a desenvolver cada vez mais na Europa, talvez em reação ao domínio cultural anglo-americano e da *Commonwealth*, o autor reage à proposta de “Pour une littérature-monde”, um manifesto literário assinado por 44 escritores em 2007, no jornal *Le Monde*. O conceito de *literatura-mundo* é utilizado aqui como um projeto que quer acabar com o ultrapassado conceito de *francofonia*, já que, como estipula ironicamente o manifesto, ninguém fala o *francófono*.

Se esta proposta parece, de facto, aliciante num primeiro momento, Pires Laranjeira sublinha que essa *literatura-mundo* não é a “literatura de todo o mundo” (LARANJEIRA, 2015: 587). Mais uma vez, o crítico português alerta sobre o perigo de um pensamento generalizado sobre a literatura: a dita “literatura geral”, a “grande literatura” ou a “literatura universal”. Embora também não deixe de sublinhar a distância que existe em Portugal entre o discurso oficial da lusofonia e a prática dos Ministérios da Educação, chama a atenção para o cuidado que é sempre necessário ter com as teorias englobantes. Segundo ele, as teorias pós-coloniais, os estudos culturais ou ainda os estudos de subalternidade apareceram por motivos socio-históricos, políticos e ideológicos e perdem muitas vezes de vista o teor estético, linguístico, imaginário, local e regional de uma parte importante dos textos literários e dos seus discursos (LARANJEIRA, 2015: 568).

Interessa entender aqui que, para o autor, as ideias de aldeia global da comunicação e de democracia política “criaram a ilusão da uniformização, da igualdade, da indistinção, sob a aparência de que cada um pode ser senhor do seu destino” (LARANJEIRA, 2015: 20). A ideia de um mundo global é perspectivada como uma utopia, principalmente dirigida por algumas elites. Para ele, os conceitos de identidade e de sentimento de pertença continuam a ser componentes essenciais para perceber uma cultura. O autor ilustra o seu propósito mostrando, por exemplo, como a palavra “crioula” não pode ser entendida da mesma maneira em Angola, no Brasil ou nas Américas (centro / sul). É importante sublinhar ainda que Pires Laranjeira não recusa o encontro das culturas: ele alerta para a extrapolação de um mundo geral que acabaria por ser falso.

Em abril de 2021, ao participar num colóquio organizado pelo Departamento de Português da Universidade de Bordéus cujo tema tratava das novas representações literárias das sociedades pós-coloniais nos países de língua portuguesa, o intelectual português apresentou uma comunicação intitulada “A poesia de Agostinho Neto face à fenomenologia, existencialismo e psicanálise: o futuro ad-vir”. Ao ouvir a belíssima comunicação que fez sobre *A renúncia impossível* de Agostinho Neto, percebe-se então a sua luta constante: a difusão e valorização da literatura angolana, apresentando a riqueza e o vanguardismo do pensamento dos escritores africanos em língua portuguesa, no âmbito de uma literatura profundamente engajada.

As reflexões de Pires Laranjeira foram orientadas pela preocupação em estudar as obras literárias no contexto de produção, abrindo a sua análise à história das ideias e das instituições. Ao mostrar a história das relações entre Portugal e Angola desde o século XIX, assim como as ligações que Angola estabeleceu com outros países, o autor procura restabelecer épocas, mentalidades e realidades históricas que nos permitem perceber melhor a literatura angolana e a identidade do país. Isto não pode escapar a uma reflexão ligada às questões de nacionalismo e também a problemáticas ligadas à complexidade da nossa modernidade. A sua luta é dirigida contra uma visão idealista, fantasmagórica ou exótica de África. Recusa qualquer visão parcial dessas sociedades, denunciando, por vezes, realidades amputadas ou distorcidas, e prefere revelar as continuidades e as incertezas desses países em constante mutação.

Para concluir, queria salientar o empenho do Professor Pires Laranjeira, que investiu grande parte da sua carreira académica na divulgação das literaturas africanas pelo mundo. Cá em França, é conhecida e saudada a forma como o crítico, internacionalmente reconhecido, sempre colaborou de forma ativa e solidária para que os autores dos PALOPs fossem mais bem lidos e compreendidos. As homenagens que lhe são aqui dedicadas são reflexos do nosso profundo agradecimento e mostram o lugar importantíssimo que o seu pensamento ocupa na história das literaturas destes países.

Bibliografia

- CHEVRIER, Jacques (2003). *La littérature nègre*. Paris: Armand Colin.
- (2006). *Les littératures francophones d'Afrique noire*. Aix-en-Provence: Edisud.
- LARANJEIRA, Pires (1985). *Literatura calibanesca*. Porto: Edições Afrontamento.
- (1992). *De letra em riste, Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Porto: Edições Afrontamento.
- (1995). *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento.
- (2000). *Negritude africana de língua portuguesa, Textos de apoio (1947-1963)*. Coimbra: Angelus Novus.
- (2015). Literaturas africanas de língua portuguesa, org. *Revista de Estudos Literários*. Coimbra.
- RICARD, Alain (1995). *Littératures d'Afrique noire*. Paris: CNRS Editions / Karthala.
- (2011). *Le sable de Babel. Traduction et apartheid: esquisse d'une anthropologie de la textualité*. Paris: CNRS Éditions.

RESSONÂNCIAS DE AGOSTINHO NETO NA POESIA ANGOLANA CONTEMPORÂNEA

Resonances of Agostinho Neto in contemporary Angolan poetry

Carmen Lucia Tindó Secco

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Trazendo a memória de ritos e cultos ancestrais da África e de Angola, as cartografias de Luanda e de Angola, as línguas locais, questionando o colonialismo e as práticas opressivas de então, Agostinho Neto, em consonância com os poetas de *Mensagem*, lança fundamentos para a construção da Literatura Angolana. As lições desses poetas mais-velhos ainda ressoam. É intenção de nossa leitura evidenciar que tanto a poesia de Agostinho Neto, como a de gerações mais novas da Literatura Angolana, apesar de serem legatárias de tempos historicamente distintos, se articulam, mesmo que em direções diversas, em função de certos temas que se reatualizam e se reelaboram poeticamente, refletindo sobre mudanças políticas e sociais ocorridas no contexto angolano da pós-Independência.

Palavras-chave: Agostinho Neto, Angola, poesia angolana da época de *Mensagem*, poesia angolana pós-independência

Abstract: Bringing the memory of ancestral rites and cults from Africa and Angola, the cartographies of Luanda and Angola, the local languages, questioning colonialism and the oppressive practices of the time, Agostinho Neto, in line with the poets of *Mensagem*, lays foundations for the construction of Angolan Literature. The lessons of these older poets still resonate. It is the intention of our reading to show that both the poetry of Agostinho Neto, and that of the younger generations of Angolan Literature, despite being legatees of historically different times, are articulated, even if in different directions, according to certain themes that are re-updated. and they are poetically re-elaborated, reflecting on political and social changes that took place in the post-Independence Angolan context.

Keywords: Agostinho Neto, Angola, Angolan poetry from the time of *Mensagem*, post-independence angolan poetry

(...) saber cantar é por vezes mais difícil do que saber chorar, porque o futuro, quando se transforma em presente, não oferece a cada um o seu sonho.

(NETO, 2021: 10-11)

A palavra é um pacto com o tempo. Mesmo que seja um tempo fissurado entre realidade e sonho (...)

(TAVARES, 1998: 49)

É nossa intenção evidenciar que tanto a poesia de Agostinho Neto, como a das gerações mais novas da Literatura Angolana, não obstante pertençam a tempos historicamente distintos, se articulam, embora em direções diversas, em função de certos temas que se reatualizam e se reelaboram poeticamente, refletindo sobre as mudanças políticas e sociais ocorridas no contexto angolano da pós-Independência.

Retomando nossas epígrafes, observamos não só Paula Tavares ter clareza dos pactos condicionantes das metamorfoses dos sonhos e da poesia através dos tempos. Também Agostinho Neto era já sabedor de que cada período histórico fabrica seus próprios sonhos e utopias. E é com essa consciência que pretendemos reler tanto sua poesia – ressaltando o importante papel cumprido em sua época –, como a ressonância de sua *poiesis*¹ em poetas mais jovens, cujas produções se revelam, em certos aspectos, herdeiras de algumas conquistas poéticas de sua geração, apesar de se terem singularizado, ao longo dos anos, por inovadoras transformações estéticas e por um olhar crítico, denunciador da cisão existente entre os projetos dos tempos da Independência e os que passaram a reger Angola, principalmente a partir dos meados e fins dos anos 80 do século XX.

Ainda o canto... Ainda o sonho da almejada liberdade...

Cantor da esperança, sonhador da liberdade, Agostinho Neto não apenas lutou pela libertação de sua Angola, mas também pela criação da poesia angolana. Uma poesia que, segundo Jorge Macedo, se configurou sempre a partir

¹ *Poiesis* é um vocábulo de origem grega que significa criação. Diz respeito à poética, à produção poética. Empregamos no sentido de potência criadora, de impulso humano para criar poesia a partir da imaginação.

de uma tripla dimensão humanista, na medida em que nunca abordou “o drama angolano, descontextualizado do espaço da África e do lugar desta no mundo” (MACEDO, 1989: 265). Segundo Pires Laranjeira, nosso homenageado e grande estudioso da poesia de Neto, na obra desse poeta “é notória a referência concreta a elementos da realidade geográfica, histórica e cultural, a demarcação de um espaço físico, a criação de uma cosmovisão e de um imaginário africanos” (LARANJEIRA, 1995: 94).

Em consonância com o amplo cenário político-social de esquerda das décadas de 1950 e 1960 que envolvia poetas e intelectuais da Europa, da América, da África e da Ásia, a *poiesis* de Neto se gerou, intertextualmente, em diálogo com vozes poéticas guerrilheiras desses continentes, cujas propostas filosóficas, políticas e literárias tinham como objetivos centrais a contestação do colonialismo, da exploração do trabalho humano e do racismo.

Inscrita nesse fértil período de utopias revolucionárias, a obra de Agostinho Neto compartilhou temas e ideais também difundidos e defendidos por Nicolás Guillén, Neruda, Sartre, Fanon, Césaire, Senghor, entre muitos outros que se bateram pela descolonização dos territórios africanos, asiáticos, americanos subjugados por séculos de dominação europeia. Conscientizando os povos humilhados da opressão sofrida no decorrer da história, esses intelectuais e poetas converteram seus textos em instrumentos de resistência e politização. Afinados aos princípios do Marxismo e do Socialismo, clamaram pela justiça e colocaram seus escritos a serviço de projetos libertadores.

Interpretar os poemas de *Sagrada esperança* por esse viés, ou seja, à luz do messianismo político que orientou ideologicamente essa geração de poetas não é, porém, novidade. Por tal razão, preferimos, como procedeu João Maimona em seu ensaio “As Vias Poéticas da Esperança em Agostinho Neto” (MAIMONA, 1989: 270), focalizar os temas e procedimentos literários pelos quais a obra poética de Agostinho, a par de se ter afirmado como uma *poiesis* de libertação, veio a contribuir também para libertar a poesia angolana dos cânones coloniais.

Dentre essas importantes conquistas da poesia de Neto está a recriação poética dos ritmos africanos. Como conjuro mágico, a musicalidade dos versos, embora umbilicada a um *ethos* da certeza, da confiança, da lealdade e da heroicidade na defesa da pátria a ser fundada, estabelece um forte elo com as

raízes africanas mutiladas pelo colonialismo, através de um ressoar de antigas tradições na pele do próprio poema:

As mãos violentas insidiosamente batem
no tambor africano
e a pele percutida solta-me tantãs gritantes
de sombras atléticas
à luz vermelha do fogo de após trabalho (NETO, 1985: 64)

A voz poética do sujeito lírico faz o inventário da história, confrontando remotos sons míticos com outros compassos impostos pela colonização. Capta, em outros poemas, o ritmo do trabalho forçado dos contratados, acusando a exploração de sua mais-valia. Denúncia e reivindicação de uma vida mais digna para o povo de África se materializam pela cadência de versos livres que instauram a ruptura em relação a paradigmas literários europeus difundidos pela política de assimilação colonial. Estava, assim, instaurada a modernidade na Literatura de Angola que se inspirava, em grande parte, no Modernismo brasileiro:

Ritmo na luz
ritmo na cor
ritmo no movimento
ritmo nas gretas sangrentas dos pés descalços
ritmo nas unhas descarnadas
Mas ritmo
ritmo. (NETO, 1976: 15-16)

Colocando em tensão, dialeticamente, vários ritmos e tempos históricos, os poemas de Agostinho recriam não só sonoridades ancestrais, mas as do passado colonialista, as da natureza angolana, as do presente de opressão vivido pelo poeta. Apreendem o burburinho dos sábados nos *musseques*², os agitados *swings*, os nostálgicos *blues*, a doce melodia da *marimba*³ e do *quissange*⁴, a

² Bairros periféricos de Luanda.

³ *Marimba* é um instrumento musical africano semelhante ao xilofone.

⁴ *Quissange* é um instrumento musical africano constituído por uma série de lâminas dispostas sobre um retângulo de madeira e que produzem som ao serem percutidas com os dedos polegares.

angústia e a ansiedade dos moradores dos subúrbios luandenses, o silêncio e o medo no ar pesado de censura, os gemidos nos cárceres da PIDE, os gritos de revolta, as paisagens antigas do *Kinaxixi*, os *xinguilamentos*⁵, as orações em *kimbundu* ao deus *Kalunga* pela perda do amigo *Mussunda*, a voz terna da avozinha ao redor da fogueira contando histórias da lebre e da tartaruga, os pregões das quitadeiras em sua labuta diária:

Agora vendo-me eu própria.

– Compra laranjas
minha senhora!

Leva-me para as quitandas da Vida (NETO, 1985: 25)

Por intermédio da cadência dos versos, o eu-lírico vai absorvendo a realidade de Luanda, os conflitos e tragédias da gente humilde dos bairros periféricos, as falas em *kimbundu*, as sintaxes e o léxico de um português angolano que já *kazukutara*⁶, em muitos aspectos, o idioma da colonização. Evocando heróis do outrora angolano – Ngola Kiluanje e Rainha Njinga –, cria uma cadeia de resistência, inserindo os nomes destes ao lado dos que, como *Mussunda*, na luta contra o colonialismo deram também a vida pela liberdade. Trazendo a memória dos ritos e cultos ancestrais, a geografia e as etnias da África e de Angola, lança os fundamentos para a construção da Literatura Angolana. Essas são algumas das contribuições da poética de Agostinho Neto que, em consonância com os demais poetas da Revista *Mensagem*⁷, como Viriato Cruz, António Jacinto, entre outros, abriam caminho para as posteriores gerações

⁵ Atos de entrar em transe para invocar os espíritos.

⁶ Palavra do idioma *kimbundu* que significa “instalar a desordem”.

⁷ A revista *Mensagem – a voz dos Naturais de Angola*, publicação do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola, foi criada em Luanda, no ano de 1951. Teve somente quatro números, sendo que os três últimos foram editados em um único caderno. Em continuidade às propostas dos poetas do movimento “Vamos descobrir Angola”, *Mensagem* primou pela afirmação da angolanidade, celebrando a terra angolana, suas gentes, seus costumes e tradições, além de denunciar o colonialismo, a escravidão, a censura e a opressão da PIDE, a polícia portuguesa de Salazar. Dentre os principais poetas de *Mensagem* se encontram Maurício Gomes, Alda Lara, Agostinho Neto, António Jacinto, Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Ermelinda Pereira Xavier, Lília da Fonseca. Os moçambicanos José Craveirinha e Noémia de Sousa e os portugueses António Mendes Correia e Augusto dos Santos Abranches tiveram alguns poemas publicados na revista. *Mensagem* é considerada pela crítica um marco importante de consolidação do sistema literário angolano.

poéticas de Angola. As lições desses mais-Velhos ainda ressoam. Mesmo o sonho da liberdade – apesar de se ter tornado um projeto interrompido, em virtude da intensa destruição provocada pelas guerras desencadeadas após a Independência –, ainda ecoa, embora pelo avesso, transformado em pesadelo e dúvida, ou em outras maneiras de sonhar que têm a lúcida dimensão de quão precárias e deslizantes são, hoje, com a exacerbação desenfreada do capitalismo no mundo, as novas possibilidades de formações utópicas.

A transmutação do canto... A diluição das antigas certezas...

Se nos tempos da luta pela libertação Agostinho Neto considerava “saber cantar mais difícil que saber chorar” (NETO, 2021: 10-11), conclamando os poetas a “criar[em] com os olhos secos” (NETO, 1982: 132), atualmente não mais se faz possível tal dicotomia entre canto e choro, tendo em vista que estes, na poesia angolana contemporânea, se encontram fundidos na dolorosa tarefa de denúncia da miséria e dos sofrimentos agravados pelos ataques durante a guerra civil que contribuiu para maior desfiguração de Angola entre 1980 e 2002. As lágrimas passaram, então, a habitar os versos dos poetas, escarificadas pela dor e pela triste contemplação de “crianças de vidro/ cheias de água até as lágrimas/ enchendo a cidade de estilhaços/ procurando a vida/ nos caixotes de lixo” (TAVARES, 1999: 36). Transmutados em profundo lamento, canto e choro expressam o desencanto diante da diluição dos antigos projetos:

as árvores rebentam nos gritos do poema lacrimoso
a neblina do poema nasce nas mãos da gente
as lágrimas acontecem e nelas tremem anjos e deuses
e os dedos dos homens começam e acabam dias obscuros

(MAIMONA, 1993: 65)

O tema da noite que, em Agostinho Neto e outros poetas da sua geração, como por exemplo António Jacinto, metaforizava o fascismo colonial em oposição ao amanhecer da liberdade, na *poiesis* angolana pós-1980 se encontra reagenciado, não havendo mais a antiga dicotomia entre luzes e trevas, pois os dias se tornaram obscuros. Conforme análise de Xosé Lois García, “a noite, na poesia de João Maimona, testemunha (...) a visão do tempo e a da ‘escuridão fértil’ que se inscrevem na dominação histórica de Angola” (GARCIA, 2001: 41). As sombras penetram as sílabas dos versos de Maimona, denunciando a

realidade de miséria e guerra, mas, ao mesmo tempo, oferecendo-se como resistência poética. A linguagem dessa nova poesia, não mais veiculando utópicas mensagens revolucionárias, faz da sagrada esperança uma esperança sombria, na medida em que funda um lirismo, cujo labor estético opera com o lado obscuro e metafórico das palavras.

a sombra que vagueia por entre as sílabas
tão inclinada feito o pénis em deserecção
ouve os passos e volta à rua
nos passos lentos das palavras
a sombra que descobre o desfecho do sono
nas garras da última palavra. (MAIMONA, 2001: 73)

Nesse contexto de distopias sociais, a poesia angolana das décadas de 1990 e início de 2000 assume um tom crepuscular, mas continua como um dos modos de consciência, lutando com as garras das palavras contra o sono e as sombras que envolvem o país. Essa mudança de dicção poética é decorrência de um tempo em que os nacionalismos se enfraqueceram e os heróis libertadores se esfacelaram, ante à corrosão neoliberal que desmantela os mitos nacionais em prol de uma política econômica transnacional. “Segundo Paul Ricœur, nos anos do socialismo pós-guerra, havia como valores a responsabilidade e auto-consciência. Estes dependiam da crença de que ‘alguém precisava do outro’. Os líderes se sentiam necessários na defesa dos outros.” (SENNET, 1999: 174). Afrouxados os laços éticos e ideológicos que sustentaram as revoluções socialistas, países ricos como Angola foram vítimas de assédios e pressões intra e internacionais que fizeram desencadear uma guerra civil que durou quase 30 anos e dizimou o território e os sonhos angolanos, impondo o desenho da catástrofe não só à realidade, mas à produção poética de Angola dos trinta últimos anos. O desencanto instalado em relação ao outrora revolucionário, entretanto, não foi resultado apenas das guerrilhas entre o MPLA e a UNITA, porém fruto das políticas neoliberais, que, mais recentemente, o FMI e o Banco Mundial também impuseram aos países africanos, como o fizeram às demais regiões do planeta por eles designadas como ‘blocos periféricos’.

Pierre Bourdieu, em seu livro *Contrafogos*, adverte que “há, no capitalismo neoliberal, uma luta simbólica incessante para desacreditar e desqualificar a

herança de palavras, tradições e representações associadas às conquistas históricas dos movimentos sociais do passado” (BOURDIEU, 1998: 147). Entretanto, as artes, como lugares privilegiados de reflexão, travam também um combate, só que inverso, buscando apreender fios dispersos dessas heranças por intermédio de um novo discurso que, embora tenha a dimensão distópica dos cenários sociais contemporâneos, ainda acredita na qualidade e na força recriadora e contestatória da linguagem artística. Diversas são as vozes representativas dessa prática, na poesia angolana pós-1980: José Luís Mendonça, Paula Tavares, João Melo, João Maimona, Luís Kandjimbo, Lopito Feijóo, Frederico Ningi, Fernando Kafukeno, Ondjaki, Nok Nogueira, para citar apenas alguns nomes, além de poetas mais antigos que iniciaram sua trajetória nos anos 1970 e continuaram escrevendo nas décadas seguintes, como Jorge Macedo, David Mestre, Manuel Rui, Ruy Duarte de Carvalho, Arlindo Barbeitos, entre outros. Nesse processo de reinvenção e transformação de contribuições e valores herdados das gerações poéticas dos anos 1950, 1960 e 1970, também tiveram importante papel as Brigadas Jovens de Literatura, de que fizeram parte poetas como João Maimona, Fernando Kafukeno, entre outros. A produção poética pós-80 é assinalada por um trabalho de profunda elaboração estética, associado a “uma amarga lucidez” (MATA, 2001: 251-253) que não só caracteriza o lirismo de José Luís Mendonça, conforme observou Inocência Mata em um ensaio sobre o poeta, publicado em 2005, no *site* da União dos Escritores Angolanos, mas a dicção lírica, em geral, das últimas décadas do século XX em Angola.

A par dessa amargura constante, frente a um contexto de desalento e dor, constata-se que os poetas posteriores, e até mesmo os das novíssimas gerações, ainda querem sonhar. Não mais um sonho de certezas, como foi o de Agostinho Neto, mas um sonho de incertezas, plasmado por um discurso poético fragmentado, feito de colagens e de intensa condensação alegórica. José Luís Mendonça, apesar de absorver a múltipla realidade das “feras madrugadas/ paridas entre a unha e a polpa de seus dedos de sangue” (MENDONÇA, 1981: 9), ainda quer “acordar a alva, (...) passando sobre cadernos de poesia/ escrita nas alturas de um corpo evaporado” (MENDONÇA, 1996: 51). Maimona, embora tenha consciência de que ainda “sangram à boca do poeta as províncias da noite” (*ibidem*, 54), acredita

nas noites semeadas nas nuvens que voltam a ser semeadas
sombras de corpos lentos e corpos de sombras desnorteadas
sinais de estrelas e luas e teias de poema repoisam com o dia
(...)

hei-de semear dias de estrelas nas nuvens que nascem
nas noites semeadas nas nuvens que voltam a ser semeadas (*ibidem*, 55)

Em Maimona não há um “caminho de estrelas” (NETO, 1985: 57) fora do poema, como havia na poesia de Agostinho Neto que lutava pela utopia libertária e pela harmonia do mundo, mas um semear de estrelas dentro da própria teia poética, tecida em meio a sombras advindas da guerra civil que destruiu Angola. Na intertextualidade com a *poiesis* de Neto, fica evidente, entretanto, a direção divergente que o lirismo de João Maimona adota quanto à construção de novos sonhos.

A presença de Agostinho se encontra, também, diluída na obra de alguns poetas que publicaram livros recentemente. Entre estes, está o poeta Nok Nogueira que, no poema a seguir, dialoga com “Um *Bouquet* de Rosas para Ti” (*ibidem*, 84-85), de Agostinho Neto:

que reste de todos os bouquets de rosas vermelhas
os sinais dos teus lábios afinal nem só de cartas viverão
eterna mente nossas lembranças
tudo que mais me apetecia pedir à natureza seriam
duas asas invisíveis para te visitar no visível espaço
de nossas memórias antes de partir a barca
e para além do medo de alcançarmos a outra margem
do rio ainda duas marcas de vida e duas alianças
sobre a cabeceira dos sonhos [...] (NOGUEIRA, 2011: 37)

Fernando Kafukeno é outra voz representativa do lirismo angolano pós-1980 que, como já analisamos anteriormente, faz alusão à proposta literária de Agostinho Neto. Sua inovadora escritura poética busca esquecer a guerra, afastando a “dança da morte, a festa do fígado” (KAFUKENO, 1997: 28), devolvendo ao humano a liberdade da imaginação.

Observamos que há, na poesia angolana pós-1980, ressonâncias da poética de Agostinho Neto. A lição recebida dos poetas mais velhos continua a ressoar

em diversos poetas atuais, como, por exemplo, João Melo, cuja poesia continua “ferozmente angolana” (MELO, 1989: 12), celebrando o legado recebido, conforme podemos observar no poema “Crónica verdadeira da língua portuguesa”, iniciado com uma epígrafe de Luandino Vieira:

“A língua portuguesa é um troféu de guerra”⁸

Luandino Vieira

A poetisa portuguesa
Sophia de Mello Breyner
gostava de saborear
uma a uma
todas as sílabas
do português do Brasil.

Estou a vê-la:
suave e discreta,
debruçada sobre a varanda do tempo,
o olhar estendendo-se com o mar
e a memória,
deliciando-se comovida
com o sol despudorado
ardendo
nas vogais abertas da língua,
violentando com doçura
os surdos limites
das consoantes
e ampliando-os
para lá da História.

Mas saberia ela
quem rasgou esses limites,
com o seu sangue,
a sua resistência
e a sua música?

A libertação da língua portuguesa
foi gerada nos porões

⁸ Esta frase foi retirada do romance *Nós, os do Makulusu*, do escritor Luandino Vieira.

dos navios negreiros
pelos homens sofridos que,
estranhamente,
nunca deixaram de cantar,
em todas as línguas que conheciam
ou criaram
durante a tenebrosa travessia
do mar sem fim.

Desde o nosso encontro inicial,
essa língua, arrogante e
insensatamente,
foi usada contra nós:
mas nós derrotámo-la
e fizemos dela
um instrumento
para a nossa própria liberdade.

Os antigos donos da língua
pensaram, durante séculos,
que nos apagariam da sua culpada consciência
com o seu idioma brutal,
duro,
fechado sobre si mesmo,
como se nele quisessem encerrar
para todo o sempre
os inacreditáveis mundos
que se abriam à sua frente.

Esses mundos, porém,
eram demasiado vastos
para caberem nessa língua envergonhada
e esquizofrénica.

Era preciso traçar-lhe
novos horizontes.

Primeiro, então, abrimos
de par em par
as camadas dessa língua

e iluminamo-la com a nossa dor;
depois demos-lhe vida,
com a nossa alegria
e os nossos ritmos.

Nós libertámos a língua portuguesa
das amarras da opressão.

Por isso, hoje,
podemos falar todos
uns com os outros,
nessa nova língua
aberta, ensolarada e sem pecado
que a poetisa portuguesa
Sophia de Mello Breyner
julgou ter descoberto
no Brasil,
mas que um poeta angolano
reivindica
como um troféu de luta,
identidade
e criação. (MELO, 2009)

Sabemos que a língua portuguesa, tanto no Brasil como em territórios da África, foi uma imposição dos colonizadores portugueses. Contudo, transformada e possuída pelos colonizados, adquiriu novas afetividades: “No chegar do outro não se falava esta língua aqui. A língua foi trazida. Daí a sua boa óbvia transgressão. O invadido sentiu a língua do outro como invasora. Mas transgredir é possuir a língua. Como mulher amada” (MONTEIRO, 2003).

Esse uso da língua como ato amoroso foi quase sempre a Literatura quem praticou, por meio de transgressões aos sentidos habituais do dizer. É por isso que devemos a ela, em grande parte, a posse crítica e criativa do idioma português. Em Angola, em 1948, com *Vamos Descobrir Angola!* e com *Mensagem*, nos primeiros anos da década de 1950, a poesia de António Jacinto e a de Viriato da Cruz empreenderam rupturas, afirmando um ritmo e uma dicção acentuadamente angolanos. As novas gerações pós-1980 foram, cada vez mais, aperfeiçoando o domínio da língua, cuja posse amorosa, perpassada por intenso trabalho metapoético, engendrou poemas de grande labor estético.

A par de os tempos e as vontades terem diluído muitos dos ideais revolucionários, há, na poesia angolana das últimas décadas, indeléveis vestígios da geração de *Mensagem*. Embora algumas das antigas esperanças tenham-se convertido em desespero, percebemos que este, marcado pela indignação da palavra poética, ainda sela pactos de resistência, anunciando a gestação de outras vozes e outros sonhos, mesmo que esgarçados frente a inúmeras distopias contemporâneas.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares (2016). *Literatura e Oralidade Africanas: Mediações*. “Mulemba, Revista de Estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”. 14, pp. 12-26.
- (2012). *A literatura de Agostinho Neto: intenção poética e política*. “Latitude”. 41-42, pp. 72-77.
- GARCÍA, Xosé Lois (2001). *Uma voz nos elos da cidade*. In MAIMONA, João. *O útero da noite*. Luanda: Nzila.
- KAFUKENO, Fernando (1997). *... na máscara do litoral*. Luanda: Delegação Provincial de Luanda da Cultura.
- KANDJIMBO, Luís (2016). *A incompletude do processo de disciplinarização das literaturas africanas*. “Journal of Lusophone Studies”. 2. [Consult. 22 jun. de 2022]. DOI: <<https://doi.org/10.21471/jls.v1i2.121>>.
- LARANJEIRA, Pires (1995). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MACEDO, Jorge (1989). *Agostinho Neto: uma escrita humanista*. In *A voz igual. Ensaios sobre Agostinho Neto*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida; Angolê, Artes & Letras.
- MAIMONA, João (1989). *As vias poéticas da esperança em Agostinho Neto*. In *A voz igual. Ensaios sobre Agostinho Neto*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida; Angolê, Artes & Letras.
- (1993). *Ouvir os sinos das sementes*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- (2001). *O útero da noite*. Luanda: Nzila.
- MATA, Inocência (2001). *‘Quero Acordar a Alva’, de José Luís Mendonça: uma amarga lucidez*. In *Silêncios e falas de uma voz inquieta*. Luanda: Kilombelombe.

- (2005). *A actual literatura angolana: pontes ligando gerações, estéticas em ruptura*. União dos Escritores de Angola. [Consult. 23 fev. 2021]. Disponível em <<https://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/73-a-actual-literatura-angolana-pontes-ligando-gera%C3%A7%C3%B5es-est%C3%A9ticas-em-rupturas>>.
- (2006). *Sob o signo de uma nostalgia projetiva: a poesia angolana nacionalista e a poesia pós-colonial*. “Revista Scripta”. 10: 19, pp. 25-42.
- MELO, João (1989). *Poemas angolanos*. Porto: Edições ASA; União dos Escritores Angolanos.
- (2009). *Crónica verdadeira da língua portuguesa*. [Consult. 7 nov. 2021]. Disponível em <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/antologia/cronica-verdadeira-da-lingua-portuguesa/4104>>.
- MENDONÇA, José Luís (1981). *Eu Queria Abster-me*. In *Chuva novembrina*. Luanda: INALD.
- (1996). *Quero acordar a alva*. Luanda: INALD.
- MONTEIRO, Manuel Rui (2003). *Da fala à escrita*. In *Jornadas do Livro e da Leitura*. Luanda: Ministério da Cultura. [Texto digitalizado cedido pelo próprio autor].
- NETO, Agostinho (1976). *Poemas de Angola*. Rio de Janeiro: Codecri.
- (1982). *Sagrada esperança*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- (1985). *Sagrada esperança*. São Paulo: Ática.
- (2021). *Sobre a literatura*. In CAPELENGUELA, David. *Acesso à justiça como argumento da construção da angolanidade*. “Jornal de Angola”. Cultura. Luanda (19 set.), pp. 10-11. [Consult. 8 nov. 2021]. Disponível em <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/acesso-a-justica-como-argumento-da-construcao-da-angolanidade>>.
- NOGUEIRA, Nok (2011). *Jardim de estações*. Vila Nova de Cerveira: NósSomos.
- SENNET, Richard (1999). *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record.
- TAVARES, Paula (1998). *O sangue da buganvília*. Praia; Mindelo: Embaixada de Portugal; Centro Cultural Português.
- (1999). *O lago da lua*. Lisboa: Caminho.
- VIEIRA, Luandino (2019). *Nós, os do Makulusu*, São Paulo: Kapulana.

O PROJETO DA *MENSAGEM* DE LUANDA E O SEU NÚMERO DE ESTREIA

The project of the magazine *Mensagem* from Luanda
and its first number

Francisco Topa
U. do Porto / CITCEM

Resumo: Depois de uma introdução sobre revistas literárias do modernismo e sobre as diferenças entre as europeias e americanas e as de África, o artigo aborda o periódico angolano *Mensagem*, publicado em Luanda, em 1951-1952, pela Associação dos Naturais de Angola. Chamando a atenção para alguns dos aspetos da revista que continuam por estudar, acrescentam-se algumas informações sobre as dificuldades de impressão do segundo número e revê-se a avaliação histórica não consensual que tem sido feita do periódico. Isto posto, analisa-se com algum detalhe o primeiro número, com particular atenção ao projeto da publicação e aos textos aí incluídos. Em conclusão, reconhece-se o papel decisivo de *Mensagem* na rutura com a literatura colonial e na afirmação de uma literatura angolana.

Palavras-chave: *Mensagem*, Angola, literatura, modernismo

Abstract: After an introduction about literary journals of modernism and the differences between European and American ones and those from Africa, the article considers the Angolan periodical *Mensagem*, published in Luanda in 1951-1952 by the Associação dos Naturais de Angola. Drawing attention to some of the aspects of the journal that remain to be studied, the author adds some information about the difficulties of printing the second issue and reviews the non-consensual historical assessment that has been made of the journal. That said, he analyses the first issue in some detail, focusing on the project of the publication and the texts included therein. In conclusion, he recognizes the decisive role of *Mensagem* in the break with colonial literature and in the affirmation of an Angolan literature.

Keywords: *Mensagem*, Angola, literature, modernism

Como é sabido, muitos dos movimentos de rutura estética fizeram o seu aparecimento público através de revistas que a partir de certa altura, por metonímia, passaram a designar o próprio movimento ou a geração por ele marcada. O exemplo mais imediato será o de *Orpheu*, revista luso-brasileira lançada em Lisboa em 1915, pensada para ter periodicidade trimestral. Circunstâncias várias, a começar pelas de tipo financeiro, ditaram a curta vida da revista, que se limitou a dois números. Apesar disso e da reação (violentamente) negativa da crítica e da opinião pública da época, a revista acabaria por marcar decisivamente o panorama literário e artístico, afirmando assim aquela que ficaria conhecida como geração *de Orpheu*.

Algo de semelhante aconteceu um pouco por todo o Ocidente, sobretudo no período entre as duas grandes guerras mundiais. Dando continuidade a uma prática que vinha do século anterior, multiplicam-se as revistas literárias que funcionam, de acordo com Clara Rocha, como “um dos mais importantes modos de afirmação dum grupo, geração, movimento ou vanguarda” (ROCHA, 2001: col. 742). Embora marcadas muitas vezes pela efemeridade, constituíam uma alternativa eficaz ao livro, proporcionando a muitos jovens e a escritores ainda não consagrados um contacto com o público que de outro modo seria difícil. Por outro lado, como sublinha ainda Clara Rocha, tais revistas, beneficiando da dinâmica coletiva, funcionam como “[e]spaço de criação em grupo que obedece a mecanismos próprios de estímulo mútuo, censura e correção, aprendizagem e formação ideológica ou estética” (ROCHA, 2001: col. 742).

No caso de outro país de língua portuguesa, o Brasil, é bem conhecido o exemplo dos periódicos paulistas *Klaxon* (que publicou nove números entre 1922 e o ano seguinte) e *Revista de Antropofagia* (com um total de 25 números, divididos em duas fases, entre 1928 e 1929). Em África, publicações desse tipo são mais tardias, destacando-se algumas das então colónias portuguesas pelo seu pioneirismo. É o caso de Cabo Verde, com a revista *Claridade*, fundada em 1936 (e só extinta em 1966, embora a repercussão mais forte tenha sido obtida com os três números iniciais, publicados entre 1936 e 1937). É o caso também de Angola, com *Mensagem*, que iremos ver em particular, lançada bem mais tarde, em 1951, com uma periodicidade trimestral que não pôde ser cumprida e cuja atividade se extinguiria no ano seguinte. É o caso ainda de Moçambique, com a folha de poesia *Msaho*, que publicou um único número em 1952.

Note-se que importantes revistas em língua inglesa apareceram bastante depois: a *Black Orpheus* surgiu em 1957, na Nigéria, mantendo a sua atividade até 1975, tendo apoiado a fase inicial da carreira de escritores tão importantes como Chinua Achebe ou Christopher Okigbo e dando a conhecer aos leitores de língua inglesa autores africanos que escreviam em francês ou português; a *Transition* é ainda mais tardia, tendo surgido em 1961, em Kampala, capital de um Uganda que só obteria a sua independência no ano seguinte, tendo-se também destacado pela publicação de jovens escritores, como o já referido Achebe, Ngugi wa Thiong'o ou Nadine Gordimer.

O domínio colonial sobre o continente será a explicação mais imediata para este relativo desfasamento cronológico, em parte compensado pelo aparecimento de publicações periódicas mais ou menos do mesmo tipo em algumas das então metrópoles. Foi esse o caso da *Présence africaine*, fundada em 1947, em Paris, por Alioune Diop e com periodicidade semestral, e da *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império, lançada no ano seguinte, em Lisboa, com uma periodicidade irregular que se estenderia até 1964.

O referido lapso cronológico entre as publicações europeias e americanas e as de África explica ainda uma outra diferença: o facto de estas últimas serem mais modernas que propriamente modernistas, no sentido de estarem mais voltadas para a criação ou consolidação de uma outra forma de literatura, que poderíamos genericamente designar como uma literatura africana, e não tanto para a promoção de uma vanguarda estética. Significa isto que as revistas africanas tendem a ter uma preocupação que não é apenas literária e estética, mas que tem também uma dimensão social e política.

Essa é também uma das características da *Mensagem* de Luanda, título que seria tomado para designar uma geração literária associada com um momento de rutura e de afirmação decisiva de uma literatura nacional. Apesar disso, e apesar da atenção que a crítica e a historiografia literárias têm dedicado a muitos dos seus colaboradores, *Mensagem* continua por estudar em muitos dos seus aspetos. Note-se, em primeiro lugar, que, num tempo em que a tecnologia torna essas tarefas relativamente fáceis e baratas, não dispomos ainda de uma edição fac-similada nem de uma versão digitalizada *online*, o que ajuda a explicar que muitos se pronunciem sobre uma revista que não consultaram, repetindo e consolidando apreciações imprecisas. Por outro lado, há uma série de questões relacionadas com a materialidade da revista que estão por estudar:

o grafismo, a cor e o papel, por exemplo, mas também a tiragem, a distribuição, o financiamento e a receção – em Luanda e no resto de Angola, mas também na metrópole e nas outras então colónias.

Tanto quanto julgo saber, as únicas informações de que dispomos sobre algumas destas questões são devidas a Mário António,¹ num texto em que se começa justamente por chamar a atenção para a importância da investigação rigorosa e documentada:

A História é preguiçosa, no seu ritmo para alcançar a objectividade dos factos. Mesmo quando ou sobretudo quando do passado recente se trata, vivos todos ou quase todos os intervenientes. Alguém lança, de forma bela, uma palavra, uma frase, e se ela corresponde a uma expectativa social, passa a preencher o facto apetecido – torna-se facto. Os apressados historiadores imediatos aceitarão como dado de facto, sem preocupação de análise, o que não é. A memória, tantas vezes incómoda, pode servir para esclarecer. (OLIVEIRA, 1990: 371)

Fazendo uma apreciação bastante desfavorável da revista, como veremos mais adiante, informa o autor, a certa altura, que o segundo número da revista tivera uma tiragem de 2.000 exemplares, boa parte dos quais teria sido destruída pela “direcção amedrontada da Associação dos Naturais de Angola”, “para evitar a difusão” (OLIVEIRA, 1990: 377). Sugere depois o autor, comentando os obstáculos que o periódico teve de enfrentar, que os condicionalismos se traduziram sobretudo em mecanismos de autorrepressão e de autocensura: “No entanto, não chegou a haver agressão colonial contra a «Mensagem» ou contra a campanha de alfabetização.² Tudo se passou pelos corredores onde se encontravam, com assiduidade, o medo e a repressão.” (OLIVEIRA, 1990: 378).

Outra achega fornecida pelo autor de *Luanda, ilha crioula* diz respeito à receção da revista. Segundo ele,

Sobre “Mensagem” poucas críticas se publicaram. Lembro-me apenas de que o semanário monárquico *Debate*, de Lisboa, inseriu uma curta nota frisando o pequeno lugar que Portugal tinha na criatividade literária dos jovens angolanos. Sobre a campanha de alfabetização, apenas no diário *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, o General Norton de Matos, na sua habitual colaboração, vigilante

¹ OLIVEIRA, 1990: 371-383, texto que retoma uma palestra feita em 1977 e uma publicação em revista datada de 1981 (*Luso-Brazilian Review*, XVIII).

² Um dos propósitos do Departamento Cultural da Anangola, de que se falará mais à frente.

sobre a unidade do Império, se manifestou contra o livro escolhido para a campanha, da autoria dum missionário não-português, o P.º Laubach, e utilizando uma língua africana. Em Angola, essas manifestações não tiveram eco, suponho que não alcançando mais leitores do que os que andavam ligados a essas manifestações protonacionalistas. (OLIVEIRA, 1990: 378)

Não dispondo de imediato de elementos que me permitam discutir estas informações, chamo contudo a atenção, a título meramente exemplificativo, para uma adenda datiloscrita que acompanha o n.º 2-4 do exemplar de *Mensagem* pertencente à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.³ Dirigida “Ao Leitor” e subscrita pelo Departamento Cultural da ANANGOLA, completa a nota intitulada “Justificação” que figura na p. 47 da revista, na qual se explicava a dificuldade de impressão do periódico e a necessidade de recorrer à metrópole dada a incapacidade de resposta da indústria local. A própria nota abre espaço para uma primeira pergunta: estes problemas seriam reais ou resultariam de uma espécie de boicote organizado contra a publicação, antecipando assim o seu encerramento prematuro? A adenda não responde a essa pergunta, mas ilustra, no mínimo, a pequena odisseia que representou a impressão à distância da revista:

Infelizmente da consulta que fizemos a todas as tipografias de Portugal Continental, a tipografia que nos ofereceu mais vantagens económicas foi a Editorial Natura. Confiados na sua honestidade e boa fé entregamos [sic] com a maior confiança todos os nossos trabalhos convencidos de que seríamos [sic] atendidos com a prontidão e perfeição que nos prometeu.

Não queremos a público fazer insinuações, mas nos nossos arquivos poderá ser consultada toda a correspondência trocada entre a Anangola e Natura e por ela cada um poderá fazer o juízo [sic] do que foi para nós a Editorial Natura.

O nosso original foi enviado àquela tipografia em princípios do ano de 1952 e só agora em Janeiro de 1953 foi recebida a Revista, impressa, que mesmo assim vem coalhada de imperfeições como o leitor poderá constatar.

Além de questões como esta – que só em aparência são menores –, há uma série de outras que representam uma lacuna mais difícil de reverter, dado o tempo entretanto decorrido. Importaria tentar reconstituir e avaliar, por exemplo, a *rede* que sustentou a revista e determinou a escolha de colaboradores e de textos. Interessaria também perceber o modo como essa rede intercetou e

³ Cota: 10-11-14-50.

foi intercetada por outras redes, ligadas a outras publicações e a outros espaços, a começar pela do periódico homónimo da Casa dos Estudantes do Império. Valeria ainda a pena tentar compreender o modo como o fim da *Mensagem* de Luanda repercutiu nos seus membros – explicando ou não o diverso alinhamento futuro de alguns deles – e noutros grupos que eles integravam.

Seja como for, enquanto esse trabalho não é feito, podemos pelo menos reler a revista, no sentido de tentarmos encontrar elementos para o esclarecimento de uma questão que não é consensual na historiografia da literatura angolana: a relação de *Mensagem* com a geração homónima.

Salvato Trigo, um dos primeiros ensaístas a abordar o tema com demora, destaca em *A poética da “geração da Mensagem”* o papel decisivo da revista na afirmação de uma nova literatura e o facto de as ações repressivas que sofreu não terem conseguido calar os seus ecos, concluindo assim: “E a «missão» que esta tinha a cumprir foi, na verdade, cumprida.” (TRIGO, 1979: 73). Não obstante, menoriza mais adiante o papel da revista, reconhecendo no fundo a distância que a separa da geração homónima:

Mas de *Mensagem* não é o órgão de divulgação cultural que interessa mais. O que foi importante foi o espírito por ela criado. Foi a ruptura que ela assumiu num contexto em que as forças coloniais se desenvolviam com arrogância e em que a literatura colonial proliferava, querendo-se tradutora de uma cultura angolana que de Angola só tinha o facto de ser nela produzida. (TRIGO, 1979: 75)

Atitude idêntica é a de Mário António, um dos colaboradores de *Mensagem*, como é bem sabido. No trabalho atrás referido, cuja primeira versão escrita data de 1981, começa por reconhecer que:

A charneira da metade do século é o tempo em que se passam os acontecimentos relevantes: entre 1948 e 1952, surgiu e logrou sua primeira expressão o movimento literário que representou o primeiro assomo de uma consciência nacional em Angola, em relação ao qual como até agora, o lugar primeiro foi entregue a Viriato da Cruz (OLIVEIRA, 1990: 373).

Mas a avaliação que faz de *Mensagem* é claramente negativa: “Esse primeiro número de «Mensagem» foi quase uma insignificância: pouco nele foi mais significativo do que o título.” (OLIVEIRA, 1990: 376). Considerando o

periódico como um exemplo do “caldo de ambiguidades que alimentou esta fase de protonacionalismo angolano”, acrescenta que “uma leitura do segundo número da revista não oferece a detecção de uma ideologia coerente” (OLIVEIRA, 1990: 377).

Na mesma linha se posicionou Russel Hamilton, que, reconhecendo embora que “a promessa representada por *Mensagem* era encorajadora” (HAMILTON, 1981: 83), escreve: “Certa hesitação, misturada com uma atitude defensiva, acompanhava uma literatura que cautelosa e mesmo subversivamente procurava estabelecer-se em termos de autonomia e autenticidade” (HAMILTON, 1981: 81). Os equívocos desta apreciação já foram apontados e comentados por Pires Laranjeira (1995: 74), pelo que não se justifica insistir na questão.

Há, no entanto, outros investigadores que têm seguido a mesma linha de leitura. Tal é o caso de Maria Rosa Sil Monteiro, na sua tese de doutoramento, publicada em livro em 2001. Contrariando a ideia que diz estar “praticamente canonizada (...) de que foi a partir da *Mensagem* de Luanda que se afirmou a denúncia das situações de alienação, de aculturação do colonialismo que encerraram o africano no corpo do preto e da condição de ser Preto” (MONTEIRO, 2001: 111), a autora retoma a posição de Mário António e procede a uma análise detalhada do n.º 2-4 da revista, concluindo pela “não consciencialização da «condição de ser Negro» dos *Mensageiros* da *Mensagem de Luanda*, e [pel]as confusões que a revista ingenuamente assume” (MONTEIRO, 2001: 115). Apesar do acerto da análise, haverá talvez alguma precipitação nas conclusões, parcialmente explicável pelo objeto em análise: diferentemente da sua congénere lisboeta, a *Mensagem* de Luanda teve o percurso interrompido quase à partida, ficando assim impedida de consolidar o seu projeto; por outro lado, atuando num meio mais pequeno, com recursos mais limitados e impedida a algumas cedências e compromissos, não pôde aspirar aos mesmos voos da sua homónima. Essa é, aliás, a questão que condiciona a avaliação da investigadora: preocupada em provar a prioridade da *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império – de resto, indesmentível –, aplica as mesmas lentes à revista de Luanda, esperando dela aquilo que ela (ainda) não podia dar. Apesar disso, perante textos de Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Alda Lara, Craveirinha ou Noémia de Sousa, vê-se obrigada a reconhecer, de modo um tanto contraditório: “Nem valerá a pena tecer considerações

aos textos e às figuras acabadas de referir que cabem, é claro, no espírito desta *Mensagem*, mas que há muito a tinham ultrapassado ideológica e esteticamente.” (MONTEIRO, 2001: 117).

Na falta de outros elementos, chamarei rapidamente a atenção para alguns aspetos do número inicial da revista luandense, que Rosa Sil Monteiro não considerou pelo facto de não ter conseguido aceder-lhe. O meu objetivo é o de mostrar que, apesar de uma linguagem por vezes equívoca e ingénua e de compromissos que nos podem hoje parecer cedências excessivas, há nele um inequívoco espírito de modernidade e de angolanidade.

A primeira nota tem que ver com o facto de o projeto da revista ser apresentado, de modo muito claro, sob quatro formas: o poema da capa, “Mensagem”, de Ermelinda Xavier; o texto “Primeiros passos...” (p. 1), que é uma espécie de editorial; a coluna “O nosso programa” (p. 2); e, por fim, o “Regulamento dos Concursos Literários da Associação dos Naturais de Angola” (p. 5). Vejamos alguns pontos de cada um deles.

Ermelinda Xavier pode não parecer uma escolha natural para a capa de uma revista com os propósitos de *Mensagem*. Nascida em 1931 e a estudar, na altura, direito em Coimbra, conheceu António Jacinto na então Nova Lisboa, depois de este a ter ouvido ler um poema na rádio.⁴ A posterior opção de vida em Portugal e o seu percurso poético – condensado num volume de 2016, publicado pouco antes da sua morte – mostram o aparente desacerto da escolha, provavelmente feita pelo autor de “Monangamba”. Destaca-se no poema o apelo à união (“Avante, irmão, demos as mãos/ e comecemos a nossa jornada:”); um esboço de programa (“do amor à nossa terra”); e também uma antevisão das reações negativas (“Haverá judeus,/ coroas de espinhos e escarros;/ não faltarão beijos de judas;/ Virá o Calvário...” – *Mensagem*, 1, 1951, capa). Na versão recolhida em livro – que apresenta algumas diferenças significativas, como acontece aliás com outros textos incluídos na revista –, o poema vem datado de 17 de maio de 1950, o que pode indicar uma de duas coisas: ou que não foi escrito para *Mensagem* ou que, a tê-lo sido, a revista teria sido planeada para sair mais cedo, antes, portanto, de julho de 1951. Seja como for, importa sublinhar a imagética religiosa do poema queedulcora o que poderia haver de revolucionário no “canto moço e ousado” que se proclama. Por outro

⁴ Parte da informação é avançada por Mário António (Oliveira, 1990: 376), tendo sido depois ampliada por Rui Vaz Pinto (XAVIER, 2016: [8]).

lado, o recurso frequente a formas verbais com mesóclise (“altear-se-lhes-á”, “dar-lhes-emos”, “Arrastá-los-emos”) é um dos muitos sinais da fragilidade técnica da verzejadora.

“Primeiros passos...” utiliza um registo idêntico. Por um lado, há um compromisso claro com Angola: “«MENSAGEM» será, – nós o queremos! – o marco iniciador de uma Cultura Nova, de Angola e por Angola, fundamentalmente angolana, que os jóvens [sic] da nossa Terra estão construindo.” (*Mensagem*, 1, 1951: 1). Por outro, o apelo fraternal continua a ser expresso numa linguagem um tanto equívoca, com um certo tom religioso:

“MENSAGEM” será a síntese de todas as mensagens de amor, de fraternidade e de esperança, que nós, os jóvens [sic] de Angola, dirigimos a todos os nossos irmãos e a todos os jóvens do Mundo, – por que [sic] é na generosidade da Juventude que fundamentamos os nossos anseios. E a Mocidade, a despontar para a Vida, qual botão de rosa a desabrochar em mil promessas de carinho, saberá ouvir-nos; ouvir-nos e compreender-nos; compreender-nos e ajudar-nos. (*Mensagem*, 1, 1951: 1)

Em “O nosso programa”, o tom é claramente mais assertivo:

Urge criar e levar a Cultura de Angola além fronteiras, na voz altissonante dos nossos poetas e escritores; na paleta e no cinzel seguro dos nossos artistas plásticos; ao som dos acordes triunfais da nossa música que os nossos músicos e compositores irão buscar aos férteis motivos que a nossa Terra, grande e maravilhosa, lhes oferece. (*Mensagem*, 1, 1951: 2)

Junta-se a isso um ambicioso propósito educativo, formulado em linguagem de extração marxista:

É necessário revelar valores ignorados, impondo-os; corrigir hábitos mentais defeituosos; definirmos posições e conceituar a verdadeira Cultura Angolana, livre de todos os agentes decadentes e dirigir a opinião pública para uma corrente sã e estruturalmente valorosa, que quer, pode e há-de impor-se. (*Mensagem*, 1, 1951: 2)

Esse propósito transformador ultrapassa em muito os horizontes da revista, como se percebe mais à frente com a referência a outras iniciativas, como “uma larga campanha para a alfabetização das massas indígenas, no intuito de

e levar o seu nível intelectual” ou a “[f]undação de escolas primárias, médias e técnicas; e, [sic] profissionais, para a valorização e aperfeiçoamento dos processos de trabalhos [sic] do nosso operário”; ou ainda a “[c]riação de bibliotecas, salas de leitura e bibliotecas móveis” (*Mensagem*, 1, 1951: 2). Embora muitas destas iniciativas tenham ficado por concretizar, é a própria revista quem dá conta do sucesso de uma delas: o dispensário-creche construído pela ANANGOLA, a que são dedicadas três páginas e as únicas fotos deste número inaugural.

O último dos textos em que se dá conta do projeto da revista é o Regulamento dos Concursos Literários. Determina o seu ponto 8 que “[a]s composições poéticas, de todos os géneros e escolas, deverão ser de tema ou inspiração angolana.” (*Mensagem*, 1, 1951: 5). Todos sabemos – e os promotores do concurso também o sabiam – que uma literatura nacional não se define por um conjunto de temas e que é possível fazer literatura angolana sem que o tema ou a inspiração sejam angolanos. De qualquer modo, em conjunto com os outros quatro textos programáticos, também este regulamento mostra um propósito claro de afirmação de Angola, da sua cultura e da sua literatura.

Quanto ao resto da revista, creio que há apenas um texto que se afasta dessa orientação: “A colonização e o «Exército da Resistência»”, de Agnello Paiva, vice-presidente da ANANGOLA. Publicado certamente por razões de equilíbrio de correntes internas dentro do grupo, exalta a colonização portuguesa da Huíla e destaca o papel dos primeiros colonizadores, que teriam sabido enfrentar as dificuldades, apesar da falta de apoio do estado. O apelo final revela com clareza a orientação política do autor: “Na esperança dos grandes dias, relanceemos o olhar para o passado e firmemos afincadamente os pés na terra, que é nossa, a fim de podermos continuar a luta, nimbada de lusitanidade, e fazermos ouvir a nossa voz, quando ela tiver de gritar: Aqui é Portugal!” (*Mensagem*, 1, 1951: 3).

Há também alguns poemas com escasso interesse para o projeto de *Mensagem* exposto nos textos programáticos (como um soneto de Manuel José Jeremias, na p. 10, ou uma composição de Lília da Fonseca, na p. 12), mas eles são minoria num conjunto que inclui, por exemplo, dois poemas de Viriato da Cruz que viriam a tornar-se emblemáticos: “Mãe Negra” (p. 4) e “Namoro” (p. 7). Publicados em página inteira – o que é sintomático, até pelo facto de evitar ‘partir’ os versos muito longos, tornando mais visível a radicalidade da

proposta rítmica –, tais poemas ilustram bem dois dos caminhos do projeto da revista: por um lado, um impulso universalista, que em “Mãe Negra” assume uma dimensão negritudinista; por outro, uma dimensão local, intimista, dando conta de um processo de crescimento de um sujeito – como homem capaz de seduzir, sem intermediários nem ‘truques’, uma mulher, mas também como membro de uma sociedade de classes.

Temos ainda “Desfile de sombras” (p. 12), de Agostinho Neto, que, na sua linguagem metafórica, anuncia um tempo de luta que devolva a forma humana às sombras: “Às que não-de vir/ mostrarei essas cadeias quebradas/ e com elas repartirei/ o meu desejo de ser onda/ neste desfile dos tristes/ que se perdem.” Mais claro ainda é o anúncio de Antero Abreu em “Uma canção de Primavera” (p. 10): “E ainda vejo o que ninguém mais vê:/ Vejo a flor a desenhar-se em fruto./ E quer ela o dê, quer não dê,/ É esse o fim por que luto.”

Noutro registo, há textos em prosa que acompanham essa orientação, como é o caso da primeira parte de um artigo de Mário Pinto de Andrade sobre o kimbundu (p. 6) e um excerto de “Uanga”, de Óscar Ribas. Parecendo uma simples revisão bibliográfica, o primeiro é importante pelo facto de evidenciar o muito que já se tinha escrito, e quase sempre por linguistas estrangeiros, sobre uma das línguas nacionais de Angola, ao mesmo tempo que se apontam as lacunas no seu estudo. Quanto ao segundo, o interesse está sobretudo no sinal que dá quanto à necessidade de valorizar a cultura tradicional, recolhendo e estudando as suas manifestações.

Terminado este breve percurso pelo número inaugural de *Mensagem*, creio que ficou bem demonstrado o equívoco de Mário António ao considerá-lo pouco mais que uma insignificância. É que, além daquilo que é imediatamente legível, 70 anos depois, porque está escrito num código grafemático que nos é comum – e isso é muito, como espero ter deixado claro –, há uma série de outros sinais que o tempo passado nos impede de ver. Talvez precisemos de passar pela bonita experiência de que nos fala a classicista, romancista e cronista espanhola Irene Vallejo num texto recente:

He aprendido a leer por segunda vez. A través de los ojos de mi hijo, he revivido aquel asombro ante el misterio intacto de las letras, el esfuerzo del desciframiento, la tarea lenta y balbuciente de ordeñarles su sentido a las palabras. Mis labios han vuelto a silabear mientras su lengua iba desenmarañando los sonidos ocultos en los signos. No es tarea fácil arrebatrar las páginas al silencio. De niña

no fui consciente, pero ahora me ha fascinado la operación tan extraña, sinestésica y mestiza que implica enseñar a los ojos a escuchar.

Hoje que o tempo colonial, a censura e a repressão são, para a maior parte de nós, um simples dado histórico; hoje que o trabalho à distância está imensamente facilitado pelo desenvolvimento das comunicações; hoje que as dificuldades materiais e financeiras associadas à produção de uma revista são bem menores; hoje que a literatura angolana está bem consolidada e é indiscutível – *Mensagem* pode parecer um pormenor numa cadeia de acontecimentos literários e sociopolíticos. Mas não é assim: basta lê-la com atenção. Ou, sendo necessário, basta que ensinemos os nossos olhos a escutar, envolvendo-os numa operação (histórico-)sinestésica.

Bibliografia

- HAMILTON, Russel G. (1981). *Os descobridores de Angola*. In *Literatura africana literatura necessária*. Vol. I: Angola. Lisboa: Edições 70.
- LARANJEIRA, Pires (1995). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Com a colaboração de Inocência Mata e Elsa Rodrigues dos Santos. Lisboa: Universidade Aberta.
- (1951). *Mensagem: a voz dos naturais de Angola*. Luanda: Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola. 1 (julho).
- MONTEIRO, Maria Rosa da Rocha Valente Sil (2001). *C. E. I. Celeiro do sonho: geração da “Mensagem”*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (1990). *Memória de Luanda (1949-1953): ‘Vamos descobrir Angola!’*. In *Reler África*. Apresentação, rev. e nota bibliográfica por Heitor Gomes Teixeira. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade.
- ROCHA, Clara (2001). *Revista (em Portugal). Biblos*. Vol. IV. Lisboa: Editorial Verbo, cols. 740-746.
- TRIGO, Salvato (1979). *A poética da geração da “Mensagem”*. Porto: Brasília Editora.
- VALLEJO, Irene (2021). *Te leo como un libro*. “El País”. 28 ago. [Consult. 07 set. 2021]. Disponível em <https://elpais.com/eps/2021-08-28/te-leo-como-un-libro.html?event_log=oklogin>.
- XAVIER, Ermelinda (2016) – *Barro e luz* [Poesia completa]. Porto: UNICEPE.

O VENTO QUE PASSA: FIM DAS CERTEZAS HERDADAS

The wind that passes: end of inherited certainties

Jane Tutikian

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Trata este estudo da análise do livro *O vento que passa*, de José Luís Pires Laranjeira, sob a ótica da pós-utopia. Ou seja: investiga o modo como o sujeito lírico dialoga com a contemporaneidade, caracterizada pela crise dos valores absolutos, que, até então, referenciavam a civilização, e as consequentes novas formas de relações interpessoais, onde o único traço comum é o individualismo. Ambos – crise e individualismo – expressam a falta de uma genuína comunicação, o desamor e a solidão. É através desse diálogo / confronto que Pires Laranjeira vai desconstruindo toda e qualquer certeza herdada. Foram utilizados como referenciais teóricos trabalhos de Compagnon, Bloch-Michel, Camargo e Haroldo de Campos, entre outros.

Palavras-chave: Poesia. Pós-utopia. Crise. Individualismo.

Abstract: This study deals with the analysis of the book *O vento que passa* by José Luís Pires Laranjeira, from the perspective of post-utopia. In other words: it investigates how the lyrical subject dialogues with contemporaneity, characterized by the crisis of absolute values, which, until then, guided civilization for centuries, and the consequent new forms of interpersonal relationships, where the only common feature is individualism. Both – crisis and individualism – express a lack of genuine communication, a lack of love and loneliness. It is through this dialogue / confrontation that Pires Laranjeira deconstructs any and all inherited certainty. The theoretical framework is based on Compagnon, Bloch-Michel, Camargo and Haroldo de Campos and others.

Keywords: Poetry, post-utopia, crisis, individualism

Ao Pires, um dos grandes responsáveis pela minha formação em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, com minha gratidão.

Ao Pires poeta, dono de uma sensibilidade ímpar, minha admiração.

Ao Pires amigo minha gratidão, admiração e homenagem.

J.T.

Basta que olhemos ao redor para que possamos, nós, os simples mortais do século passado, observar o já observado por Octavio Paz (1991): a crise das idéias, dos parâmetros e das crenças básicas, dos absolutos religiosos ou filosóficos, éticos ou estéticos, que moveram a humanidade por todos os séculos. Nossa sociedade é a primeira que tenta viver sem uma doutrina além da histórica, nossos absolutos religiosos, éticos e estéticos deixaram de ser coletivos para ser individuais.

E é graças ao individualismo que as idéias, os sentimentos, a arte, o amor, a amizade e as próprias pessoas vão se fragilizando em sua essencialidade, vivenciando, não raro, o estranhamento. O universo da diferença cava seu próprio destino. O ar, as águas e as florestas foram contaminados. Muito ouvi “ainda bem que temos a net e a internet”. Sem dúvida me somo a essas vozes, mas ciente de que nada substitui o olho no olho, o toque de mão, o abraço. Se antes da pandemia já havíamos trocado o toque de pele pelo toque nas teclas de um smartphone, agora, não somos mais do que uma imensa rede de solidão.

É nesses momentos que a poesia se faz mais necessária do que nunca. Ela é ponte, revela mesmo quando esconde e, nesse sentido, é ato ou negação do ato, é uma forma de libertação.

O poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade diz em “O lutador” que “lutar com palavras/ é a luta mais vã. Entanto lutamos/ mal rompe a manhã”. E continua lutando: “Tamanha paixão/ e nenhum pecúlio/ Cerradas as portas,/ a luta prossegue / nas ruas do sono” (ANDRADE, 2012: 72).

Ora, há poetas que lutam com as palavras e as aprisionam, tentando possuir o mundo, mas há poetas que lutam com as palavras, e as libertam para que o mundo, em liberdade, se revele. E, entenda-se por mundo a revelação do humano e do ser na vida. Eles, estes poetas, causam perplexidade e comprometimento, impossibilitam o distanciamento entre o ser o que se é e o viver o que se vive. Propõem o espelhamento em que poesia reflete vida, humano e

sociedade e sua subversão é a ruptura com o equilíbrio, numa explosão de imagem, movimento, recriação, liberdade, som, cor e inquietação e reação. Eles mergulham no realismo perceptual para tirar dele uma realidade mesma e outra. São os mensageiros de uma realidade mais sentida, mais vivida, mais pele, mais poema no que o poema tem de vida, a mesma que emana de *O vento que passa* (2013), do Pires Laranjeira, o nosso querido Pires, que tanto fez e faz pelas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e que responde também pela arte.

Este é seu quarto livro de poemas. Antecedem-no *Vinte e seis poemas iniciais* (1971), *As portas do corpo* (1980), *As figuras de estilo e outras figuras* (1990).

O vento que passa coloca à nossa frente um outro Pires, o poeta e o desenhista / ilustrador. É um livro de 2013, e o recebi das mãos do poeta e amigo, num Colóquio no Brasil, em Tangará da Serra, numa conversa de encontro e de vida. Na dedicatória, Pires o definiu como “texto-livro sobre (des)amores e outras coisas”.

De fato, *O vento que passa* é um livro do nosso tempo, um tempo de (des)amores, marcado pela crise e pela solidão, fazendo com que nos reconheçamos fragmentados e nos reconheçamos no nosso entorno, espaço e tempo.

Trata-se de um conjunto de 15 poemas – ou um poema de 15 partes – que está inserido na busca pela criação e pela experiência – aliada à tradição ou não, e ao exercício da linguagem. Ou seja, o conjunto de poemas está num plano de diálogo entre o amador e o objeto do amor e da busca da realização amorosa. Um diálogo e uma busca que, por sua vez, incluem o sujeito lírico e seu estar num mundo, neste tempo, que é o nosso. As palavras ecoam, às vezes, um eco surdo. Não há resposta. Até porque “Os tempos não estão para brincadeiras.” (LARANJEIRA, 2013:17), nem amor, nem amigos, o sexo aleatório, “a sexta forma de sexo/ quando o mundo embruteceu/ ou



há riso a mais/ na máscara da crise.” (LARANJEIRA, 2013: 18).

Não interessa a Pires Laranjeira desvendar verdades transcendentais, mas – e aqui recorro a Compagnon, (2020: 38) – seu sujeito lírico lida com a verdade “latente, potencialmente presente, escondida fora da consciência, imanente, singular e, até aí, inexprimível”. É a união de vida e arte no presente, com sua percepção, seu sentimento, sua crítica e, por que não dizer, sua súplica. É o presente que poderia ter sido no passado e que se espera seja futuro. Na verdade, *O vento que passa* está em uma das chaves consideradas como “uma poesia que descarna e lima a linguagem até atingir o fingimento de que o verso e a realidade são uma coisa só, encenando como poético o sentido literal das palavras, imediato às coisas e à experiência ali apresentada.” (COMPAGNON, 2020: 132).

Diz o poema 3:

Tu és eleita para colmatar
as brechas do gelo,
em linguagem técnica
não necessariamente fria e seca
e também o excesso de calor
Tu és a que dominas
mais do que todos
[...]
porque seduzes o que não te interessa
pelo prazer da presa.
Somos prisioneiros
pós-modernos
do pó bíblico
e das redes aracnídeas.
Tu és mais
por quem me apaixono todos os dias. (LARANJEIRA, 2013: 19)

E, se há a súplica do poeta para que a amada não vá embora, há também a constatação do sujeito lírico de que: “Lanças farpas e chispas/ contra minhas utopias/ e depois adormeces no meu colo/ como um peluche enfeitado/ e seguro de si/ como se nada tivesse acontecido/ como se gostasses de mim/ e eu acredito.” (LARANJEIRA, 2013: 21-2).

Poderia recorrer ao ensaio de Haroldo de Campos, que avalia que o poema pós-utópico é aquele que já não se enquadra num movimento coletivo, mas, antes, demonstra o conhecimento da tradição, procurando o enfoque da obra aberta.

Nessa acepção, a poesia viável do presente é uma poesia de pós-vanguarda, não porque seja pós-moderna ou antimoderna, mas porque é pós-utópica. Ao projeto totalizador da vanguarda, que, no limite, só a utopia redentora pode sustentar, sucede a pluralização das poéticas possíveis. Ao princípio-esperança voltado para o futuro, sucede o princípio-realidade, fundamento ancorado no presente. [...] (LARANJEIRA, 2013: 268-269).

É neste princípio-realidade que Pires Laranjeira funda seu poema. O passado é “beleza desperdiçada” (LARANJEIRA, 2013: 13) e o futuro, o incerto.

Oh quanta ansiedade!
Não é possível viver assim
Em cada canto da cidade
mundos paralelos
perdidos no tempo.
Como posso saber se o teu coração bate apressado?
Será que te alimentas bem?
Comes sopa salada e salsicha
com arroz xau-xau
dos chineses da esquina? Comes bem?
Como adivinhar os presságios
febres de ouvido
emoções repentinas?
Como controlar as batidas das baquetas
coronárias?
O que faz a sociedade líquida?
O que faz
não responder? (LARANJEIRA, 2013: 35-38)

Ora, se a fluidez e a fragilidade das relações interpessoais estão postas “nesses mundos paralelos/ perdidos no tempo” (LARANJEIRA, 2013: 35-38), se a superficialidade caracteriza relacionamentos amorosos substituídos por conexões, se o prazer se põe acima do sentimento, a instauração do silêncio é

inexorável. Por um lado, ele é a ausência de som, da palavra, da resposta. Por outro, ele nunca é vazio, como quer Breton (2006), ele não é omissão, é resposta velada neste mundo caótico. Resposta que o sujeito lírico não ouve, mas que se inscreve no seu interior. Se há o uso reiterado de “Oh não/ não vás agora”, e este é o grande eixo a atravessar a obra de Pires Laranjeira, o silêncio deixa de ser vazio para ser resposta, cuja audição é realizada pela interioridade do sujeito lírico. Em outras palavras, existe, sim, uma tentativa de ser escutado pela pessoa amada, mas a voz é apenas sentida como presença, não é presença de fato. Até porque o objeto amado pertence a uma outra esfera.

Há uma existência perfeitamente separada entre o sujeito lírico e a pessoa amada, mas a também ausência de toda a relação com aquilo que rodeia o sujeito lírico e ele próprio. O presente é o tempo do solipsismo, da estranheza e da solidão. “Trata-se de um mundo sem amor, uma vez que o amor é um meio de comunicação, posto que não existe amor sem uma forma de comunicação” (BLOCH-MICHEL, 1967: 68)

Se não há presença de fato, se não há efetiva relação entre dois seres, neste mundo caótico, cabe ao sujeito lírico inventá-la. É o que ele faz. É do poema 7:

[...]
oh! cada vez mais
cada vez mais ausente
que loucura!
Tu precisas
dos beijos descomplicados
conceitos imediatos
quando a vaga multidão
se aproxima e tudo engole
és uma necessitada
coitadinha
de afeto muito simples
com a pontinha dos dedos
na face fria
nas mãos gélidas
literalmente geladas
ó pobre coitada sem calor humano!
Tu precisas

ora essa
e eu de ti
[...]
Tu precisas de mim
[...]

coisas simples
os afetos
tu precisas
eu preciso
a filha-gata necessita
todos necessitados
coitadinhos
é assim a vida.

Contigo torno-me infantil
retorno-me
nem sei como aceder
ao mais ínfimo dos pormenores
[...]
Quando não estás
nunca podes estar
aqui estou consternado
exposto na roda da solidão
com as costelas à mostra. (LARANJEIRA, 2013: 41-43)

E a inventa utilizando, muitas vezes, uma linguagem que se pode chamar de “dicção marginal”. Evidentemente que nada é gratuito em *O vento que passa!* O desejo de comunicar o intrinsecamente incomunicável, “a ciência do indizível” (LARANJEIRA, 2013: 47). Há, no poeta Pires Laranjeira um conjunto de sentimentos, uma vasta interioridade que tem na recuperação da experiência de vida a fonte que sustenta os motivos do poema, daí decorrendo outros gestos poéticos que dão à linguagem importante inovação necessária à criação da ilusão de realidade.

Cabe, aqui, um comentário interessante de G. O. de Camargo:

Porém, a experiência de vida na poesia contemporânea não significa coincidir o sujeito da escrita com o sujeito empírico, que estaria ali a cantar suas

vivências pessoais, num processo de identidade ao modo postulado pelos românticos. O que se nota é a tentativa de fazer com que a palavra atinja o efeito da experiência imediata do real, minimizando e fragmentando na construção do poético as noções de pensamento sobre as de poesia, que marcam uma das vertentes da lírica moderna. (CAMARGO, 2020: 131)

Quer dizer, o conjunto de poemas em tela não é o cenário dos sentimentos ou da expressividade do sujeito empírico transfigurado em sujeito lírico. É, isso sim, matéria moldada pelo exterior e pela experiência nesta “sociedade líquida/ de paraísos improdutivos” (LARANJEIRA, 2013: 68).

Observei, anteriormente, que o objeto amado pertence a outra esfera e assim o entendo. Não tem nome, nem rosto, nem mãos. E, aqui, por ventura, reside a maior riqueza de *O vento que passa*. O objeto do amor – que pode ser múltiplo – nasce do próprio ato da escrita do conjunto de poemas. Nasce no papel, é um intervalo entre “o ser e o não ser” (LARANJEIRA, 2013: 43) e, não raro, se confunde com o próprio poema, ou seja, trata-se de um “amor irreal”, “fingimento” (LARANJEIRA, 2013: 78), como quer Pessoa. Abro um parênteses para lembrar que a intertextualidade, inclusive com Álvaro de Campos – “comendo chocolates/ por cima da tabacaria...” (LARANJEIRA, 2013: 78), é presença nesta construção, marca importante da poesia contemporânea.

Ora, sendo José Luís Pires Laranjeira o grande professor de literatura, internacionalmente conhecido por seus livros e suas posições e, sendo o objeto do amor confundido com o próprio conjunto de poemas, a presença da meta-poesia é constante e de uma lucidez absolutamente fantástica. Chega mesmo a ironizá-la com relação à atitude romântica (LARANJEIRA, 2013: 48). É muito interessante a consciência do código poético na criação em processo. “porque tocas o intangível/ oh poesia/ mas não abuses da sorte... (LARANJEIRA, 2013:20). A palavra é arma: “Com medo de não ter/ espantas o medo para longe/ com a lança da palavra/ e escreves paixão/ e eu/ que escrevo? A quem escrevo?” (LARANJEIRA, 2013: 27).

Na verdade, *O vento que passa* traz a própria teoria poética, autorreflexiva de Pires Laranjeira, no poema de número 10:

Como podes enervar
a escrita das fobias
que enaltecem as livres falas?

Não olhes para o lado
com palavras incandescentes
e mortais
não
não te ergas contra
seja o que for
que em mim fala por outro
não penses rente à palavra
não e não
não sejas juíza de códigos
de ti própria
nem parceira sem juízo
não saias por aí à toa
não te precipites
não ganhes raiva à cintura
nem aceites a dor de saber
que a face límpida
custa a limpar.
Não digas uma palavra a mais
nem suspendas
o que podias ter dito
e salvar uma vida
por acaso.
Não fujas ao doce enlevo
da contradição ligeira
do tempo repousado
na serena prova do mel.
Sobretudo não fujas!
Tens tantas causas
por palavras e obras
tanta fome
que veremos armas
em mãos proibidas pelas ruas da cidade.
Não renunciies
e acredita além do nada
que há vida canto e dor. (LARANJEIRA, 2013: 62-63)

Ainda que reconheça “**Tu és o meu futuro/ o teu passado longínquo/ eu/ que conheces por antecipação**” (LARANJEIRA, 2013: 47), há um momento

em que o poeta-sujeito-lírico decide dar liberdade ao objeto amado e ao poema, (Poemas 12, 13 e 14.), dentro da concepção de que “É o princípio da poesia capital/ vender liberdade/ e ritmo muito ritmo muito muito ritmo!” (LARANJEIRA, 2013: 79). Entretanto, tem consciência de que é mais do que isso e retoma seu pedido para que não vá embora, não porque a reconhece, mas porque ela reconhece a si própria. Pede que não vá embora “até que adormeça A DOCE LEMBRANÇA DO QUE PODIA TER SIDO”. (LARANJEIRA, 2013: 90).

Evidentemente que o sentido e a caixa alta do último verso não são gratuitos – como nada é em *O vento que passa*. Vida e poema se dão em um mutualismo que, apesar de toda a ruptura percorrida da ordem das coisas e do mundo, como é próprio da poesia contemporânea, fecha seu ciclo na tradição aristotélica, ou seja, a poesia opera sobre ações que pertencem ao domínio do possível, no sentido atribuído pela *Poética*, e o domínio do possível corresponde ao que poderia ter sido. O domínio do possível abarca o “que poderia ter sido” – não só no sentido de um possível passado, mas também de um possível presente ou futuro.

É como Pires Laranjeira sintetiza a corrosão da vida pós-utópica. O poeta parte do desastre desse tempo, que enfrenta com um olhar diferenciado, num mundo marcado pela crise de valores, que impele o sujeito à solidão e questiona a poesia num mundo que não tem mais lugar para a literatura. (Quem sabe?)

A leitura de *O vento que passa* é risco e desfazimento de certezas herdadas. É onde reside o prazer de sua leitura: na inquietação semeada na leitura de cada um dos quinze poemas. Fecha-se o livro, continua-se aberto “para dentro”, para descobertas outras através da amplitude estética e vivencial de um poeta maduro, capaz de mobilizar sentimentos e pensamentos.

Bibliografia

- ANDRADE, Carlos Drummond (2012). *Claro Enigma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BLOCH-MICHEL, J. (1967). *La nueva novela*. Madrid: Guadarrama.
- BRETON, David Le (2006). *El silencio*. Madrid: Sequitur.

- CAMARGO, G. O. (2020). *Considerações sobre a poesia portuguesa contemporânea*. “Leitura de texto poético”. 16: 31 (jun./set.), pp.126-148.
- CAMPOS, Haroldo de (1997). *Poesia e modernidade: da morte da arte à constelação. O poema pós-utópico*. In *O arco-íris branco: ensaios de literatura e cultura*. Rio de Janeiro: Imago, pp. 243-269.
- COMPAGNON, Antoine (2009). *Literatura para quê?* Trad. de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- (1999). *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- DICK, André (2012). *Poesia brasileira contemporânea: algumas notas*. “Eutopia: revista de literatura e linguística”. UFPE. 1: 9 (jul.), pp. 98-129.
- FREITAS, Anelise (2017). *Eco-performances poéticas: a produção da presença e o afeto nas cenas contemporâneas de poesia*. In *Anais do XV congresso internacional Abralic*. [Consult. 14 ago. 2021]. Disponível em <https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522171263.pdf>.
- GARRAMUÑO, Florencia (2008). *O império dos sentidos: poesia, cultura e heteronomia*. In PEDROSA, Célia e ALVES, Ida org. *Subjetividades em devir*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- LARANJEIRA, J. L. PIRES (2013). *O vento que passa*. Braga: Crescente Branco.
- PAZ, Octavio (1991). *La quête du présent*. Paris: Gallimard.

**AS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA NA ALEMANHA:
UMA REFLEXÃO POR PARTE DE QUEM SE SEGUIU
A PIRES LARANJEIRA EM COIMBRA**

Lusophone African literatures in Germany:
a reflection by the successor of Pires Laranjeira in Coimbra

Doris Wieser

U. Coimbra / Centro de Literatura Portuguesa

Resumo: Este texto é uma combinação entre uma reflexão pessoal sobre a minha sucessão ao lugar do Professor Pires Laranjeira, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e uma avaliação do estatuto institucional das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Alemanha, país em que nasci e onde me formei. Com este texto pretendo fazer um modesto contributo para a avaliação da escassa presença desta área científica em instituições de ensino superior na Europa.

Palavras-chave: Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Alemanha, sistema de ensino superior

Abstract: This text is a mix between a personal reflection on my succession to the position of Professor Pires Laranjeira, at the Faculty of Arts of the University of Coimbra, and an assessment of the institutional status of African Literatures in Portuguese Language in Germany, the country where I was born and where I graduated. With this text I intend to make a modest contribution to the assessment of the scarce presence of this scientific area in higher education institutions in Europe.

Keywords: Lusophone African Literatures, Germany, higher education system.

Introito

Neste volume de homenagem ao Professor José Luís Pires Laranjeira, começo com umas palavras pessoais. O colega e eu não temos uma longa história comum anterior à minha entrada ao serviço na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), em setembro de 2019, como Professora Auxiliar responsável pela área das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Conhecemo-nos, sim, poucos anos antes, vimo-nos em ocasiões dispersas, sem ter tido muita oportunidade de convívio, tendo eu vivido em Lisboa, primeiro como investigadora de pós-doc e desde 2017 como investigadora FCT, no Centro de Estudos Comparatistas, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. No entanto, desde a minha entrada na FLUC, temos tido conversas longas, não apenas sobre as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, a história e a prática do ensino destas literaturas, mas também sobre os mais diversos temas da vida e do mundo. E é também esse Pires, o Pires-amigo, que quero homenagear com as minhas palavras e a reflexão que aqui partilho: uma pessoa sempre disposta a partilhar a sua experiência de vida, a sua análise do mundo atual – sem se censurar – uma pessoa disposta a partilhar sabedoria e desencanto, alegria e luto. Muito obrigada, Pires, pela camaradagem e pelas tardes passadas no nosso bairro, no Metrópolis, no Samambaia e no quintal da minha casa, por baixo do limoeiro. Que sejam continuadas!

Começo a minha reflexão sobre o lugar das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa nas universidades alemãs, sistema em que me formei, citando o Pires-poeta:

Um lugar comum

para Nhok

Imaginemos sempre
um tempo filosófico
fora de qualquer espaço.
Os temores malignos
sim: as torturas
do sono
da fome
e o medo da morte
dizem-nos que não.

[...]

Não sei que história
podia ter sido
ou que ainda há-de chegar.
Todas as histórias têm lugar!
[...]

Somos daqui
e de qualquer lugar
e havemos de perseguir
sem tempo a perder
o rasto da bola
que resta jogar. (LARANJEIRA, 2014: 41-42)

De onde sou? E que jogo estou a jogar? Que bola estou a perseguir? Pergunto-me isso, com um tom humorístico, à guisa do Pires, sendo eu uma alemã que foi selecionada para um lugar numa universidade portuguesa, na secção do Português, e, em concreto, na área das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Aproveito este momento para refletir sobre a imensa improbabilidade do sistema de ensino superior alemão produzir uma pessoa especializada nesta área.¹

As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no âmbito da Filologia Românica e dos Estudos Africanos na Alemanha

Para explicar a presença, ou melhor, a ausência das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no ensino superior na Alemanha, começo pelo ensino da língua portuguesa. Nas escolas públicas alemãs, o inglês, salvo algumas exceções, é a primeira língua estrangeira que os alunos aprendem e é obrigatória em todos os tipos de escola.² No caso de os alunos aprenderem mais de

¹ Não refletirei sobre a presença ou ausência de académicos/as africanos/as nesta área na Alemanha, uma vez que a área como tal não existe. Se chegar a existir, será o momento mais oportuno para este debate.

² Não é o objetivo deste texto explicar o complexo sistema de ensino de Alemanha que conhece diferentes tipologias de escolas dependendo do Estado Federal (*Hauptschule, Mittelschule, Realschule, Gesamtschule, Gymnasium...*).

uma língua estrangeira (no *Gymnasium* ou na *Gesamtschule*) podem escolher entre francês, latim, espanhol, ou russo³, e em casos raros italiano, turco, ou grego antigo, como segunda ou terceira língua estrangeira. Neste momento, a língua mais escolhida, depois do inglês, é o francês e depois o latim, seguido pelo espanhol.⁴ No entanto, nota-se que o francês e o latim estão a perder terreno. Apenas em casos muito raros, de que são exemplo Berlim ou Dortmund,⁵ os alunos podem escolher português. Em suma, na Alemanha o ensino da língua portuguesa nas escolas é praticamente inexistente.

Qual é o lugar institucional do Português nas universidades alemãs? Comumente as línguas e literaturas românicas formam um departamento (que costuma ser chamado *Seminar* ou *Institut*) com nomes como “Romanisches Seminar”, “Seminar für Romanische Philologie” ou “Institut für Romanistik”. Juntam-se, portanto o Francês, o Espanhol, o Italiano e o Português. Em alguns casos, línguas românicas minoritárias podem ser estudadas de forma complementar, através de cursos de línguas ou de unidades curriculares isoladas ou comparativas (o romeno, o catalão, o galego e as línguas reto-românicas).

Os cursos de licenciatura (*bachelor*) costumam compor-se por duas áreas à escolha (*2-Fach-Bachelor*), dentre as quais uma pode ser o Português. Os requisitos de ingresso para Francês e Espanhol compreendem, quase sempre, conhecimentos prévios da língua, uma vez que se trata de línguas ensinadas nas escolas públicas alemãs. As condições de ingresso para Italiano e Português não preveem conhecimentos prévios, tratando-se de línguas que não são ensinadas (ou são muito pouco ensinadas) nas escolas públicas. Esta situação cria diferenças entre os cursos de Francês e Espanhol por um lado, e de Italiano e Português por outro. No caso dos últimos dois, o ensino nessas línguas é menos comum. As unidades curriculares dos chamados “módulos básicos” costumam ser ensinadas em alemão. Além do mais, os cursos de Francês e Espanhol costumam ter muito mais alunos, uma vez que preparam para uma

³ O russo é oferecido sobretudo nos estados federais da antiga RDA.

⁴ Baseio-me numa estatística elaborada pelo jornal *Die Welt* relativamente ao ano letivo de 2014/15. [Consult. 8 out. 2022]. Disponível em <<https://www.welt.de/wirtschaft/karriere/bildung/article152474201/Diese-Fremdsprachen-koennen-sich-auszahlen.html>>.

⁵ Trata-se da Grundschule Neues Tor, da Kurt-Schwitters-Schule, e da APEGO-Schule, em Berlim (a última é uma escola privada), e do Max-Planck-Gymnasium Dortmund, a única escola alemã que ensina a língua portuguesa até ao *Abitur* (nome do exame final do secundário), desde 1980.

profissão concreta, segura e prestigiada: a de professor/a, via Mestrado em Ensino (*Lehramt*).

Olhando agora mais concretamente para as unidades curriculares, constata-se uma diferença organizacional em relação ao sistema das universidades portuguesas. Na Alemanha, as unidades curriculares não têm títulos e conteúdos pré-definidos, apenas é definida a sua área geral (Literatura, Linguística ou Cultura), a sua tipologia (*Seminar, Übung* ou *Vorlesung*), o seu nível (módulo básico ou avançado), e os ECTS a receber. No sistema alemão, o/a docente é impelido/a, a cada novo semestre, a preencher as unidades curriculares com conteúdos diferentes dos semestres anteriores. Por este motivo, os conteúdos condizem com as áreas de especialização do/a docente e os seus atuais interesses de investigação. Variam tanto as épocas, os géneros literários como as áreas geográficas. Neste sistema, as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa podem ser ensinadas a qualquer momento, sem necessidade da criação de uma nova unidade curricular. Não há nenhum impedimento, o sistema está aberto a esta possibilidade. Mas, na prática, isto acontece muito pouco e de forma apenas espontânea e imprevisível para os alunos. Porquê?

Para compreender melhor esta situação é preciso ter em conta qual é o perfil típico definido nos editais para lugares de Professores de Literatura nos departamentos de Filologia Românica. Pela tradição institucional, estes perfis são, na sua esmagadora maioria, bivalentes, ou seja, os candidatos têm de comprovar a sua competência em pelo menos duas línguas românicas e suas respetivas literaturas, por exemplo Espanhol-Francês, Espanhol-Português, Francês-Italiano. As línguas que não conduzem ao Mestrado em Ensino (Italiano e Português) são combinadas normalmente com uma das línguas necessárias para a frequência dos Mestrados em Ensino (Espanhol e Francês), pelo que a combinação Italiano-Português é a mais difícil de aparecer nos editais. No caso da combinação Espanhol-Português, muitas vezes acrescenta-se, no edital, a área geográfica desejada: América-Latina ou Península Ibérica. Desconheço casos em que África tenha sido indicada como área preferencial, apenas, e mesmo muito raras vezes, África aparece como uma possibilidade opcional. Acrescenta-se que os professores costumam dedicar mais tempo àquela área em que têm mais alunos (Espanhol e Francês). Por este motivo, um professor de Literaturas Ibero-Românicas (Espanhol e Português), costuma dedicar-se mais à área do Espanhol, por uma necessidade institucional.

Neste momento há apenas dois Professores na Alemanha, cuja área de ensino é apenas o Português (sem outra língua). Em ambos os casos o perfil que a respetiva universidade definiu restringe as atividades destes Professores aos Estudos Brasileiros: literatura, cultura e cinema brasileiros. Trata-se da Universidade de Colónia (Jun.-Prof. Dr. Peter W. Schulze) e da Universidade Livre de Berlim (Jun.-Prof. Dr. Mariana Simoni). No último caso, o lugar em questão não pertence ao Departamento de Filologia Românica, mas ao Instituto Latino-Americano, que oferece cursos de pós-graduação, interdisciplinares. Cabe aqui destacar a excecionalidade do lugar de professor/a para Literaturas Românicas e Literatura Comparada, da Universidade de Bayreuth, o único na Alemanha em que África é considerada de forma especial. A professora em questão, Prof. Doutora Ute Fendler, ensina também na escola de pós-graduação em Estudos Africanos (Bigsas) da mesma universidade.

A *Lusitanistik* (nome dado à variante de Português nos cursos alemães) faz parte da lista das 150 “pequenas áreas” (*kleine Fächer*), criada pelo Ministério Federal para o Ensino e a Investigação (*Bundesministerium für Bildung und Forschung*).⁶ Na página, pode-se verificar que atualmente há 7 universidades alemãs (FU Berlin, Frankfurt am Main, Göttingen, Hamburg, Köln, Leipzig, Mainz) com cursos em *Lusitanistik*, e um total de 9 professores/as.⁷ No entanto, esta lista não é atual, faltando Gießen e Munique. A Associação Alemã de Lusitanistas (*Deutscher Lusitanistenverband, DLV*) criou, na sua página web, uma lista mais detalhada das universidades alemãs, austríacas e suíças, nas quais existe o curso de Português, com uma descrição da oferta formativa em cada caso.

Voltando ao início, pergunto: onde cabem as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa neste cenário? Vemos que há a possibilidade de serem ensinadas dentro dos cursos e estruturas existentes, mas a probabilidade de serem realmente ensinadas é baixa e se são ensinadas é de forma espontânea, aleatória, não havendo nenhuma possibilidade para os alunos escolherem a universidade de acordo com a existência desta área nos currícula.

⁶ <https://www.kleinaeaeher.de/> [Consult. 8 out. 2022].

⁷ Para comparar, os Estudos Latino-americanos (*Lateinamerikanistik*) estão registados em *kleine Fächer* com 14,5 professores/as em 11 universidades [Consult. 8 out. 2022].

Cabe perguntarmo-nos agora: O que é que acontece nos centros ou departamentos de estudos africanos na Alemanha? Qual é o lugar do português nestas unidades orgânicas? Infelizmente, o panorama não é muito melhor e voltamos ao problema inicial: os alunos alemães não aprendem português na escola, pelo que os departamentos de estudos africanos se focam muito mais nos países africanos de língua inglesa e francesa, excluindo na maioria dos casos o português (e também o espanhol) dos seus currícula. Isto não significa que não existam cursos de língua, ou alguma disciplina sobre os PALOP de forma espontânea, um pouco como no caso dos departamentos de Filologia Românica.

De qualquer forma, à semelhança do que acontece em Portugal, os Estudos Africanos são uma área interdisciplinar, pelo que as Literaturas não são a área privilegiada nestes cursos. São antes as línguas africanas, a Linguística, História, Etnologia, Religião e a Sociologia que têm lugares de destaque. Na Alemanha, a área principal dos cursos em Estudos Africanos é, na maioria das vezes, a Linguística (o estudo das línguas africanas).

Também a *Afrikanistik* consta da já mencionada lista das “áreas pequenas”. De facto, é maior que a *Lusitanistik*, contando atualmente com 17 professores/as em 8 universidades (Bayreuth, HU Berlin, Frankfurt am Main, Hamburg, Köln, Leipzig, Mainz, Marburg). De novo, pode-se constatar que a lista não é atual, pois não aparece o recentemente fundado Africa Centre for Transregional Research (ACT) da Universidade de Freiburg; e podemos acrescentar também Viena, na Áustria; Marburg entretanto fechou a sua *Afrikanistik*.

A nível de pós-graduação, as universidades alemãs que oferecem cursos de Português ou Estudos Africanos estão abertas a projetos de investigação na área das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Não há nenhum impedimento formal à escolha de um projeto nessa área, há apenas a dificuldade de encontrar um/a orientador/a. Também a nível da investigação, o cenário é mais alentador, uma vez que há várias associações académicas que organizam congressos com regularidade, nos quais as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa não são só bem-vindas, mas têm tido alguma visibilidade nos últimos anos. Destaco a já mencionada Associação Alemã de Lusitanistas (*Deutscher Lusitanistenverband, DLV*) e a Sociedade Alemã para os Países Africanos de

Língua Portuguesa (*Deutsche Gesellschaft für die afrikanischen Staaten portugiesischer Sprache, DASP*). A presença da área nas associações de Estudos Africanos tem sido mais escassa, sobretudo na Associação de Africanística (*Fachverband Afrikanistik*), muito centrada na linguística (no estudo das línguas africanas). A Associação de Estudos Africanos na Alemanha (*Vereinigung für Afrikawissenschaften in Deutschland, VAD*) tende a conceder mais espaço às literaturas.

Coda

Não é minha intenção apresentar um plano estratégico para a institucionalização das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Alemanha. Trata-se de uma tarefa difícil, uma vez que o número de alunos/as, já na área mais vasta do Português, é escasso. Nota-se, no entanto, um crescimento no interesse de quem estuda e de quem ensina a área do Português na Alemanha, verificável pelo crescente número de comunicações à volta das literaturas africanas nos congressos da Associação Alemã de Lusitanistas. Este crescimento deve-se certamente à expansão destas literaturas após as independências. A Filologia Românica, o Português, a chamada *Lusitanistik*, abrir-se-á certamente cada vez mais a esta “literatura necessária” (como a chamava Russell Hamilton), porque é academicamente impossível ignorar esta produção cada vez mais substancial e diversificada.

Cabe referir ainda que a situação delineada no contexto alemão se verifica também, com algumas diferenças, noutros países europeus onde o português é uma língua estrangeira pouco ensinada nas escolas públicas. A situação do Português no ensino superior nestes países é comparável à situação das línguas e literaturas estrangeiras em Portugal, que sempre se estudam em combinações de duas línguas no âmbito de cursos de Línguas Modernas. Para ser mais precisa, assemelha-se sobretudo à situação atual do alemão (Estudos Germanísticos) ou do italiano, em Portugal, uma vez que essas línguas não são (ou já não são) ensinadas sistematicamente nas escolas de ensino básico ou secundário. Dentro dessas combinações, o espaço de cada uma das áreas escolhidas já é reduzido a metade, e dentro dessa metade, infelizmente, as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa não ganharam ainda muito terreno. Mas são inegáveis o crescente interesse e a crescente produção científica em vários países europeus.

A modo de conclusão, volto a um registo mais pessoal. Formei-me no sistema pré-Bologna, na Alemanha, onde fiz um *Magister*, na Universidade de Heidelberg, e depois o doutoramento, na Universidade de Göttingen. Foi também em Göttingen que comecei a ensinar, já nos cursos reformados no âmbito dos acordos de Bologna, Literatura Brasileira e Literaturas Hispano-Americanas. Como aluna, nunca, nem em Heidelberg, nem em Göttingen, assisti a aulas sobre Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, porque não havia.

Se cheguei a afirmar-me nessa área foi através da Filologia Românica, em particular da *Lusitanistik* (e não da *Afrikanistik*), e pelo meu trabalho desenvolvido em associações académicas, nomeadamente na Associação Alemã de Lusitanistas – da qual fui secretária, vice-presidente e presidente entre 2013 e 2021 – mas também na DASP, Sociedade Alemã para os Países Africanos de Língua Portuguesa, em que colaborei na organização de vários colóquios como membro da direção. Foi também graças a uma bolsa de investigação de pós-doutoramento da Fundação Alexander von Humboldt que me trouxe, com um projeto nesta área, a Portugal, Lisboa, em 2014. Nesta altura, nunca teria imaginado que chegaria a ser, cinco anos mais tarde, a sucessora do respeitado Professor Pires Laranjeira, em Coimbra. Cheguei até aqui por interesse e escolha pessoal, pelo gosto em correr certos riscos nestas escolhas e pelo atrevimento a concorrer a lugares pouco prováveis. E, por fim, mas não de menor importância, fui bem-sucedida por um imenso investimento pessoal, um trabalho muito intenso durante todos estes anos, que, obviamente, continua. É um desafio muito grande, para quem vem de fora, preencher este lugar na Universidade de Coimbra, onde o meu antecessor acumulou tanto mérito devido à sua enorme contribuição para a solidificação desta área, tanto no panorama das universidades portuguesas, como no palco internacional – mérito bem documentado neste volume de homenagem.

Bibliografia

LARANJEIRA, Pires (2014). *Um lugar comum*. In JORGE, Antonino e FIGUEIREDO, Alfredo de Resende, coord. “Chão de brinco: poesia”. 1. Maia: Cardo Edições, pp. 41-42.

Páginas web de associações

Deutscher Lusitanistenverband e. V. (DLV): <<http://lusitanistenverband.de/>>.

Deutsche Gesellschaft für die Afrikanischen Staaten Portugiesischer Sprache e. V.
(DASP): <<http://www.dasp.eu.com/>>.

Fachverband Afrikanistik e. V.: <http://fachverband-afrikanistik.de>

Vereinigung für Afrikawissenschaften in Deutschland e. V. (VAD): <<https://www.vad-ev.de>>.

**PIRES LARANJEIRA:
CARTOGRAFIA DE UMA OBRA,
MENSAGEM DE UMA VIDA**

Pires Laranjeira: cartography of a work, message of a life

Lola Geraldine Xavier

U. Politécnica de Macau / Instituto Politécnico de Coimbra

Resumo: Pretende-se com este texto traçar a cartografia da obra do Professor Pires Laranjeira. Para isso, o foco recairá na análise das linhas temáticas e cronológicas da sua escrita, vida académica e artística.

Acompanhar-se-á cronológica e tematicamente os seus contributos no âmbito das literaturas africanas. Para isso, faz-se o levantamento da sua bibliografia e identifica-se o percurso, as áreas de interesse e os aportes para os estudos africanos.

No final, concluiu-se sobre a complexidade das facetas de José Luís Pires Laranjeira, o seu papel e legado para a Academia na área das literaturas e culturas africanas de língua portuguesa, mas também a sua face de Jano: poeta e artista multifacetado.

Palavras-chave: Pires Laranjeira, Suffit Kitab Akhenat, artes, literaturas e culturas africanas de língua portuguesa

Abstract: The aim of this text is to make the cartography of Professor Pires Laranjeira's work. For this, the focus will be on the analysis of the thematic and chronological lines of his writing and academic and artistic life.

His contributions to African literatures will be chronologically and thematically followed. For this, a survey of its bibliography is carried out and the path, areas of interest and contributions to African studies are identified.

In the end, we conclude the complexity of the facets of José Luís Pires Laranjeira, his role and legacy for the Academy in the area of Portuguese-speaking African literatures and cultures, but also his face of Janus: poet and multifaceted artist.

Keywords: Pires Laranjeira, Suffit Kitab Akenat, arts, Portuguese-speaking African literatures and cultures

Falar de alguém cuja produção científica e artística se estende por mais de 40 anos, quando para mais se tem um sentido de profunda gratidão pelos ensinamentos e benévola partilha, reconhecida e incomensurável amizade, não permite, *helás*, estar à altura da homenagem que gostaria de prestar a José Luís Pires Laranjeira, pois para esse tributo não é preciso palavras. Como escreveu Suffit Akenat: “73: O olhar diz tudo/ O que é preciso saber/ do corpo biográfico” (AKENAT, 2003: 67). Escreverei, assim, “mais com a emoção do que com o intelecto” (MAISONOEUVRE, 2003: 115).

O texto seguinte está organizado em duas partes: I. “Eu”: Pires Laranjeira ortónimo, o seu percurso académico e cívico, sobretudo; II. “O outro”: Pires Laranjeira heterónimo, a complexidade do seu pensamento artístico. A parte I compõe-se em torno de oito pilares que definem, na minha perspetiva, Pires Laranjeira. Cada uma das partes, introduzida por um haiku, segue a organização da obra de Suffit Kitab Akhenat (2003).

I. Eu

1. Água: “A água solúvel”

“15. Cheguei onde estou/ Mas não me verás como eu/ Gostava de ser” (AKENAT, 2003: 43)

A água representa a vida, a luz, a palavra, o meio de purificação e regeneração, a “infinitude dos possíveis” (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1982: 41). É também símbolo de dualidade. Começamos, pois, pelos biodados de Pires Laranjeira, que nos transportam para a sua dualidade.

Em 25/8/1950, nasce em Melgaço. Até 1955/6, vive em Almada, Lisboa e Entroncamento, morando, depois, num curto período, no Porto e, entre 1957 e 1987, em Rio Tinto, a poucas centenas de metros da Circunvalação, limite do Porto. De 1957 a 1960, passa por três escolas primárias, uma no Porto e duas em Rio Tinto. Entre 1961 e 1968, frequenta o Liceu Nacional de Alexandre Herculano (Porto). Com 14 anos de idade, começa a publicação de textos literários, culturais, críticos ou ensaísticos em jornais e revistas de Lisboa, Porto, Matosinhos, Figueira da Foz, Covilhã, etc., até contabilizar cerca de 130 participações, desde locais e regionais a internacionais de vários países.

De 1969 a 1971 exerce as funções de escriturário judicial no Palácio da Justiça, no Porto. Cumpre o serviço militar de 1971 a 1974, tendo sido destacado para Luanda entre 1972 e 1974. É em Luanda que, a par da vida militar, se inicia na carreira do jornalismo na imprensa, colaborando também na rádio (entre 1973 e 1974). Nos anos letivos de 1977-1980, é professor a tempo parcial em quatro escolas do ensino médio, no distrito do Porto. De 1979 a 1983, é jornalista, na imprensa e na rádio, tendo, em 1980, concluído, como trabalhador-estudante, e também ao abrigo das leis militares, a Licenciatura em Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. No ano letivo de 1980-81, entra, através de concurso, como Assistente estagiário na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Em 1985, passa a Assistente, após concluir o Mestrado em Literaturas Brasileira e Africanas de Língua Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a dissertação *Neo-realismo e negritude na poesia de Francisco José Tenreiro*, orientado pelo Professor Manuel Ferreira, de cuja amizade usufrui e também da esposa, a escritora cabo-verdiana Orlanda Amarílis.

Passa a viver em Coimbra a partir de 1988. Afirma o autor sobre a cidade: “Coimbra, por outro lado, com o seu conservadorismo e doutorice, ajudou-me a ficar mais seco e formal, mesmo na reconhecida informalidade” (Laranjeira, 2014: s/p.).

Apesar de ter tentado estar afastado de cargos, é membro do Conselho Pedagógico da FLUC, de 1987 a 1988 e de 1995 a 1996.

Em 1994, conclui o Doutoramento em Literaturas dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, na Universidade de Coimbra (UC), com a tese *A negritude africana de língua portuguesa*, sob a orientação do Professor Carlos Reis, seu amigo desde a entrada na Faculdade, passando, em seguida, a Professor Auxiliar. Em 1997, torna-se Professor Associado. A partir daí, por variadas razões, nunca fez a prova de Agregação, nem mostrou ter como prioridade alcançar o estatuto de Catedrático. Bastava-lhe ler, escrever, comunicar, debater e ajudar – exatamente tudo o que outros, que o marcaram com o exemplo, a amizade e a colaboração, lhe passaram como práticas de consciência e desalienação.

Durante alguns meses, em 1998-99, com uma bolsa da extinta JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica), fez em França um

estágio pós-doutoral na Universidade de Cergy-Pontoise (Paris), com o Professor Bernard Mouralis, no campo da Negritude, Sociocrítica e Literaturas Africanas de Língua Francesa, acabando por conhecer o Professor Claude Duchet, fundador da Sociocrítica.

Pires Laranjeira, começa, pois, a publicar em 1965. Como ele confirma: “desde sempre, desde que comecei a publicar textos aos 14 anos, segui os meus princípios de curiosidade, rigor, frontalidade, honestidade, fraternidade, resistência e persistência” (Laranjeira, 2014: s/p).

Colabora, desde cedo, em dezenas de jornais e revistas, abrangendo desde a imprensa regional até à de grande circulação, passando por revistas universitárias e culturais, nomeadamente de Portugal, Angola e Brasil, mas também, entre outros países, de Cabo Verde, Espanha, França, Itália, Áustria, Alemanha e Estados Unidos. São vários os autores mais estudados: João-Maria Vilanova, Luandino Vieira, Agostinho Neto, Pepetela, João Melo, Baltasar Lopes, Mia Couto. Poucos são, porém, os autores africanos de língua portuguesa sobre os quais não tenha falado (diretamente). As personalidades mais próximas da sua escrita ensaística e de perfil de vida intelectual, em Portugal, terão sido Manuel Ferreira, Leonel Cosme e Alfredo Margarido. Mas são inúmeros os autores, com os seus escritos e exemplos de vida (em alguns aspetos fundamentais) que o têm inspirado, como, por exemplo, e por ordem aleatória, segundo o próprio, Karl Marx, Albert Camus, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Epicteto, Jaroslav Hasek, Fernando Pessoa, Hafez de Chiraz, Victor Hugo, José Cardoso Pires, Afonso Ribeiro, Honoré de Balzac, Feodor Dostoievsky, Jack Kerouac, Jack London, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Nazim Hikmet, José Luandino Vieira, João-Maria Vilanova, David Mestre, Vergílio Alberto Vieira, Luís de Miranda Rocha, Manuel Afonso Costa, Carlos Reis, Arsénio Mota, Volnyr Santos, Inocência Mata, Fátima Mendonça, Rodrigues Vaz, Jacques Lacan, Sigmund Freud, Emmanuel Levinas, Julia Kristeva, Roger Bastide, Aijaz Ahmad, Umberto Eco, Luís de Camões, Cesário Verde, Camilo Pessanha, Soeiro Pereira Gomes, Óscar Lopes, Eduardo Lourenço, João Cabral de Melo Neto, Corsino Fortes, Natália Correia, Miguel Torga, D. T. Suzuki, Louis Althusser, Claude Duchet, Arthur Rimbaud, Herberto Helder, Stéphane Mallarmé, Bashô, Amadou Hampâté Bâ, Léopold Senghor, Ngugi wa Thiong’o, Walter Mignolo, Virgínia Wolf, Anais Nin, Bocage, Marquês de Sade, Judith Butler, Paul B. Preciado, Paulo Leminsky, Antonio Candido,

Frantz Fanon, Cheik Anta Diop, Paulin Hountondji, V. Y. Mudimbe, Caio Prado Junior, Darcy Ribeiro, Clarice Lispector, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Dalton Trevisan, W. E. B. Du Bois, Gregório de Matos ou B. Traven. Esta enumeração serve para esboçar um mapa incompleto, mas elucidativo, de intelectuais e escritores que muito o tocaram, desde os seus 11 anos de idade.

Poderia dizer sobre ele, o que ele já disse sobre o seu amigo Leonel Cosme:

Leonel Cosme, o co-fundador das Edições Imbondeiro (Sá da Bandeira, Angola, 1960-65), meu grande amigo, com quem tenho convivido desde 1978 e que muito me influenciou no modo de abordar a questão angolana e africana, pela sua maneira de ser, a sua capacidade crítica, o seu saber e a sua filosofia de vida. Um homem notável, daqueles com um comportamento vertical e uma humanidade irrepreensível, além de uma simplicidade desarmante e comovente (LARANJEIRA, 2014: s/p).

2. Luz: “A luz pelo ar”

“16: Ao olhar nos olhos/ Não vemos só um discurso/ Mas a vida toda” (AKENAT, 2003: 45)

A luz representa a evolução, a ordenação do caos, a eternidade, resumindo, “simboliza o desenvolvimento dum ser pela sua evolução” (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1982: 425).

A partir de 1986, Pires Laranjeira colabora com outras instituições de ensino superior em Portugal e no estrangeiro, por exemplo, o Instituto Politécnico da Guarda (Polo de Seia, em 1995) e no Mestrado de Relações Interculturais, da Universidade Aberta (Porto, 1997-2001). No estrangeiro, é colaborador, com cursos breves e outras ações / projetos, na Universidade Estadual de Londrina / Paraná (1986-87 e 2008-10), Universidade Federal do Paraná (Curitiba, 1987), Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 1987), Pontifícia Universidade Católica / MINAS (1996-97), Universidade de São Paulo (1996-97), Universidade Federal Fluminense (2016, projeto do CES / Coimbra), Universidade Paul Valéry / Montpellier (1993), Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau, 1998), Universidade de Salamanca (semestre como Professor visitante, no ano letivo de 1996-97), Universidade Estadual de Santa Catarina (2016, integrado num projeto do CES / Coimbra), ISCED (Lubango, 2018) ou

Universidade Federal de Pernambuco (Recife, 2018-20, num projeto interuniversitário).

A sua contribuição para o ensino e estudo das literaturas e culturas africanas em Português traduz-se também nas disciplinas lecionadas, em particular na FLUC, nomeadamente: Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, nos seus desdobramentos anuais em duas (desde 1981¹ até ao dobrar do século e, depois, três disciplinas para os Cinco países) e no Curso de Férias (1984-2019); Introdução aos Estudos Literários (1981-85); Língua Portuguesa para Estrangeiros (2013); Introdução aos Estudos Culturais (2018); Literatura Brasileira (em anos letivos sem docente especialista na FLUC); Literaturas de Língua Portuguesa (Brasileira e Africanas – nas Ações FOCO – final dos anos 1990). Lecionou também vários seminários de final de licenciatura (5.º ano), pós-graduação, mestrado e doutoramento, ou de atualização profissional (para professores): Seminário Científico-Pedagógico de Literaturas de Língua Portuguesa (1997-2002), Seminário de Políticas e Estratégias para a Língua e a Cultura Portuguesas (Mestrado de Relações Interculturais, Universidade Aberta / Porto, 1998-2001), Literaturas de Língua Portuguesa, História e Sociedade (Mestrado de História da Expansão Portuguesa, FLUC, 1997-98), Seminários de Literaturas e Culturas Africanas de Língua Portuguesa (anos 90), Literaturas Africanas e Antilhanas (2002-05) e, ainda, Civilização Africana (na Licenciatura e também no Mestrado e Pós-graduação em Literaturas e Culturas Africanas e da Diáspora, neste caso em 2002-06), Tópicos de Pesquisa em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (Doutoramento em Literatura de Língua Portuguesa, FLUC, 2014-19). A par da sua lecionação em cursos de pós-graduação, assinalam-se orientações e coorientações, entre 1995-2020, de Mestrado (total de 25), de Doutoramento (23) e de Pós-Doutoramento (13). A sua orientação recaiu também em bolseiros externos ou estudantes em situações variadas, quer de trabalhos finais de curso, quer de comunicações a colóquios, dissertações, ou mesmo teses de doutoramento defendidas noutros países (Brasil, Itália, China, Inglaterra, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), podendo assinalar-se em torno de dezena e meia. Neste sentido, considerava que era um dever funcional contribuir para facilitar qualquer tipo de aprendizagem solicitada.

¹ Nem sempre foi possível obter registos que validem todas as referências (datas, sobretudo), podendo, pois, encontrar-se aí alguma imprecisão.

3. Luta: “Buscar a força”

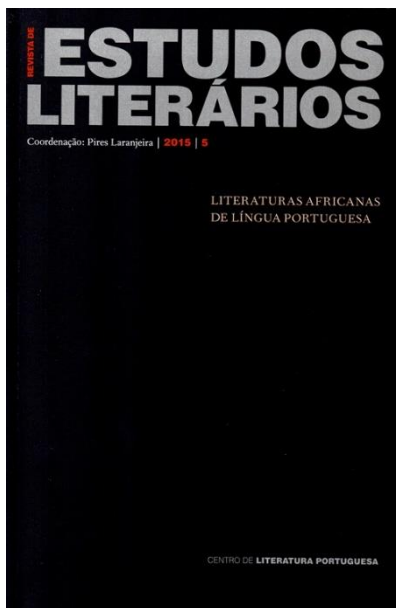
“42: Discursa com garra/ Sabendo que vale a pena/ morrer pela fala” (AKENAT, 2003: 54)

A luta permite o triunfo da ordem sobre o caos, sendo símbolo da “criação do mundo ou uma participação nesta criação contínua” (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1982: 422), ou, como refere Pires Laranjeira, a força vem do pensamento e da ação, é “a força da mente” (Laranjeira, 2003: 22).

Uma dessas lutas continua(rá) a ser contra o racismo:

a luta continua, não tem fim, em todo o lado, em todas as frentes. E precisamos de lutar, sempre, todos, em todo o lado, cada um segundo as suas possibilidades e aptidões, por uma humanidade melhor. E não podemos sentir-nos felizes, se os outros não se sentem! Humanidade e felicidade devem ser globais e gerais, não sectoriais e individuais. Utopia, sonho e esperança – com determinação – são ingredientes necessários à luta. (Laranjeira, 2014: s/p.)

O seu interesse por algumas artes marciais ou de defesa, como o Taekwondo, e respetivo domínio da mente e do corpo, de busca desesperada de disciplina (em espírito tão anarquizante), enquadrava-se também nessa forma de luta, ainda que a sua maior contenda tenha sido pela palavra, a sua e a dos outros. No seu currículo, pode contar-se cerca de uma centena de apresentações, orais ou escritas, de livros de escritores africanos e alguns portugueses e brasileiros, e mais de duas centenas de outras intervenções orais, desde conferências mais extensas, algumas (poucas) falas políticas, até tertúlias informais de cultura, que também dinamizou e nas quais explanou ideias e debateu conceitos e posicionamentos. Por isso, se reclamou sempre devedor das tertúlias como as dos cafés dos anos 1960 e 70, no Porto e Luanda, e, mais tarde, em Coimbra.



Foi igualmente (co-)coordenador de números de revistas, como *Discursos. Estudos de língua e cultura portuguesa*, n.º 9 (março de 1995), da Universidade Aberta, dedicado às literaturas africanas, para o qual redigiu uma bibliografia comentada de livros e revistas, com 41 referências ou, com Lola G. Xavier, do volume X (2008), da revista *Santa Barbara Portuguese Studies*, Center for Portuguese Studies, University of California, a convite do Professor João Camilo dos Santos, além do n.º 5 da *Revista de Estudos Literários* (2016), sobre Literaturas Africanas, de Coimbra, FLUC – CLP/FCT.

Foi Diretor da Coleção de Estudos e Documentos da Novo Imbondeiro (Lisboa, em 2001-07). Coordenou, ainda, a Coleção Ócios do Ofício, da Editora Figueirinhas (Porto, em 2004-05), dedicada a narrativas brasileiras, com sete títulos publicados, de Antônio Torres, Márcio de Souza, Charles Kiefer e Marina Colassanti, entre outros.

4. Sensibilidade: “O salto de cavalo”

“58: A nossa utopia/ Não tem tempo nem lugar/ E não nos pertence” (AKENAT, 2003: 61)

A sensibilidade poderá ser considerada como a “estratégia e inteligência para apreciar o diverso” (AKENAT, 2003: 23). Associada à agilidade, espreiteza, resistência, força, inteligência e delicadeza, é simbolizada pelo cavalo, que representa o psiquismo inconsciente, a multiplicidade, o fogo e água; pelo camelo e pela girafa, com a sua força e persistência, e pelo cágado: “54: Admira animais/ como o camelo e a girafa/ Que com pouco vivem” (AKENAT, 2003: 59).

Esta sensibilidade de Pires Laranjeira está visível na sua poesia. Nos anos 60 e princípios de 1970, ganhou prémios e menções honrosas em jogos florais e concursos literários para jovens. Até ao momento, publicou os seguintes livros de poesia: *Vinte e seis poemas iniciais*, Coimbra: Livros Sem Editor, 1971; *As portas do corpo*, Porto: Oiro do Dia, 1980; *As figuras de estilo e outras figuras*, Pontevedra / Braga: Fundação Europeia Viqueira, 1990; *O vento que passa*, Braga: Crescente Branco, 2013; *Amor e consequência*, Braga: Crescente Branco, 2020, com desenhos do próprio; *Erótica mínima*, Braga: Crescente Branco, 2020. Este último segue a estrutura dos haikus: três

versos de cinco, sete e cinco sílabas métricas, mostrando que nada é mínimo em Pires Laranjeira.

Para além destes volumes, publicou também poemas em volumes coletivos, como: Adelino Pereira (org.), *Francisco de Assis. 1182-1982. Testemunhos contemporâneos das letras portuguesas*, Lisboa: IN-CM, 1982; *Poemabril. Antologia poética*, Tomar: Nova Realidade, 1984 (2.^a ed., Coimbra: Fora do Texto, 1994); *A ilha dos amores*, Porto: AJHLP, 1984; *Propostas novas para novos mundos* (org. de Wagner Merije e Paulo Lima), São Paulo / Coimbra: Aquarela Brasileira, 2020; *Os dias da peste. Centenário do PEN Internacional. 1921-2021*, Lisboa: Gradiva, 2021; *Literatura e cultura em tempo de pandemia*, Lisboa: UCCLA, 2021.

A sua sensibilidade não se esgota, porém, na poesia. Ela expande-se à fotografia e ao desenho, tendo participado em algumas exposições e publicado em livros. *O vento que passa* e *Amor e consequência* apresentam desenhos do autor, assim como um livro dedicado a Chinua Achebe. Fez também capas de livros de Lola G. Xavier, Maria Nilza da Silva e Leonel Cosme.

Teve oportunidade de alguma colaboração com o mundo musical. Em 2003-05, produziu shows e escreveu canções de Música Popular Brasileira, em particular para Vanessa Pinheiro, Marco Tureta e Mário Martinez, mas apenas algumas foram cantadas. Coproduziu, igualmente, o CD do brasileiro Marco Tureta, “Máximas Mínimas”, inspirado no livro homónimo da escritora e pensadora eritreia Suffit Kitab Akhenat.

5. Obra: “O ouro do avesso”

“67: Há modos de ser/ Que podem mudar o mundo/ Se tiver que ser” (AKENAT, 2003: 65)

Poder-se-á entender que Pires Laranjeira encetou uma vida na procura do ouro “alquímico”, no olhar para “dentro” e na capacidade de “parar o tempo” (AKENAT, 2003: 23). Essa procura desenha-se na sua escrita académica pelo estudo das literaturas africanas de língua portuguesa: formação e desenvolvimento, negritude, autores africanos de Língua Portuguesa e construções histórico-literárias. São matizados os seus interesses de investigação. Estendem-se da variedade de culturas e de movimentos e estéticas literários; da literatura

brasileira contemporânea (1960-2000); da sociocrítica; literatura colonial; sócio-realismo africano; história de África; teoria comparativa das religiões: cristianismo, judaísmo, islamismo, zen budismo e animismos; filosofias e ideologias: cinismo, estoicismo, marxismo, alquimia, maçãria; teorias / estudos do colonial, pós-colonial, intercultural e multicultural. Dão testemunho desses interesses as publicações de capítulos de livros (mais de duas dezenas), a que se somam as colaborações para os três vols. de Atualização (coorganizado com José V. Moutinho e Ernesto Rodrigues) do *Dicionário das literaturas portuguesa, galega e brasileira* (criado por Jacinto do Prado Coelho), na Editora Figueirinhas (Porto), para onde escreveu cerca de 450 verbetes de Literaturas Africanas e Brasileira, e para uma enciclopédia das literaturas de língua portuguesa, *Biblos*, editada pela Verbo (dir. de Aníbal Pinto de Castro), além de um longo artigo sobre poesia realista do século XIX, para a *História da literatura portuguesa*, publicada pela Alfa (volume coord. por Carlos Reis).

Os artigos ou ensaios científicos em revistas aproximam-se de uma centena, mas mais haveria se tivesse passado ao papel muitas das suas intervenções orais.

São talvez os livros que mais notoriedade lhe deram. As publicações científicas estendem-se de 1976 a 2014. Serão discriminados, a **negrito**, os livros que gozam de mais notoriedade e prestígio: *Antologia da poesia pré-angolana* (seleção, prefácio, estudo e notas), Porto: Afrontamento, 1976 (esgotado); *Literatura calibanesca*, Porto: Afrontamento, 1985 (esgotado) [compilação de variados trabalhos dispersos e inéditos]; *De letra em riste. Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*, Porto: Afrontamento, 1992 [compilação de variados trabalhos, esgotado]; *Literaturas africanas de expressão portuguesa* (colaboração de Inocência Mata e Elsa Rodrigues dos Santos), Lisboa: Universidade Aberta, 1995 (3.^a reimp.); *A negritude africana de língua portuguesa*, Porto: Afrontamento, 1995 (esgotado). Sobre este livro, resultante da sua tese de doutoramento, refere Carlos Reis: “Obra crucial para o estudo do fenómeno da negritude, da sua história, da sua teoria e da sua representação ideológica e literária, a tese de Pires de Laranjeira constitui ainda hoje um trabalho de referência obrigatória na matéria” (REIS, 2020: s/p). Refira-se, igualmente, *Es-*

tudos afro-literários, Lisboa: Novo Imbondeiro, 2001 (2.^a ed. em 2005, esgotada); ***A noção de ser. Textos escolhidos sobre a poesia de Agostinho Neto*** (com Ana T. Rocha), Luanda: Fundação Dr. Agostinho Neto, 2014.

Publicou ainda: *Identidades. Antologia literária de língua portuguesa* (org.), Coimbra: DG-AAC/A Mar Arte, 1996 (trabalho de divulgação de poetas e contistas) (esgotado); *Negritude africana de língua portuguesa. Textos de apoio (1947-1963)* (org.), Braga: Angelus Novus, 2000 (esgotado); João-Maria Vilanova, *Os contos de Ukamba Kimba* (org.) (com Lola G. Xavier), Vila Nova de Cerveira: NOSSOMOS (editora de Luandino Vieira e Arnaldo Santos), 2013 (esgotado). Acrescente-se o livro resultante das comunicações apresentadas no Congresso organizado em 2003, em Coimbra, composto por 100 textos distribuídos por 860 páginas: ***Estudos de literaturas africanas: Cinco Povos, Cinco Nações*** (com Maria João Simões e Lola G. Xavier), Lisboa: Novo Imbondeiro, 2007 (esgotado).

6. Desalienação: “A câmara obscura”

“76: Viver as tragédias/ Só nossas e universais/ E nunca calar”. (AKENAT, 2003: 69)

Marx foi uma das suas leituras desde a juventude. A reflexão sobre os indivíduos e a coletividade, a razão, a crítica aplicada aos grupos, permite-lhe uma formulação social, cultural e política semelhante à “câmara escura” de Marx sobre a ideologia e a alienação, impulsionando-o à intervenção cívica pela palavra teórica. Podem referir-se alguns momentos dessa intervenção. Em Luanda (1973-1974), além de participar em manifestações políticas e intervenções sociais, antes e depois do 25 de abril de 1974, realizou dois espaços de poesia angolana em programas radiofónicos, divulgando nomes, então recentes, como David Mestre, Jofre Rocha ou Ruy Duarte de Carvalho. De 1980 a 1981, enquanto jornalista profissional na Radiodifusão Portuguesa (RDP-Porto), coorganizou, com Cristina de Mello, para a RDP-1, um programa de literaturas de língua portuguesa. De 1982 a 1983, redigiu uma série de 12 textos sobre literaturas africanas, a convite do Instituto Português do Livro, para a RDP-2. De 1982 a 1987, cofundou e coorganizou as Semanas de Cultura Africana em Coimbra (com o Professor Manuel Laranjeira Rodrigues Areia), constando de conferências, colóquios, exposições etnográficas e fotográficas,

além de outras realizações, nas áreas da literatura, antropologia, história, economia, etc., com o apoio de vários Institutos da Universidade e do pelouro municipal de Cultura e Turismo. A partir de 1996 (durante alguns anos), foram emitidos pela Radiotelevisão Portuguesa – Canal 2, os oito videogramas, mais sete programas áudio, realizados para a Universidade Aberta (ensino à distância), neste caso com transmissão na RDP-2.

A par deste empenhamento, participou em colóquios, debates e sessões, individualmente ou com escritores e professores. O seu comprometimento cívico e educacional levou-o a escolas dos vários níveis do 2.º ciclo do ensino básico e secundário, para a divulgação e valorização das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Destaque-se, ainda, a organização de uma vintena de encontros científicos, como o Congresso Internacional de Literaturas Africanas, FLUC, 8-11/10/2003 (com Maria João Simões e Lola G. Xavier) e os quatro Colóquios Internacionais: Identidade, Transfronteira, Género e Sexualidade nas Literaturas Africanas e Outras de Língua Portuguesa (2016-19). Com esta última realização, procurou-se discutir principalmente as questões de género e da sexualidade nessas literaturas.

Em 2000, coordenou a 1.ª Jornada de Literatura Africana, Coimbra, FLUC/ GIRAFA/ Pró-Reitoria para a Cultura e, em 2001, foi Membro da Comissão Organizadora do I Congresso Internacional sobre Jornalismo Cultural no Porto, Capital Europeia da Cultura. Nesse mesmo ano, foi coorganizador do I Colóquio Internacional da Lusofonia, na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi, igualmente, coorganizador do Espaço Lusófono (1 e 2) da Pró-Reitoria da UC, em 2000 e 2001.

7. Voz e grafia: “O arabesco do som”

“97: Escrevo o que posso/ No dia em que vou vivendo/ A eternidade” (AKENAT, 2003: 77).

A sua intervenção cívica, social e universitária fez-se, pois, pela ação organizadora, voz e escrita. Foram vários os recitais de poesia em que participou, em Luanda, Portugal, Galiza (na década de 1980, em várias localidades) e Brasil. São exemplo disso uma sessão de “Coimbra (t)em Poesia”, na Casa da Escrita (2016), sobre a sua poesia, biografia, processo de escrita, leitura de

poemas e exposição de livros e outras publicações, mas também outras sessões dedicadas, entre 2012 e 2017, em vários espaços de Coimbra (café do TAGV, repúblicas, Galeria Santa Clara, Salão Brazil, FLUC, etc.), a poemas longos de língua portuguesa (de José Mário Branco, Agostinho Neto, Ferreira Gullar, Ruy Duarte de Carvalho, Daniel Filipe, etc.).

A participação em várias Semanas Culturais da Universidade de Coimbra, inclusive como coorganizador, e outros eventos de outras organizações, como a Casa de Angola ou a Editora A Mar Arte, permitiram-lhe dar voz à sua sensibilidade e à de outros.

De facto, essa intervenção foi feita também em prol da divulgação jornalística e universitária de outras vozes e escritas, das mais variadas proveniências, não só africanas, numa atividade que diríamos intensa e sem preconceitos sobre objetos e respetivos lugares de amplificação. Testemunham-no os inúmeros prefácios, introduções, posfácios e notas, dezenas de recensões, críticas e textos informativos, em jornais como *Diário de Luanda*, *A Província de Angola* e *ABC* (em 1972-74), *Jornal de Letras, Artes & Ideias* (Lisboa, 2002-12), *jornal África* (Lisboa, anos 1989-90), contabilizando, somente nestes, cerca de 400 textos, sendo 117 recensões e críticas a livros. Colaborou também, num total de 130 publicações (incluindo jornais e livros), em revistas, entre outras, como *Colóquio-Letras* (Lisboa), *Estudos Afro-Asiáticos* (Rio de Janeiro), *África* (São Paulo), *África* (Linda-a-Velha / Lisboa), *Vértice* (Coimbra), *Persona* (Porto), *Ponto & Vírgula* (Cabo Verde), *Africa-America-Asia-Australia* (Roma), *Revista Internacional de Língua Portuguesa* (Lisboa), *Revista Portuguesa de Educação* (Braga), *Xicoatl* (Salzburgo), *Travaux et Documents* (Paris), *Forma Breve* (Aveiro), *Textos e Pretextos* (Lisboa), *Santa Barbara Portuguese Studies* (Califórnia), *Estudos de Sociologia* (Recife), *Agália* (Ourense), *Veredas* (Porto Alegre), *Letras de Hoje* (Porto Alegre), *Metamorfozes* (Rio de Janeiro), *Scripta* (Belo Horizonte), *Vozes* (Rio de Janeiro), *Notre Librairie* (Paris), *Quaderni Ibero-Americani* (Turim / Roma), *Sterz* (Graz) e *Research in African Literatures* (Texas), escrevendo artigos, notas, críticas e ensaios. No total, terá publicado, até ao momento, cerca de 900 textos, de todo o tipo, em vários países. Tem-se tratado, pois, de uma enorme atividade de divulgação, nos circuitos universitários e fora deles, em diversas sociedades receptoras e leitoras.

8. Ação: “O incêndio dos sentidos”

“113. Sereno serás/ Mantendo a indignação/ Pronta a detonar” (AKENAT, 2003: 83)

O oito, ou o infinito, ∞ , coaduna-se com a ação de Pires Laranjeira. Uma ação que se traduziu em reconhecimento pelos inúmeros convites de que sempre é alvo e que dificilmente recusa. Foi júri de prémios literários nacionais e internacionais, integrou a Comissão de Redação da História da Literatura Angolana (criada pelo Ministro da Cultura, o escritor Boaventura Cardoso), coordenada pelo Ministério da Cultura de Angola, participando no grupo do Nativismo (com Rosa Cruz e Silva, o Vice-ministro da Cultura de Angola, Luís Kandjimbo, e Inocência Mata, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), além de outros especialistas angolanos, brasileiros e portugueses. Em 2019, foi nomeado sócio-correspondente da Academia Angolana de Letras (AAL) em Portugal.

A inquietação que caracteriza a sua ação e a sua memória intercultural sempre lhe têm permitido suplantar o desânimo. Nesse sentido, o seu empenhamento com a África de língua portuguesa (mas não só) leva-o a ser convidado para fundar / organizar o Centro de Estudos da Cultura e Ensino dos Povos de Expressão Portuguesa (CECEPEP), no Porto, em 1985, que não teve continuidade. De 1995 a 2002, cria e coordena o Núcleo GIRAFÁ-FLUC (grupo informal de investigação e de atividades sobre África), o Boletim com o mesmo nome (n.º 1 (1999) e n.º 2 (2000), co-coordenados por Lola G. Xavier) e o *site* da NET – de apoio aos estudantes e com a participação de docentes de vários graus de ensino e outros cooperantes. De 2001 a 2003, integrou os órgãos dirigentes e foi delegado em Coimbra da Sociedade de Língua Portuguesa. Em 2002, cria e dirige o Mestrado e a Pós-graduação em Literaturas e Culturas Africanas e da Diáspora da FLUC. Em 2006, incorpora o LEAFRO–Laboratório de Cultura e Estudos Afro-brasileiros–, sediado na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Paraná (Brasil), integrando a equipa de pesquisa e divulgação das culturas africanas e afro-brasileira, como consultor para a área africana.

Enquanto membro do Centro de Literatura Portuguesa (CLP) da UC, cria e coordena o projeto “O Desejo de Ser: João-Maria Vilanova”, poeta angolano (2008-2013). Este projeto traduziu-se na realização do Colóquio “João-Maria Vilanova: o desejo de (não) ser”, realizado na FLUC, a 21 de maio de 2010. O

colóquio destacou-se por ter permitido, finalmente, a revelação da identidade do autor por detrás do pseudónimo de João-Maria Vilanova. Em 2013, dá-se a publicação da edição dos contos deste autor: *Os contos de Ukamba Kimba*, já referida atrás.

Em 2014, cria o projeto de investigação “Sexualidades e género nas literaturas africanas e a língua portuguesa”, sendo o seu coordenador até à atualidade. Este projeto traduziu-se na organização de quatro colóquios, mencionados anteriormente, e na participação de Investigadores (23) de Portugal, Brasil, Itália, França, Cabo Verde e Angola, incluindo alguns seniores, uma médica e também estudantes de licenciatura, mestrandos e doutorandos ligados à FLUC / CLP.

O legado de Pires Laranjeira é, pois, (quase) infinito. É um legado científico, de docente e investigador, inegável e incontornável, que se estende da academia à sociedade civil, pela sua herança artística e humana. Como Pires Laranjeira confessa:

o percurso de docente e investigador (quer dizer: de leitura e escrita e falar para os outros e com eles), obrigou-me a muita disciplina, que, para uma pessoa como eu, rebelde, iconoclasta quanto baste, adversa a todo o tipo de poderes, me ajudou a transformar, aceitar melhor os outros, a uma maior serenidade nos juízos, a uma maior objetividade na apreciação da realidade, do mundo, da cultura, da literatura, até porque fui sempre exercendo a crítica literária em jornais e isso obriga a julgamentos não precipitados e apreciações em palavras sucintas (muito poucas linhas de jornal, resenhas em revistas, notícias e artigos de jornal, tudo isso obriga a ser claro e preciso!) (LARANJEIRA, 2014: s/p)

Pires Laranjeira tem permitido a divulgação internacional das literaturas africanas por públicos variados através de diversos meios: jornais, televisão, rádio, palestras em escolas do 2.º ciclo do ensino básico ao ensino secundário, congressos, universidades, associações culturais, museus, etc. Tem, assim, permitido a descentralização do saber académico, colocando em diálogo várias camadas da sociedade.

Quem se arriscará a dizer que Pires Laranjeira não tem sido um intelectual complexo, estimulante, um comunicador produtivo? Pires Laranjeira é bem o exemplo da pluralidade que deve caracterizar um intelectual: universitário, artista, social e culturalmente interventor.

II. O Outro

“75: Não querem saber/ Nem sabem imaginar/ Que podes ser Outro” (AKENAT, 2003: 67)

A forma de organização deste texto, na parte I, deve-se à inspiração colhida em *Máximas mínimas e outros textos – um caminho para alguns*, de Suffit Kitab Akenat, São Paulo: Landy Editora, 2003.

Essa obra é composta por 120 máximas de um conjunto que ultrapassa as 500, “Não se podendo gastar apenas uns minutos com cada, a não ser que se subestime o pensar e o alcance da autora” (AKENAT, 2003: 26). Estes haikus foram publicados, igualmente, em Portugal pela Novo Imbondeiro, em 2005. O volume de 2003 compõe-se por várias vozes com testemunhos e intervenções sobre essa autora. A organização da obra mostra coesão e coerência, apresentando-se, igualmente, dividida em oito partes: 1. Prefácio de Pires Laranjeira; 2. Dedicatória: à filha e à memória de Al Mel Bueno Kitab – “À memória daquele que amei sem reservas”; 3. Nota dos tradutores-reatadores, Juliana de Sousa Lobo (tradução do inglês) e José de Louvar (tradutor); 4. *Máximas*



de Suffit Akenat, divisão em 8 pilares; 5. “As Portas da Percepção”, de Suffit Akenat, conjunto de 21 poemas – com tradução de Juliana de Sousa Lobo; 6. “Introdução à ideocrítica (Premissas)” – Tradução do poema de Pires Laranjeira, a partir do inglês; 7. Apêndices: a) “Breve evocação e explicação” de Yasmina Kibenat de Maisoneuvre (filha e tradutora, reformada do funcionalismo público inglês), b) “Notas sobre um percurso de vida”, de Linne Levy Rhaffa Bao (sobrinha de Suffit); 8. Nota do editor Português – José Manuel da

Nóbrega. Trata-se de um livro à venda em várias livrarias virtuais e com página de facebook. A foto de Suffit Kitab Akenat pode, inclusive, encontrar-se em: <https://www.skoob.com.br/autor/4604-suffit-kitab-akenat>. Como terá surgido?

Suffit Kitab Akenat, de seu nome completo Suffit Ntu Fana de Kitab Lianzhi G. Rhaffa Akenathon, é apresentada no livro como mulher, poliglota (falante de árabe, inglês, italiano, francês, latim, suaíli, aramaico, mandarim, cas-

telhano do Paraguai e Argentina, português de Angola e do sul do Brasil, quimbundo e umbundo angolanos), nascida na Eritreia (1905) e falecendo em 1987, na Inglaterra. Era “mestiça, clara de pele” (LARANJEIRA, 2003: 14). Com 14 anos, já escrevia para jornais. Formou a Liga de Emancipação das mulheres (1923–LEFT) e o Grupo de Intervenção Revolucionária (GIR), sob influências marxistas, tendo abandonado as tendências leninista e estalinista. Estudou línguas e literaturas, licenciou-se em Estudos Africanos e Orientais. Viveu em várias partes do mundo: África do nordeste e Oriente Médio, Cantão, Índia, etc. Lecionou francês e inglês, sociologia e culturas de África em Cantão (1939-45).

Os textos publicados “foram escritos depois dos 50 anos de idade”, mostram “um caminho aos outros. (...) representam uma ciência do estoicismo, meticulosa, progressiva, em crescendo, finalística” (LARANJEIRA, 2003: 19). A sua escrita baseia-se, segundo o prefaciador, em pilares como “pensar, avaliar, agir” (LARANJEIRA, 2003: 19). A sua inconstância e ativismo cívico evidenciam o seu carácter exortativo de ação, de intervenção social e política (LARANJEIRA, 2003: 14). Para Laranjeira, a universalidade, o cosmopolitismo, a memória multicultural, as preocupações humanísticas e a revolução social, de esquerda, marcam a vida e a escrita desta autora. Os elogios do prefaciador são pródigos: Suffit é apresentada como amante de equitação e de empreendimentos culturais, sofredora, corajosa, lutadora, ousada, subtil, sincrética, sintética, tenaz, inquebrável, fértil em contradições, postura complexa, inimiga do desânimo, decadência e nihilismo, dialética, eclética – absorvia filosofias muito variadas –, de um discurso não amarrado a lugares e tempos fixos. Suffit Akenat concatena em si a teoria e prática, o pensamento e a ação, a intervenção cultural, social e política. O lema da sua vida, segundo o testemunho da filha, seria: “Meditar deve ser antes de mais, agir para mudar” (MAISONOEUVRE, 2003: 121). Assim, “Para assimilar o sentido dos seus textos, é obrigatório praticar os seus ensinamentos, quer dizer, passar à prática e retirar as consequências” (MAISONOEUVRE, 2003: 121).

Suffit poderia ser um *alter ego* (feminino) de Pires Laranjeira, mas Laranjeira é o biógrafo, que apresenta um discurso cauteloso e documentado: “ao que sei”; “segundo informação da filha” (Laranjeira, 2003: 14); “esta informação é da filha, mas a sobrinha refere (...)” (Laranjeira, 2003: 14); “Aproveito para esclarecer que os testemunhos, aqui e ali, segundo cada caso, parecem

inexatos, vagos ou mesmo contraditórios. Baseio-me na memória, falível (como ele próprio diz), do editor português e da filha de Suffit, com a qual mantenho contacto reservado, mas que não conheço pessoalmente” (LARANJEIRA, 2003: 15).

Pires Laranjeira é também o crítico que analisa alguns haikus (LARANJEIRA, 2003: 16) e que reconhece a sua limitação para abranger criticamente tamanho poliedro: “Não existe possibilidade, no momento em que escrevo, de explicar cabalmente o pensamento e a ação da autora”, pois “trata-se de um discurso transportado de um universo muito diferente do meu e talvez do leitor brasileiro” (LARANJEIRA, 2003: 17).

Laranjeira sintetiza a escrita de Suffit com o seu “tom epigramático, proverbial, oracular, sentencioso, filosófico, poético, servindo o geral e o universal” (LARANJEIRA, 2003: 24), terminando com um convite: “Que o leitor descubra, com prazer, sabedoria e proveito a obra desta mulher impressionante, como eu o fiz, com verdadeiro encantamento e paixão” (LARANJEIRA, 2003: 24).

Promete-se outras publicações da autora, que, entretanto, não viram a luz. Estas *Máximas mínimas* são, pois, uma representação do oxímoro que habita ortónimo e heterónimo. O minimalismo da forma é contrariado pela mensagem lapidar. Apenas em número são mínimas, por não perfazerem a totalidade da sua produção.

Em consonância, a nota do editor Português, José Manuel da Nóbrega, corrobora a existência de tal figura tão poliédrica: enquanto Diretor do jornal *ABC* (Luanda), recebeu, em 1975, um exemplar do livro (manuscrito?) *Ideocritics*, que lá ficou em Angola. Voltou a ouvir falar de Suffit em Itália, em início dos anos 1980. Mas nunca a conheceu pessoalmente: “perdi a vergonha de me confessar surpreendido por ele ser o produto da reflexão de uma mulher, de tal modo é profunda a congeminação filosófica que explana, à maneira oriental (...)” (NÓBREGA, 2003: 140).

Sobre a escrita de Suffit refere, ainda, a professora Fátima Khadija (2009: s/p):

uma estética profundamente original, em devir contínuo, longe de poder ser rotulada pelas formulações orientalistas. Algo nos parece universal, no sentido em que combina estilos literários e ideários de continentes tão diferentes como o asiático, o africano ou o europeu.

Quem se debruçar sobre este livro, e a biografia da autora, perceberá o fascínio da construção de um heterónimo feminino e de pseudónimo(s) literário, crítico, académico e de tradutor. A própria professora Fátima Khadija existirá ou trata-se somente de uma invenção (de quem)?

Pires Laranjeira desvenda algum desse mistério em 2020, ao relacionar *Máximas mínimas* com *Erótica mínima*:

O livrinho *Erótica Mínima*, escrito na viragem do século, não obteve resposta de uma editora consagrada, já esteve, entretanto, para ser publicado por outra, mas a oportunidade passou, mas sai agora e corresponde a um desejo antigo de que seja lido. São 40 hai-kus (lembro: com três versos ou frases de cinco-sete-cinco sílabas) de um erotismo subtil, subentendido, mas que, por vezes, possibilita outras interpretações, dependendo do/a leitor/a. São de uma época em que escrevi cerca de 500, sobre muitas temáticas. 120 hai-kus e outros textos saíram num livro sob um heterónimo feminino, e mais não digo, tanto no Brasil como em Portugal. Com heterónimo feminino e uma biografia falsa, foi enviado para uma editora brasileira que eu pesquisei num catálogo, que aceitou de imediato. Entretanto, perdi 300 hai-kus manuscritos num caderno, quando viajava com um casal amigo no Peru, esquecendo-o num táxi. Tentei, por muitos meios, encontrar o caderno em Lima, mas não consegui. Ainda tenho mais para publicar. Ambos os livrinhos, agora que me jubilei / aposentei, representam uma espécie de retoma de uma dupla face poética: a mais estridente, para ler em voz alta, e alguns dos poemas foram lidos em público várias vezes e um deles cantado; a mais sintética e lapidar, dos haikus / aforismos, que aconteceu numa época de grande crise pessoal e ajudaram a superar esse tempo, enquanto me obrigavam a condensar emoções e pensamentos numa forma restritíssima, pré-estabelecida (...) (LARANJEIRA, 2020: s/p).

O outro em Pires Laranjeira assume, assim, não apenas a heteronímia autoral, mas também a pseudonímia pessoal e profissional, testemunhando que na sua personalidade nada é mínimo. A pergunta que agora se impõe, depois da jubilação, é, à maneira de Carlos Drummond de Andrade: “E agora, José?”

A resposta estará em construção, mas Pires Laranjeira desvenda algumas das suas intenções:

no próximo ano [2021], e na Crescente Branco, sairá, se as coisas correrem bem (as mundiais e as nacionais, mais as pessoais), uma recolha mais ampla e consistente. Não sei o que escreverei daqui em diante. Nunca sei.

Agradeço muito esta oportunidade de me expressar sobre o facto cultural maior da minha vida: escrever. Faço-o há 54 anos, dispersamente, como ela, a vida. Não quero, nem posso, fazer uma epopeia! (LARANJEIRA, 2020: s/p).

Resumidamente, se é que é possível resumir um homem do cariz de Pires Laranjeira, caracteriza-o, como ele próprio, aliás, o seu pseudónimo Maison-oeuvre, escreveu de Suffit, a “singularidade cujo termo de comparação não é fácil de encontrar” (MAISONOEUVRE, 2003: 115).

Termino, dando os Parabéns à organização deste volume por tão honorável homenagem. Por ter escrito este texto a quase 11 000 quilómetros de distância de onde tenho muitos dos textos publicados por Pires Laranjeira, não posso deixar de agradecer à minha mãe, que procurou no meu escritório e me enviou digitalização de alguns documentos.

Este texto é muito devedor da revisão que o Doutor Pires Laranjeira fez comigo de seus biodados. Sem a sua memória e os seus contributos, seria impossível fazer este mapeamento de forma tão completa. O meu agradecimento profundo vai para ele, pela partilha científica, artística de décadas e, mais do que tudo, humana e humanística. Se a vida vale pelas vidas que tocamos, a sua tem valido a pena.

Bibliografia

- AKHENAT, Suffit Kitab (2003). *Máximas mínimas*. São Paulo: Landy Editora.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain (1982). *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema.
- KHADIJA, Fátima (2009). *A poética de Suffit Akenat*. [Consult. 12 out. 2021]. Disponível em <<http://sopadepoesia.blogspot.com/2009/02/poetica-de-suffit-akenat.html>>.
- LARANJEIRA, Pires (2003). *Introdução*. In AKHENAT. *Máximas mínimas*. São Paulo: Landy Editora.
- LARANJEIRA, Pires (2020) – Entrevista a *Novos Livros*. [Consult. 12 out. 2021]. Disponível em <<https://www.novoslivros.pt/j-l-pires-laranjeira-a-retoma-de-uma-dupla-face-poetica/>>.
- LARANJEIRA, Pires (2011) – “O livro da semana com Pires Laranjeira”: <<https://www.youtube.com/watch?v=i3xg-g3HIY4>>. [Consult. 12 out. 2021].
- LARANJEIRA, Pires (2014) – Entrevista ao jornal on-line *LOID*. [Consult. 12 out. 2021]. Disponível em <<https://livreopiniao.com/2014/12/08/pires-laranjeira-precisamos-lutar-sempre-todos-em-todo-o-lado-cada-um-segundo-as-suas-possibilidades-e-aptidoes-por-uma-humanidade-melhor/>>.

- MAISONOEUVRE, Yasmína Kibenat de (2003). *Máximas mínimas*. São Paulo: Landy Editora, pp. 115-122.
- NÓBREGA, José Manuel da (2003). *Máximas mínimas*. São Paulo: Landy Editora, pp. 131-142.
- REIS, Carlos (2020). *Jubilação de J. L. Pires Laranjeira*. [Consult. 12 out. 2021]. Site do Centro de Literatura Portuguesa, disponível em <<https://www.uc.pt/fluc/clp/article?key=a-1297417098>>.

III. Catálogo da Exposição Bibliográfica
José Luís Pires Laranjeira

Catálogo da Exposição Bibliográfica

JOSÉ LUÍS PIRES LARANJEIRA*

por

Maria do Carmo Ferreira Dias

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

10 de novembro de 2021

* Este catálogo não é uma lista completa da produção bibliográfica de José Luís Pires Laranjeira. Inclui apenas os materiais disponíveis na Biblioteca da FLUC.

Produção académica

- *Alguns aspectos do decurso de Suffit Kitab Akenat* / Pires Laranjeira. p. 9-28. In: Máximas mínimas e outros textos: um caminho para alguns / Suffit Kitab Akenat; trad. Juliana de Sousa Lobo. São Paulo: Landy, 2003.
- *Baltasar Lopes, patriarca das letras cabo-verdeanas* / Pires Laranjeira. Roma: Bulzoni, [1993?]. p. 113-116. Separata de: “Quaderni Ibero-Americani”, Torino, 73, 1993.
- *Cabo Verde na Universidade de Coimbra*: [catálogo da exposição]; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra de 25 de Junho a 15 de Julho de 2008 / org. José Luís Pires Laranjeira, António Apolinário Lourenço. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa; Instituto de Língua e Literatura Portuguesas; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2008.
- *Confluência das literaturas de língua portuguesa* / Pires Laranjeira. Curitiba: Centro de Estudos Portugueses da Universidade Federal do Paraná, 1983. p. 17-20. Separata de: “Arquivo do Centro de Estudos Portugueses da Universidade Federal do Paraná”, 4 (2).
- *Cultura e poesia: uma geração de língua portuguesa* / Pires Laranjeira. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1989. p. 725-729. Separata de: Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta.
- *Dicionário de literatura: actualização 1.º volume* / dir. Jacinto do Prado Coelho; coord. Ernesto Rodrigues, Pires Laranjeira, Viale Moutinho. Lisboa: Figueirinhas, 2002.
- *Ensaios afro-literários* / Pires Laranjeira. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2001.
- *Estudos de literaturas africanas: cinco povos, cinco nações: actas do Congresso Internacional de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa* / [org. Pires Laranjeira ... [et al]; comissão científica David Brookshaw ... [et al.]; ed. José Manuel da Nobrega, Nuno Pádua de Mora. [Lisboa]: Novo Imbondeiro, 2007.
- *Francisco José Tenreiro a preto e branco – II* / Pires Laranjeira. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1985. p. 423-427. Separata de: «Les littératures africaines de langue portuguaise: a la recherche de l’identité individuelle et nationale».
- *Agramaticalidade e redundância na informação radiofónica, sob o signo de Camões* / Pires Laranjeira. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 535-541. Separata de: “Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo”, Lisboa, 2, 1983.

- *Ideologia e engajamento em Agostinho Neto e Léopold Senghor*: uma perspectiva comparativa = Ideology and commitment in Agostinho Neto and Léopold Senghor: a comparative perspective / [trad.] Ebenezer Adedeji Omotesco, Pires Laranjeira. [s.l.]: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2009.
- *De letra em riste*: identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe / Pires Laranjeira. Porto: Edições Afrontamento, 1992.
- *Literatura africana de expressão portuguesa I e II*: relatório e programa / Pires Laranjeira. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.
- *Literatura calibanesca* / Pires Laranjeira. Porto: Edições Afrontamento, 1985.
- *A literatura colonial portuguesa* / Pires Laranjeira. [Lisboa]: Edições Colibri, 2001. p. [215]-221. Separata de: Memória dos Afectos: Homenagem da Cultura Portuguesa ao Prof. Giuseppe Tavani.
- *Literaturas africanas de expressão portuguesa* / Pires Laranjeira; com a colaboração de Inocência Mata, Elsa Rodrigues dos Santos. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- *La littérature coloniale portugaise* / Pires Laranjeira. Paris: L'Harmattan, 1999. – p. [231]-258. - Separata de: Regards sur les Littératures Coloniales: Afrique Anglophone et Lusophone / Ed. Jean Sévry, vol. 3.
- *Os mestres “mais-velhos”*: experiência, saber e acção em alguma literatura política do sul / Pires Laranjeira. Aveiro: Universidade: Theoria poiesis praxis, 2005. p. 161-164. Separata de: “A Luz de Saturno, figurações da velhice”.
- *Mia Couto e as literaturas africanas de língua portuguesa* / José Pires Laranjeira. [S.l.]: Revista de Filología Románica, 2001. p. 185-205. Separata de: Revista de Filologia Románica. Anejos, 2001, II.
- *A narrativa de Leonel Cosme*: um testemunho sobre a colonização / José Luís Pires Laranjeira. Braga: Fundação Europeia Viqueira: Instituto Internacional da Lusofonia, 1989. p. 269-276. Separata de: “Revista Nós”, (13/ 14/ 15/ 16/ 17/ 18) Jan.-Dez. 1989.
- *A negritude africana de língua portuguesa* / José Luís Pires Laranjeira. Coimbra: J. L. P. Laranjeira, 1994.
- *A negritude africana de língua portuguesa* / Pires Laranjeira. Porto: Afrontamento, 1995.
- *Negritude africana de língua portuguesa*: textos de apoio (1947-1963) / Mário Pinto de Andrade... [et al.]; org. Pires Laranjeira. Braga: Angelus Novus, 2000.

- *A noção de ser*: textos escolhidos sobre a poesia de Agostinho Neto / org. Pires Laranjeira e Ana T. Rocha. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2014.
- *Sofrer de passado* = Lijden aan verleden = Souffrir de passé / Mia Couto. Esquecimento e memória em O Outro Pé da Sereia = Vergetelheid en herinnering in O Outro Pé da Sereia = Oubli et mémoire dans O Outro Pé da Sereia / Ana Mafalda Leite. Mia Couto, o escritor improvável = Mia Couto, de onwaarschijnlijke schrijver = Mia Couto, l'écrivain improbable / José Luís Pires Laranjeira; trad. Eva NeuKermans. Bruxelas: Embaixada de Portugal, 2010.
- *As vivências Luso-Africanas e a constituição da negritude*: alguns aspectos / Pires Laranjeira. Napoli: Istituto Universitario Orientale, [1996?], p. 171-184. Separata de: Congresso Internazionale Il Portogallo e i Mari: un incontro tra Culture (Napoli, 15-17 dicembre 1994).

Produção Poética

- *O adultério* / Pires Laranjeira. Revista Renovação, Embaixada galega da cultura. p. 11.
- *Amor de classe* / Pires Laranjeira. In: Poemabril: antologia poética / org. Carlos Loures, Manuel Simões. Coimbra: Fora do Texto, 1994, p. 257. Depoimentos de Capitães de Abril e poemas de autores portugueses do XX Aniversário do 25 de Abril.
- *Amor e consequência* / J. L. Pires Laranjeira; desenhos do autor. [S.l.]: Crescente Branco, 2020.
- *Buraco Negro*: do jeito de BB / Pires Laranjeira. In: Literatura e cultura: em tempo de pandemia / org. Rui D'Avila Lourido. Lisboa: UCCLA, 2021, p. 271-273.
- *Buraco Negro*: do jeito de BB / Pires Laranjeira. In: Os dias da peste: centenário da PEN Internacional, 1921-2021 / org. Teresa Martins Marques, Rosa Maria Fina. Lisboa: Gradiva, 2021, p. 505-507.
- *As enigmáticas esfinges* / Pires Laranjeira. In: Revista Ólisbos. Santiago: Faculdade de Filologia, n.º 4, fev., 1988, p. 43.
- *Erótica mínima* / J. L. Pires Laranjeira; desenhos Luís d'Orey. [S.l.]: Crescente Branco, 2020.
- *O festival da poesia no condado*. Salvaterra de Miño: S.C.D. Condado, 1985.
- *As figuras de estilo e outras figuras* / Pires Laranjeira. Pontevedra-Braga: Fundação Europeia Viqueira, Instituto Internacional da Lusofonia, 1990.
- *A ilha dos amores*. Porto: Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1984.
- *Istórias de Rio Tinto* / Pires Laranjeira. [s.l.] .[s.l.], [s.d.].

- *Um lugar comum* / Pires Laranjeira. In *Chão de brinco: poesia* / coord. Antonino Jorge, Alfredo de Resende Figueiredo. Maia: Cardo Edições, 2014, p. 41-42.
- *Nas margens do Tibagi* / Pires Laranjeira. In: *O escritor: Revista da Associação Portuguesa de Escritores*. Lisboa: Associação Portuguesa de Escritores, n.º 5, mar., 1995, p. 34-37.
- *As portas do corpo* / Pires Laranjeira; com um desenho de Dário Alves. Porto: O Oiro do Dia, 1980.
- *O sal na concha* / Pires Laranjeiras. In: *Revista Ólisbos*. Santiago: Faculdade de Filologia, n.º 4, fev., 1988, p. 42.
- *Vã poesia* / Pires Laranjeira. [s.l.]: [Gráfica Aquarela], [s.d.].
- *O vento que passa* / Pires Laranjeira. Braga: Papéis de Fumar, 2013. Desenhos do autor.
- *Vinte e seis poemas iniciais* / Pires Laranjeira. 2.ª ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1971.
- *Vinte e seis poemas iniciais* / Pires Laranjeira. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1971.

Colaborações

- *Antologia da poesia pré-angolana: 1948-1974* / prefácio, estudo, selecção e notas de Pires Laranjeira. Porto: Afrontamento, [1976].
- *Avante, soldados: para trás* / Deonísio da Silva; apresentação de Pires Laranjeira. - Porto: Figueirinhas, 2005.
- *Caminhando na chuva* / Charles Kiefer; apresentação de Pires Laranjeira. Porto: Figueirinhas, 2005.
- *A casa dos mastros: contos caboverdianos* / Orlanda Amarílis; prefácio Pires Laranjeira. Linda-a-Velha: ALAC, 1989.
- *Colectânea: poetas do Barreiro* / selecção Deolinda Saraiva, Pires Laranjeira, Rosário Vaz. Barreiro: Câmara Municipal, 1989.
- *A contratempo* / António Jacinto Pascoal; prefácio do poeta José Soares; posfácio do prof. José Pires Laranjeira. [S.l. : A.J.R.Pascoal], 2000.
- *Elegbara* / Alberto Mussa; apresentação Pires Laranjeira. Porto: Figueirinhas, 2004.
- *Um espinho de marfim e outras histórias* / Marina Colasanti; apresentação de Pires Laranjeira. Porto: Figueirinhas, 2004.
- *Feijoada no Paraíso* / Marco Carvalho; apresentação de Pires Laranjeira. Porto: Figueirinhas, 2005.
- *Guiné!* / Mussá Turé; prefácio de Pires Laranjeira. [S.l.]: Mussá Turé, 2001.
- *Meu querido canibal* / António Torres; apresentação Pires Laranjeira. Porto: Figueirinhas, 2004.

- *O percurso intelectual de Raul Bopp*: viagem, escrita e intervenção social / Fabíola Guimarães Pedras Mourthé; prefácio de Pires Laranjeira. Braga: Crescente Branco, 2020.
- *Textos de amor* / ed. Museu Nacional da Imprensa; ideia e coord. Luís Humberto Marcos; júri Pires Laranjeira, Manuel António Pina, Maria Glória Padrão. Porto: Museu Nacional da Imprensa; Vila do Conde: Quidnovi, 2011.
- *Vagas, artificios* / Luís de Miranda Rocha; desenhos de Jorge Ulisses e um texto de Pires Laranjeira. Coimbra: Minerva, 1995.

Orientações de Teses e Dissertações*

- *Angolanidade e autonomia na cultura do Sudoeste de Angola*: Memória de Imbondeiro / João Carlos Mourato Lopes Furtado. Coimbra: [s.n.], 2005.
- *Exemplo cosmopolita: João Vário, Arménio Vieira e José Luiz Tavares* / Rui Guilherme Figueiredo da Silva. Coimbra: [s.n.], 2013.
- *Feminismo africano e género em Conceição Lima* / Ana Maria Teixeira da Rocha. Coimbra: [s.n.], 2012.
- *A literatura guineense: contribuição para a identidade da nação* / Joaquim Eduardo Bessa da Costa Leite. Coimbra: [s.n.], 2014.
- *As literaturas africanas de língua portuguesa e a pedagogia da africanidade* / Denise Gomes dos Santos. Coimbra: [s.n.], 2013.
- *Poesia angolana de resistência: a palavra, a AK-47, o silêncio e o microfone* / Solange Maria Evangelista Mendes Luís. Coimbra: [s.n.], 2014.
- *A poesia da Mensagem angolana e a mensagem da poesia afro-brasileira* / António de Pádua de Souza e Silva. Coimbra: [s.n.], 2014.
- *Poesia negro-africana e negro-brasileira: identidade e redefinição conceptual* / Raquel de Carvalho Silva. Coimbra: [s.n.], 2012.
- *A quase-informação na literatura de Cabo Verde em tempo de censura: 1926-1975* / Sandra Inês Cruz. Coimbra: [s.n.], 2009.
- *“A renúncia impossível” de Agostinho Neto: um novo discurso poético, intertextualidades e alcance pedagógico* / Catarina Isabel Silva Rodrigues. Coimbra: [s.n.], 2013.
- *O valor da educação em Chiquinho, de Baltasar Lopes* / Arlinda Helena Jesus Santos Falcão. Coimbra: [s.n.], 2011.

* As teses e dissertações posteriores a 2015 não estão incluídas neste catálogo, uma vez que a biblioteca já não as recebe em papel. As orientações mais recentes de Pires Laranjeira podem ser consultadas no repositório da Universidade de Coimbra: <<https://estudogeral.uc.pt/>>.

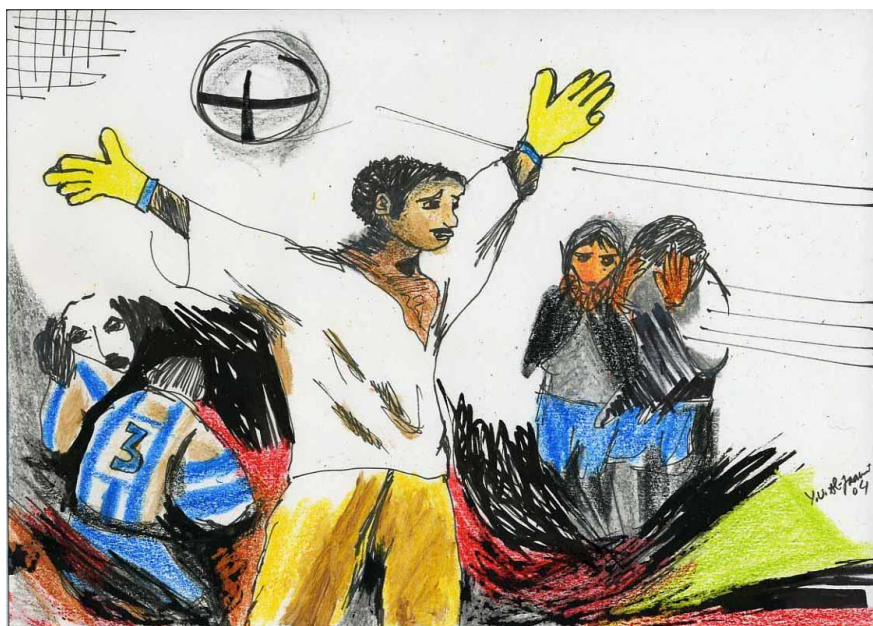
Fotografias (1990-2010)

1. Páginas farroupilhas (Porto Alegre)
2. Coreto (Belém do Pará)
3. Futebol indígena (Paraná)
4. Moral (Londrina)
5. Palavras de pedra (Rio de Janeiro)
6. Petite noiva (Porto Alegre)
7. Pingos de Sangue (Porto Alegre)
8. Portinari (Londrina)
9. Pulo (Londrina)
10. Táxi em repouso (Brasília – Palácio da Esplanada)

A Exposição Bibliográfica incluiu também vários desenhos de Pires Laranjeira, não mencionados no catálogo. Entre eles, destaca-se uma série sobre guarda-redes, testemunhando o fascínio do autor pelo futebol.

Os dois primeiros reproduzidos de seguida pertencem, respetivamente, a Lola Geraldes Xavier / Francisco e a Carlos Reis. Os três integraram uma exposição individual com cerca de 20, todos assinados com um pseudónimo árabe e sobre guarda-redes (a posição mais admirada pelo homenageado), realizada no Estádio do Belenenses, em Lisboa, em 2004, a propósito do Campeonato Europeu de Futebol.





Catálogo da Exposição Bibliográfica



Foto de 2012, cedida por Pires Laranjeira

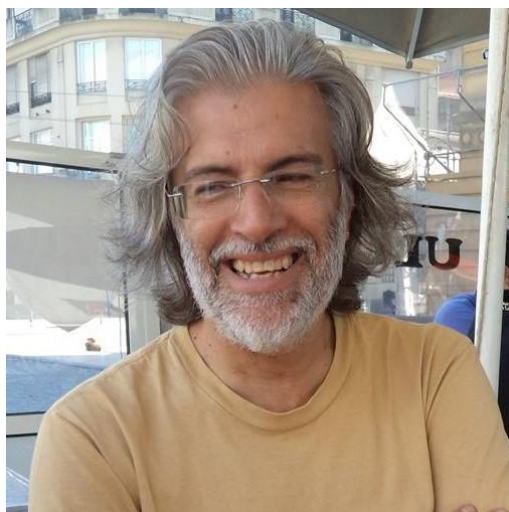


Foto de 2016, cedida por Pires Laranjeira

POEMA AO AVÔ

SENTI UM CALOROSO CARINHO
NO MEU PEQUENO PÉ,
ABRI OS OLHOS DEVAGARINHO
E LÁ ESTAVA O MEU VOVÔ ZÉ.

NEM ANDAR SABIA,
E JÁ POEMAS ELE ME LIA.
ENVOLVENDO-ME NESTE MUNDO LITERÁRIO,
COMO UM JOGADOR A ENTRAR NO SEU ESTÁDIO.

FAZENDO-ME RIR ÀS GARGALHADAS
ELE CONTA-ME PIADAS,
DAQUELAS QUE DEMORAM A PARAR DE RIR,
DAQUELAS QUE SURGE UM SORRISO
QUANDO AS RECORDAMOS, ANTES DE DORMIR.

MAS POR QUE É QUE ADMIRAS O TEU AVÔ?

ELE VIVE CINQUENTA VIDAS NUMA SÓ,
NINGUÉM CONHECE O VERDADEIRO PIRES LARANJEIRA,
MAS HÁ ASPETOS QUE PREVALECEM,
O AMOR POR MIM, GIRAFAS E CEREJAS.

BEATRIZ LARANJEIRA COIMBRA

NOVEMBRO DE 2021

ISBN 978-989-53997-0-3



9 789895 399703

